



João Carlos Tedesco
Alessandro Batistella
Alex Antônio Vanin
(Organizadores)

Capítulos da História de Passo Fundo

© Dos Autores, 2022

Os autores dos capítulos são integralmente responsáveis pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração

Alex Antônio Vanin

Revisão

A revisão dos textos foi de responsabilidade dos autores.

Projeto gráfico

Acervus Editora

Capa

Alex Antônio Vanin

Conselho Editorial da Acervus Editora

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (Università di Verona)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS)

João Vicente Ribas (UPF)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinícius Borges Fortes (IMED)

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99686-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C244 Capítulos da história de Passo Fundo [recurso eletrônico] / João Carlos Tedesco, Alessandro Batistella, Alex Antônio Vanin, organizadores. – Passo Fundo: Acervus, 2022. 25 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-81266-31-8.

I. Passo Fundo (RS) - História. I. Tedesco, João Carlos, org. II. Batistella, Alessandro, org. III. Vanin, Alex Antônio, org.

CDU: 981.65Passo Fundo

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569



O Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI) tem como finalidade o desenvolvimento de pesquisas a partir da organização da memória oral, visual, audiovisual e escrita da região norte do Rio Grande do Sul, região de abrangência da UPF, tendo como problemática fundamental a questão da memória. Horizonte esse que se liga ao conceito de identidade, pois as memórias produzidas historicamente pelos diferentes grupos (sociais, étnicos e de gênero) construíram representações de identidade que podem ser acessadas a partir de fontes diversas e passam a ser entendidas como registros das experiências humanas ao longo do tempo e que, na ação de rememorar, unem passado e presente, em um processo de manutenção e reforço dos laços identitários dos grupos. Ao mesmo tempo, foi identificada a existência fragmentada de registros escritos, orais e imagéticos dessas memórias, através de histórias de instituições oficiais, de lazer, religiosas, de ensino, das famílias, fotografias e outros objetos.

João Carlos Tedesco
Alessandro Batistella
Alex Antônio Vanin
Organizadores

Capítulos da História de Passo Fundo



Passo Fundo
2022

Lista de imagens da 1ª Capa

Vista do Petracco Hotel, em 1937.

Acervo digital do IHPE.

Edifício da Intendência Municipal de Passo Fundo, no início dos anos 1920. Fotografia de Candido Athayde D'Ávila. Coleção Firmino Costa. Acervo do IHPE.

Vó Romana (Hortência Dionísio Navarro) com as filhas e os bisnetos em uma Festa de São Miguel. Acervo de Maria de Lourdes Isaías.

Da esquerda para a direita Malaque Carubim e Jorge Carubim, imigrantes libaneses. Acervo pessoal de Carlos Alberto Mayer.

Glória Hotel na década de 1930. Acervo do Projeto Passo Fundo.

Vista do Moinho São Luiz, em fins da década de 1920. Photo Moderna de Benjamin D'Agnoluzzo. Acervo do IHPE.

Mulher Kaingang com criança nas costas, da Povoação Indígena de Passo Fundo, em 1928. Acervo do SPI. Museu do Índio/RJ.

Agrimensores realizam o reconhecimento e a divisão dos lotes rurais nos primórdios da colonização em 1909. Acervo do Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font.

Trecho das Avenidas Brasil e Capitão Jovino, nos anos 50, vendo-se também a Praça da República. Acervo do IHPE.

Lista de imagens da 4ª Capa

Parada do trem antes da estação gare na esquina das atuais Avenida Brasil e 7 de Setembro, em frente ao Hotel Internacional, no início do século XX. Acervo digital do IHPE.

Visita de Getúlio Dorneles Vargas a Passo Fundo, em 20 de setembro de 1950, em campanha pela reeleição, com o slogan “Ele vai voltar!”. Autoria de Daniel Czamanski. Acervo do MHR.

Vista do centro da cidade de Passo Fundo, 1912. Acervo do IHPE.

Trecho da Avenida Brasil entre as ruas Fagundes do Reis e Capitão Eleutério, possivelmente entre 1910 e 1920. Acervo do IHPE.

Moinho Rio-grandense, do grupo Samrig, em 1954. Acervo da Fundação Bünge.

Grupo de indígenas Kaingang em frente a um rancho, na Povoação Indígena de Passo Fundo, em 1928. Acervo do SPI. Museu do Índio/RJ.

Oficina de manutenção e depósito de locomotivas na Estação de Passo Fundo, em 1927. Acervo digital do IHPE.

Sumário

Apresentação	7
I. Índios, jesuítas e bandeirantes no século XVII <i>Fabricio J. Nazzari Vicroski</i>	11
II. Dinâmicas de assenhoreamentos nas terras em Passo Fundo no século XIX <i>Diego José Baccin</i>	73
III. Dos aldeamentos à “proteção fraterna”: as reservas indígenas e a privatização da terra na região de Passo Fundo <i>Kalinka de Oliveira Schmitz Rosane Marcia Neumann</i>	105
IV. Colonização da região ao norte de Passo Fundo (1889–1918) <i>Neivo Angelo Fabris</i>	129
V. “O negro foi mais forte que a dor”: notas sobre festividades e trajetórias negras em Passo Fundo <i>Djiovan Vinícius Carvalho</i>	143
VI. Resistência quilombola: o caso da comunidade remanescente de quilombo da Arvinha <i>Áxsel Batistella de Oliveira</i>	171
VII. A Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza: demarcação de fronteiras e inserção social de imigrantes em Passo Fundo (década de 1930) <i>Alex Antônio Vanin</i>	189

VIII. Os judeus em Passo Fundo	217
<i>Isabel Rosa Gritti</i>	
IX. A estrutura ferroviária e a dinâmica econômica de Passo Fundo (1898–1960)	237
<i>João Carlos Tedesco</i>	
X. O contexto político-partidário em Passo Fundo (1945-1982)	271
<i>Alessandro Batistella</i>	
XI. A elite política de Passo Fundo (1945-1988)	339
<i>Luiz Alfredo Fernandes Lottermann</i>	
Sobre os autores e autoras	365

Apresentação

A presente obra é resultado de um evento denominado “Ciclo de Debates: Capítulos da História de Passo Fundo”, promovido pelo curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UPF (PPGH/UPF) e do Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI), vinculado ao PPGH/UPF. Buscou-se selecionar um conjunto de temas que fossem de maior abrangência na temporalidade definida (até década de 1960) e que fossem estruturantes, correlacionais e, pouco desenvolvidos até então, que abarcassem também o meio rural, bem como determinados sujeitos sociais.

O referido evento teve 10 edições, uma vez ao mês (no turno da noite) no período acadêmico, durante mais de um ano; desenvolveu-se no formato on-line, via *Google Meet*, com ampla e variada participação de acadêmicos, professores, lideranças comunitárias, pessoas interessadas em temas específicos e que não possuíam vínculos acadêmicos. Em cada edição e tema desenvolvidos, havia sempre dois ou três palestrantes, especialistas no assunto, inclusive numa perspectiva interdisciplinar de abordagem.

A intenção do evento era discutir, apresentar e intercambiar pesquisas novas, produzir um texto-base sobre o tema desenvolvido para viabilizar a presente publicação. Entendeu-se que as obras coletivas ganham uma melhor performance quando também são produto de discussões, encontros, intercâmbios e socializações. Essa era a intenção de seus promotores. Também se queria, com isso, dar uma singela contribuição em homenagem aos 165 anos do município de Passo Fundo, a ser comemorado oficialmente na primeira semana de agosto de 2022.

Portanto, o presente material contempla temas diversos, muitos deles correlacionados como o caso da colonização, escravidão, imigração e propriedade da terra, bem como de amplos sujeitos sociais, como é o caso de indígenas, negros, imigrantes europeus e de outras origens territoriais. Instituições, atividades agrícolas e pastoris, extrativistas, industriais e comerciais estão presentes, bem como a configuração de ambientes construídos no espaço urbano de Passo Fundo, sua dimensão político-partidária, processos associativistas e de categorias de trabalhadores, dentre outros.

A intenção do livro é permitir a discussão e o intercâmbio de pesquisadores sobre vários temas constitutivos daquilo que chamamos de “Capítulos da história de Passo Fundo” e, com isso, contribuir para o entendimento de alguns dos processos sociais, econômicos e políticos que os configuraram. Sabemos que muitos outros temas poderiam ser inseridos, porém, damos prioridade aos que foram discutidos no coletivo, os que conseguimos pessoas com domínio de conhecimento para intercambiar e discutir. Alguns temas foram discutidos e não estão presente na coletânea em razão de que os palestrantes não tiveram tempo de efetivar os textos ou não se sentiram em condição de o fazer.

Deste modo, agradecemos a todos/as pela efetivação do evento

e do presente livro, em particular, os autores/as e as entidades que o promoveram. Esperamos ter dado um singelo passo para melhor entendermos alguns dos elementos que constituíram a história local/regional em sua correlação com amplos processos da conjuntura brasileira.

Os Organizadores

Índios, jesuítas e bandeirantes no século XVII¹

FABRICIO J. NAZZARI VICROSKI

No século XVII, tanto os povos Jê como os Tupi-Guarani já traziam consigo uma herança histórica de ocupação milenar do hodierno Planalto Médio, marcada por disputas, estratégias, interações e mediações de conflitos. Seus ancestrais haviam dizimado ou absorvido as antigas populações de caçadores-coletores que há mais de 10 mil anos já se aventuravam pela região.

Ao passo em que os Jê centralizavam seus domínios nas terras altas do planalto, os indígenas falantes do tronco linguístico Tupi-Guarani davam vazão ao seu ímpeto expansionista guiando-se pelo curso dos grandes rios e seus afluentes. As várzeas férteis dos rios

¹ O presente texto é uma versão condensada da tese de doutorado intitulada “Índios, jesuítas e bandeirantes no Alto Jacuí: implicações históricas e geopolíticas da redução de Santa Teresa del Curuti”, defendida em 2018 junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. A pesquisa foi igualmente publicada em sua versão integral pela Acervus Editora no ano de 2020.

Uruguai e Jacuí guardavam as características necessárias à manutenção do seu meio de subsistência.

Nessa perspectiva, a região da bacia do alto Jacuí pode ser interpretada como uma zona de fronteira cultural, caracterizada pela presença de rotas de migração, difusão cultural e contato interétnico entre os diferentes grupos indígenas durante a história pré-colonial. Essa vocação fronteiriça dilatou-se abrangendo também o período de colonização europeia, assinalando assim a zona de fricção luso-espanhola.

As Coroas ibéricas apontavam a proa de suas embarcações em direção à América do Sul com o anseio de ampliar seus domínios territoriais. Nessas circunstâncias, a ação dos missionários jesuítas e a criação da Província Jesuítica do Paraguai foram empregadas como frentes de expansão a serviço da política colonial.

O método adotado para o desenvolvimento do projeto de conquista e catequização espanhola na Província do Paraguai esteve baseado na implantação do sistema de redução. Entre as décadas de 1620 e 1630 a viabilização de alianças entre jesuítas e indígenas resultou na fundação de dezoito povoados missioneiros na banda oriental do rio Uruguai, atual território do Rio Grande do Sul.

Entende-se por *missão* o trabalho de conversão e catequização dos povos indígenas, ao passo que a *redução* foi o método empregado para viabilizar a prática missional. Uma redução era representada pelo núcleo urbano e suas estruturas de apoio onde os indígenas e suas parcialidades eram alocados e incorporados ao sistema de organização colonial. A aldeia deixou de ser uma forma de organização indígena para assumir o caráter de espaço criado pela cultura cristã.

Dos contatos iniciais - quando bem recebidos pelas lideranças indígenas - resultavam batismos coletivos entre outras ações de catequização, todavia, a ausência de uma “aldeia cristã” inviabilizava

qualquer estímulo ao aprendizado e ao exercício contínuo das práticas cristãs apregoadas pelos jesuítas. A criação de povoados estáveis consumou o papel das reduções como locais de conversão e evangelização indígena sob os preceitos da doutrina católica.

As reduções adotavam uma forma de organização política completamente diversa do modelo concebido pelas sociedades indígenas. Simbolicamente o batismo cristão representava o abandono de suas práticas tradicionais e a adoção de um novo comportamento cultural irradiado a partir dos *pueblos misioneros*.

Obviamente não nos cabe atribuir aos indígenas uma aceitação passiva dessa transição. Foram registrados diversos episódios de conflitos e resistência, contudo, diante da ameaça representada pelos *encomenderos españoles* e bandeirantes luso-brasileiros, a aceitação da alternativa apresentada pelos jesuítas foi vista pelos indígenas como uma estratégia de sobrevivência.

Num primeiro momento era comum que o local escolhido para a instalação da redução correspondesse ao núcleo comandado pela liderança indígena regional. Usualmente os povoados distavam entre si cerca de dois a três dias de caminhada. O fluxo de pessoas, informações e alimentos era constante. A incorporação de técnicas construtivas e urbanísticas europeias visava imprimir aos povoados um aspecto de vilas coloniais com praças, cemitérios, igrejas e choupanas de taipa. A transformação das aldeias indígenas em povoados missionários não foi imediata. Tampouco a adesão dos indígenas foi totalmente resolvida. O sucesso da empreitada dependia em grande medida do conhecimento tradicional indígena acerca das técnicas de horticultura, condições climáticas e processamento da mandioca, erva-mate, pinhão e demais meios de subsistência. Também foi providencial a introdução do gado pelos jesuítas e a criação de estâncias para a manutenção e ampliação do rebanho. Da mesma

forma a estrutura organizacional indígena foi incorporada ao sistema missional. Os caciques e guerreiros mantiveram seus papéis de liderança e influência sobre os seus consortes. Observou-se nesse período a adaptação e fusão de inúmeros elementos das culturas nativa e europeia.

É nesse contexto que a redução jesuítica de *Santa Teresa del Curiti* foi fundada no ano de 1632 pelo padre Francisco Ximenez na região da bacia do alto Jacuí. A chegada dos jesuítas e o consequente estabelecimento dos povoados missioneiros na banda oriental do rio Uruguai sob domínio espanhol, são episódios relacionados aos desdobramentos históricos dos ataques bandeirantes às reduções fundadas nas regiões de Itatim e Guairá, situadas na margem esquerda do rio Paraná. Os bandeirantes tinham como objetivo a captura dos indígenas aldeados a fim de comercializá-los como mão-de-obra escrava, resultando assim no êxodo indígena e jesuíta em direção ao sul e na criação de novos povoados missioneiros na chamada zona do Tape.

Em 1633 o incipiente povoado foi transmigrado para uma posição mais ao sul. A nova localização permitiu a articulação com as demais reduções, propiciou uma aproximação com a zona dos ervais e atenuou os riscos de ataques de índios Jê contrários ao avanço da frente missional. Ambas as localizações se situavam na bacia do alto Jacuí, então denominado Igaí.

Tratava-se de um povoado próspero e de localização estratégica. Sua população superou quatro mil pessoas. Dentre os aldeados figuravam índios Guarani e Jê, regionalmente cognominados de Tape e Guañana.

Seduzidos pelo lucrativo comércio escravagista, os sertanistas paulistas lançaram-se sobre o Tape. No ano de 1637 a redução de Santa Teresa foi invadida por bandeirantes comandados por André

Fernandes. Grande parte dos indígenas fora capturada e remetida para São Paulo, onde foram comercializados como escravos.

Plenamente cientes da localização estratégica da redução, os bandeirantes estabeleceram ali o arraial do Igaí ou dos Pinhais. Seria esse o primeiro povoado fundado pelos paulistas no Rio Grande do Sul. Durante mais de três décadas o local serviu como base de apoio para a penetração luso-brasileira em direção ao interior do território sul-rio-grandense - então domínio da coroa espanhola - auxiliando na tomada dos demais povoados missioneiros e também em campanhas militares, como a Batalha do M'bororé ocorrida em 1641. A partir dessa base os bandeirantes lançaram-se em investidas para o oeste, sul e sudoeste.

O arraial do Igaí se consolidou como o polo irradiador dos exploradores escravocratas luso-brasileiros do Rio Grande do Sul do século XVII, precedendo em um século o marco da ocupação oficial desse território pelos colonizadores portugueses.

Estima-se que cerca de 30 mil indígenas tenham sido subjugados. Outras dezenas de milhares foram desestruturadas, mortas ou emigradas. Tais acontecimentos históricos e seus desdobramentos tiveram profundas implicações sociais, culturais, econômicas e geopolíticas na formação do Rio Grande do Sul.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Para a interpretação dos fenômenos históricos que culminaram nas ações de evangelização cristã na bacia do alto Jacuí, a cronologia clássica ocidental nos remete à península ibérica em seus primórdios da Idade Moderna. O século XV representa o início de um período de grandes transformações. A Europa, recém saída da Idade Média, vislumbrava o protagonismo dos exploradores que registraram seus no-

mes na história das grandes navegações ou “era dos descobrimentos” (século XV ao XVII), um período profundamente marcado pelas explorações marítimas que singraram os mares em direção ao oriente e ocidente.

Apesar do necessário ímpeto aventureiro dos exploradores e marinheiros, as suas motivações são encontradas no conjunto das ações econômicas que caracterizam o Mercantilismo, prática na qual a saúde da economia colonial dependia da intervenção direta do Estado.

As monarquias portuguesa e espanhola, aliadas à classe burguesa mercantil, encabeçaram a adoção de ações como o protecionismo comercial, desenvolvimento de manufaturas e indústrias locais, além do expansionismo territorial motivado pela busca de metais preciosos e matéria-prima. À Lisboa coube o caráter de capital do expansionismo colonial.

Neste mesmo período, os diferentes grupos étnicos indígenas que habitavam o território do atual Rio Grande do Sul, mostravam-se completamente alheios a este processo, pois mantinham um modo de vida diverso dos europeus. Tal característica jamais deve ser entendida como sinônimo de inferioridade cultural ou como um estágio primitivo de desenvolvimento em comparação às sociedades europeias. As noções de propriedade e ocupação do território eram divergentes até mesmo entre grupos indígenas distintos. Mesmo assim a expansão territorial também era uma realidade entre esses grupos.

Grandes migrações iniciadas há mais de dois milênios haviam trazido os povos Tupi-Guarani e Jê para esta região, provenientes respectivamente da Amazônia e dos cerrados do Brasil Central (Schmitz, 2014, p. 8). Possivelmente, nos séculos XV e XVI a manutenção dos territórios conquistados por seus ancestrais apresentava-se

como um dos maiores desafios a essas populações. Determinadas estratégias de compartilhamento territorial mostravam-se viáveis entre os indígenas, contudo, a chegada dos exploradores europeus alterou profundamente essa dinâmica. Nas cabeceiras do alto Jacuí, as mudanças foram sentidas principalmente a partir das primeiras décadas do século XVII, todavia, as bases dessas mudanças haviam sido traçadas há mais de um século.

O Tratado de Tordesilhas, celebrado em 1498, já disciplinava a posse territorial ultramarina das Coroas ibéricas através do estabelecimento de uma linha imaginária divisória (meridiano de Tordesilhas), visando desta forma o fortalecimento político dos Estados nacionais a partir das práticas mercantilistas.

A exploração comercial do continente Americano não só alicerçou os impérios coloniais de Espanha e Portugal, como também deu início a uma revolução cultural e econômica de impacto global, resultando na circulação de pessoas, produtos, especiarias e matéria-prima em diversas regiões do planeta. Passadas as primeiras explorações nas regiões costeiras, as Coroas ibéricas direcionaram suas atenções para regiões estratégicas como a bacia do rio da Prata.

Na Europa do século XVI, as monarquias ibéricas estavam profundamente ligadas à igreja católica romana. A aproximação entre Estado e Igreja foi forjada ao longo da Idade Média, propiciando ao mesmo tempo a ampliação territorial dos impérios coloniais e a expansão do catolicismo. Após singrar o oceano Atlântico, a cruz e a espada desembarcaram juntas em terras americanas.

A Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loyola em 1534 e reconhecida como ordem religiosa pelo Vaticano em 1540.² Loyola era um ex-capitão militar que foi ferido na perna durante

² A aprovação da Ordem foi confirmada através da bula papal *Regimini militantis Ecclesiae*.

uma batalha contra os franceses em 1521. Durante o período em que passou recuperando-se dos ferimentos, teria feito leituras sobre a vida de Cristo e de mártires religiosos. Tais publicações o teriam influenciado a abdicar de sua carreira militar para dedicar-se integralmente à vida religiosa. Em 1549 os primeiros jesuítas portugueses já desembarcavam na costa da Província do Brasil.

As terras americanas constituíram ao mesmo tempo uma prova de fogo e um campo de experiências, exigindo não só uma espiritualidade latente, mas também um elevado senso de organização e disciplina. Aliás, hierarquia, obediência e disciplina mostraram-se indispensáveis à estrutura organizacional da Companhia de Jesus. A alcunha de “soldados de Cristo” é frequentemente empregada em referência aos seus missionários. Tal qualificativo se deve à organização de caráter militar da Ordem religiosa, considerado um legado do seu fundador.

A fundação da Ordem, seguida pelo seu reconhecimento papal e a estruturação disciplinar lançaram as bases para os soldados de Cristo propagarem o evangelho pelo mundo. A partir daí a projeção e o apoio à Companhia em terras americanas foram assumidas em grande medida pelas coroas ibéricas, marcando profundamente a história colonial hispano-portuguesa.

Ao aceitarem o sistema reducional trazido pelos jesuítas, imediatamente os indígenas sofreram um atrelamento ao Estado Colonial, passando de senhores dos campos, vales e florestas a vassalos do rei, sujeitos assim às políticas coloniais de expansão territorial e comercial (Neumann, 1996, p. 51).

À Companhia de Jesus coube o protagonismo na frente de evangelização dos indígenas, mas também se registrou a presença de missionários de outras congregações com forte atuação na América colonial, como franciscanos, carmelitas e beneditinos. A atuação

dos missionários inacianos, todavia, mostrou-se mais incisiva e marcante, principalmente nos séculos XVII e XVIII.

Os anos de 1580 e 1640 sinalizam os extremos cronológicos da União das Coroas Ibéricas, período marcado pela coligação dos reinos católicos sob a égide de um único monarca espanhol que exercia a autoridade em ambos os reinos. No entanto, convém salientar que a União Ibérica não representou uma sobreposição irrestrita dos impérios, nem tampouco uma unificação administrativa de seus territórios. Jaime Cortesão afirma que se criou uma “monarquia dual”, onde os Estados “conservavam seus estatutos, foros e privilégios, próprios e distintivos; seus quadros nacionais de administração, mutuamente impenetráveis; e suas fronteiras geográficas e psicológicas, sempre vivas, quer nas metrópoles, quer na América” (Cortesão, 1951, p. 73).

Os territórios sob a assistência da Companhia de Jesus eram divididos em províncias, cada qual correspondente a um grupo de unidades administrativas distribuídas pela Europa, Ásia, África e América. Longe de instituir qualquer barreira divisória entre as frentes de evangelização, o meridiano de Tordesilhas ainda não passava de uma projeção imaginária deveras marcada pela flexibilidade, uma vez que a deficiência de recursos técnicos limitava as possibilidades de sua demarcação em campo, resultando assim no entrecruzamento das áreas de atuação dos jesuítas ibéricos, divididos entre a Província Jesuítica do Brasil e a *Provincia Jesuítica del Perú*, criadas respectivamente nos anos de 1553 e 1568 (Barcelos, 2013, p. 128).

Visando o aperfeiçoamento da organização administrativa e a adoção de estratégias efetivas de ocupação territorial, em 1607 foi criada a *Provincia Jesuítica del Paraguay*, com sede na cidade de Córdoba. Basicamente a província centrava-se na bacia do rio da Prata e regiões adjacentes, abrangendo em seus primórdios partes dos atuais

territórios do Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile e Bolívia, além de porções dos Estados brasileiros do Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Conforme Ernesto Maeder (1999, p. 115), a partir de 1609 os jesuítas iniciaram seus trabalhos de evangelização simultaneamente em várias zonas distantes entre si, iniciando pelo Paraná médio (1609-1622) e ao mesmo tempo pelas regiões do Guairá e vale do Paranapanema (1610-1630), passando em seguida para os rios Aca-ray e Iguaçu (1624-1626), prosseguindo até a região do Itatim no Alto Paraguai (1632). A expansão seguiu para o sul e sudeste em direção às bacias dos rios Uruguai e Jacuí, na zona do Tape (1626-1638). Desta forma, entre os anos de 1610 e 1640 fundaram-se dezenas de reduções em seis diferentes zonas da Província do Paraguai.

Este projeto de evangelização foi amplamente apoiado e estimulado pelas autoridades imperiais. Hernandarias de Saavedra, então Governador do Paraguai, foi quem sugeriu ao rei Felipe II estimular a colonização deste território através da criação de povoados indígenas submetidos à fé católica pelos jesuítas. Com isso pretendia ao mesmo tempo deter o avanço dos portugueses em direção às minas de Potosí, além de criar uma rota até o Atlântico para o escoamento da prata. A extensa população Guarani e sua vasta amplitude territorial deveriam atuar em benefício da Coroa espanhola (Sposito, 2012).

Ao longo dos séculos XVII e XVIII os povoados missioneiros e suas estruturas de apoio (estâncias de gado, ervais, roças, capelas, olarias, estradas, trilhas, quintas, etc.) multiplicaram-se pela bacia do Prata e regiões adjacentes, lançando assim as bases para muitas vilas, cidades e estradas que floresceram nos séculos seguintes.

Na medida em que os povoados se desenvolviam, igualmente despertavam a cobiça das bandeiras escravistas. A partir de 1618 “os bandeirantes declararam guerra aos jesuítas do Guairá”. Em 1628 os

indígenas reduzidos formavam uma população de quase 30 mil pessoas, dos quais cerca de 20 mil foram aprisionados durante as incursões dos bandeirantes. Diante deste contexto, os jesuítas e indígenas sobreviventes transmigraram para o Sul, onde floresciam novas reduções nas bacias dos rios Paraná e Uruguai. Os povoados situados na margem esquerda do rio Uruguai, nas bacias dos rios Ijuí, Ibicuí, Jacuí e no Planalto Central do atual Rio Grande do Sul, foram denominados de “reduções do Tape” (Sposito, 2012, p. 108).

Em 1617 foi criada a *Gobernación del Río de la Plata*, uma divisão administrativa do império espanhol sediada em Buenos Aires. Em 1619 o padre provincial Diego de Boroa designou Roque González para liderar as ações de evangelização na bacia do rio Uruguai, fundando no mesmo ano a redução de Conceição (*La Concepción*), em atual território Argentino. Durante os anos que se seguiram, Roque González empenhou-se em explorar a banda oriental do rio Uruguai, todavia, entre os indígenas imperava a desconfiança, o jesuíta era visto como um emissário dos espanhóis que sob o pretexto da religião cristã os levaria à servidão. Ao mesmo tempo os *xamãs* contrários às mudanças culturais e receosos em perder suas posições de prestígio, instigavam constantemente a ofensiva aos inicianos (Flores, 1993, p. 26).

Em 1626 Roque González fundou a redução de Japejú (*Nuestra Señora de los Santos Reyes Magos de Yapeyú*), situada na margem direita do rio Uruguai. Em sua margem oposta, situava-se a foz do rio Ibicuí, cuja via fluvial serviu como rota de penetração na banda oriental do rio Uruguai, chegando ao território sob o domínio do cacique Tabacan, onde erigiu uma capela e fundou a redução de Candelária.

Rego Monteiro (1939, p. 16) aponta a redução de Candelária, na bacia do Ibicuí, como “o mais antigo centro de catequese” em

terras gaúchas. Todavia, sua duração foi efêmera, após o retorno de Roque González à Japejú e a dispersão de Tabacan e seus seguidores, o local foi rapidamente atacado e destruído por grupos inimigos. A redução foi posteriormente refundada na região situada entre os rios Ijuí e Piratini, recebendo também a denominação de Caaçapamini.

O governador da província do rio da Prata, dom Francisco de Céspedes,³ temia o avanço dos portugueses sobre os seus domínios, visando detê-los, em 1626 concedeu à Companhia de Jesus o direito à redução dos índios do Tape (Santos, 1987, p. 9). Neste mesmo ano, após a sua frustrada entrada pelo rio Ibicuí, Roque González lançou-se novamente para a margem direita do rio Uruguai. Contando com o apoio de lideranças indígenas da região do Tape e da bacia do médio curso do rio Uruguai, sobretudo o cacique Nheenguirú, singrou as águas do Uruguai à montante, chegando até a foz do rio Piratini, em cuja região fundou a redução de São Nicolau (*San Nicolás del Piratini*), o primeiro povoamento estável que inaugurou de fato o projeto de catequização no atual território do Rio Grande do Sul, atingindo um conjunto de dezoito reduções fundadas nas décadas de 1620 e 1630.

Algumas reduções tiveram mais de uma localização devido à necessidade de transferência para locais com condições mais propícias ou estratégicas. O mesmo ocorreu com as denominações dos povoados, uma vez que era comum agregar ao nome da redução uma referência toponímica ou étnica, como Curiti, Ibicuí, Ytuatiá, Ybiticarai, Caapy, Yaguarités, entre outras. Na docu-

³ Conforme Nicolás del Techo (1897, p. 221), o governador da província do rio da Prata, dom Francisco de Céspedes, visando conquistar o afeto do rei Católico e aumentar o prestígio de sua família, teria solicitado ao padre Roque González que abrisse um caminho de Buenos Aires até a redução de Conceição. Desenganado em promover tal intento através da força das armas, decidiu confiar a missão aos jesuítas, cuja expedição seria custeada pelo erário público.

mentação do período, assim como na historiografia missioneira, a utilização dos nomes indígenas ou de suas respectivas traduções também oscila ao sabor do redator. O mesmo ocorre com as grafias dos nomes indígenas. O resultado deste contexto é uma multiplicidade de denominações, localizações e datas de fundação atribuídas às dezoito reduções desse período.

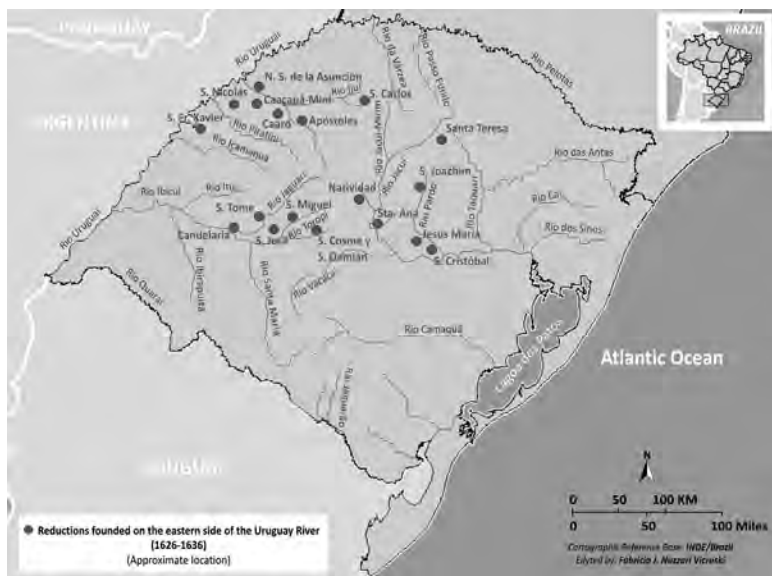


Figura 1. Mapa das reduções fundadas na primeira metade do século XVII na banda oriental do rio Uruguai. Elaboração: Fabricio J. Nazzari Vicoski.

As nomeações e delimitações fluídas igualmente perpassam os limites territoriais da Província do Tape. Para Aurélio Porto, no período histórico em questão, o atual território do Rio Grande do Sul abarcava três distintas províncias etnográficas, habitadas por diferentes grupos indígenas e suas respectivas parcialidades.

A região do Tape estaria centrada nas porções central e noroeste do hodierno Rio Grande do Sul, entre a serra do mar e ge-

ral, tendo como centro irradiador a bacia do rio Jacuí, em cujas cabeceiras defrontava-se com a província de Ibiçá. A bacia do médio curso do rio Uruguai (rios Ijuí, Piratini, Ibicuí) corresponderia à província do Uruguai. Mesmo que de forma genérica, tais delimitações etnográficas foram consideradas pelos missionários e pelas autoridades coloniais, sendo frequentemente referenciadas nas documentações do período.

Uruguai e Tape seriam sub-províncias vinculadas à Província Jesuítica do Paraguai. Logo, as primeiras reduções fundadas na banda oriental do rio Uruguai estariam nos domínios da província homônima. Paulatinamente os jesuítas avançaram sobre a região do Tape. Com o passar do tempo a denominação da Província do Tape generalizou-se, passando a corresponder à totalidade do território do Rio Grande do Sul (Freitas da Silva, 2011, p. 134).

Nesta conjuntura de expansão, alianças e conquista do Tape pelos missionários jesuítas, foi fundada em 1632 a redução de Santa Teresa, junto às cabeceiras do rio Jacuí, uma zona de fronteira étnico-cultural.

ÍNDIOS, JESUÍTAS E BANDEITANTES: A REDUÇÃO DE SANTA TERESA

Dentro dos limites territoriais da Província do Tape, a redução de Santa Teresa assinalava as fronteiras setentrional e oriental, configurando-se como a mais distante das reduções em relação ao início da frente de expansão, bem como a mais suscetível aos ataques de grupos inimigos.

Para a fundação dos povoados missioneiros, além do reconhecimento prévio das regiões, era forçosa a viabilização de contatos iniciais e alianças entre os padres e lideranças indígenas.

Com esse intuito, no ano de 1631 o padre Pedro Romero levou a efeito uma viagem de exploração em direção ao alto Jacuí (Jaeger, 1939, p. 42). Em seu apoio acompanhou-o um cortejo de caciques de outras regiões que já haviam concordado com a fundação de reduções em seus territórios. Dentre as principais lideranças destacou-se o cacique Nicolás Neenguirú, cujo elevado prestígio e diplomacia teriam contribuído para a expansão da frente missionária (Cafruni, 1966, p. 98).

Concluída a viagem de exploração e seus contatos iniciais, no ano seguinte teria então o cacique Tupamini solicitado uma nova visita do padre Romero ou, no caso de sua indisponibilidade, o envio de algum padre para atendê-los. Vendo-se impedido de destinar de forma definitiva um sacerdote para atender os povos instalados nas nascentes do Jacuí, Romero optou por destacar o padre Pedro Mola para realizar uma nova visita ao local. Mola era então o cura encarregado da redução de *San Carlos del Caapy*, cuja posição situava-se a cerca de 12 a 16 léguas ao oeste, ou dois dias de caminhada segundo Nicolas del Techo (1897, p. 278). O padre cumpriu sua missão naquele mesmo ano, ocupando-se assim do atendimento expedito do povo de Tupamini, sem, no entanto, estabelecer ali uma redução.

Ainda em 1632, o padre Pedro Romero ciente da necessidade de não descontinuar a ação evangelizadora na fronteira setentrional do Tape, remeteu uma ordem para a redução de *Apóstoles San Pedro y San Pablo*. A partir dali os padres Francisco Ximenez⁴ e Gerónimo Porcel se dirigiram às cabeceiras do Jacuí para dar continuidade à ação evangelizadora.

A chegada de Ximenez e Porcel foi aclamada pelos indíge-

⁴ Seu sobrenome é também grafado como Ximenes, Jiménez ou Jimenes, no entanto a versão ora empregada é corroborada pela sua assinatura em documentos da época.

nas. O cacique Tupamini lhes rendeu um discurso inspirador e afetuoso. Em seguida, sob a orientação dos sacerdotes, os indígenas dedicaram-se exaustivamente à construção da igreja e da casa paroquial, almejando com isto garantir a permanência definitiva dos padres. A dinâmica da aldeia indígena progressivamente cedeu espaço ao formato do povoado missioneiro com suas chácaras e casas de índios.

Teria sido na ocasião desta visita dos padres Ximenez e Porcel que ocorreu de fato a fundação da redução jesuítica, assentada sob a invocação de Santa Teresa em homenagem à devoção professada por Dom Pedro Esteban Dávila, então governador das províncias do Rio da Prata (1631 a 1637), cuja jurisdição abarcava a Província do Tape (Maeder, 1999, p. 176).

O povoado foi então fundado na entrada da mata do Ibitiru, no entanto, por um certo tempo os indígenas permaneceram sem a assistência permanente de um padre. Todavia, assistidos várias vezes pelo padre Porcel e outros sacerdotes provenientes de *San Carlos* e *Apóstoles* que sucessivamente lhes faziam visitas pontuais com o intuito de evitar a dispersão dos indígenas enquanto não fosse possível designar de forma definitiva um pároco para assumir o comando da redução.

No ano seguinte de 1633, os povoados missioneiros receberam a visita do padre provincial Pedro Romero. Partindo da redução de *San Joachim* - situada nas fraldas setentrionais da serra -, Romero chegou à redução de Santa Teresa três dias depois. Conforme previamente acertado, ali lhe aguardava ansiosamente o padre Francisco Ximenez. Nesta oportunidade, o padre Romero considerou conveniente transladar o povoado para uma posição mais cômoda aos indígenas e mais acessível aos padres, pois a localização atual além de desarticulada em relação aos povoados

de *San Carlos*, *Apóstoles* e *San Joachim*, também estava distante dos ervais e muito exposta às investidas dos índios Gualachos (Jê meridionais), cujos domínios territoriais vislumbravam parte de suas fronteiras meridionais nas bordas do Ibitiru, onde se confrontavam, portanto, com as populações Guaraní instaladas no alto Jacuí, perpetuando assim o caráter das fronteiras pré-coloniais da região.

A nova posição escolhida situava-se cerca de 4 a 5 léguas ao sul da localização original, na região então conhecida como Curiti (ou Curitiba). Em Tupi-Guarani tal palavra sinalizava um local com grande quantidade de pinheiros. Também traduzida como “terra dos pinheirais” ou simplesmente “pinhais”. Daí decorre outra denominação frequentemente atribuída a este povoado, ou seja, redução de *Santa Teresa del Curiti* ou de *los Piñales*, em alusão à sua segunda localização.

A cruz foi erigida na nova povoação precisamente na data de 22 de março de 1633, uma terça-feira da Semana Santa. Esta data simboliza a refundação da redução de Santa Teresa, desta vez situada na região dos pinhais ou Curiti.

Na documentação do período emergem os nomes dos caciques Tupamini e Guaraé como sendo as duas lideranças indígenas que se destacaram pelo seu empenho em viabilizar a fundação da redução.

A respeito da nova localização, além do indicativo Curiti (pinhais), temos como principal referência espacial a encosta de um monte situado nas cabeceiras rio Jacuí, então denominado Igay. O povoado foi implantado em local ameno e aprazível, amplamente banhado por mananciais cristalinos.

Mesmo após a transmigração do povoado, a redução não contava ainda com a presença constante de um padre. Francis-

co Ximenez foi então nomeado pelo provincial para assumir a direção da redução, tendo como sacerdote auxiliar o padre Juan de Salas. Ao primeiro cabia a administração geral do povoado, ao segundo especificamente as funções paroquiais.

Ximenez e Salas instalaram-se em Santa Teresa no dia 6 de agosto de 1633. Segundo Ximenez, o local já apresentava o aspecto de povoado, pois neste ínterim os indígenas haviam trabalhado com afinco na construção de suas casas que já estavam praticamente concluídas. A novidade se espalhou pelas regiões adjacentes, logo o povoado começou receber pessoas provenientes do Mbocariroy, região correspondente a atual bacia do rio Guaporé, inserida ao leste e sudeste da redução. Ximenez matriculou 250 famílias, batizou 50 crianças e alguns enfermos em estado grave. Durante todo o ano de 1633 foram mais de 400 crianças batizadas (Maeder, 1999, p. 176).

O ano de 1633 foi marcado pela reorganização do povoado. O número de indígenas assentados era ainda reduzido, pois a disponibilidade de alimentos era limitada. As chácaras estavam sendo semeadas, em poucos meses de trabalho já colhiam milho e feijão. Os pinhões amplamente ofertados pelas matas de araucárias possuíam uma grande importância alimentar. Naquele ano foram matriculadas mais de 800 pessoas. Segundo Romero, havia ainda muita gente dispersa pela região, sendo perfeitamente viável aumentar o povoado ou até mesmo criar novas reduções (Cortesão, 1969, p. 92).

Dentre as reduções do Tape, Santa Teresa apresentava uma peculiaridade que exprime os fenômenos de fronteira que remontam ao período pré-colonial. Na Carta Anua relativa ao ano de 1633, Romero informa que dentre a população Guarani havia também índios Guañanas instalados no povoado, cuja nação po-

deria futuramente canalizar os esforços de conversão dos missionários.

Guañanas, Guayanas, Ibirajaras ou Gualachos são apenas algumas das denominações regionais outrora empregadas em referência aos grupos falantes do tronco linguístico Jê meridional, ancestrais dos atuais Kaingang e Xokleng (*Laklânô*).

O fato de serem grupos inimigos não os impediu de estabelecerem uma trégua ou aliança que lhes permitiu conviverem no mesmo espaço. O desenvolvimento de estratégias de compartilhamento de território é uma das características das zonas de fronteira. O conhecimento arqueológico sinaliza a região da bacia do alto Jacuí como um local extremamente profícuo para tais fenômenos. Essa faceta da história pré-colonial perdurou durante o período missioneiro.

A população aumentava progressivamente. Ao final de 1634 já havia mais de mil famílias assentadas em Santa Teresa, superando rapidamente o número de quatro mil pessoas. Diante da insuficiência de alimentos, muitas pessoas instalavam-se nos arredores do povoado onde aguardavam a oportunidade para integrar definitivamente a redução (Maeder, 1999, p. 176). Para Tau Golin (2010, p. 28-30), no sistema missioneiro as famílias extensas mantinham uma duplicidade na vida entre as reduções e seus assentamentos tradicionais. Mesmo as famílias já integradas poderiam viver distantes do núcleo reducional, ocupados em tarefas nos postos das estâncias, ervais e lavouras. As tradições da aldeia também eram mantidas pelas relações de parentesco entre os grupos tradicionais e os missioneiros.

Segundo a Carta Anua de 1634 (Apud Vianna, 1970, p. 133-134), neste ano foram batizadas 650 crianças e cerca de 300 adultos. A comida era ainda insuficiente, com isso muitos indígenas divi-

diam-se entre a vida no povoado e a busca por alimentos nos seus antigos assentamentos. Os jesuítas evitavam batizar os adultos que ainda não estavam arraigados à redução. Projetava-se que no ano seguinte Santa Teresa ofereceria plenas condições de subsistência, sendo desnecessário retornar às antigas aldeias em busca de alimento. Neste ano Ximenez e Salas repartiram entre os indígenas várias sacas de milho e feijão para que pudessem semeá-las em suas chácaras, constituindo assim mais um atrativo ao aldeamento.

Diferentemente do que queriam os missionários, não era o estandarte da Santa Cruz nem tampouco as palavras do evangelho que demoviam os indígenas a integrarem-se definitivamente ao povoado, mas sim seus interesses comunais e seu senso de sobrevivência, além da preocupação com a manutenção de sua cultura tradicional (teko). De fato, a manutenção do modo de vida tradicional estava ameaçado. O aldeamento nos povoados missioneiros não passava de estratégia de defesa e resistência conscientemente assumida pelos indígenas e articulada pelos tubixá.⁵

O tratamento zeloso e a busca insistente por missionários manifestadas pelas lideranças indígenas de Santa Teresa e de outras reduções, certamente são características decorrentes desta preocupação. Do ponto de vista dos tubixá, a presença de uma redução em seu território representava também uma grande vantagem em relação aos demais caciques regionais, pois estes seriam impelidos a buscar a proteção oferecida pelo povoado missioneiro, ficando assim sujeitos às condições de alianças que eventualmente lhes fossem impostas pelos seus anfitriões.

No entanto, a vida nos povoados missioneiros não era a única

⁵ Palavra de origem Tupi-Guarani empregada em referência aos chefes indígenas. O substantivo “cacique” foi difundido pelos colonizadores europeus. Entre os indígenas eram comuns denominações como tubixá, tubixaba, tuxava, ycubixá, morubixaba, mburubixá, dentre outras variações regionais.

possibilidade. As alianças também eram viabilizadas em outras frentes. Ao mesmo tempo em que alguns indígenas buscavam a sensação de proteção junto aos jesuítas, outros grupos aproximavam-se dos bandeirantes e portugueses, passando a atuar como intermediários no sistema de *encomiendas*.

No tocante à administração do povoado, uma das demandas latentes que se impunham cotidianamente ao seu administrador Francisco Ximenez referia-se à garantia de subsistência de sua população. O ano de 1634 assinala uma importante medida neste sentido, a introdução do gado vacum.

As referências à presença de gado nas reduções remetem ao ano de 1633. A disponibilidade do gado bovino era ainda incipiente, limitada as vacas leiteiras ou juntas de boi. A introdução em maior escala ocorreu no ano seguinte por ordem do provincial padre Pedro Romero. O gado foi adquirido em *Corrientes* e conduzido com muito esforço pelo padre Cristóbal de Mendoza até o atual Rio Grande do Sul, onde foi distribuído entre as reduções. A providência também fez com que o superior Diego de Boroa recomendasse ao padre Romero a manutenção de uma reserva destinada a socorrer as tropas que auxiliariam as reduções diante de uma eventual investida bandeirante. Para este fim foram separadas 300 cabeças. Inicialmente a cada povoado caberia uma cota de 99 cabeças que acabaram sendo remanejadas de acordo com as condições e necessidades de cada redução.

Santa Teresa passou a se destacar pela qualidade dos seus campos de pastagem. Sua principal estância situava-se a uma légua da redução. Para lá foram conduzidas 200 cabeças de gado.

Já no ano de 1635, o padre Francisco Ximenez levou a cabo uma expedição exploratória com duração de 24 dias pela região do Tebicuari. Em sua companhia partiram o padre Juan Suarez de Toledo e alguns índios de Santa Teresa.

A exploração da fronteira leste do Tape foi ordenada pelo provincial Diego de Boroa, com isso vislumbrava-se a possibilidade de expansão do território missioneiro em direção ao Atlântico. Além do reconhecimento da região e de sua população, seu objetivo também era frear as eventuais invasões dos mamelucos paulistas (Techo, 1897, p. 343). O avanço das bandeiras não havia ainda se efetivado, contudo, a sensação de perigo iminente passou a ser nutrida por recorrentes notícias sobre a presença pontual de portugueses espreitando o território. Certamente as lembranças ainda latentes das invasões ao Guairá exigiam dos jesuítas a manutenção de um constante estado de alerta.

Partindo de Santa Teresa, a expedição percorreu durante cinco dias a região do Caapi no sentido leste. A partir de então a exploração deu-se pela via fluvial na direção sul, passando pelo Mbocariroi (rio Guaporé), Tebiquari (rio Taquari) e Mboapari (rio das Antas). O trajeto de retorno foi percorrido unicamente por via terrestre. Romero descreve minuciosamente a sua incursão ao Tebiquari em um relatório destinado ao seu provincial.

O fato de maior relevância registrado por Ximenez sem dúvida trata da presença de duas lideranças indígenas aliadas aos portugueses mercadores de escravos, Ibiraparobi e Parapopi.⁶ O primeiro estava assentado no Mbocariroi e o segundo no Tebiquari, quatro léguas abaixo da foz do Mboapari. Estes indígenas então denominados *mus* atuavam como intermediários que capturavam ou atraíam outros índios vendendo-os aos mamelucos.

Conforme apurado por Ximenes, os traficantes de escravos oriundos de São Paulo chegavam à região por via marítima. Após percorrer o intempestivo litoral sul-brasileiro atracavam na região da

⁶ Também grafado como Parapoti.

Barra do Rio Grande. A partir daí partiam em embarcações menores pela Lagoa dos Patos em direção ao estuário do Guaíba, prosseguindo pelos pontos navegáveis do rio Jacuí e seus principais afluentes. Em suas margens realizavam o escambo com os mus que não hesitavam em dispensar seus prisioneiros em troca de utensílios variados.

Ainda no ano de 1635 foi registrado um episódio trágico no povoado de Santa Teresa. Cerca de novecentas pessoas morreram devido à peste (Techo, 1897, p. 345). Segundo a historiadora Eliane Fleck (2000, p. 11-12), eram genericamente designadas de “peste” ou “*enfermedad*” várias doenças como febre amarela, malária, gripe, sarampo, varíola, tifo, sífilis, lepra, tuberculose dentre outras enfermidades que até então eram desconhecidas pelas populações indígenas. A carência de anticorpos atuava como um agravante.

A peste também havia ceifado vidas nos anos anteriores. As epidemias alastravam-se rapidamente pelos povoados missionários onde parte da população já encontrava-se debilitada pela fome. O padre Francisco Dias Taño relatou ao seu superior que o contexto de fome havia sido agravado pela imprudência dos padres que no anseio extremado de aliciar os indígenas, destruíram suas aldeias e arrancaram o milho que haviam semeado. As novas chácaras criadas nos povoados foram atingidas pela seca, acentuando sobremaneira o contexto de fome (Cortês, 1969, p. 113).

O ano de 1636 exigiu o direcionamento dos esforços à consolidação do povoado. O gado se reproduzia livremente na estância situada a uma légua da redução. As chácaras previamente semeadas permitiam boas colheitas. “Quando em outras partes reinava fome, em Santa Teresa havia abundância de cereais, grão de bico, milho e legumes, a ponto de poderem ceder da fartura a muitos refugiados” (Jaeger, 1937, p. 47). Neste cenário de otimismo, prosperidade e constante fartura, o povoado via sua população aumentar progres-

sivamente, incorporando assim pessoas que para lá se dirigiam espontaneamente.

Uma das grandes comodidades oferecida pelo povoado de Santa Teresa era a sua proximidade com os extensos ervais nativos, característica que também lhe imprimiu a alcunha de *Santa Teresa de los Piñales y Yerbaçales*.

No ano de 1637, o povoado de Santa Teresa já havia alçado uma posição de destaque. Em Carta Ânua de 1637-1639, o então padre provincial afirmava assertivamente que o povoado se destacava como a mais importante dentre as reduções, contando então com 1200 famílias e muitas provisões.

Segundo Montoya (1997, p. 248), “agregaram-se a este povo de Santa Teresa 5.000 almas”. Suas extensas plantações teriam contribuído para atrair os indígenas, “iniciativa que se tornou afamada e lhe trouxe grandes rebanhos de almas”.

Possivelmente este contexto de fartura também era impulsionado pela constante preocupação em garantir a disponibilidade de provisões perante um ataque dos mercadores de escravos. Essa inquietação não foi de forma alguma inapropriada. O tão temido avanço das bandeiras se materializou diante do povoado de Santa Teresa em dezembro de 1637, encerrando assim o ciclo de desenvolvimento e abundância característico do *pueblo de los piñales*.

AS INVASÕES BANDEIRANTES NO TAPE

A chegada dos bandeirantes ao alto Jacuí em 1637 interrompeu a missão evangelizadora castelhana, transformando-a em reduto escravagista luso-brasileiro no Tape. A alcunha “bandeirante” atualmente consolidada pela historiografia é empregada em alusão aos membros das campanhas expedicionárias voltadas à con-

quista territorial, captura de mão de obra escrava e exploração de minérios e pedras preciosas nos territórios da América portuguesa e espanhola. À tais expedições convencionaram-se denominar de “bandeiras”. Na documentação da época os bandeirantes são geralmente referenciados como “mamelucos”, “portugueses de São Paulo”, “sertanistas”, “maloqueiros” ou simplesmente “paulistas”. Por sua vez, as diligências expedicionárias eram também tratadas como “entradas”, “expedições”, “conquistas”, “jornadas” ou “malocas”. A despeito da equivalência genérica dos termos, algumas expressões guardavam especificidades variáveis de acordo com os objetivos das diligências (Sposito, 2012, p. 51, 65). As bandeiras também apresentaram peculiaridades distintas ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Ao discorrer sobre as circunstâncias do bandeirismo, Alfredo Ellis Junior aponta a pobreza dos moradores da Vila de São Paulo como a sua causa imediata e peremptória. Obviamente, o contexto era deveras complexo, envolvendo não somente as questões de ordem imediata, mas também a conjuntura geoeconômica de exploração e controle das terras sul-americanas pelas elites coloniais já na segunda metade do século XVI.

Os habitantes das povoações portuguesas compunham um mosaico que abarcava os padres jesuítas, colonizadores e mercadores portugueses, africanos, mestiços e, em grande medida, as populações indígenas. O contexto permeado de conflitos, abusos e epidemias não tardou a provocar um acelerado decréscimo populacional dos grupos nativos. Após o aniquilamento das populações autóctones instaladas nas regiões do entorno, “o alvo preferencial dos moradores de São Paulo nesta busca de novos braços foram as populações guaranis do Paraguai e Rio da Prata, conhecidas pelos portugueses desde o início da ocupação lusa” (Sposito,

2012, p. 37). Uma vez capturada, esta mão de obra - por vezes já qualificada no âmbito dos povoados missioneiros - era então comercializada e incorporada ao trabalho forçado em lavouras de cana de açúcar, algodão, trigo e demais atividades agrícolas e pecuárias.

A despeito da eventual predileção dos bandeirantes pela escravização indígena em detrimento da busca por minérios e metais preciosos, Sposito argumenta que a viabilização de uma expedição implicava em elevados custos de organização logística. Por sua vez, a garantia de retorno financeiro oferecida pelo tráfico indígena constituía um enorme atrativo em relação a qualquer campanha com desfecho incerto.

Ao descrever as peculiaridades que delineavam o caráter das distintas expedições, Alfredo Ellis Junior informa que as jornadas destinadas à busca de metais “não tinham caráter ofensivo, e por isso eram despidas de condições que lhes dariam as possibilidades de agressividade”. Por sua vez, a caça ao índio “tinha que ter o caráter agressivo e tinha que agir em ofensiva, tirando o máximo partido da iniciativa e da surpresa” (1934, p. 42-43). O caráter belicoso e violento é sem dúvida uma das principais características das campanhas que invadiram os povoados missioneiros. Sua organização assemelhava-se a uma pequena legião armada com regramento disciplinar e estratégico.

As tropas eram formadas exclusivamente por homens com idade superior a 14 anos. O emprego do cavalo era raro. Os apetrechos necessários à empreitada eram conduzidos em baús de couro ou cestos transportados por um grande número de carregadores. As armas de fogo (escopetas, bacamartes, arcabuzes e espingardas) eram indispensáveis e de uso restrito aos cabos ou chefes da tropa, municiados também com armas brancas (espa-

das, facas e adagas). Era característico o uso do gibão de couro, uma vestimenta similar a um colete ou casaco forrado de algodão compondo uma couraça que oferecia proteção às flechas lançadas pelos indígenas. Afora as lideranças da expedição, o grosso da tropa andava descalço. Não transportavam alimentos. A subsistência era garantida pela caça, pesca e coleta, além das lavouras indígenas previamente cultivadas ao longo do itinerário a ser percorrido (Jaeger, 1939, p. 22-23).

As autoridades coloniais normatizavam e autorizavam o comércio interno entre as vilas. Além dos bens de consumo, os escravos também figuravam na relação de “produtos” permissionados. Nesse contexto, as bandeiras eram concebidas como agremiações escravagistas reconhecidas e oficializadas pelos governos locais. No entanto, seu aporte organizacional e financeiro provinha das elites luso-brasileiras que rapidamente perceberam a alta lucratividade e o baixo risco proporcionados pela atividade.

As bandeiras diretamente promovidas pelas autoridades coloniais obedeciam a um regimento registrado na Câmara de São Paulo, nele constava a nominata dos seus componentes e a descrição dos seus objetivos. Ao cabo da tropa cabia o comando da expedição. O corpo diretivo também era composto por dois capitães, escrivão e oficiais de justiça. Além de julgar e dirimir conflitos, tal estrutura organizacional lhes permitia realizar em campo os inventários e partilhas dos bens apreendidos, incluindo os indígenas escravizados (Boiteux apud Cafruni, 1966, p. 265). Os bandeirantes compartilhavam com os jesuítas a crença no catolicismo. Essa dicotomia religiosa tornava indispensável a presença permanente de um padre durante as campanhas, assim como a sua benção precedente à qualquer movimento importante da tropa.

A adoção de mão de obra escrava tornou-se ainda mais latente após a interrupção do tráfico negreiro frente às invasões holandesas no Nordeste. Esse cenário estimulou a preação indígena no interior das províncias então percorridas predominantemente por vias terrestres.

O ano de 1635 assinala os pródromos das invasões bandeirantes no Tape. Além dos rumores sobre a possível aproximação dos portugueses, o padre provincial Diego de Boroa também possuía informações fidedignas de que os paulistas estavam arremontando componentes para uma eminente ofensiva sobre as reduções.

Na esfera dos interesses geoeconômicos da elite luso-brasileira de Piratininga, a tomada das Províncias do Tape e Uruguai apresentava-se como a sequência lógica após as investidas no Guairá. Lá haviam acabado de promover a destruição dos povoados missionários e aprisionamento de cerca de 20 mil indígenas de uma população aproximada de 27.500 pessoas (Santos, 2006, p. 108). Ao mirar em direção à bacia do Prata, os bandeirantes entreviam um dilatado celeiro de mão de obra escrava.

Em maio de 1635 o provincial Diego de Boroa nomeou o padre Francisco Dias Taño como superior daquelas reduções. Essa posição preeminente trouxe consigo responsabilidades não menos meritórias. Coube à Taño a notável incumbência de organizar o sistema defensivo das missões com o intuito de rechaçar os mamelucos. Em seu auxílio foram designados António Bernal e Juan de Cárdenas. Ambos possuíam vasta experiência militar adquirida antes de ingressarem na Companhia de Jesus. Devidamente instalados em Jesus-Maria (distante de Santa Teresa cerca de quatro dias de caminhada), os irmãos Bernal e Cárdenas iniciaram um intensivo treinamento militar da milícia indígena.

Somaram-se ao sistema defensivo fortes paliçadas defendidas por uma vala com paredes de taipa. Após a tomada da redução, tais estruturas foram reutilizadas pelos bandeirantes para a criação de um reduto fortificado. Os vestígios remanescentes destes elementos foram evidenciados pelas pesquisas arqueológicas ali realizadas na segunda metade do século XX.

O mês de dezembro de 1636 assinala o início sistemático da invasão bandeirante às reduções do Tape. A documentação jesuítica (Apud Cortesão, 1969, p. 116-118) revela que eram duas as rotas usualmente utilizadas pelos paulistas, denominadas respectivamente de Caaguá (com duas bifurcações) e Guebirenda.⁷

A rota do Caaguá compreende basicamente a mesma região de penetração utilizada pelos povos Jê meridionais há cerca de 2 mil anos. A partir do contemporâneo planalto catarinense, os indígenas migraram para o sul cruzando as cabeceiras do rio Pelotas para então acessar os Campos de Cima de Serra (Caaguá). Os bandeirantes, por sua vez, marchavam a partir de São Paulo em direção aos atuais Campos de Lages. Dali palmilhavam os caminhos indígenas que davam acesso ao Caaguá. Quando o deslocamento ocorria por via marítima a partir do litoral paulista, atracavam em Laguna no intuito de prosseguir por via terrestre. Vencidos os contrafortes da Serra Geral, acessavam finalmente os Campos de Cima da Serra, onde os caminhos bifurcavam-se. Uma das rotas orientava-se na direção sudoeste perpassando os vales dos rios das Antas (Mboapari) e Taquari (Tebiquari). Em seguida acessava-se as reduções da bacia do rio Pardo e do baixo Jacuí. Essa teria sido a rota utilizada por André Fernandes.

A outra bifurcação vislumbrada a partir dos Campos de Cima da Serra era direcionada no sentido oeste pela região do interflúvio

⁷ Também grafado como Guaybi-renda ou Guaibi-renda.

das bacias hidrográficas do Uruguai e Guaíba, passando pelos atuais Campos de Vacaria (Caamo) em direção ao Mato Português (Caamome), Mato Castelhana (Modencaá), Campo do Meio (Cariroi), chegando então à região das nascentes do rio Jacuí (Ygayriapipe). Essa rota permitia o acesso imediato às chamadas reduções da serra. Apesar de amplamente conhecida pelos indígenas e missionários, o uso dessa variante pelos portugueses só parece ter ocorrido em período posterior à tomada de Santa Teresa, consolidando-se como rota colonial luso-brasileira somente no século seguinte.

A rota do Guebirenda, por sua vez, corresponde ao atual estuário do Guaíba, então acessado pela Barra do Rio Grande. A principal característica deste itinerário é o predomínio do deslocamento via navegação atlântica e fluvial. O comércio escravagista se dava principalmente nas margens do Guaíba, Taquari e no baixo curso do Jacuí e seus principais afluentes.

Os portugueses usufruíam dessa rota muito antes da penetração jesuítica nesse território. Seu uso foi relatado pelos Guarani ao padre Ximenez em sua expedição ao Tebicuari em 1635. Todavia, o eventual uso contínuo desse trajeto deve ser relativizado. A navegação de acesso à Lagoa dos Patos pela Barra do Rio Grande apresenta ainda hoje um elevado grau de complexidade. Pode-se presumir que as rotas terrestres progressivamente suplantaram as vias navegáveis.

De acordo com o relato acerca da tomada da redução de Jesus-Maria redigido pelo padre Diego de Boroa, em 10 de abril de 1637, a aproximação dos luso-brasileiros era notória, todavia, erroneamente acreditava-se que os invasores eram pouco numerosos e ainda encontravam-se distantes. As taipas defensivas estavam sendo apressadamente e parcialmente erigidas quando inesperadamente a tropa inimiga foi detectada a somente duas léguas de distância.

Segundo Aurélio Porto, a bandeira de Raposo Tavares percor-

reu a rota do Caaguá rumando em direção ao rio Taquari, chegando, após cerca de sete meses, à redução de Jesus-Maria. Cabe lembrar que, em 1635, o padre Francisco Ximenez partiu de Santa Teresa em missão de reconhecimento desta região, identificando ali o entreposto de Parapopi, aliado dos portugueses. Foi justamente nessa região que Raposo Tavares aprisionou provisoriamente os seus cativos em duas paliçadas distantes cerca de 12 a 14 léguas de Jesus-Maria. A bandeira não se furtou de assolar as aldeias indígenas existentes pelo caminho, o aprisionamento dos indígenas ocorria de forma concomitante ao deslocamento da tropa. Ou seja, antes mesmo da investida propriamente dita contra as reduções, já vinham assinalando com sangue indígena a expansão das fronteiras territoriais luso-brasileiras (Porto, 1954, p. 143-144).

O ataque fulminante a Jesus-Maria se deu precisamente na manhã do dia 02 de dezembro de 1636. A investida foi precedida por uma carta enviada por Raposo Tavares onde solicitava aos padres uma acolhida pacífica e informava que vinha em busca de comida para o seu exército. Jesuítas e indígenas ignoraram o ardiloso pedido e firmaram resistência com seus arcabuzes. Uma de suas grandes desvantagens, no entanto, era o baixo contingente de que dispunham. Como o povoado ainda estava em fase de estruturação, a fome insistia em assolá-los, exigindo que retornassem periodicamente às suas antigas aldeias em busca de alimentos, esvaziando assim a redução. Por consequência, conseguiram reunir cerca de 300 pessoas que se entrincheiraram nas estruturas defensivas precariamente construídas. Ali estavam os inacianos Pedro Romero, Pedro Mola, António Bernal e Juan de Cárdenas.

Ao toque de caixa e trombeta de guerra, os bandeirantes se lançaram sobre a redução. Os índios Tupi arregimentados predominantemente em São Paulo conferiam à tropa um aspecto deverás

considerável. Conforme o relatório de Boroa, integravam a bandeira aproximadamente 150 portugueses fortemente armados e cerca de 1500 indígenas equipados com suas armas tradicionais. O revide foi imediato e a troca de tiros e flechas perdurou por cerca de cinco horas, resultando em mortes de ambos os lados. Pedro Mola foi ferido na cabeça. Bernal e Cárdenas tiveram a mão e o braço atingidos. Possivelmente seguros da vitória, os bandeirantes avançavam com precaução. O cerco fechava-se progressivamente. Atingidos por flechas em chamas, os telhados da igreja e da casa dos padres foram rapidamente consumidos pelo fogo. Acuada, ferida e cercada, a resistência estendeu um lenço branco em sinal de rendição. Asseverada a capitulação, os bandeirantes adentraram agressivamente em Jesus-Maria. Cativeram e mataram muitos indígenas e suas mulheres. Ademais, confiscaram os bens dos padres e despedaçaram importantes documentos, dentre os quais o livro de batismos, casamentos e cartas anuais.

Realizada a primeira conquista, os bandeirantes organizaram a investida contra as demais reduções situadas na região. Preventivamente, o sacerdote de *San Cristóbal* esvaziou esse povoado e encaminhou os seus catecúmenos para a redução de *Sant'Ana*. Lá também se refugiaram os jesuítas de Jesus-Maria então libertados por Raposo Tavares.

Ao passo em que jesuítas e missioneiros refugiavam-se em *Sant'Ana*, os destacamentos bandeirantes continuavam sua razia aprisionando os indígenas ainda dispersos e destruindo os povoados abandonados. Uma dessas guarnições venceu os contrafortes da serra e assolou o povoado de *San Joachim*.

Em cerca de duas semanas, os jesuítas reorganizaram a resistência com o intento de deter o avanço da bandeira. Contavam então com cerca de 1600 homens que, desde o médio Jacuí, partiram de *Sant'Ana* para *San Cristóbal*, situada na margem direita do rio Pardo.

A refrega ocorreu no Natal de 1636. Por duas vezes, a resistência jesuítico-indígena conseguiu rechaçar o inimigo. Após cerca de quatro horas e meia de combate, ambos exércitos foram tomados pelo cansaço. Depois de incendiarem a igreja e a casa dos padres até então intactas, os bandeirantes retornaram de *San Cristóbal* em direção às paliçadas já conquistadas de Jesus-Maria. Jesuítas e indígenas, por sua vez, recuaram para a sua posição em *Sant'Ana*. Sendo esta, supostamente, o próximo alvo da bandeira, decidiu-se rapidamente a transferência da resistência para o povoado de *Natividad*, distante cerca de quatro léguas.

O padre superior Diego de Boroa, chegou em fins de janeiro de 1637 à redução de *Natividad*, participando assim ativamente da sequência dos fatos. O rio Jacuí servia de defesa e assinalava a nova frente de batalha. O exército missioneiro composto então por cerca de 1500 homens preparava-se para o embate quando foi surpreendido pela informação de que os bandeirantes estavam retrocedendo. Tomando a notícia como um estratagema, os jesuítas tentaram convencer os indígenas a retirarem-se para um posto mais seguro. A resposta foi enfática, antes de fugir a abandonar as suas terras, haveriam de morrer peleando.

O exército missioneiro marchou então em direção às reduções destruídas de *Sant'Ana*, *San Cristóbal*, *Jesus-Maria* e *San Joachim*. Pelo caminho sepultavam os corpos dos seus guerreiros e resgatavam os sobreviventes. Confirmaram por fim o recuo bandeirante, bem como a sua motivação. Os indígenas cativos nas paliçadas do Taquari haviam se rebelado e matado parte dos portugueses. Frente a esse contexto de insegurança, tornou-se imperativa a retirada estratégica e a reorganização do seu entreposto no Taquari, onde permaneceram por alguns meses antes de retornarem para São Paulo, com um grande número de prisioneiros.

Os jesuítas e indígenas reorganizaram-se em *Natividad*. Estarrecidas com as crueldades que haviam vivenciado, as lideranças indígenas consideraram prudente a migração para locais mais seguros nas regiões do *Parana* ou *Uruguay*. A mesma decisão foi anunciada ao padre Boroa pelas reduções da serra, dentre as quais figurava o povoado de Santa Teresa.

Essa decisão - talvez anunciada de forma exaltada - poderia ter implicado no encerramento definitivo da redução de Santa Teresa. Contudo, pouco tempo depois, o provincial Diego de Boroa descreve o recebimento de cartas dos padres informando que por amor à sua pátria e por temor à fome que sucederia à transmigração, todos haviam definitivamente se arrependido da decisão. A orientação de Boroa foi de que o assunto só deveria ser retomado caso a iniciativa partisse dos indígenas. Desse modo, o ano de 1637 foi marcado por migrações e rearranjos nas reduções de *Candelária*, *Mártires*, *Apóstoles* e *San Carlos*. Por orientação de Boroa, o padre Pedro Mola retornou a *Jesus-Maria* com o intuito de congregar os seus catecúmenos. Rapidamente reuniu cerca de 400 pessoas. Registrou ainda fugas constantes das paliçadas no Taquari.

Pedro Mola, em carta de 24 de março de 1637, relata a rápida reestruturação do povoado. Em pouco tempo semeavam as suas chácaras e tratavam de reconstruir a igreja. Em fins de março estavam ali reunidas as parcialidades de vinte caciques (Porto, 1954, p. 149). Neste ínterim, a Companhia de Jesus empenhava-se em obter apoio militar da Espanha para rechaçar eventuais investidas dos bandeirantes.

Os apelos que bradavam nos vales e serras do Tape ecoaram em Roma. Na capital do cristianismo, o papa Urbano VIII⁸ ouviu im-

⁸ Nascido Maffeo Barberini. Ocupou o cargo máximo da Igreja Católica entre os anos de 1623 e 1644.

pressionado o relato do padre Francisco Dias Taño, que para lá havia sido encaminhado na qualidade de procurador da Companhia. Ao retornarem de Roma e Madri, os inacianos traziam consigo decretos, atos de excomunhão e, finalmente, a autorização de Felipe IV - mesmo que provisória - para o uso de armas de fogo (Jaeger, 1939, p. 42-43).

No dia 07 de abril de 1637, segundo Alfredo Ellis Junior (1934, p. 151-152), o então provincial Antonio Ruiz de Montoya reuniu o conselho jesuítico. Na oportunidade determinou-se o abandono da redução de *San Joachim*. O povoado ainda se recuperava da ofensiva levada a cabo por um destacamento da bandeira de Raposo Tavares. Todavia, sua posição era demasiada exposta. Após essa determinação parte da população de *San Joachim* afluiu para o povoado de Santa Teresa. Sua posição, a mais afastada ao norte, deixava-lhe isolada.

Uma nova investida paulista era tida como certa. E, de fato, antes mesmo do retorno da bandeira que havia acometido as reduções do rio Pardo e baixo Jacuí, partiu de São Paulo uma nova expedição que selaria o destino do povoado de Santa Teresa.

A CONQUISTA DO IGAÍ

A bandeira que avançou sobre a região do alto Jacuí partiu de São Paulo no início do ano de 1637. Segundo Aurélio Porto (1954, p. 159-161), a tropa rasgou os campos de Vacaria e de Cima da Serra. No mês de maio já se encontrava instalada no Taquari, possivelmente aproveitando as paliçadas provisórias erigidas por Raposo Tavares.

A despeito de algumas lacunas decorrentes da escassez de fontes, Alfredo Ellis Junior ocupou-se de historicizar essa bandeira com base nos inventários e testamentos dos seus componentes. “Seus organizadores foram os membros das famílias mais importantes em S. Paulo” (1934, p. 154). Os postos de liderança eram ocupados pelas

famílias Bueno, Preto e Cunha Gago. O capitão Francisco Bueno encabeçava o comando da expedição. No entanto, não teria sido ele o algoz de Santa Teresa, mas sim o cabo André Fernandes.

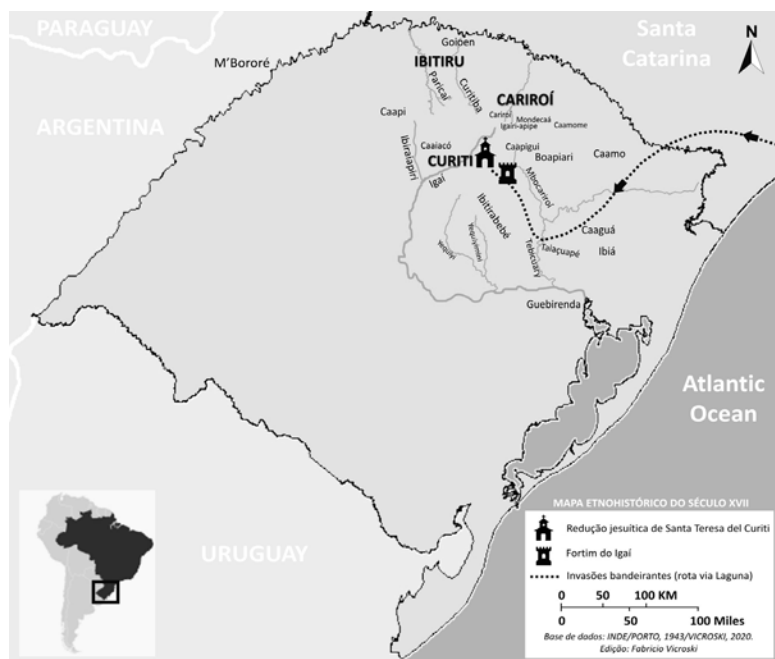


Figura 2. Mapa etnohistórico da região no século XVII. Elaboração: Fabrício J. Nazzari Vicoski.

A morte de Francisco Bueno teria ocorrido na região do Taquari, em 26 de maio de 1637. Esse episódio foi seguido pelos falecimentos de João Preto e Manuel Preto. Nos meses subsequentes, parte dos mamelucos retornou para São Paulo levando consigo um número considerável de indígenas cativos. O restante da tropa avançou para o alto Jacuí a fim de conquistar o estratégico povoado de Santa Teresa. Ao chegar na região a tropa dividiu-se em duas colunas comandadas por André Fernandes e Jerónimo Bueno. Este último prosseguiu para a região do Ijuí situada ao oeste (Porto, 1954, p. 161).

Em dezembro de 1637 os campos e florestas que delineavam as coxilhas do alto Jacuí foram palmilhadas pelos bandeirantes que rumavam em direção à Santa Teresa. O efetivo da tropa é ainda um assunto controverso. É comumente aceita a cifra de 260 paulistas apregoada por Techo. Tal estimativa foi amplamente difundida por Teschauer e reproduzida por Aurélio Porto, Jaeger, Cafruni, Olyntho Sanmartin, dentre outros pesquisadores do tema. Alfredo Ellis Junior (1934, p. 159) considera o número exagerado, uma vez que a expedição de Raposo Tavares ainda encontrava-se em campo com cerca de 120 homens. Logo, a soma de ambas as tropas estaria aquém da demografia de sertanistas paulistanos disponíveis na época.

A Carta Ânua de 1637-1639 apresenta cifras possivelmente mais precisas. O documento informa que o povoado foi saqueado por 200 bandidos lusitanos auxiliados por 500 índios Tupi, totalizando, portanto, cerca de 700 pessoas (Apud Maeder, 1984, p. 75).

Conforme a Carta Ânua de 1637-1639, a tomada da redução de Santa Teresa ocorreu no dia 18 de dezembro de 1637. Em contraste ao histórico de violentos embates entre bandeirantes e missionários, a tomada da redução de Santa Teresa foi levada a cabo sem que houvesse um grande conflito armado.

A rendição pacífica do povoado é frequentemente atribuída ao elemento surpresa conferido à bandeira. Causa estranhamento o avanço sorrateiro de tamanha tropa, invisível à população que certamente não permanecia ininterruptamente aglomerada, bem como aos espias mantidos em postos avançados. A presença de mamelucos invernando no Taquari era notória. Assim como seu intento de assolar as reduções. É possível conjecturar que a rendição espontânea seja resultado de uma decisão razoável diante do inevitável. Estarrecidos com a mortandade dos embates anteriores e cientes da grande desvantagem frente ao arsenal bandeirante, restou-lhes depositar sua

acanhada esperança na diplomacia dos padres Francisco Ximenez e Juan de Salas, então dirigentes da redução. De fato, Ximenez empenhou-se em tal investida, propondo aos algozes o resgate dos missioneiros. A soma então estipulada excedeu as suas possibilidades, falhando assim a tentativa de negociação (Maeder, 1984, p. 75).

O embate armado foi evitado, todavia, a documentação jesuítica informa que os bandeirantes agiram com atrocidade, maltratando e submetendo os indígenas a múltiplos suplícios, resultando ainda na destruição da redução. O Auto do Comissário do Santo Ofício redigido pelo padre Diogo de Alfaro - constante nos documentos da Coleção de Angelis - faz uma nítida distinção entre as reduções destruídas e aquelas despovoadas frente à possibilidade de ataque eminente. Santa Teresa é inserida na primeira categoria (Apud Cortesão, 1969, p. 163-167).

A Carta Ânua de 1637-1639 informa que os invasores subjugarão cerca de 4 mil almas que foram levadas à um acampamento pouco distante. Depreende-se, portanto, que os bandeirantes não assentaram sua base no local exato do povoado, mas sim no seu entorno, onde mantinham seus prisioneiros em paliçadas ali erigidas para este fim.

Permanece a dúvida sobre o tamanho da população de Santa Teresa no momento de sua capitulação. Tem-se como basilar a cifra de 4 mil indígenas. Tal população é compatível com o crescimento demográfico relatado nas cartas ânuas anteriores à sua destruição. Teschauer (1929, p. 30), afirma que mais de 5 mil pessoas foram batizadas em Santa Teresa. Cifra esta já apontada por Montoya em sua *Conquista Espiritual*. A população que para lá afluíu face o assalto às demais reduções parece não ter sido computada. Parte da população de *Candelaria* e, principalmente, de *San Joachim* teria agregado cerca de 500 famílias ao povoado (Porto, 1937, p. 47).

Tal contingente totalizaria facilmente uma população com cerca de 6 mil pessoas.

Aos padres fora conferida a liberdade. Entretanto, Francisco Ximenez e Juan de Salas permaneceram no povoado mesmo após a rendição, tentando na medida do possível consolar e aconselhar os indígenas capturados, sugerindo inclusive a tentativa de fuga. Essa alternativa foi bem-sucedida para cerca de uma centena de prisioneiros, conforme atesta a Carta Anua de 1637-1639.

Registrou-se também um episódio peculiar ocorrido no Natal. Curiosamente, as celebrações natalinas foram mantidas. A despeito da situação incongruente, os bandeirantes não se furtaram de tomar parte nas celebrações religiosas. Em substituição aos alfanges e arcabuzes, empunhavam firmemente velas acesas. Com semblante indiferente adentraram na igreja a fim de assistir a missa. O padre Ximenez tomou seu lugar ao púlpito onde desferiu um inflamado discurso condenando as atrocidades cometidas pelos seus ouvintes. Estes por sua vez limitaram-se a ouvir o sermão com total apatia.

Usualmente, após a captura dos indígenas e a reorganização da tropa, os bandeirantes retornavam com sua preta à São Paulo para então comercializar os prisioneiros, encerrando assim o ciclo da expedição escravagista. Esse retorno não era imediato, pois exigia uma preparação prévia, como a construção de paliçadas e até mesmo a abertura de roçados para o cultivo de alimentos. Por fim ocorria a retirada definitiva da povoação.

Santa Teresa fugiu à regra. O capitão André Fernandes percebeu a importância estratégica da posição conquistada. Ao invés de abandonar o povoado, criou ali uma base de operações que serviria de apoio às futuras incursões pelo território sulino.

É possível que a devastação efetiva da redução e a sua transformação em um arraial bandeirante tenha ocorrido logo após a par-

tida dos padres. A destruição propriamente dita é um assunto controverso. Uma parcela dos pesquisadores defende que ela é descrita não somente nos documentos oficiais - onde a narrativa por vezes era redigida com terror exacerbado no intuito de demover as autoridades -, mas também em correspondências internas, e, portanto, desprezíveis, como o bilhete que o padre Ximenez despachou de maneira astuciosa para a redução de *Apóstoles* relatando a ocupação bandeirante de Santa Teresa e alertando o padre Antonio Palermo sobre a possibilidade de um ataque iminente. No outro extremo situam-se os pesquisadores que não hesitam em discordar da versão que atesta a destruição do povoado. Para Aurélio Porto, “compreendeu o capitão André Fernandes a importância estratégica da povoação. Não a destruiu, como dizem os Jesuítas, mas organizou aí os seus quartéis de inverno, plantou roças, ergueu paliçadas e a ocupou definitivamente” (1954, p. 166).

Diante desse contexto, uma versão intermediária nos parece plausível. Sob o ponto de vista operacional, a rendição espontânea da população tornaria desnecessária a destruição do povoado. Outrossim, o episódio da missa natalina atesta que na semana seguinte à capitulação ao menos a igreja mantivera-se intacta. No entanto, o aprisionamento dos catecúmenos desmobilizou completamente a redução. Considerando que o posto bandeirante não foi instalado no local exato da missão, mas sim nos seus arredores, pode-se presumir que após a retirada dos padres os bandeirantes procederam ao desmonte definitivo das edificações e o aproveitamento do madeirame na construção das paliçadas. Procedimento similar ocorreu na redução de *Apóstoles*, onde as vigas da igreja foram utilizadas para erigir sete fortins nos arredores do povoado (Apud Maeder, 1984, p. 78). Naquele contexto, o reaproveitamento dos materiais construtivos apresentava-se como uma opção prática e até mesmo óbvia.

Supõe-se, portanto, que a destruição da redução não tenha ocorrido na invasão propriamente dita, mas sim em decorrência do desmonte das edificações e aprisionamento de sua população. Considerando que a tropa marchou a partir do Taquari, presume-se que o arraial tenha sido alocado em algum ponto ao sudeste do povoado.

Aurélio Porto destaca a localização estratégica de Santa Teresa como um dos principais atrativos levados em consideração pelo capitão André Fernandes. Ao abordar os fatores geoeconômicos das bandeiras que adentraram no hodierno Rio Grande do Sul, Jaime Cortesão fundamenta a sua análise nas fontes históricas da Biblioteca Nacional (1969, p. 4). Os documentos evidenciam que as bandeiras de Raposo Tavares e André Fernandes não tinham por objetivo unicamente a captura de mão de obra indígena, mas sim a defesa dos interesses comerciais luso-brasileiros.

O local ficou conhecido como posto, fortim ou arraial do Igaí, topônimo alusivo ao alto Jacuí. Por vezes também denominado de Santa Teresa do Igaí, Santa Teresa dos Pinhais ou simplesmente Posto dos Pinhais. Sua administração ficou a cargo do padre Francisco Fernandes de Oliveira, filho do capitão André Fernandes.

A diferença crucial entre o arraial do Igaí e as demais bases de apoio criadas pelos bandeirantes no atual Rio Grande do Sul, reside na sua perenidade. Ao passo que os outros locais eram utilizados de forma provisória, o posto dos Pinhais foi transformado num fortim e incorporado à dinâmica do bandeirismo como suporte às sucessivas investidas contra os povoados missioneiros no século XVII.

Infelizmente não dispomos de pormenores acerca da organização ou funcionamento desse importante entreposto. Sabe-se que o local foi fortificado por meio de paliçadas. Foram abertos roçados e exploradas as invernadas para a criação do gado. Quando abandonaram Santa Teresa, os padres Ximenez e Salas lamentaram profunda-

mente a renúncia de aproximadamente 500 cabeças de gado, além de uma quantidade menor de vacas, porcos e cabras que então passaram a abastecer o fortim bandeirante.

Conforme a arqueóloga Cláudia Uessler (2006, p. 52), a definição de fortim no contexto das fortificações platinas refere-se a um pequeno assentamento de campanha fortificado. Tais estruturas eram utilizadas como pontos de apoio de tropas ou para a defesa de posições estratégicas e fronteiriças. A sua função e a disponibilidade de matéria-prima determinavam as técnicas construtivas. Podendo ser empregadas paliçadas, taipas, trincheiras e pedras.

Após a tomada de Santa Teresa, as razias bandeirantes dilataram-se pelas Províncias do Tape e Uruguai. A marcha preadora seguiu para *San Carlos*, *Apóstoles*, *Candelaria* e *Caaró*. Os indígenas cativos em *San Carlos* foram remetidos às paliçadas de Santa Teresa. Após uma marcha de aproximadamente três meses, o destacamento liderado pelos capitães Francisco de Paiva e António Pedroso tornou a concentrar-se em Santa Teresa, trazendo consigo cerca de dois mil indígenas cativos (Porto, 1954, p. 167-171). Por fim, a região do alto Ibicuí passou a ocupar o posto de último reduto missioneiro na banda oriental do Uruguai, em breve também desarticulado.

Nesse processo, coube aos indígenas três destinos: retirar-se para lugares mais seguros, a exemplo dos territórios ocidentais do rio Uruguai; serem aprisionados para o cativeiro escravista; ou a tentativa de retorno ao modo de vida tradicional, refugiando-se fora das rotas bandeirantes.

Aproximadamente dois anos após a sua partida, a tropa finalmente havia regressado a São Paulo, no início de 1639, levando consigo milhares de indígenas aprisionados. O apologeta Alfredo Ellis Junior define essa ação como “uma das mais notáveis façanhas em toda a história do bandeirismo paulista e um dos mais memo-

ráveis capítulos na história da conquista do Rio Grande do Sul” (1934, p. 162).

Durante esse período, a aparente passividade manifestada pelos catecúmenos de Santa Teresa não foi estendida aos demais povoados. A resistência indígena foi reorganizada sob o comando do cacique *Nheenguirú*. Os embates sangrentos que se sucederam infringiram baixas para ambos os lados, com frequentes vantagens para os luso-brasileiros.

O capitão André Fernandes retornou a São Paulo com o grosso da tropa em 1639. Veio a falecer em Santana de Parnaíba, em 1657, então com mais de 80 anos.⁹ Ignora-se por quanto tempo o padre Francisco Fernandes de Oliveira deteve-se no posto do Igaí. Sabe-se, no entanto, que no dia 2 de fevereiro de 1653 tomou posse como vigário em Santana de Parnaíba (Mota, 2007, p. 23).

As investidas do capitão André Fernandes foram sucedidas por outras bandeiras que assolaram o Rio Grande do Sul. Destaca-se as expedições comandadas por Jerônimo Pedroso de Barros, Manuel Pires, Domingos Cordeiro, além de Fernão Dias Paes Leme, notório sertanista conhecido com o “caçador de esmeraldas”. Sua presença no Tape foi concomitante à atuação de André Fernandes. É possível que a bandeira de Paes Leme também tenha usufruído do posto de abastecimento no Igaí, uma vez que o local se firmou rapidamente como um polo estratégico das ações escravagistas no Rio Grande do Sul.

Em janeiro de 1638, o padre Montoya encontrava-se no Rio de Janeiro. Ali, em companhia do padre Taño aguardava o navio que os levaria para Madri e Roma. Na Europa tinham a missão de convencer o monarca Felipe IV e o pontífice Urbano VIII a adotarem medidas contra os descabros piratinheiros infligidos aos catecúmenos

⁹ Luís Gonzaga da Silva Leme, em sua *Genealogia Bandeirante*, informa incorretamente que o capitão André Fernandes teria falecido em 1641.

missioneiros. Neste ínterim, Montoya redigiu uma carta ao padre Juan de Hornos atualizando as informações que lhe acostavam acerca das bandeiras paulistas. A carta informa que 300 homens haviam partido de São Paulo para Santa Teresa, acrescentando ainda que muita gente estava partindo para o Tape por via marítima. Montoya também relata ter se deparado com muitos indígenas do Tape na cidade do Rio de Janeiro. Lamentava também que muitos missioneiros aprisionados em 1637 padeceram de fome pelo caminho. Já os recém-chegados eram vendidos por oito, dez ou quinze patacas (Apud Cortesão, 1969, p. 291-293).

Esse contexto de efervescência escravocrata luso-brasileira no Rio Grande do Sul teve o seu revés culminante na Batalha do M'bororé, em 1641, quando os paulistas ousaram atravessar o rio Uruguai para a margem direita. Para Jaeger (1939, p. 53-54), a bandeira capitaneada por Jerônimo Pedroso de Barros e Manuel Pires era a mais bem preparada em relação às investidas anteriores, contudo, era também mal dirigida. Destaca três principais elementos motivadores, a saber, o desejo de revide às investidas e derrotas infligidas pelos missioneiros; o anseio em afastar os espanhóis para plagas distantes e, por fim, a captura de mão de obra escrava destinada aos mercados nordestinos. Os números acerca dos componentes da bandeira oscilam entre 350 e 450 luso-brasileiros e aliados, acrescidos de 1200 a 3 mil índios tupi. Parte desse efetivo teria se concentrado no posto do Igaí antes de partir para a investida a cerca de 250 km ao noroeste. Por sua vez, o exército missioneiro contava com cerca de 4 mil soldados equipados com suas armas tradicionais, além de 300 arcabuzes, dezenas de canoas e peças de artilharia improvisadas.

O embate fluvial e terrestre se deu em março de 1641 na região do M'bororé, afluente da margem direita do rio Uruguai, na atual divisa da Argentina com a fronteira noroeste do Rio Grande do Sul.

Após alguns dias de enfrentamentos diretos e escaramuças em batalhas navais e infantarias terrestres, os bandeirantes viram-se acuados e desbaratados. Por fim debandaram. Os missioneiros, por sua vez, os perseguiram incansavelmente, ignorando inclusive os pedidos de trégua, artifício já utilizado como embuste em conflitos anteriores.

Um índio Tupi aprisionado pelos missioneiros revelou que o capitão da bandeira traçou uma rota de fuga. Os sobreviventes fariam sua retirada em três direções. Partiriam juntos da região do Acaragua em direção ao arroio Guarumbaca, afluente do rio Uruguai, dividindo-se ali em três frentes. Parte da tropa avançaria pela região do Iguaçu (sentido nordeste). Outro grupo seguiria pelo curso do rio Uruguai à montante (sentido leste), onde buscaria suporte nas aldeias de índios Jê. Por fim, um terceiro destacamento cruzaria o rio Uruguai na altura do Salto do Yucumã, tendo como rumo as paliçadas de Santa Teresa, ou melhor, o arraial do Igaí. A partir daí rumariam para o sul em direção ao antigo povoado de Jesus-Maria, prosseguindo então pela tradicional rota do Caamo e Caaguá (Apud Cortesão, 1969, p. 364). A estratégia de fuga foi colocada em prática, sem evitar, no entanto, constantes baixas ao efetivo bandeirante.

Dentre os documentos da Coleção de Angelis encontra-se um minucioso relato da Batalha do M'Bororé redigido pelo padre Cláudio Ruyer no mês seguinte ao embate (Apud Cortesão, 1969, p. 345-346). Ruyer foi o padre provincial responsável pelas articulações prévias do exército missioneiro. Em seguida adoeceu e foi substituído pelos padres Pedro Mola e Pedro Romero. De seu relato depreende-se um fato até então ignorado pela historiografia. A Batalha do M'Bororé acabou por evitar um iminente ataque missioneiro ao fortim bandeirante do Igaí. Segundo Ruyer, antes mesmo de receber o alerta enviado pelo padre Boroa informando a aproximação dos portugueses, o padre provincial já havia tomado as devidas precau-

ções para guarnecer as fronteiras. Além das sentinelas e milícias que faziam a vigilância dos povoados, Ruyter informa que os missioneiros realizavam constantes exercícios militares. A relativa demora dos portugueses em atingir as cabeceiras do Uruguai acabara por deixar os indígenas impacientes e ansiosos pelo enfrentamento. Por fim, um exército de mais de mil índios com armas de fogo partiu em direção à Santa Teresa. Esse exército seria engrossado por mais de duzentos índios armados que se preparavam para partir da Província do Uruguai em direção ao Tape. Pouco antes de chegarem à antiga redução de Santa Teresa, foram informados de que deveriam prontamente retornar devido à aproximação dos portugueses no alto Uruguai. Dessa forma, a convocação para a defesa de outra frente de batalha impediu que as milícias missioneiras escrevessem uma nova página na história de Santa Teresa, circunscrevendo esse episódio ao campo das conjecturas hipotéticas.

Na Argentina, a Batalha do M'Bororé é rememorada como um marco histórico que limitou o avanço português sobre a mesopotâmia argentina. Para a historiografia rio-grandense, o embate é comumente lembrado como o episódio que encerrou definitivamente as razias bandeirantes neste território.

De fato, não houve mais registros de bandeiras regulares, excetuando-se a grande investida bandeirante sobre Buenos Aires, em 1651. Entretanto, a atuação dos escravagistas paulistas perdurou por várias décadas. As bandeiras foram substituídas por pequenas incursões ou entradas que dispunham de menor contingente, e, portanto, com efeitos localizados. Ao invés de milhares, os indígenas capturados passaram a ser computados as dezenas.

A capitulação das missões frente às investidas bandeirantes acarretou o êxodo Guarani. Entretanto, não houve um esvaziamento do território, mas sim um novo arranjo na dinâmica de ocupação do

espaço decorrente do decréscimo populacional que acabou por favorecer o predomínio Jê, cuja supremacia só foi definitivamente ameaçada pelo avanço das frentes de colonização a partir do século XIX.

Talvez impelidos pela capacidade de adaptação lapidada frente os fenômenos de fronteira, os Jê desempenharam os mais variados papéis históricos. Figuraram não apenas dentre a população missioneira como também engrossaram as legiões indígenas que acompanhavam as tropas sertanistas. Havia ainda uma parcela que buscava perpetuar seu modo de vida tradicional sem interferências externas, tanto durante como após o período missioneiro. O fato é que após o êxodo Guarani, a sanha preadora bandeirante voltou seus olhos para as populações Jê.

Diante daquela conjuntura, o arraial bandeirante do Igaí acabou por se consolidar como polo irradiador das atividades escravagistas luso-brasileiras no século XVII no território do hodierno Rio Grande do Sul. Infelizmente, a escassez de documentos históricos praticamente relegou ao esquecimento este importante episódio da história sulina. As fontes documentais jesuítas e paulistas nos permitem vislumbrar precariamente uma sequência cronológica de três décadas de presença bandeirante no alto Jacuí.

Segundo os dados levantados por Aurélio Porto nos manuscritos da Coleção de Angelis (1943; 1954), em 1656, o corregedor do *pueblo* de Japeju foi informado acerca de presença de um grupo de paulistas que estava aprisionando indígenas na banda oriental do Uruguai. prontamente, organizou-se uma milícia que surpreendeu os bandeirantes Manuel Preto, Pascoal da Ribeira e Francisco Cordeiro, amparados por um grupo de aproximadamente 50 índios Tupi fortemente armados. A tropa já havia capturado um número considerável de indígenas não cristianizados, isto é, grupos étnicos Jê e provavelmente também índios pampeanos. Os paulistas e seu

séquito foram obrigados a assumir o lugar dos seus prisioneiros e então encaminhados para Japeju. Porém, pelo caminho conseguiram empreender uma fuga bem-sucedida. Por fim, os demais prisioneiros revelaram que o posto do Igaí vinha sendo constantemente utilizado como base de operações pelos paulistas, onde provinham-se de pólvora e demais mantimentos necessários às suas malocas.

No ano de 1669, mais uma vez chegava a notícia da iminente aproximação dos inimigos paulistas. Desta vez, os alvos seriam as reduções da margem direita do Uruguai, em especial Japeju. Tal informação foi relatada às autoridades da redução de *San Tomé* por antigos aliados dos paulistas que se estabeleceram no povoado aliando-se aos missioneiros (Porto, 1954, p. 194-195).

No mesmo ano, o alerta foi reiterado perante o corregedor da redução de *San Francisco Javier*. *As informações foram prestadas por dois indígenas que outrora moravam no povoado de Santa Teresa. Ambos haviam sido batizados pelos padres Francisco Ximenez e Simon Maçeta. Quando crianças foram capturados pelos portugueses e levados para São Paulo. Por fim, movidos pelo ímpeto de retornarem à sua terra natal conseguiram fugir com suas mulheres e filhos. Os indígenas confirmaram ao corregedor D. Thomas Potira que os portugueses de São Paulo de fato preparavam-se para assolar as doutrinas dos rios Paraná e Uruguai. O objetivo era acabar com todos os *pueblos* e vingar seus parentes mortos nas refregas passadas. Acrescentaram ainda que os portugueses se reuniam no antigo povoado de Santa Teresa destruído por André Fernandes. Ali obtinham comida e o apoio necessário às suas campanhas* (Apud Vianna, 1954, p. 347-348).

O ano de 1669 constitui o marco cronológico que as fontes documentais nos permitem rastrear acerca do período de funcionamento do arraial bandeirante no alto Jacuí. A ampliação dessa

cronologia depende da descoberta de novas fontes, sejam elas históricas ou arqueológicas. É certo, porém, que as populações caboclas e kaingangs enraizaram-se na região após o abandono do enclave mameluco.

Do ponto de vista das populações indígenas, os bandeirantes podem ser encarados como a versão luso-brasileira dos conquistadores espanhóis que assolaram os povos incas e astecas no século XVI.

Estima-se que no lapso temporal inserido entre a bandeira de Raposo Tavares (1635) e a transmigração dos povoados missionários para a margem direita do rio Uruguai (1640), tenham sido subjugados cerca de 30 mil indígenas na Província do Tape e arredores (Santos; Osório, 1987, p. 359-360). Muitos Guarani, no entanto, permaneceram em seus antigos territórios sem vínculo com o projeto jesuítico. Ao contabilizar as vítimas diretas e indiretas das razias bandeirantes no Rio Grande do Sul, Jaeger computou as populações capturadas, emigradas, desalojadas ou mortas nos combates, totalizando assim uma população estimada de 200 mil pessoas (1939, p. 58). Tal densidade demográfica só seria recomposta no século XIX já com grande participação dos imigrantes europeus.

Nesse cenário de completa desolação para as populações nativas, o fortim de Santa Teresa do Igai se consolidou como o polo irradiador dos exploradores escravocratas luso-brasileiros do hodierno Rio Grande do Sul no século XVII.

Nesse processo surgiu o caboclo – primeiro gentílico rio-grandense – resultado da relação do europeu, mameluco, cafuso, Tupi, com as mulheres indígenas locais. Para Tau Golin (2007, p. 455), o caboclo é o componente mais importante do povo da região, o qual posteriormente viria a se misturar num outro processo de miscigenação com as correntes migratórias subsequentes. Foi ele o mediador do conhecimento indígena que alavancou a colonização desse território.

BALUARTE ESCRAVOCRATA

Após a capitulação de Santa Teresa, o padre Simon Maçeta enviou um requerimento ao comissário do Santo Ofício do Paraguai solicitando auxílio militar contra a bandeira de André Fernandes, que se preparava para expandir o seu raio de ação. Além da preocupação com os povoados missioneiros, Maçeta também demonstrou receio com o risco iminente de perda territorial das Províncias e terras pertencentes à coroa de Castela. Dentre os portugueses vinham também holandeses, cujo objetivo não era capturar índios, mas sim avançar pelo território com o intuito de chegar até o Peru e conquistar Potosí (Apud Cortesão, 1969, p. 237-238).

Mesmo diante de um contexto de tensões e ameaças constantes decorrentes das invasões holandesas no Nordeste, os interesses geopolíticos dos paulistas voltavam-se insistentemente para o sul.

Exatamente um século separam a criação do posto bandeirante do Igaí, em 1637 da fundação do presídio e Forte de Jesus-Maria-José, em Rio Grande de São Pedro (1737). A primeira data é praticamente desconsiderada pela historiografia de matriz lusitana, ao passo que a segunda é rememorada como o marco inicial da ocupação meridional portuguesa. Fala-se em marco formal de povoamento para distingui-lo das iniciativas anteriores, consideradas informais ou de caráter efêmero.

Independentemente da versão oficial, os fatos históricos ocorridos na Província do Tape no século XVII assinalaram o avanço territorial da frente de expansão luso-brasileira sobre o território castelhano, acarretando a desmobilização das missões jesuíticas e a criação de uma possessão bandeirante militarizada no alto Jacuí. Nas palavras de Alfredo Ellis Junior (1939, p. 173), “estava conquistado o Tape, invadido o Rio Grande, expulso o

jesuíta, escravizado o índio, esmagado o castelhano, e recuado o Meridiano de Tordesilhas”. Por no mínimo três décadas, a manutenção dessa conquista foi amparada pelo arraial do Igaí, constituindo-se na primeira ocupação bandeirante duradoura em terras gaúchas. “Representou o papel de reduto escravagista, porém serviu também de primeiro marco, antes mesmo que o Rio Pardo, da penetração luso-brasileira no Rio Grande do Sul” (Cafruni, 1966, p. 405).

As disputas territoriais entre espanhóis e lusitanos envolviam processos dinâmicos de conquista e ocupação, sobretudo, durante o período da União Ibérica (1580 - 1640). As ações práticas de expansão territorial nas colônias nem sempre eram explícitas ou oficialmente chanceladas pelos governantes.

Conforme destaca a pesquisadora Fernanda Sposito (2012, p. 171), “as missões iam fazendo a abertura do caminho para a colonização”. Basicamente pode-se afirmar que “onde elas não se instalaram, a colonização não podia passar”. Por sua vez, as investidas bandeirantes desarticulavam essa frente de expansão espanhola e dilatavam os domínios luso-brasileiros. Para Cafruni (1966, p. 307-309), André Fernandes tinha conhecimento da importância das bandeiras para o movimento expansionista, sua invasão dos sertões sulinos não seria unicamene motivada pela incursão preadora. Ao desvelar a posição estratégica do alto Jacuí, o bandeirante vislumbrou também a sua ocupação territorial. “Transformou Santa Teresa em baluarte do bandeirismo no Rio Grande do Sul, elegendo-o em substituição a Taiaçuapé e Pirajubi” (postos provisórios de concentração de escravos, no rio Taquari e no Rio Pardo).

É difícil conceber que diante das efervescentes disputas territoriais que marcaram aquele período, as conquistas bandeiran-

tes fossem reduzidas à captura de mão de obra indígena. Ainda que de forma velada, as bandeiras davam vazão ao anseio expansionista lusitano. Se por um lado não havia um apoio explícito a tais investidas, por outro, a convivência das autoridades coloniais acabava por endossar ou mesmo incitar as ações.

Ademais, as lideranças bandeirantes compunham a elite paulistana. Em tal posição dispunham em grande medida do governo. As bandeiras eram oficializadas pela Câmara de São Paulo, cujos vereadores, para além dos serviços burocráticos, ocuparam-se em capitanear as tropas que palmilharam o Tape (Santos; Osório, 1987, p. 355-356). Enquanto os governantes espanhóis não eram tão explícitos em auxiliar efetivamente os jesuítas, as autoridades lusas atuavam diretamente na organização do movimento bandeirante, favorecendo a ampliação dos domínios territoriais.

Ao estudar os documentos da Biblioteca Nacional do Brasil, Jaime Cortesão (1969, p. 4) evidenciou importantes fatores geoeconômicos das bandeiras do Tape. Em especial, as campanhas de André Fernandes e Raposo Tavares não consistiam “única e cruamente na caça aos índios das reduções”. A manutenção das possessões conquistadas também garantia a defesa da organização comercial dos portugueses. Ao implantar as reduções, os jesuítas o fizeram “em posições iminentemente estratégicas”. Com isso, vizavam desestruturar as alianças entre as lideranças indígenas e os bandeirantes, impactando assim economicamente os interesses luso-brasileiros. Não bastava, portanto, subjugar os indígenas, era necessário garantir a soberania territorial que possibilitaria a manutenção de sua estrutura comercial.

Com base nos estudos de Pablo Hernández e nos escritos de Nicolás del Têcho, o pesquisador Amadeu Fagundes de Oliveira

Freitas esclarece que no século XVII os bandeirantes e portugueses construíam fortes como forma de tomar posse dos territórios. O sistema de emboscadas que partia dessas fortificações desestabilizava “as tentativas de fazendas jesuítico-espanholas dentro do Rio Grande do Sul” (1975, p. 666-688). O posto do Igaí foi o mais profícuo entrincheiramento bandeirante em terras ao sul do alto Uruguai.

A despeito do seu caráter militarizado, o cotidiano do posto do Igaí devia aproximar-se das pequenas povoações seicentistas. Possivelmente, a maior parte dos seus habitantes era absorvida pelas atividades de subsistência do povoado, como a manutenção dos roçados e a pecuária incipiente. A população era composta por paulistas e indígenas aliados. Não por acaso, o caboclo, fruto da miscigenação, firmou-se nos séculos seguintes como uma figura emblemática – e marginalizada – no processo de colonização da região.

No lugar do bandeirante, ficaram aspectos de sua herança mestiça, que, nos entrecruzamentos étnicos, resultou no caboclo, tendo no ventre da mulher dos povos indígenas da região a sua formação. Esse novo gentílico dedicou-se principalmente à agricultura de subsistência e ao extrativismo da erva-mate, atividades que lhes impunham uma condição de semi-nomadismo. Nos séculos subsequentes a miscigenação cultural e étnica prosseguiu entre os caboclos e os índios Jê. O seu conhecimento do ambiente e das práticas tradicionais foi fundamental para o avanço das frentes de colonização dos séculos XIX e XX na região norte do Rio Grande do Sul.

O retorno das missões às antigas possessões da banda oriental do Uruguai só foi possível a partir de 1682. Por sua vez, a presença dos bandeirantes no posto do Igaí pode ser rastreada até 1669.

Neste ínterim ocorreu a fundação da Colônia de Sacramento em 1680, episódio apontado por Cafruni como uma das prováveis causas do abandono do arraial. Soma-se a isso o declínio do ciclo açucareiro no Nordeste e a descoberta de metais preciosos nas regiões sudeste e centro-oeste do Brasil. Esse redirecionamento dos interesses geopolíticos bandeirantes acabou por inviabilizar a manutenção do fortim do Igaí. O abandono da região permitiu o retorno progressivo dos jesuítas e missionários. O alto Jacuí jamais tornaria a receber um povoado missioneiro, todavia, a exploração dos seus ervais e campos de pastagens adquiriu grande importância para o desenvolvimento econômico e social, integrando-se aos domínios territoriais de *San Juan* e *San Luis*. Essa reorganização do espaço missioneiro era composta por um mosaico de estâncias, postos de vigia e capelas espalhadas pelas cabeceiras do Jacuí.

A Estância ou Vacaria dos Pinhais também dispôs em sua origem do gado remanescente do antigo rebanho de Santa Teresa, chegando a contar, no século XVIII com dezenas de milhares de cabeças, acarretando a consolidação do importante ciclo econômico marcado pelo tropeirismo.

O seu abandono possivelmente também contribuiu para que a sua memória tenha praticamente caído no esquecimento. Todavia, os seus reflexos geopolíticos ecoaram pelos séculos subsequentes. O sistema de fortificações bandeirantes – do qual o posto do Igaí fazia parte – foi um dos mais proeminentes argumentos utilizados pelo Barão do Rio Branco, juntamente com as demarcações do Tratado de Madri, para evidenciar as possessões bandeirantes na disputa de limites entre Brasil e Argentina. O episódio, conhecido como Questão de Palmas, ocorreu entre 1890 e 1895. Grover Cleveland, então presidente dos Estados Unidos, atuou como árbitro da questão analisando a documen-

tação produzida pelas representações diplomáticas. Por fim sua decisão foi favorável à posição brasileira.¹⁰

Apesar de não se situar no território em litígio, o funcionamento do posto do Igaí ocorria de forma articulada com os entrincheiramentos de Campo Erê e Apiterebi, então instalados dentro dos limites do território reclamado. Para Amadeu Freitas, o papel desempenhado pelas fortificações deve ser apreciado conjuntamente, uma vez que guardavam estreita ligação entre si.

Do ponto de vista geoeconômico, a *prea indígena* não seria um elemento suficiente para justificar a fixação bandeirante no alto Jacuí por um período superior a três décadas. Além de desnecessária, tal medida não condiz com o sistema de incursões transitórias que caracteriza as bandeiras. À luz dos interesses geopolíticos, o arraial bandeirante do Igaí representou os primórdios da ocupação luso-brasileira no Rio Grande do Sul, antecedendo em um século as ações formais de povoamento pelo Estado colonial. Seu caráter escravagista, efêmero e nefasto projeta-se como uma sombra que timidamente ofusca as reluzentes páginas da história oficial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de formação histórica do estado brasileiro do Rio Grande do Sul guarda ainda uma série de lacunas cujo esclarecimento poderia contribuir para o entendimento de vários aspectos da construção identitária e cultural da sociedade sul-rio-grandense. Tal circunstância decorre em parte do desconhecimento ou desinteresse

¹⁰ *Obras do Barão do Rio Branco I*: questões de limites República Argentina. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

acerca dos complexos fenômenos históricos que de alguma forma influenciaram ou contribuíram para a concepção da sociedade atual. O objetivo vislumbrado na presente pesquisa foi justamente a defesa argumentativa de que a redução jesuítica de *Santa Teresa del Curiti* constitui um desses episódios com grande potencial informativo para a compreensão das particularidades históricas que caracterizam a formação histórica do Rio Grande do Sul.

Ao compor uma “história oficial” e eleger como marco inicial da ocupação formal portuguesa a fundação do presídio e Forte de Jesus-Maria-José, em Rio Grande de São Pedro, em 1737, a historiografia suprimiu o protagonismo indígena e desconsiderou os primórdios dos processos históricos de formação social, cultural e geopolítica ocorridos no século XVII.

Envolta pela névoa do esquecimento, a distante história da redução jesuítica de *Santa Teresa del Curiti* e do arraial bandeirante do Igaí permaneceu quase inacessível aos olhos dos pesquisadores, sendo integrada pela produção historiográfica – mesmo que timidamente – somente em meados do século XX. No entanto, a narrativa é marcada por dados incongruentes e superficiais. A lacuna é justificada frente à carência de fontes documentais. Essa história ainda parcial foi aqui abordada, desvelada, atualizada e complementada mediante a abordagem integrada de fontes históricas, cartográficas e arqueológicas.

Mostrou-se fundamental a contribuição das *Cartas anuas de la Provincia Jesuitica del Paraguay, 1632-1634*, documentos até então inexplorados para a escrita da história da redução de Santa Teresa. As cartas expõem a postura proativa assumida pelos indígenas diante de acontecimentos marcantes, como a fundação e transmigração do povoado, refutando a costumeira dicotomia que trivialmente classifica os diferentes atores entre dominadores (europeus) e domi-

nados (indígenas), subestimando o papel das populações nativas na condução das articulações sociais e políticas da época.

A versão histórica idealizada na qual os indígenas se submetem passivamente, ou mesmo inocentemente, ao cristianismo, deve ser suprimida em benefício da abordagem resoluta e realista. A proclamação do evangelho deve ser relativizada. Os indígenas eram movidos pelos seus interesses comunais e pelo senso de sobrevivência. A integração à frente missional configurava uma estratégia de defesa e resistência frente à ameaça constituída ao seu modo de vida tradicional. Ao aliar-se aos jesuítas, os indígenas buscavam costurar uma aliança que ocasionalmente poderia lhes assegurar algum privilégio ou vantagem no âmbito do reordenamento geopolítico regional.

Não menos importante é a evidenciação dos fatores geoeconômicos das ações capitaneadas por Raposo Tavares e André Fernandes. Para além da captura de mão de obra indígena, as bandeiras viavam a expansão territorial e a defesa dos interesses comerciais que alavancavam as frentes de colonização lusitanas no Brasil. Convém lembrar que muitas sertanistas eram também legisladores, e, portanto, autoridades coloniais.

O arraial do Igaí foi incorporado à dinâmica do bandeirismo como suporte às sucessivas investidas contra as populações indígenas e como ponta de lança para o recuo do meridiano de Tordesilhas sobre o território espanhol. De acordo com a documentação colonial, a construção de fortins era uma das principais estratégias adotadas pelos bandeirantes para garantir a posse do território. Dessa forma, durante mais de três décadas o local se consolidou como polo irradiador das ações escravagistas, constituindo-se na primeira ocupação luso-brasileira duradoura no hodierno Rio Grande do Sul, mantendo a sua continuidade no fenômeno do caboclo, entre outras consequências. Futuras abordagens sobre o surgimento do primeiro

gentílico sul-rio-grandense e sua atuação na colonização desse território, devem emergir a partir do arraial bandeirante do Igaí, fenômeno histórico intrinsecamente relacionado com a gênese do caboclo, um marco fundante ignorado pela historiografia. Episódio funesto e inglório, mas também menosprezado e suprimido. Sua existência deve ser rememorada e apreendida para que possamos compreender e reconhecer as bases históricas e os conflitos sociais sobre os quais nossa sociedade está assentada.

O êxodo Guarani; o ciclo econômico da erva-mate; o tropeirismo; a Vacaria dos Pinhais; a territorialidade Jê no norte do Estado e a miscigenação que deu origem ao caboclo são alguns dos temas que perpassam pelas implicações históricas envolvendo a presença de bandeirantes e jesuítas em território indígena do alto Jacuí no século XVII. Tais temáticas asseveram-se também como possibilidades futuras para o prosseguimento das pesquisas.

Por fim, percebe-se que as implicações históricas e geopolíticas decorrentes da fundação da redução jesuítica de *Santa Teresa del Curiti* reverberaram pelos séculos subsequentes. Ao focalizarmos a perspectiva histórica regional percebe-se não somente suas peculiaridades e efeitos locais, mas também a complexidade das relações sociais e sua correlação com a geopolítica mundial, o que torna o tema ainda mais relevante no âmbito historiográfico.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, A. H. F. *O Mergulho no Seculum: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial*. 1. ed. Porto Alegre: Ed. Animal, 2013.

BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

CAFRUNI, Jorge E. *Passo Fundo das Missões: História do Período Jesuítico*. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1966.

CORTESÃO, Jaime (Org). *Jesuitas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Manuscritos da Coleção de Angelis. Volume I. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

CORTESÃO, Jaime (Org). *Jesuitas e Bandeirantes no Tape (1615-1641)*. Manuscritos da Coleção de Angelis. Volume III. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

CORTESÃO, Jaime (Org). *Do Tratado de Madri à Conquista dos Sete Povos (1750-1802)*. Manuscritos da Coleção de Angelis. Volume VII. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

ELLIS JR., Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

ELLIS JR., Alfredo. *Meio Século de Bandeirismo – 1590-1640*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. *A morte no centro da vida – reflexões sobre a cura e a não-cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609 – 1675)*. Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC. Belo Horizonte, 2000.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

FREITAS, Amadeu Fagundes de Oliveira. *Geopolítica bandeirante. Parte Primeira – Sudoeste Brasileiro*. Volume II. Porto Alegre: Editora Emma, 1975.

FREITAS DA SILVA, André Luis. *Reduções Jesuítico-Guarani: espaço de diversidade étnica*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFDG, 2011.

JAEGER, Luiz Gonzaga. *As primitivas Reduções do Rio Grande do Sul*. In: PORTO, Aurélio (Org.) *Terra Farroupilha*. 1ª Parte. Porto Alegre: 1937.

JAEGER, Luiz Gonzaga. *As invasões bandeirantes no Rio Grande do Sul (1635-1641)*. 2.ed. Porto Alegre, Typographia do Centro, 1939.

GOLIN, Tau. *A Fronteira: 1763 - 1778 - história da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional*. v.3. Passo Fundo: Méritos, 2015.

GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Org.) *Povos Indígenas. História Geral do Rio Grande do Sul*, vol. 5. Méritos: Passo Fundo, 2009.

MAEDER, Ernesto. *De las misiones del Paraguay a los estados nacionales. Configuración y disolución de una región histórica: 1610-1810*. In: GADELHA, Regina. *Missões guaranis: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo: Educ, 1999.

MAEDER, Ernesto (Org.). *Cartas ânuas de la Provincia Jesuítica del Paraguay 1632-1634*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, Livraria Platero, 1990.

MAEDER, Ernesto (Org.). *Cartas ânuas de la Provincia Jesuítica del Paraguay 1637-1639*. Buenos Aires: Fundacion para la Educacion, la Ciencia y la Cultura. Buenos Aires, FECIC, 1984.

MONTEIRO, Jonatas da Costa Rego. *As primeiras reduções jesuíticas no Rio Grande do Sul: 1626-1638*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Ano XIX. Porto Alegre: IHGRS, 1939.

MOTA, Camila. *Edição de documentos oitocentistas e estudo da variedade linguística em Santa de Parnaíba*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007.

NEUMANN, Eduardo. *O trabalho guarani missioneiro no rio da Prata Colonial, 1640-1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

Obras do Barão do Rio Branco I: questões de limites República Argentina. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 9, Volume I. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943.

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Coleção Jesuítas no Sul do Brasil. Volume III. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

PORTO, Aurélio (Org.) *Terra Farroupilha*. 1ª Parte. Porto Alegre: 1937.

RUIZ DE MONTTOYA, Antônio. *Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Tradução de Arnaldo Bruxel e Artur Rabuske. 2.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

SANMATIN, OLYNTHO. *Bandeirantes no sul do Brasil*. Porto Alegre: A Nação, 1949.

SANTOS, J. R. Q. *As Missões Jesuítico-Guaranis*. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Org.). *Colônia* (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v.1). Passo Fundo: Méritos, 2006.

SANTOS, J. R. Q.; OSÓRIO, Getúlio Xavier. *A ação dos bandeirantes no Tapê (1636-1641)*. Veritas – Revista Trimestral da PUCRS. Porto Alegre: PUCRS, 1987.

SCHMITZ, Pedro Ignacio (Org.). *As casas subterrâneas de São José do Cerrito*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2014.

SPOSITO, Fernanda. *Santos, heróis ou demônios? Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América Meridional (São Paulo e Paraguai/ Rio da Prata, séculos XVI e XVII)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2012.

TECHO, Nicolas del. *Historia de la Provincia del Paraguay de la Compañía de Jesús*. Versión del texto latino por Manuel Serrano y Sans. Tomo Tercero. Asunción: Madrid Libreria y Casa Editorial A. de Uribe y Compania, 1897.

TECHO, Nicolas del. *Historia de la Provincia del Paraguay de la Compañía de Jesús*. Versión del texto latino por Manuel Serrano y Sans. Tomo Cuatro. Asunción: Madrid Libreria y Casa Editorial A. de Uribe y Compania, 1897.

TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*. Porto Alegre: Selbach, v.1, 1918; v. 2, 1919; v. 3, 1921.

TESCHAUER, Carlos. *Porandúba Riograndense*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1929.UESSLER, Cláudia de Oliveira. *Sítios arqueológicos de assentamentos fortificados Ibero-Americanos na Região Platina Oriental*. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2006.

VIANNA, Hélio (Org.). *Jesuítas e Bandeirantes no Uruguai (1611-1758)*. Manuscritos da Coleção de Angelis. Volume IV. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970.

VICROSKI, Fabricio José Nazzari. *Índios, jesuítas e bandeirantes no Alto Jacuí: implicações históricas e geopolíticas da redução de Santa Teresa del Curiti*. Passo Fundo: Acervus Editora, 2021.

II

Dinâmicas de assenhoreamentos nas terras em Passo Fundo no século XIX

DIEGO JOSÉ BACCIN

O que os relojoeiros têm em comum aos historiadores? Segundo Margarida S. Neves, a curiosidade, isto é, uma condição de interesse intrínseco àquilo que ocorre por trás de mostradores e ponteiros. Na condição de relojoeiro, a disposição pela maquinaria que move os ponteiros na sucessão rítmica, tenaz e linear de minutos e horas. Já para os historiadores, o empenho na investigação de outras engrenagens, em especial por aquelas que fornecem subsídios para compreender a “(in)lógica do tempo” (Neves, 1991, p. 54). Na condição de historiador, busco compreender alguns traços característicos da historicidade da região Norte rio-grandense, a partir do território de Passo Fundo, em uma periodicidade que abrange o século XIX e as primeiras décadas do XX.

A questão central a ser desenvolvida é de entender o processo apropriativo das terras regionais como um fenômeno de assenhorea-

mento fundiário empreendido por indivíduos e grupos em condições de efetivar posses variadas em propriedade titulada. Para tanto, algumas particularidades fundamentais relacionadas a este fenômeno apropriativo são: deixar em evidência alguns desses sujeitos que estiverem envolvidos neste processo de assenhoreamento das terras no Norte rio-grandense; e esboçar a dinâmica dos assenhoreamentos em contraposição à ideia de “ocupação” e “povoamento”, aludindo a tramas de relações de força e poder entre os senhores de terras regionais, espaços apropriados e territorialização política-administrativa em municípios desmembrados do antigo território de Passo Fundo.

O FENÔMENO DO ASSENHOREAMENTO DAS TERRAS REGIONAIS

O assenhoreamento é caracterizado por uma experiência relacional apropriativa acerca das ações de sujeitos/grupos com os recursos fundiários. Emprego a expressão em decorrência do sentido de senhor, ou seja, aquele que se assenhora, toma para si e, conseqüentemente, a legitimidade de seu ato é reconhecida por outros. Em *Por trás dos senhorios*, Manoela Pedroza contribui para essa discussão, principalmente quando a autora, em sua argumentação e com base no *Vocabulário Português e latino*, de Rafael Bluteau, discorre conceitualmente sobre os termos de “senhorio” ou “senhoria”, “senhorrear” e “senhorear-se” (Pedroza, 2020, p. 105-106). Mediante a indicação, busquei em Bluteau a compreensão desses termos conceituais, o que me permitiu entender que o termo Senhor deriva de *Senior*, e identifica o indivíduo mais ancião do povo. O termo, a partir da entrada dos Lombardo na Itália, se imiscuiu ao sentido de domínios de alguém sobre um bem, pois entre esses povos havia o costume/tradição de que, tendo o Senhor de algum lugar muitos filhos, deveriam

ser repartidos entre todos os recursos fundiários disponíveis, porém o governo do lugar ficava com o filho mais velho, nomeado como o *Senior illius loci*, ou “o mais ancião do lugar”. Com o tempo, o herdeiro passou a ser chamado de “o senhor da terra”. Nesse sentido, a ideia de Senhor identifica um indivíduo que é o “dono” absoluto dos bens vinculados à terra, já a concepção de “senhorio” ou “senhoria” está vinculada à conotação de domínio sobre o bem. Nesse mesmo viés, a ideia de “senhorear” remete a ter poder de mando e domínio, e a de “senhorear-se” vincula-se à “senhoriagem”, que é o direito que pertence ao senhor (Bluteau, 1720, p. 579-582).

Foi, no entanto, o estudo de Carmem Margarida Oliveira Alveal, *História e Direito: sesmarias e conflito de terras entre índios em freguesias extramuros no Rio de Janeiro (século XVIII)*, que possibilitou a definição desse conceito como “o fenômeno que traduzia o fato de que pessoas se apossavam de determinadas terras, cultivavam-nas e já incorporavam seus status de senhor de terras” (Alveal, 2002, p. 190). Essa compreensão estava bem próxima do entendimento acerca do fenômeno apropriativo que se desenvolveu entre o século XIX e XX no Norte do Rio Grande do Sul, especialmente no território de Passo Fundo. Portanto, à vista disso, se objetiva demonstrar que o processo de apropriação de terras na região de Passo Fundo, explicado pelo binômio ocupação-povoamento, é, de fato, um fenômeno de assenhoreamento de terras.

Assim, o que estou considerando ser um fenômeno de assenhoreamento é o processo apropriativo de terras ocorrido na região Norte rio-grandense, caracterizado pelas ações de indivíduos ou instituições que investiram sobre as áreas através da condição privilegiada de classes ou setores públicos privados que ocupavam, efetivando a posse e o domínio sobre elas, com meios de regulamentá-las em propriedade. O assenhoreamento é, notadamente, o momento

em que indivíduos se tornam senhores de terras – o que ocorreu no início do século XIX – e em que grupos de indivíduos passam a se apropriar os espaços regionais, territorializando e legitimando seus domínios em propriedade, ascendendo de senhores da guerra para senhores da terra e, na condição de “proprietários”, titulados ou não, se constituem em elites locais. Contudo, se dá também a partir de um assenhoreamento público/privado de governos e da iniciativa privada, prevalente no século XX e desenvolvido com os empreendimentos coloniais aplicados na região.

Compreender o assenhoreamento da terra significa entender a conjuntura desse fenômeno e as condições em que se realizaram a posse, o domínio e a propriedade da terra no Norte do Rio Grande do Sul, de modo especial no território do município de Passo Fundo. Nesse contexto, entende-se que a posse significa o poder físico que alguém (indivíduo, grupo, instituição) exerce sobre algum bem, neste caso, a terra; já o domínio, a vinculação de usufruir desse bem, desfrutando e usando dessa terra, na perspectiva da produção e de moradia; e a propriedade, como sendo a titularidade formal de um bem, uma instrumentalização burocrática legalmente documentada na forma da lei. Para tanto, intento demonstrar facetas do assenhoreamento de terra que permeou o Norte rio-grandense em seu vasto território que abrangia os domínios administrativos de Passo Fundo, recuperando características gerais de um processo ocorrido entre os séculos XIX e XX.

Ao pensar o processo de assenhoreamento das terras regionais de Passo Fundo, convém salientar que a região esteve habitada desde tempos “imemorais” por povos originais Kaingang. A partir do século XIX, este espaço foi sendo gradativamente apropriado por distintos sujeitos, com notoriedade para a ação de luso-brasileiros. Aliás, essa apropriação é ampliada com a imigração e colonização

étnica europeia na região. Esses acontecimentos apropriativos compreendidos pela ação de luso-brasileiros e pela imigração/colonização foram compreendidos como parte de um processo de “ocupação” das terras regionais e justificados, em parte, pelo discurso oficial do Relatório dos Presidentes de Província, que amalgamou a ideia de “ocupação” e “povoamento”, relacionando-os à noção de preenchimentos de “espaços vazios” ou “desertos”, o que justificaria (e se desejaria) a existência de ações apropriativas que estabelecessem poses e domínios sobre terras supostamente disponíveis.

Por este motivo considero que a adesão à ideia de “ocupação” foi estratégica e conveniente para as elites agrárias regionais brasileiras. Afirmo isso ao compreender que a ideia de “ocupação” reiterou uma narrativa de posse e domínios dos recursos fundiários de forma a mascarar tensões e conflitos decorrentes do processo de legitimação, revalidação e regularização que permearam a estrutura fundiária brasileira entre os séculos XIX e XX. Em outras palavras, a consolidação de uma ideia de terras ocupadas no Brasil se deve a uma leitura da realidade sócio-histórica brasileira sob a influência da legislação agrária promulgada no início da segunda metade do século XIX. Notadamente, a Lei de Terras de 1850 e seu Decreto de 1854 dispuseram normatizações jurídicas sobre as terras devolutas brasileiras, acerca daquelas que estavam possuídas independentemente da condição legal, se a apropriação havia sido realizada por sesmaria ou por posse simples, disciplinando a necessidade de demarcação, regularização e legitimação desses domínios em propriedade, como também a promoção da colonização nacional e estrangeira do território.

Diante dessa legislação, termos como “ocupação”, “ocupadas”, “ocupante”, “ocuparem” perpassaram os marcos jurídicos brasileiros. Na Lei de Terras, poderiam ser consideradas devolutas, dentre outras especificidades, as terras que não se achassem ocupadas por

posses, que apesar de não se fundamentarem em título legal, fossem legitimadas. Já o Decreto de 1854 disciplinava que as terras a serem legitimadas eram todas aquelas posses que se achavam em poder do primeiro ou segundo ocupantes, não adquiridas por título legítimo, havendo somente a ocupação. E considerava que estavam sujeitas à revalidação as terras ocupadas por sesmeiros ou concessionários, sendo que estas deveriam ser medidas e demarcadas.

Para ponderar a ideia de ocupação a partir da realidade do acesso e permanência nas terras da porção Norte rio-grandense a partir do território de Passo Fundo, na observação de alguns atos apropriativos realizados entre o século XIX e as primeiras décadas do XX, é preciso levar em consideração o processo de apropriação fundiária desenvolvido por luso-brasileiros que passaram a se estabelecer na região, bem como a imigração e colonização europeia empreendida naquela área. Estes acontecimentos são descritos como sendo parte de um processo de ocupação do território regional, relacionados à ideia de ocupação e de povoamento dos “espaços vazios” ou “desertos”, o que justificaria o estabelecimento de domínio sobre estas terras.

Sendo assim, analisando a abrangência territorial do Rio Grande do Sul, é possível afirmar que a ocupação mais expressiva dos espaços na formação de territórios ocorreu com o início da colonização portuguesa e se prolongou até 1709. Até essa data, a região sulina (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) estava integrada à capitania de São Paulo, sob jurisdição da capitania do Rio de Janeiro. Depois, passou a integrar o Governo de Santa Catarina, e, em 1807, passou a ser a capitania geral de São Pedro, com governo autônomo. A partir de 1824, passa a ser Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. E com o advento da República, em 1889, a antiga província passou a constituir o estado do Rio Grande do Sul (Fundação de Economia e Estatística, 1981, p. 10). Em decorrência do Alvará ou

Provisão Real de 7 de outubro de 1809, foram criadas quatro povoações, o que demarcou o início do municipalismo na região, ocorrendo a primeira divisão territorial em áreas administrativas. Nesse ato, foram criados os municípios de Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha (Figura 1) (Comissão de Assuntos Municipais, 2002, p. 9).

É de se observar que a formação do território sul-rio-grandense e seu processo de desmembramento em municípios foram condicionados pelo fator de povoamento, desenvolvido em três fases. A primeira, consoante ao povoamento das áreas de campo pela população luso-brasileira, com atividade central pecuarista, com formação de municípios em regiões de campos de pastagens, com grandes extensões territoriais, baixa densidade demográfica e poucas subdivisões de núcleos populacionais, características específicas da historicidade sul-rio-grandense até o início do século XIX. Na segunda, a partir de 1824, a colonização e a imigração europeia iniciaram um novo padrão de povoamento, assentado em antigas áreas florestais, com foco na agricultura como atividade principal, o que promoveu a formação de muitos núcleos populacionais e a intensificação do comércio dos produtos produzidos (Estado..., 2018, p. 11). Por fim, na terceira, se estabeleceu um processo de municipalização acelerado devido a alterações constitucionais introduzidas em razão das Constituições de 1946, 1967 e 1988, que criaram uma maior flexibilização acerca dos requisitos mínimos necessários para a viabilização da criação de um novo município. Inclusive, para o Rio Grande do Sul, a década de 1980 foi o período de maior profusão na criação de municípios em toda a sua história (Estado... 2018, p. 12-13).

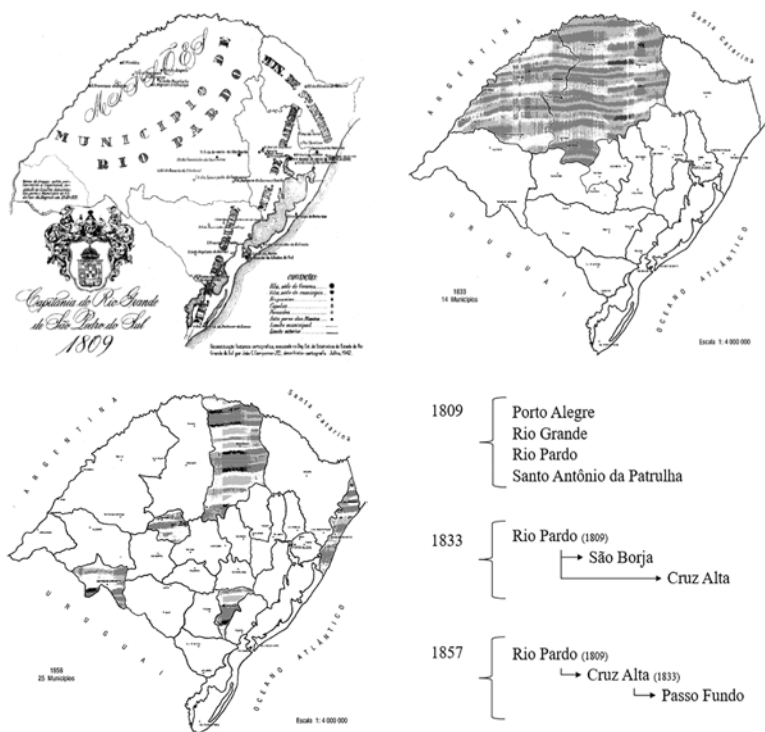


Figura 1. Municípios do Rio Grande do Sul em 1809, 1833 e 1857. Elaboração do autor. Fonte: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1981, p. 46-47. COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS. *Evolução Municipal: Rio Grande do Sul 1809-1996*. Porto Alegre: 2002, p. 10-17.

Em *A construção tardia do território no norte do Rio Grande do Sul*, Aldomar Rückert analisa que Passo Fundo, sendo inicialmente uma povoação de Cruz Alta, foi elevada à condição de freguesia em 1847 e à de município em 1857. Passava, assim, a ser um dos maiores municípios da então província, com uma área de 24.802 km² e uma população de 8.208 habitantes. Entre os anos de 1918 e 1931, seu território possuía a extensão de 8.638 km², dos quais mais de 4.000 km² eram de florestas, já amplamente colonizadas. Nessa época, suas

terras já estavam completamente apropriadas por antigos senhores e colonos, acirrando disputas entre indígenas e caboclos que estavam em condição de expropriação de suas antigas possessões (Rückert, 1996, p. 30-32).

Em 1857, o território de Passo Fundo constituía uma grande abrangência de extensão de terra, o que fez com que o município estivesse entre um dos maiores do território que viria a ser o estado do Rio Grande do Sul. Com o transcorrer dos tempos, esse território foi passando por alterações em razão de um processo de desterritorialização realizado pelos desmembramentos, ou seja, pela municipalização – intensificada no decorrer das décadas.

Em relação às emancipações que ocorreram no século XIX, destacam-se duas: a de Palmeira das Missões e a de Soledade. A primeira decorreu do assenhoreamento do alferes, depois brigadeiro, Athanagildo Pinto Martins, que atuou como militar e miliciano. Sua apropriação de terra se deu por volta de 1816. Antes, em 1815, Pinto Martins participou da Real Expedição da Conquista de Guaparuva; no ano seguinte, abriu a vereda até São Borja, justamente nessa expedição buscava um caminho para facilitar o comércio de gado entre São Paulo e Rio Grande do Sul.

Roselys Roderjan, em *Raízes e Pioneiros no Planalto Médio*, e Adari Ecker, em *Trilha dos Pioneiros*, relatam que Athanagildo Martins foi afastado do regimento de milícias de Curitiba e, após a expedição de 1816, passou a ser comandante do corpo de guerrilhas, servindo no Rio Grande do Sul no posto de capitão, na luta contra Artigas. Tinha fixado residência no final da década de 1820, assumiu o cargo público de vereador em Cruz Alta – desde sua instalação até 1844 – e lutou ao lado dos legalistas durante a Revolução Farroupilha (Roderjan, 1991, p. 123-125) (Ecker, 2007, p. 115-116).

Helen Scorsatto Ortiz, sobre a lei de terras e a formação do lati-

fúndio no Norte do Rio Grande do Sul a partir do caso de Soledade, auxilia a análise do assenhoreamento miliciano na região. Em seu estudo, afirma que a ocupação oficial das terras de Soledade teve início na primeira metade do século XIX, com a doação de sesmarias. Ainda, declara que, em 1816, o tenente André Ferreira de Andrade e seu filho, o furriel (oficial de infantaria ou cavalaria) de milícia, Vicente Ferreira de Andrade, receberam uma sesmaria requerida ao marquês de Alegrete, ante a alegação de que os campos estavam sob sua posse desde 1803 e de que ali desenvolviam a atividade de criação de animais (Ortiz, 2006, p. 83).

Os demais municípios são emancipados em contextos que permearam praticamente todo o século XX, de 1903 a 1992. O primeiro desmembramento se deu com o surgimento de Guaporé. Sobre isso, Giovani Balbinot, em *Desenvolvimento econômico do município de Guaporé*, compreende que a historicidade do município está vinculada à fundação oficial da Colônia Guaporé, em 1892, apresentando como característica fundamental a ocupação de lotes coloniais demarcados em períodos anteriores. O autor também relata que a ocupação foi realizada pela migração interna, com os deslocamentos de imigrantes e seus descendentes para novas colônias devido ao esgotamento das terras, ao aumento demográfico e a uma disponibilidade de trabalho que não estava sendo absorvida (Balbinot, 2014, p. 44-49).

Tal argumentação corrobora o olhar de Jane Seminotti Giaretta, em *O Grande e Velho Erechim*, quando afirma que a consolidação da propriedade do tipo privada na região Norte rio-grandense ocorreu basicamente a partir de 1908. No caso de Erechim (1918), a então colônia atraiu imigrantes e descendentes das colônias velhas pelas circunstâncias já nomeadas, bem como pelo desenvolvimento do sistema ferroviário. Ainda, salienta que, no que refere a Erechim, a ocupação do território foi excludente, acirrando tensões entre pos-

seiros estabelecidos nas terras e os novos ocupantes instituídos proprietários pelo sistema colonizador (Giaretta, 2008, p. 14-29).

Já o município de Getúlio Vargas, segundo registra Ângelo Fabril, na obra *Getúlio Vargas 80 anos*, surgiu do processo de ocupação das margens da estrada de ferro, em 1911. Afinal, com a chegada do trem e a inauguração da estação férrea de Erechim, foi estabelecida a ligação com a capital, Porto Alegre, e com as colônias velhas e outros estados. Sendo assim, seu surgimento está intimamente ligado ao decreto do governo do estado do Rio Grande do Sul de 1908, que criou uma colônia no município de Passo Fundo, a Colônia Erechim (da qual Getúlio Vargas fazia parte), inicialmente chamada de Paiol Grande (Fabris, 2014, p. 6-10).

Em região próxima (Sertão e Coxilha), a construção da estrada de ferro que atravessava a região contribuiu para a intensificação da procura por terras e para o interesse na regulamentação e legitimação de antigas apropriações. A região de Sertão foi, até sua emancipação, uma seção do distrito de Coxilha, o qual integrava o município de Passo Fundo. As primeiras apropriações na região datam de 1840, quando ocorreu a apropriação da terra por Francisco Barros de Miranda.

Sherol dos Santos, em *Territórios étnicos no pós-abolição*, relata que Francisco Barros de Miranda viera de São Paulo, dedicou-se ao tropeirismo de gado e tornou-se membro da elite local, foi Juiz de Paz no 3º distrito de Passo Fundo (Coxilha), vereador, intendente, e comandou o 5º Corpo da Guarda Nacional durante a Guerra do Paraguai. As propriedades de Francisco Miranda cobriam a quase totalidade do 3º distrito, sendo seu vizinho, nesse local, Amâncio de Oliveira Cardoso, seu concunhado, casado com Balbina Prudência de Souza, irmã de Maria Prudência de Souza, esposa de Francisco Miranda (Santos, 2009, p. 133-134).

Em *Arquétipo da propriedade privada*, escrito em parceria com

Ironita A. P. Machado, construímos uma compreensão sobre o que chamamos de ocupação/apossamento do espaço na formação do território do Norte rio-grandense, como princípio de entendimento para a formação da propriedade privada na região, levando em consideração um caso de medição, demarcação e desmembramento, requerido ao Juízo Distrital do Cível e Crime de Passo Fundo em 1920, de uma fazenda que pertencia ao tenente-coronel Amancio de Oliveira Cardoso. Cabe dizer que o Sr. Amancio foi vinculado ao Partido Liberal, liderado em Passo Fundo pelo major Antônio Ferreira Prestes Guimarães, além disso, aderiu ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), foi vereador e integrou as tropas federalistas na região durante a Revolução Federalista, ocorrida nos estados do Sul do país entre 1893 e 1895 (Machado; Baccin, 2019, p. 55).

Relacionado ao nome de Amancio de Oliveira Cardoso estão de Manoel Amancio Teixeira, casado com Esolina Cardoso Teixeira, filha de Amancio Cardoso. Manoel, no inventário da morte de seu sogro, adquiriu como herança uma porção de campo e mato localizada na Fazenda Roseira, e, com o passar do tempo, comprou as partes de outros herdeiros. Depois, o nome de Manoel Amancio Teixeira foi associado à formação de um núcleo de comercialização de terras chamado de Sede Teixeira, designado como 11ª seção do distrito de Coxilha, do município de Passo Fundo, que, a partir de 1922, passou a pertencer ao distrito de 7 de setembro (atual Charrua), e, em 1929, foi transformado no 14º distrito de Passo Fundo, tornando-se Tapejara em 1940 (Machado; Baccin, 2019, p. 73).

Conta-se também que o antigo povoado de Água Santa – que recebera essa denominação devido a uma gruta localizada próxima à sede do atual município, a qual, acreditava-se, tinha propriedades milagrosas – teve seus direitos vendidos aos Teixeiras por marechal Marcos de Oliveira Fortes, “a quem cabia a decisão e a quem todos

obedeciam, ainda que por medo”. Tal transação se efetivou a partir de uma possível relação de interesse e poder em Sede Teixeira (Tapejara), na área de terra colonial empreendida por Manoel Amancio Teixeira, posto que Marcos de Oliveira Fortes é descrito, em *Tapejara: origens e desenvolvimento*, como Juiz Distrital de Sede Teixeira, na década de 1920 (Bortolini; Spanhol; Defaveri, 2016, p. 198). Assim, de um lado, encontrava-se um proprietário e colonizador, e, de outro, um agente de direito, ambos com atuação em Sede Teixeira, o que talvez denote uma estrutura de poder favorável à concretização de interesses recíprocos, tanto de Teixeira quanto de Oliveira Fortes.

Álvaro Rocha Vargas, em *Do Caapi ao Carazinho*, descreve que, em 1827, Rodrigo Felix Martins, irmão de Athanagildo Pinto Martins, se estabeleceu em Pinheiro Marcado, nos “Campos de Jacuhyzinho”, podendo ser considerado o patriarca de Carazinho (1931). Afirma, ainda, que o alferes Rodrigo Felix Martins foi o primeiro a adquirir uma sesmaria, estabelecendo-se na Fazenda São Benedito, próxima do distrito de Carazinho. Cabe dizer que as terras do alferes Rodrigo abrangiam todo o território de Carazinho, além dos distritos adjacentes, com exceção de Almirante Tamandaré do Sul, que pertencia a seu cunhado Francisco Leandro de Quadros. Sobre o povoado, relata-se que foi iniciado em 1880, com uma doação de terra realizada por Possidônio Ribeiro de Sant’Ana Vargas, que, em memória de seu filho Pedro Vargas, teria adquirido uma área de terra e realizado a doação em prol da edificação de uma capela (Vargas, 1980, p. 52-60).

Associadas à história de Carazinho estão as regiões de Tapera e Victor Graeff e, ainda acrescento, Selbach. Tapera, com um empreendimento colonizatório iniciado em 1897 a partir do coronel Gervário Lucas Annes, adquiriu uma ampla área de terra na Colônia do Alto Jacuí. Victor Graeff fez parte do território de Carazinho até

1954, quando transferido para Não-Me-Toque. Até a sua emancipação, utilizou o nome de Cochinho, devido ao arroio de mesmo nome, uma rota de tropeiros que, à época, como em outras regiões, teve a chegada da colonização étnica europeia. Cristiele Terhorst, em *Selbach: uma história?*, afirma que o discurso oficial diz que a colonização do município ocorreu em 1897, com o Coronel Jacob Selbach, homem de prestígio e amigo do então presidente da província Júlio de Castilho. A área de terra pertenceu sucessivamente a Passo Fundo, Carazinho e Tapera (Terhorst, 2015, p. 4-5).

Isso exposto, em *A Construção do território da região de Ronda Alta*, Aldomar Rückert traz informações a partir dos autos de legitimação de posse de Luiz Pereira de Campos Vergueiro, de 18 de abril de 1871. Tal documento mostra a Fazenda Sarandi como um exemplo significativo de legitimação de posse de terras pela Lei de Terras de 1850 e afirma que a área da fazenda chegou a perfazer 71.160 ha, sendo inicialmente denominada de Fazenda do Bugre Morto. Essas terras teriam sido obtidas em 1831 pelo sargento-mor das milícias do Império João da Silva Machado (Rückert, 1999, p. 20), que, entre seus cargos, foi comandante superior da Guarda Nacional e coronel honorário do Exército, participou nas fileiras imperiais na Guerra dos Farrapos, e foi agraciado com o título de Barão de Antonina.

Nesse sentido, considera-se que, na década de 1870, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, genro do Barão de Antonina, autorizou a medição e demarcação de terras contíguas adquiridas por “posse antiga” e pacífica. Na década seguinte, João Vergueiro, filho de Campos Vergueiro, aumentaria substancialmente a Fazenda Sarandi ao acrescentar a essas posses contíguas as Fazendas do Cedro, do Bugre Morto e do Alvoredado (Rückert, 1999, p. 20). Já em 1906, Nicolau Araújo Vergueiro, filho de João e neto de Luiz Vergueiro, vendeu a

fazenda para uma empresa uruguaia, surgindo um empreendimento de colonização particular, a “Colônia Sarandy”. Nicolau Vergueiro exerceu funções políticas na região passo-fundense e no estado do Rio Grande do Sul: iniciou a carreira política no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), em 1909, foi deputado estadual de diversas legislaturas, também deputado federal pelo Rio Grande do Sul, participou da Frente Única Gaúcha (FUG) e da fundação do Partido Social Democrático (PSD).

Em 1894, ainda relacionado ao território de Sarandi, surgia um povoado entre a Fazenda do Cedro, do coronel Barroso, e a Fazenda Sarandi, do capitão João Vergueiro, com o nome de Pontão. Uma região marcada por históricas disputas de terras, como as desapropriações realizadas na década de 1970 para a construção da hidrelétrica do Passo Real, e, anos mais tarde, na década de 1980, a ocupação da Fazenda Annoni, marco histórico da reforma agrária no Brasil.

Outros territórios coloniais que deram origem a municípios são as localidades de Marau, Ibiaçá, Ciríaco, David Canabarro, Ernestina e Mato Castelhano. Por mais que houvesse, em cada uma dessas regiões, suas idiossincrasias, o processo de apropriação se efetivou a partir de 1912, contexto em que se abre o mercado de terras públicas para imigrantes europeus e seus descendentes das antigas colônias. Boa parte dos núcleos formados se dedicou à atividade extrativista madeireira e seu beneficiamento em serrarias ou à atividade agrícola de gêneros diversos. Um destaque especial há de ser dado para Mato Castelhano. Esse município foi criado a partir do desmembramento de Campo do Meio, pertencente a Vacaria, e passou a abranger o território de Passo Fundo no contexto de ajustes territoriais realizados no século XIX. Vale destacar que se tratava de uma região de mata de araucárias, um território étnico de domínio Kaingang, que foi sucessivamente hostilizado durante as incursões de assenhoreamento

territorial efetivadas por luso-brasileiros e imigrantes no decurso da colonização da região Norte rio-grandense.

De todas as regiões distritais do antigo território de Passo Fundo que, em conjunturas específicas dos séculos XIX e XX, se desmembraram e formaram municípios emancipados, as que surgiram eminentemente em contexto colonial diante do processo de colonização pública e privada da região Norte rio-grandense são os atuais municípios de Guaporé, Erechim, Getúlio Vargas, Água Santa, Marau, Ibiaçá, Ciríaco, David Canabarro, Ernestina e talvez Mato Castelhano. Certamente há uma historicidade anterior ao assenhoreamento colonial, mas foi este processo que acirrou as disputas entre caboclos, indígenas e posseiros, estes transformados em “intrusos” perante suas posses, e os “intrusos” convertidos em proprietários.

Uma ideia recorrente é a associação do processo de colonização via imigração europeia direta ou de descendentes das colônias velhas como um processo de ocupação e povoamento dos espaços territoriais. Se assim tão somente fosse, não teria havido, como ainda persistem, diversos problemas sociais que decorreram do acesso e permanência na terra. Na região de Erechim, como em outras, os ocupantes originários foram desalojados em prol do empreendimento colonial, que sob a argumentação de “sertões” e “desertos”, e na condição jurídica de serem consideradas devolutas, foram comercializadas através de investimentos fundiários públicos ou privados.

O que estou considerando é que a colonização no Rio Grande do Sul é percebida como um grande marco civilizatório para o estado. Este está relacionado às condições de um uso mais racionalizado da terra, na medida em que esta passa a ser intensamente explorada em seus recursos, com geração de excedentes comercializáveis, ora oriundos do extrativismo, ora da pecuária ou da agricultura. Com isso, o acesso à terra, no bojo das transformações jurídicas inerentes

à regulamentação advinda da Lei de Terra de 1850, faz da terra um bem, como um produto, que pode ser comprado e vendido, e, como consequência, pode gerar lucratividade – também com a terra e não somente com o produto dela decorrente.

Penso que a colonização também pode ser percebida como um fenômeno de assenhoreamento sobre territórios já ocupados por populações nacionais e indígenas, pois o discurso da ocupação de terras e do povoamento como vias civilizatórias de integração regional ao progresso “justifica”, de certo modo, as expropriações realizadas de antigos posseiros, de caboclos, de pequenos ervateiros, de indígenas, de arraiais negros constituídos em quilombos. A ideia de ocupação para o século XIX e início do XX relaciona-se à percepção do preenchimento de lugares vazios, de terras vagas e disponíveis. Relaciona-se, do mesmo modo, à povoação, à ideia do não habitado, que, revestida da identificação étnica europeia, transfigurou a demografia para representar a consolidação de uma comunidade moral, isto é, de indivíduos reunidos em prol da consolidação de um desenvolvimento civilizatório. Por isso, ocupação e povoamento são insuficientes em sua representação de significados conexos ao processo que descrevem, o que não ocorre com o conceito de assenhoreamento.

Afinal, este seria um assenhoreamento de Estado: o governo, enquanto um ente político-jurídico-administrativo, apropria-se de algo. Essa argumentação pode soar estranha, pois se a colonização estatal no Rio Grande do Sul ocorreu em terras públicas, ou seja, devolutas, o governo estaria somente ocupando aquilo que de direito já lhe pertencia. Nesses termos, reconheço somente um processo de ocupação espacial na formação de um território colonial a partir da medição, demarcação e comercialização de lotes de terras. Agora, se houve processos de implementação colonial em que usurparam posses e domínios, transferindo titularidades e outorgando-as legal-

mente em propriedade para outros indivíduos, pode-se afirmar que ocorreu um processo de assenhoreamento sobre a terra.

Outro aspecto relevante diz respeito às personalidades nomeadas nesse fenômeno de assenhoreamento da terra: indivíduos como Athanagildo Pinto Martins, Rodrigo Felix Martins, André Ferreira de Andrade, Vicente Ferreira de Andrade, Francisco Barros de Miranda, Amancio de Oliveira Cardoso, Manoel Amancio Teixeira, Gervásio Lucas Annes, Jacob Selbach e João da Silva Machado. Alfes, capitão, comandante, coronel, ou seja, membros de uma hierarquia militar ou miliciana.

Essa presença militar foi exercitada por milicianos originários de tropas regulares ou não, que passaram a se estabelecer em terras via concessão autorizada ou simples posse efetivada pela ação individual. Quando afirmo que o fenômeno do assenhoreamento se dá nesse momento e sob esse aspecto – de que indivíduos investiram sobre áreas se valendo da condição privilegiada de classes que ocupavam, efetivando a posse e domínio sobre elas com meios de regulamentá-las –, estou dizendo que o assenhoreamento, para a região Norte rio-grandense, é, também, e talvez principalmente, a conjuntura em que esses senhores da guerra passaram a se constituir em senhores da terra.

Dois estudos podem corroborar o aspecto que pretendo demonstrar, ou seja, trazem uma quantidade significativa de indivíduos que, por diversas ocasiões, foram senhores da guerra e que, num contexto regional específico, de tempo e espaço, se transformaram em senhores da terra. Um é a obra *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul*, de Corcino Medeiros dos Santos, sobre a ocupação do território sul-rio-grandense; o outro, de autoria Paulo Afonso Zarth, é *História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*, que, em uma parte de sua obra, retrata a relação existente entre a apropriação de terras, a formação de estâncias pastoris no Sul do Brasil e a presença militar.

Tanto Santos quanto Zarth compreendem que a partir da segunda metade do século XVIII há uma verdadeira corrida em busca de sesmarias e pedidos de concessão, os quais são realizados, principalmente, por parte de antigos aventureiros, pequenos agricultores desiludidos, mas notadamente por militares que voluntariamente se afastaram das funções para se tornarem estancieiros, bastando, para isso, escolher o terreno, fixar-se, edificar rancho e deixar algumas cabeças de gado nos pastos, para, depois, sem constrangimentos, solicitar a titularidade das possessões. O militarismo, nessa perspectiva, estava inserido em uma condição de classe privilegiada. No caso sulino, procuravam obter respaldo moral acerca de suas apropriações, apresentando-se como defensores da pátria, sendo, na verdade, uma categoria de “usurpadores da terra” (Santos, 1984, p. 47; Zarth, 1997, p. 37). Nesse viés, Zarth utiliza a expressão “usurpadores da terra” ao tratar da ocupação e do povoamento na região Norte do estado do Rio Grande do Sul, e certamente o faz no sentido de apropriação indevida, fraudulenta, na qual alguém se estabelece em coisa alheia. Essa usurpação, no que estou argumentando, seria uma característica da qual decorre do fenômeno do assenhoreamento da terra, que pode ser associado a outras, como o contexto da intrusão, do esbulho ou da grilagem.

Acredito que essa relação e condição em que ocorre o assenhoreamento de terras, em alguns distritos que formavam a região de Passo Fundo, nomeia alguns desses senhores da guerra, que galgaram a possibilidade de se transformarem em senhores da terra a partir do estrato social ao qual pertenciam e da rede de parentela e sociabilidades estabelecidas. Esses, com as apropriações realizadas, se veem na condição de proprietários fundiários, desde que seus apossamentos fossem legitimados, principalmente a partir do processo da colonização, quando a região Norte rio-grandense passa a

ser o destino da imigração, fato que faz com que o assenhoreamento do solo se intensifique. Tal fator influencia esses senhores da terra, ou melhor, seus herdeiros, a adquirir as titulações, provando que as localidades pertenciam a particulares, e que, portanto, não se encontravam devolutas (situação que, para camadas populares de variados posseiros e indígenas não aldeados, representou a condição de serem categorizados como intrusos).

Novamente, saliento que esses senhores da guerra – agora senhores da terra –, na condição de proprietários (legitimados ou não), tiveram acesso à estrutura de poder local, e constituíram-se, a partir das sociabilidades estabelecidas, em elite econômica e política. Além disso, imiscuíram-se em Câmaras Municipais e Intendências. Outros atingiram cargos nas Assembleias Legislativas Estaduais e Federais. Associaram-se também em uma rede de parentela, e, com isso, monopolizaram a estrutura de acesso e permanência da terra e as relações políticas locais. Essas características se relacionam aos domínios dos irmãos Martins em Palmeiras das Missões e Carazinho, às relações de Francisco Barros de Miranda e Amancio de Oliveira Cardoso entre Coxilha e Sertão, e, mais tarde, de Amancio Teixeira nas terras de Tapejara e possível ingerência sobre as de Água Santa.

Aliás, a condição de assenhoreamento de Barão de Antonina aos campos de Sarandi se deu a partir das medições de demarcação que seu genro Luiz Pereira de Campos Vergueiro realizou, comprovando a posse pacífica, e do acréscimo que seu filho Nicolau de Araújo Vergueiro praticou para a extensão das terras e posterior comercialização. A isso tudo se agrega o fato de que Gervário Lucas Annes, líder político local em Passo Fundo, conseguiu a área de terra denominada de Alto Jacuí, que formou uma colônia e, posteriormente, a área dos municípios de Tapera e Não-Me-Toque.

Busquei demonstrar, através do conceito de assenhoreamento,

as condições de realização da propriedade, ou seja, o processo pelo qual é possível compreender a forma em que a terra foi apropriada na região Norte rio-grandense, sobretudo em Passo Fundo. Para isso, especial ênfase foi dada à insuficiência de se pensar a formação do território a partir do binômio ocupação/povoamento, o que se justifica pelo entendimento de que esses conceitos, por mais que identifiquem e problematizem as questões sociais que foram inerentes ao processo de apropriação da terra nessa região, apenas corroboram a um entendimento de um processo civilizador que, por mais que tenha sido problemático, foi importante para o progresso da região.

Nesse percurso, diante das características históricas regionais analisadas, o conceito de assenhoreamento da terra transfigura com maior autenticidade o processo de apropriação da terra no território de Passo Fundo. Isso se dá em razão de que evidencia a notoriedade que esses senhores da guerra tiveram e obtiveram com apropriações que lhes possibilitaram o reconhecimento como senhores da terra, e, a partir disso, o acesso a redes de sociabilidades que lhes oportunizaram adentrar em um estafe diferenciado, o de elite local. Reconhecer o assenhoreamento como uma “chave de leituras” para o processo apropriativo da terra na região de Passo Fundo é, portanto, dizer que esses senhores da guerra do século XIX (não propriamente) ocuparam os campos e matos de um deserto vazio, assenhorearam-se desses espaços e os territorializaram. Esses domínios, através do tempo e das condições que esses senhores e seus descendentes ocuparam, possibilitaram a titulação dessas conquistas, o que legitimou e regulamentou antigas posses e domínios em propriedade privada. Em suma, essa é uma circunstância basicamente desenvolvida no século XIX: o assenhoreamento da terra a partir da experiência dos senhores da guerra transpostos em senhores da terra.

Isso posto, o principal objetivo era estabelecer uma nítida

apreensão de sentido empregado ao conceito de assenhoreamento e demonstrar sua capacidade analítica compreensiva enquanto conceito-chave para a leitura empírica da região de Passo Fundo, dada sua historicidade. Sua ocupação e povoamento foram analisados pelo viés de um assenhoreamento apropriativo que permeou as experiências relacionais vivenciadas entre os indivíduos e a terra, perpassando desde a fase de apossamentos livres até a aquisição fundiária celebrada em contrato através da compra e venda. De todo território compreendido, um elemento não foi analisado em suas características. Trata-se da região que abrangia o 1º distrito de Passo Fundo, local em que se situava a sede do município e sua principal cidade. Por isso, completando a análise proposta, acrescento a compreensão do assenhoreamento da terra de Passo Fundo através de um senhor da guerra que consegue se transpor em senhor da terra, o que se dá a partir da investigação de alguns aspectos que envolvem a apropriação realizada por Manoel José das Neves em 1827-1828.

Na historiografia de Passo Fundo há autores essenciais e obras que são clássicas para compreender algumas narrativas que se consolidaram na história da região. Antonino Francisco Xavier e Oliveira e Delma Rosendo Gehm figuram entre estes expoentes. Cada um a seu modo, entenderam o que chamaram ser o processo de “ocupação” em Passo Fundo no início do século XIX, esta compreensão se fossiliza, consagrando-se em referência e consciência históricas da forma de memória individual e coletiva sobre a temática da “ocupação” da terra passo-fundense.

Sobre a questão propriamente dita da “ocupação” da região de Passo Fundo, Xavier e Oliveira alude que o povoamento do território pela raça branca aconteceu em princípios de 1827, com a chegada do primeiro morador civilizado na região, o alferes (antigo posto militar equivalente a um 2º tenente) Rodrigo Felix Martins, que se

estabeleceu junto ao rio Jacuizinho, não muito longe da estação de Pinheiro Marcado (nas proximidades de Carazinho). Depois, chegaram outros, Alexandre da Motta, Bernardo Paes e Manoel José das Neves, domiciliando-se na Estância Nova, no Pessegueiro e no local que seria a cidade de Passo Fundo (Oliveira, 1990, p. 74-75). Conforme Xavier e Oliveira, 1827 foi o ano trágico do Combate do Passo do Rosário ou de Ituzaingo, como amigos platinos denominaram o evento. Foi também o ano em que o alferes Rodrigo Felix Martins ergueu uma vasta estância de seu estabelecimento, obtida em 1824 por concessão do Comando da Fronteira de São Borja, que, naquele tempo, era a autoridade a quem pertencia a distribuição dos campos devolutos da região das Missões (Oliveira, 1990, p. 197).

Quanto ao Cabo Neves, Xavier e Oliveira afirma ser este assim conhecido devido à sua graduação na Campanha de 1827 pelejada com platinos. Considera que sua posse foi autorizada, sem dúvida, pelo Comando da Fronteira de São Borja, e os campos circunjacentes de seu domínio abrangiam os Campos do Valinho e parte do Pinheiro Torto, estendendo-se até o Vale dos Antunes e o Arroio do Moinho (Oliveira, 1990, p. 202 e 255). Ainda, relata que, em 1830, o posseiro Neves e a sua esposa doaram certa extensão de terreno para erigir uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, que se tornou a padroeira da localidade. Essa doação, segundo Antonino, teria sido apenas verbal, pois não existia escritura que comprovasse (Oliveira, 1990, p. 255).

Também a partir de uma narrativa oral, que Antonino atribui ao Velho Chico Preto, há o relato de que Neves, na intenção de estender suas possessões, se dirigiu até a Estância Nova, onde havia um encarregado de informar as petições relativas a concessões de campos. Chegando lá, foi interpelado sobre a necessidade de mais terras. Em um gesto eloquente, Neves tirou o chapéu e apontou para

uma cicatriz na cabeça, dizendo: “foi ganho no Passo do Rosário, em defesa de Sua Majestade, o Imperador”. Ainda sobre esse evento, registram os relatos que, diante da eloquência do argumento, o primitivo possuidor do campo – no qual se desenvolveria a cidade de Passo Fundo – expandiu suas posses (Oliveira, 1990, p. 203).

Uma das principais interlocutoras com a obra de Antonino foi Delma Rosendo Gehm, que teve sua trilogia *Passo Fundo através do tempo* consagrada no tocante aos estudos passo-fundenses. A exemplo de Antonino, em relação à compreensão do processo de “ocupação” do território, a autora aborda que, em 28 de dezembro de 1824, o alferes Rodrigo Felix Martins, de Ponta Grossa, recebeu o despacho que havia solicitado ao Comando Militar de São Borja sobre terras requeridas, e, devido à autorização concedida, se estabeleceu em um lugar denominado Pinheiro Marcado (Gehm, 1982, p. 13). Já sobre Manoel José das Neves, relata que este fundou a Fazenda de Nossa Senhora Aparecida, em 1827, no local em que se desenvolveu a cidade de Passo Fundo. Inicialmente construiu um rancho na Lava-Pés e, em seguida, uma morada no cruzamento das ruas Paissandu com Teixeira Soares, na atual praça Tamandaré, de frente, hoje, ao edifício dos Bancários. As dimensões de suas terras se estendiam desde o rio Passo Fundo até o Pinheiro Torto (Gehm, 1982, p. 13; Gehm, 1982, p. 173).

Enquanto Antonino define Fagundes dos Reis como o fundador do povoado, lhe concedendo o título de “Patriarca”, Delma, por sua vez, opta por considerar Manoel José das Neves o fundador e primeiro morador do povoado, uma vez que esse teria garantido a sua fundação por meio da doação da área necessária para que o povoado tivesse uma capela sob a invocação de Nossa Senhora Aparecida. Reitera que, segundo a tradição, antes de vir para Passo Fundo, Neves tomou parte na Campanha da Cisplatina, salientando-se por

ato de bravura e decisão. Foi ferido no Combate de Rincão de Galinhas, a 24 de setembro de 1825, servindo sob o comando de Jerônimo Gomes Jardim, e foi recolhido a São Borja, sede do Comando da Fronteira, onde se restabeleceu. Por causa de seus serviços prestados à pátria, teve o deferimento positivo de um requerimento em que solicitava uma gleba de quatro léguas quadradas de terras no Alto Uruguai (Gehm, 1982, p. 173; Gehm, 1982, p. 46-47).

O que temos da obra de Antonino é a consolidação de uma interpretação acerca da historicidade de Passo Fundo, firmada como “força de uma verdade” não impugnável, produzida desde o início das primeiras décadas do século XX e consagrada na década de 1950 através do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) durante as festividades do Centenário do município. A força “de uma verdade”, reafirmada nas obras de Delma Gehm, deu continuidade e vitalidade à compreensão do autor. Essa mesma concepção voltou a ser reafirmada na década de 1990, quando as obras de Antonino foram publicadas, reunidas em três volumes. Nessa mesma década, passou-se a valorizar mais significativamente a história e a memória passo-fundense. Esse contexto foi, ainda, marcado pelo desenvolvimento de iniciativas, como o Grupo Pró-Memória de Passo Fundo, o qual, em parceria com a imprensa e o poder público, começou a publicar “fascículos” sobre a história regional, época em que ocorreu, também, o processo de valorização de tombamento de alguns patrimônios edificados da cidade de Passo Fundo.

Até aqui, apresentei basicamente a questão compreensiva do processo de ocupação que formaria o território de Passo Fundo na argumentação de dois historiadores. Ambos descrevem que o surgimento da cidade de Passo Fundo foi devido ao estabelecimento, em 1828, de Manoel José das Neves e sua mulher Reginalda da Silva, juntamente com escravos e gado. Segundo consta na historiografia

local, o casal fundou uma fazenda, o que atraiu outros ocupantes, que passaram a construir suas moradias na Estradas das Tropas, Caminho dos Paulistas, rua do Comércio, hoje Avenida Brasil, e adverte que o núcleo ficou adstrito a esse local em função dos traíçoeiros e agressivos índios Coroados, as populações Kaingang.

Como identificado na argumentação desses historiadores, passo a entender que a ideia de ocupação desenvolvida esteve vinculada a um processo de povoamento regional. De acordo com Antonino e Delma, Manoel José das Neves, não propriamente, tão somente ocupa o espaço. Assim, entendo que as leituras perceberam, nessa ação, o ato fundante de um processo civilizatório, representado pela vinda para a região de um povoador, luso-brasileiro, branco, herói de guerra, com uma patente na hierarquia militar que já destoava do mero soldado, um cabo depois capitão, como fator de distinção, ou até mesmo de uma certa descendência heroica de um desbravador que se estabelece com a sua família, ou seja, com aquilo que era compreendido como sendo a base de sustentação de toda organização social. Além de sua família, traz gado e escravos. A saber, o primeiro de notava o elemento moral de tradição patriarcal monogâmica; o segundo, a representação de poder e a estratégia econômico-financeira de produção, sendo que, na época, o produto possuía mais importância do que a própria terra; e o terceiro, a categoria e a força produtiva.

A fundação da fazenda agropastoril de Neves em 1827-1828, no século XIX, é, acima de tudo, uma produção de sentido e usos do passado realizada por uma historiografia do século XX, que intencionava alicerçar as bases históricas de uma descendência da qual as gerações vindouras se orgulhariam. Naquilo que compreendo, esta visão inaugurou o signo compreensivo do progresso na promessa de desenvolvimento, ou seja, um estabelecimento de uma fazenda agropastoril. Esse ato fazia de Manoel das Neves o territorializador do

espaço regional, em que o ocupante, o povoador, o colonizador, na perspectiva de um poder sobre um espaço, foi capaz de promover a desterritorialização de tudo que fosse bárbaro, primitivo, perigoso, agressivo, indomesticado, em suma, incivilizado, isto é, as comunidades de povos naturais que habitavam a região, principalmente a nação Kaingang. Neves demarcou para a cidade de Passo Fundo a ocupação do espaço regional na formação do território citadino, o princípio basilar da chegada da civilização na região, a partir daquilo que as leituras de Antonino e Delma fizeram questão de ressaltar como sendo a ocupação do território pelo povoamento luso-brasileiro por curitibanos, advindos da província de São Paulo, que se apropriaram das terras, muitas delas concedidas pelo Comando das Missões de São Borja.

E aqui não se pode deixar escapar a oportunidade de reafirmar que essas leituras consagraram uma memória da ocupação que se transformou em “versão oficial historiográfica”, a qual mascarou um processo de assenhoreamento das terras regionais. O que há é um consenso entre esses primeiros intérpretes da história do município e cidade de Passo Fundo. Tal percepção se transformou em “verdade pura enraizada” que perpassa diferentes tempos, atingindo o presente com força e vitalidade. É possível considerar que entre essas leituras há um relativo consenso em analisar que Manoel José das Neves tenha recebido uma concessão de terras do Comando das Missões, e, a partir disso, desloca-se para a região com a finalidade de se apropriar de um espaço que, a princípio, já lhe pertencia, por direito conferido por um corpo burocrático com autoridade para tal. Sendo assim, o discurso da ocupação e do povoamento adquire respaldo jurídico e legitimidade possessória com estabelecimento da posse e domínio sobre o território concedido. No entanto, como contido na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, é bem possível que Manoel José das

Neves tenha se estabelecido na região e posteriormente requerido concessão sobre o espaço territorializado através da posse concretizada e do domínio estabelecido. Logo, é sob esse viés compreensivo que se considera que houve um fenômeno de assenhoreamento das terras na região Norte do estado do Rio Grande do Sul.

Considero, por fim, que o conceito de ocupação ou povoamento é insuficiente para compreender adequadamente a tomada de posse e o estabelecimento de domínios sobre as terras na região Norte rio-grandense no século XIX. A ocupação, como foi lida pela história regional, retrata um processo salutar, essencial e desejável para a região de Passo Fundo, e, a partir desse processo, passaria a integrar um quadro civilizatório que dividiria sua história, polarizando-a da seguinte forma: antes da povoação, como bárbara e selvagem; e outra depois, em um primeiro momento, de progresso e desenvolvimento através da civilização proporcionada pela vinda desses luso-brasileiros para a região, depois completada pela vinda dos imigrantes e descendentes europeus através da colonização do Norte rio-grandense.

REFERÊNCIAS

ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira. *História e Direito: sesmarias e conflito de terras entre índios em freguesias extramuros no Rio de Janeiro (século XVIII)*. 2002. 200 p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000124.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BACCIN, Diego José. *Propriedade urbana e racionalidade capitalista: do assenhoreamento ao crescimento citadino de Passo Fundo entre 1800 e 1950*. 2020. 437 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020.

BALBINOT, Giovani. *Desenvolvimento econômico do município de Guaporé: a agroindústria da banha e do couro (1892-1980)*. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014. Disponível em: http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/195/1/2014Giovani_Balbinot.pdf. Acesso em: 9 mar. 2020.

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS. *Evolução Municipal: Rio Grande do Sul 1809- 1996*. Porto Alegre: 2002. 95 p.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6 ed São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. 490 p.

ECKER, Adari Francisco. *A trilha dos pioneiros*. Passo Fundo: Berthier, 2007. p. 520.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1981. 330 p.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo: enfoques gerais*. 3º vol. Passo Fundo: Prefeitura Municipal/Sub-Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul, 1982.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo: fatos, usos, costumes e valores*. 2º vol. Passo Fundo: Diário da Manhã Gráfica e Editora, 1982.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo: histórico e administrativo*. Passo Fundo: Multigraf, 1978.

GIARETTA, Jane Gorete Seminotti. *O Grande e Velho Erechim: ocupação e colonização do povoamento de formigas (1908-1960)*. 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/81/1/2008JaneGoretti.pdf> Acesso em: 9 mar. 2020.

MACHADO, Ironita A. P.; BACCIN, Diego José. Arquetipo da Propriedade privada: um olhar sobre o norte do Rio Grande do Sul. In: MACHADO, Ironita Adenir Policarpo; BACCIN, Diego José; TEDESCO, João Carlos (Org.). *Mundo rural, regiões e fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária*. Passo Fundo: EDIUPF, 2019. p. 41-83. (arquivo e-book PDF) Disponível em: <http://editora>.

upf.br/index.php/e-books-topo/41-historia-area-do-conhecimento/224-mundo-rural Acesso em: 21/11/2019

NEVES, Margarida de Souza. *Brasil, acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro: MAST, 1991. 144 p.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Annaes do município de Passo Fundo: aspecto geográfico*. Vol. I. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1990.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Annaes do município de Passo Fundo: aspecto histórico*. Vol. II. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1990.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Annaes do município de Passo Fundo: aspecto cultural*. Vol. III. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1990.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854*. Manda executar a Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850. Rio de Janeiro, 30 jan. 1854. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm. Acesso em: 21 ago. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, 18 set. 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 21 ago. 2020.

RODERJAN, Roselys Vellozo. *Raízes e Pioneiros do Planalto Médio*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1991. 184 p.

RÜCKERT, Adomar A. (Org.) *A construção do território na região de Ronda Alta: ocupação e colonização: 1831-1996*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ronda Alta: Editora da UFRGS, 1999. (Caderno de Ensino).

RÜCKERT, Adomar. A construção tardia do território no norte do Rio Grande do Sul – o caso do antigo município de Passo Fundo. *Boletim Gaúcho de Geografia*, n 21, p. 29-42, ago., 1996. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38620/26352> Acesso em: 25/11/2019.

RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul - 1827/1931*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1997. 200 p.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. 218 p. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/428> Acessado em: 11/11/2019.

SANTOS, Sherol dos. Territórios étnicos no pós-abolição: o caso do quilombo da Mormaça (RS). *Fronteiras*, Mato Grosso do Sul, ano 2009, v. 11, n. 19, p. 127-141, jan/jun. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/452-1060-1-PB.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2020.

TERHORST, Cristiele Aline Kuhn. *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, XXVIII., 2015, Florianópolis. Selbach: uma história? [...]. Florianópolis: [s. n.], 2015. 14 p. Tema: Luas dos historiadores velhos e novos desafios. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428516844_ARQUIVO_Anphu2015.pdf. Acesso em: 9 mar. 2020.

VARGAS, Álvaro Rocha. *Do Caapi ao Carazinho: notas sobre trezentos anos de história, 1631 - 1931*. Carazinho: Carazinhense, 1980. 121 p.

WOLKMER, Antonio Carlos. *História do direito no Brasil*. 7 ed Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed Unijuí, 1997. 156 p.

III

Dos aldeamentos à “proteção fraterna”: as reservas indígenas e a privatização da terra na região de Passo Fundo

KALINKA DE OLIVEIRA SCHMITZ

ROSANE MARCIA NEUMANN

No decorrer do século XIX, o Império brasileiro ocupou-se na elaboração das bases jurídicas e administrativas do Estado, condensadas na Constituição de 1824 e na legislação posterior, com o propósito de ordenar a estrutura administrativa, política, econômica e social. Nesse conjunto das demandas legislativas, estava a apropriação e ordenamento da propriedade privada da terra, limitando o acesso, regularizando as posses e recuando os povos tradicionais, incorporando-os ao sistema de produção capitalista, que se esboçava no meio social brasileiro.

O avanço da propriedade privada da terra seguiu trajetórias diversas nas diferentes regiões do país. A concessão de sesmarias prevaleceu até 1822, quando extinta, dominando, a partir de então, a posse “mansa e pacífica”. Nesse contexto, tendo em vista a possível escassez de terras e a política de imigração e colonização imperial,

foi elaborada e aprovada a Lei de Terras de 1850, regulamentada pelo Ato Adicional de 1854, atrelando a obtenção da propriedade da terra à compra ou herança. Todavia, a estrutura indistinta entre propriedade privada e propriedade pública, à revelia da legislação, somada à carência de instâncias governamentais para verificação e legitimação das posses, fiscalização de apropriações ilegais e emissão de título de posse, sobreviveu ao longo do século XIX.

O mercado de terras que já existia anteriormente, se fortaleceu e mobilizou os interesses tanto dos potenciais proprietários quanto do Império, cuja venda de terras e cobrança de impostos revertiriam aos cofres públicos. A valorização das terras e a majoração dos preços pressionou a limitação e regularização das posses, além de ampliar as frentes de expansão para locais cada vez mais afastados dos centros populacionais e urbanos. Para liberar ao comércio grandes extensões de terras ocupadas, até então, pelos povos tradicionais de diferentes nações indígenas, o governo Imperial implementou os “aldeamentos gerais”.

ALDEAR E VIGIAR: A COMPANHIA DE PEDESTRES

O Império brasileiro, tendo como propósito a defesa e ocupação estratégica da região meridional, implementou uma política de imigração e colonização dirigida, estabelecendo o primeiro núcleo com imigrantes alemães em 1824, nas imediações da capital Porto Alegre, denominada colônia São Leopoldo. O povoamento denso de uma colônia com área limitada, rapidamente, viu-se na iminência de incorporar áreas adjacentes, expandindo a área de colonização, pressionando a estrutura fundiária e empurrando para locais mais afastados as populações que já estavam estabelecidas no território desde tempos pretéritos.

Nesse cenário, as políticas públicas do governo Imperial, com o intuito de ampliar as zonas de colonização, a comercialização das terras, a produção agrícola, o controle social e territorial da província, iniciaram um processo gradual de aldeamento dos povos indígenas, entendidos como obstáculo ao avanço da fronteira de expansão (Tedesco; Neumann, 2019; 2020). No Rio Grande do Sul, o primeiro aldeamento indígena foi criado em 1845, em Nonoai, reunindo índios Kaingang, atendendo ao Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845.¹ O aldeamento, com área de 34.976 hectares – a partir de demarcação realizada em 1911 – (Bringmann, 2017), situava-se no limite entre os municípios de Passo Fundo e Palmeira, oscilando entre a administração de ambos, evidenciando o desinteresse administrativo sob esse território.

O governo do Império, no intuito de concretizar seus objetivos dentro dos aldeamentos, resolver tensões existentes entre as diversas parciaisidades que dividiam o mesmo aldeamento, criou a Companhia de Pedestres, que consistia em um grupo paramilitar responsável pelo policiamento e manutenção da ordem nesses espaços. Contudo, as funções dessa companhia de homens armados poderiam cobrir outras necessidades, de acordo com a demanda dos diretores de cada aldeamento.

Por exemplo, em 1850, o diretor do toldo de Guarita requereu uma tropa de 30 a 40 praças da Companhia de Pedestres para auxiliar os indígenas nos trabalhos agrícolas. Tal demanda desagradou as autoridades superiores, visto que contrariava o pressuposto inicial de autonomia dos indígenas e funções da

¹ BRASIL. Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845. Contém o Regulamento acerca das Missões de catequese, e civilização dos Índios. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>. Acesso em: 22 nov. 2021.

Companhia de Pedestres: os próprios indígenas deveriam trabalhar suas terras, sem depender de terceiros; o trabalho, lado a lado entre praças e indígenas poderia acarretar a perda de autoridade dos primeiros, em uma situação de tensão ou controle de conflito (Relatório de Presidente da Província, 1850).

No município de Passo Fundo, a Companhia de Pedestres “foi criada em agosto de 1846 e seu comando foi dado ao Capitão Marcelino José do Carmo. Ela foi organizada para percorrer as matas, atrás de índios, para retê-los nos aldeamentos e para com a ‘necessária moderação’, fazer com que eles se aplicassem nas plantações de roças” (Nonnemanher, 2000, p. 18), além de controlar os ataques indígenas contra as áreas de colonização. Já, a Companhia de Pedestres de Nonoai foi criada em 1847, com o propósito de defender os indígenas aldeados dos ataques dos índios “bravos” (Bringmann, 2010).

Logo, a atuação da Companhia de Pedestres ultrapassava os limites dos aldeamentos, no seu trabalho de fiscalização e coerção, empenhava-se em localizar e direcionar as parcialidades e grupos de indígenas aos aldeamentos. “O corpo destas companhias contava muitas vezes com soldados da Guarda Nacional e mesmo de indígenas que recebiam soldos para atuar na perseguição e captura de outros indígenas” (Bringmann, 2010, p. 65). A arregimentação de indígenas pelas companhias era importante, dado seu conhecimento espacial e os hábitos das parcialidades indígenas não-aldeadas.

De modo geral, a Companhia de Pedestres, mesmo cumprindo funções distantes daquelas idealizadas quando criada, teve importante contribuição para pacificação e sedentarização das parcialidades indígenas, acabando por fim cumprindo o seu objetivo inicial (Marcon, 1994). Denota-se que a Companhia de

Pedestres atuava na proteção dos indígenas aldeados, enquanto os “bugreiros” eram grupos armados violentos que agiam contra os indígenas.

Outra tentativa de aldear, controlar e tutelar os indígenas foi a criação de colônias militares, a exemplo da Colônia Militar de Caseros, situada entre o Mato Castelhana e Mato Português, nas proximidades de onde hoje se situa o município de Lagoa Vermelha, implementada entre os anos de 1858-78. Nesses espaços, eram reunidos indígenas, militares e colonos, de maneira a contribuir no processo de sedentarização e prática de agricultura das parciaisidades indígenas (Tedesco; Vanin, 2018).

OS ALDEAMENTOS INDÍGENAS E A PROPRIEDADE DA TERRA

O Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845, em seu primeiro artigo, instituiu em cada Província o Diretor Geral de Índios, a quem cabia, dentre outros:

§ 1º Examinar o estado, em que se acham as Aldeias atualmente estabelecidos; as ocupações habituais dos Índios, que nelas se conservam; suas inclinações e propensões; seu desenvolvimento industrial; sua população, assim originária, como mestiça; e as causas, que tem influído em seus progressos, ou em sua decadência.

§ 2º Indagar os recursos que oferecem para a lavoura, e comércio, os lugares em que estão colocadas as Aldeias; e informar ao Governo Imperial sobre a conveniência de sua conservação, ou remoção, ou reunião de duas, ou mais, em uma só.

§ 3º Precaver que nas remoções não sejam violentados os Índios, que quiserem ficar nas mesmas terras, quando tenham bem comportamento, e apresentem um modo de vida industrial, principalmente de agricultura. Neste

último caso, e enquanto bem se comportarem, lhes será mantido, e às suas viúvas, o usufruto do terreno, que estejam na posse de cultivar.

§ 4º Indicar ao Governo Imperial o destino que se deve dar as terras das Aldeias que tenham sido abandonadas pelos Índios, ou que o sejam em virtude do § 2º deste artigo. O proveito, que se tirar da aplicação dessas terras, será empregado em benefício dos Índios da Província.

§ 5º Indagar o modo por que granjeiam os Índios as terras, que lhes tem sido dadas; e se estão ocupadas por outrem, e com que título.

[...]

§ 11. Propor ao Presidente da Província a demarcação, que devem ter os distritos das Aldeias, e fazer demarcar as terras que, na forma do § 15 deste artigo e do § 2º, forem dadas aos Índios. Se a Aldeia já estiver estabelecida, e existir em lugar povoado, o distrito não se estenderá além dos limites das terras originariamente concedidas à mesma.

[...]

§ 15. Informar ao Governo Imperial acerca daqueles Índios, que, por seu bom comportamento e desenvolvimento industrial, mereçam se lhes concedam terras separadas das da Aldeia para suas granjearias particulares. Estes Índios não adquirem a propriedade dessas terras, senão depois de doze anos, não interrompidos, de boa cultura, o que se mencionará com especialidade nos relatórios anuais; e no fim deles poderão obter Carta de Sesmaria. Se por morte do concessionário não se acharem completos os doze anos, sua viúva, e na sua falta seus filhos, poderão alcançar a sesmaria, se, além do bom comportamento, e continuação de boa cultura, aquela preencher o tempo que faltar, e estes a granjearem pelo duplo deste tempo, com tanto que este nem passe de oito anos, e nem seja menos de quinze o das diversas posses.²

² BRASIL. Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845. Contém o Regulamento acerca das Missões de catequese, e civilização dos Índios. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>. Acesso em: 22 nov. 2021.

É notável o poder investido pelo Diretor Geral de Índios, ao qual cabia a fiscalização e decisão sobre a instalação, reanimação ou extinção de aldeamentos indígenas, bem como solicitar ao governo provincial a localização e medição dos aldeamentos indígenas. Em linhas gerais, tratava-se de tomadas de decisão subjetivas, atendendo a interesses públicos e privados, em detrimento dos povos tradicionais.

A Lei de Terras de 1850, ao definir as terras devolutas e determinar o acesso à propriedade da terra via compra, menciona no Artigo 12: “O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º, para a colonização dos indígenas”.³ Já o regulamento de 1854, que trata da execução da Lei de Terras, detalha o uso das terras reservadas para fins de aldeamentos indígenas, em seu capítulo VI.

Art. 72. Serão reservadas terras devolutas para colonização, e aldeamento de indígenas nos distritos, onde existirem hordas selvagens.

Art. 73. Os Inspectores, e Agrimensores, tendo notícia da existência de tais hordas nas terras devolutas, que tiverem de medir, procurarão instruir-se de seu gênio e índole, do número provável de almas, que elas contêm, e da facilidade, ou dificuldade, que houver para o seu aldeamento; e de tudo informarão o Diretor Geral das Terras Públicas, por intermédio dos Delegados, indicando o lugar mais azado para o estabelecimento do aldeamento, e os meios de o obter; bem como a extensão de terra para isso necessária.

Art. 74. A’ vista de tais informações, o Diretor Geral proporá ao Governo Imperial a reserva das terras necessárias para o aldeamento, e todas as providências para que este se obtenha.

³ BRASIL. *Lei no 601, de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 22 nov. 2021.

Art. 75. As terras reservadas para colonização de indígenas, e por eles distribuídas, são destinadas ao seu usufruto; e não poderão ser alienadas, enquanto o Governo Imperial, por ato especial, não lhes conceder o pleno gozo delas, por assim o permitir o seu estado de civilização.⁴

Sobressai na legislação a flexibilidade e subjetividade das autoridades imperiais e provinciais, no quesito de reservar terras públicas para o estabelecimento de aldeamentos indígenas. Ainda, as terras permaneceriam em usufruto por parte dos indígenas, vetada a comercialização, permanecendo tutelados pelo Estado.

No Rio Grande do Sul, nesse período, a região florestal do planalto foi escolhida para localização dos aldeamentos indígenas, permanecendo afastados da campanha e da zona de colonial, cujo epicentro era a colônia de São Leopoldo. No decorrer do século XIX, detidamente ao longo da década de 1840, os primeiros aldeamentos foram criados: o de Nonoai e o de Guarita; nas décadas seguintes surgiram outros aldeamentos, como o aldeamento de Pontão e o do Campo do Meio. Nesses espaços, missionários jesuítas e administradores leigos foram inseridos, de maneira a administrar os aldeamentos e as parcialidades indígenas, além de trabalhar junto a grupos que procuravam resistir ao aldeamento (Tedesco; Vanin, 2018).

Os aldeamentos, embora criados, aguardavam a demarcação de sua área. Enquanto isso, posseiros e latifundiários valiam-se dessa indefinição, para avançar os limites de suas posses/propriedades de terra, atos que vinham à tona no momento da verificação da posse. Por exemplo, em 1875, o juiz comissário de Passo Fundo, Benedito

⁴ BRASIL. *Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854*. Regulamento para execução da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim1318.htm. Acesso em 22 nov. 2021.

Marques da Silva Acauã, realizou a medição da posse de Matheus Gomes Nogueira, localizada no 1º distrito do município, atestando posse antiga, datada de 1832. Todavia, após a medição da referida posse, João da Silva Rocha entrou com uma petição, alegando que tal medição o havia prejudicado. Após averiguação, a petição foi indeferida, visto não se constatar tal prejuízo. Indeferida sua primeira petição, João da Silva Rocha encaminhou nova petição, alegando que Matheus Gomes Nogueira havia adquirido áreas ocupadas por indígenas aldeados. Diante do fato novo, o juiz comissário efetuou a verificação da posse, a fim de averiguar a veracidade da denúncia, uma vez que a medição ainda não havia sido julgada. Ao término da verificação, constatou-se que Matheus Gomes Nogueira havia adquirido a área em questão de um indígena, mas não se tratava de um indígena aldeado, logo, estava apto, ciente e responsável por si próprio, facultando-o a realizar a operação de venda das terras ocupadas.⁵

A transação de terras, efetuada entre um indígena e um proprietário, em vias de legitimação de sua propriedade da terra, representa a complexidade do universo da propriedade agrária. Ainda, evidencia categorias acionadas quando do interesse do poder público ou dos proprietários, usando os grupos indígenas de acordo com os interesses em jogo e, por segurança, vedando-lhes dispor livremente das terras ocupadas e exploradas nos aldeamentos. Entretanto, a legislação não tinha pleno domínio sobre os indígenas situados à margem dos aldeamentos, facultando-lhes dispor livremente sobre as terras ocupadas.

O Planalto Rio-grandense foi incorporado ao processo de imigração e colonização do Estado na última década do século XIX,

⁵ AHRS. Informação acerca de petição documentada. Fundo de Terras Públicas e Colonização (Juizes Comissários). 21/02/1875. Caixa 23. Maço 43.

já sob a República. Simultaneamente, houve um intenso trabalho de verificação e legitimação de posses, pressionado pelo crescimento demográfico, resultado da migração interna. O contato entre diferentes sujeitos sociais e interesses, somado a medição dos toldos indígenas, acirrou a disputa pela propriedade da terra e a intrusão em terras indígenas, problemática a ser solucionada no decorrer da Primeira República.

A QUESTÃO INDÍGENA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O Império brasileiro tomou as primeiras medidas no sentido de limitar a circulação das populações indígenas, criando uma estrutura administrativa e reunindo os indígenas em aldeamentos. Ao mesmo tempo, ocupou-se com a catequese dessas populações, delegando tal trabalho às ordens religiosas, com o propósito de convertê-los ao catolicismo e, dentro do possível, alfabetizá-los.

A instauração do regime republicano, somado a um movimento de construção da identidade nacional, delineou suas diretrizes para tratar da questão indígena. Em termos práticos, a catequese e educação nos aldeamentos e toldos indígenas foi laicizada, reduzindo a influência e presença de ordens religiosas. Para gerir os aldeamentos e propor políticas de proteção, foi criado pelo Governo Federal o Serviço de Proteção aos Indígenas – SPI, por meio do decreto do nº 8.072, de 20 de junho de 1910.

Na Primeira República, a política proposta pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR), de Júlio de Castilhos, seguido por Borges de Medeiros, dentro do modelo positivista, previa a imigração espontânea e a formação de núcleos coloniais etnicamente mistos, reunindo em um mesmo espaço imigrantes europeus, descendentes de imigrantes e lavradores nacionais, próximos a toldos

indígenas, visto que a colonização, competência antes da União, agora era dos Estados (Tramontini, 2000; Neumann, 2016).

Uma das medidas do governo estadual foi a criação de uma estrutura organizacional responsável pela pasta de terras e colonização, cuja nomenclatura e vínculo acabou se firmando na Secretaria de Obras Públicas, passando de Inspetoria à Diretoria de Terras e Colonização. Como agentes de campo, foram criadas Comissões de Terras e Colonização, instalando-se uma delas em Passo Fundo, em 1907; porém, já em 1903 havia sido instalada uma comissão nesse local vinculada à inspetoria, extinta com a nova comissão (Neumann, 2019). Dentre as atribuições dessas comissões, estava a verificação e medição de terras públicas e privadas, a colonização e a administração dos toldos indígenas (Iotti, 2001).

Considerando-se os limites municipais da época, os municípios de Passo Fundo, Palmeira e Lagoa Vermelha concentravam a totalidade dos 11 toldos indígenas, cujas áreas foram demarcadas pela Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, estendendo-se os trabalhos de 1908 até 1910, mas com pendências que se arrastaram por longo período (Mapa 1, na página seguinte). Em razão disso, os primeiros dados mais precisos sobre esses espaços foram sistematizados pelo poder central em 1910. Destes toldos, apenas o Toldo do Ligeiro ficou sob a administração do governo central (Tedesco; Neumann, 2020).

A população indígena, conforme levantamento do governo estadual em 1910, estabelecida nos toldos, totalizava 2.940 habitantes, assim distribuídos: 940 em Passo Fundo, 1.200 em Palmeira, 700 em Lagoa Vermelha e 200 em Soledade.⁶ Já em 1928, os dados são

⁶ GODOY, Candido José de. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas da Livraria do Globo, 1910, p. 155.

pando a área de 97.400 ha., vão paulatinamente, ingressando na civilização ocidental”.⁸ Já em 1929, o Toldo do Ligeiro permanecia sob a tutela da União, e os demais, do Estado, “todos eles, com exceção do Caseros, de Lagoa Vermelha, atualmente abandonado, estão em boas condições”.⁹

A ausência dos indígenas na carta constitucional republicana, tanto federal quanto estadual, é perceptível. No Rio Grande do Sul, apenas no Regulamento das Terras Públicas e seu Povoamento, aprovado em 1922, foi incluída a seção VI, tratando “Das terras e proteção aos indígenas” (Sponchiado, 2005). A referida seção discorria sobre as áreas que seriam consideradas como terras indígenas, levando em consideração tanto as áreas ocupadas naquele momento ou de maneira retroativa, ao serem projetados aldeamentos para receberem as parcialidades que ainda vagavam pelo território estadual. No artigo 22º, ao tratar da demarcação, afirmava que os indígenas seriam consultados previamente, com o intuito de atender os seus desejos, ao mesmo tempo em que seriam assistidos pelo governo estadual, de maneira leiga (não ligada a instituições religiosas), até que fossem considerados capazes de viver de seus próprios recursos e tomar as melhores decisões para si.¹⁰ Paralelo à atuação assistencialista, havia o interesse de controlar os indígenas, reunidos em espaço reduzido, de maneira que não atrapalhassem a expansão da colonização e o desenvolvimento decorrente desse processo no norte do Estado.

⁸ PINTO, Ildefonso Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Engenheiro Ildefonso Soares Pinto, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 15 de agosto de 1922*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1922, p. 35.

⁹ MOREIRA, João Fernandes. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Eng.º Civil João Fernandes Moreira, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 25 de julho de 1929*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1929, p. 72.

¹⁰ RIO GRANDE DO SUL. Art. 42. *Decreto nº 3004, de 10 de agosto de 1922*. In: Coletânea da Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1961.

Enfim, a legislação elaborada e implementada pelo governo republicano tinha por meta resolver os problemas herdados do Império, especialmente aqueles referentes à propriedade da terra, incluindo a demarcação dos toldos indígenas, liberando as áreas adjacentes para a propriedade privada. O idealizador e responsável pela implementação dessas políticas no Estado foi o positivista religioso Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização. Na leitura de Torres Gonçalves, com o devido suporte, a população nacional formada por indígenas e nacionais, poderia produzir e contribuir para o desenvolvimento estadual tanto quanto os imigrantes e seus descendentes. Junto a tal capacidade, não seria necessário dispendir dinheiro para a vinda e instalação destes, tal como se fez/fazia necessário com imigrantes europeus¹¹.

A “PROTEÇÃO FRATERNA”

No Rio Grande do Sul, como já apontado, com exceção do toldo do Ligeiro, os demais estavam sob a responsabilidade das Comissões de Terras e Colonização, vinculadas ao governo estadual, mantendo a autonomia sobre as matas do Estado, impedindo a entrada de agentes federais. Já em 1909 – um ano antes da criação do SPI –, o governo estadual, influenciado por Torres Gonçalves, criou a Proteção Fraterna aos Indígenas, que consistia: “1ª – no ponto de vista material, tender a encaminhá-los, no mais curto prazo possível, a viverem dos seus próprios recursos; 2ª – no ponto de vista moral, respeitar e fazer respeitar a sua organização própria e suas crenças”¹².

¹¹ PAROBÉ, João José Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado, Engenheiro João José Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação. 1915.

¹² ALVES, Protásio. *Relatório apresentado ao dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Es-*

Silva (2011) observa que tais ações do governo estadual rio-grandense não podem ser tomadas como pioneirismo, uma vez que os estudos históricos sobre o tema podem ocultar conflitos e problemas envolvendo as ações do governo estadual junto aos silvícolas; ponderando justamente sobre as diferenças presentes em um discurso fortemente influenciado pelo positivismo, enquanto a prática poderia estar distante do discurso ideal.

Com a devida ressalva, o governo rio-grandense desenvolveu o seu projeto de proteção fraterna aos indígenas, que tinha por objetivo orientar as populações nativas a fim de atingirem o estágio positivo de civilização. As discussões, capitaneadas por Torres Gonçalves, evidenciam que a atenção dispensada às parcialidades indígenas não tinha como foco seu bem-estar, mas, sim, a inclusão destes indivíduos na marcha do progresso, consolidando o projeto republicano de desenvolvimento e modernização do Estado.

A proteção fraterna, via sedentarização das parcialidades indígenas, teve como ônus cercar parte do seu modo de vida. A sedentarização, para além de alterar sobremaneira as questões físicas e de espacialidade, contribuiu para o extermínio cultural desses grupos, tradicionalmente seminômades, que se viram instados a deixar de lado ou adaptar suas tradições às novas condições impostas. O diretor da DTC, Torres Gonçalves, exprimia preocupação com os impactos que os contatos com os brancos poderiam impor aos indígenas; acreditava que esse contato, que não se iniciara naquele momento, poderia ter corrompido os hábitos domésticos e estimulado a indolência que se observava nas comunidades indígenas (Sponchiado, 2005). Todavia, ao detectar tais fatos, Torres Gonçalves manteve em execução a política vigente.

Coube a DTC, via CTCs, a demarcação dos toldos indígenas. Supunha-se que, uma vez demarcados, reduziria a possibilidade de disputas pelas terras que formavam cada toldo, além de garantir aos indígenas viver em segurança nessas áreas, sem serem expulsos ou espoliados pelos não-indígenas. A demarcação dos toldos era importante também para Torres Gonçalves, que enxergava nesta o pilar para a proteção aos indígenas que deveria ser realizada pelo Estado (Sponchiado, 2005). O maior número de toldos situava-se na área de abrangência da CTC de Passo Fundo, próximos uns dos outros, facilitando a circulação dos indígenas entre eles, mantendo suas áreas de ocupação tradicional.

A extensão territorial dos toldos indígenas era influenciada pelo avanço da ocupação da região por diferentes sujeitos sociais, a composição vegetal ainda presente, e o trânsito das parcialidades indígenas anteriores, que poderia influenciar na população presente nos diferentes toldos. Dos 12 toldos existentes no Rio Grande do Sul em 1919, o toldo do Carreteiro, em Passo Fundo, era o que possuía menor extensão territorial, com apenas 601 ha, com 80 habitantes¹³. Isso pode ser reflexo do estágio de ocupação e colonização do município de Passo Fundo, onde havia alta demanda por terras, o que impactava invariavelmente nas terras ocupadas pelos indígenas. Os toldos de maior extensão territorial se encontravam nos municípios de Palmeira e Erechim, onde a colonização ainda estava em expansão, enquanto em Passo Fundo restavam poucas áreas para tal fim.

No transcorrer dos anos, vários toldos sofreram modificações na sua área territorial ou composição populacional, considerando a mobilidade histórica das parcialidades indígenas (que tentou-se su-

¹³ PINTO, Ildefonso Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretario de Estado dos Negócios das Obras Públicas*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1919.

primir), e a incorporação das terras de toldos a propriedades particulares, justificada tanto pela necessidade de terra para colonização quanto pela inviabilidade de manter um toldo com poucos indígenas, como o caso do Toldo de Liso, que foi extinto, conforme consta no relatório de 1929¹⁴.

No período de dez anos – entre o relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 1919 e o de 1929 –, o toldo do Carreteiro teve sua área total reduzida de 601 para 590 hectares. À guisa de comparação, durante esse mesmo período, o toldo de Guarita, em Palmeira, perdeu 20.000 hectares. Tratando-se de um processo possível de acompanhar em outros toldos, depreende-se que a demarcação dos toldos, ainda que conferisse certa segurança às parciaisidades indígenas, não era garantia efetiva de proteção¹⁵.

Ainda sobre a extensão territorial do Toldo de Carreteiro, há outro episódio envolvendo a questão de terras, reforçando um papel central de áreas ocupadas por indígenas na questão de terras em Passo Fundo. Em 1925, em relatório que dava conta da medição de terras realizadas na fazenda Santa Cecília, Leopoldo Villanova, então chefe da CTC de Passo Fundo, dava conta da existência de uma sobra de terras públicas em tal propriedade. Essa sobra foi dividida em várias partes: pessoas que moravam próximas à área e empresas de colonização ganharam partes, não constando nos documentos explicações sobre os critérios utilizados nessa distribuição. De qualquer maneira, foram os indígenas os que receberam a maior parte

¹⁴ MOREIRA, João Fernandes. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Eng.º Civil João Fernandes Moreira, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 25 de julho de 1929*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1929, p. 72.

¹⁵ MOREIRA, João Fernandes. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Eng.º Civil João Fernandes Moreira, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 25 de julho de 1929*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1929, p. 603.

dessa sobra, cerca de 500,04 ha¹⁶. Ocorre que tal informação não confere com os dados encontrados nos relatórios citados anteriormente, onde o toldo de Carreteiro consta com 601 hectares em 1918 e foi reduzido para 590 no ano de 1929, principalmente por ter havido uma redução em sua área.

O que pode ter acontecido é que, apesar de citar o toldo, quem recebeu essas sobras foram indígenas de maneira individual, e não o toldo como uma unidade, facultando aos beneficiários a possibilidade de venda ou arrendamento, não se somando à área do toldo Carreteiro. Ainda, pode ter havido um erro por parte do chefe da CTC em seu relatório; Leopoldo Villanova pode ter identificado erroneamente os indígenas que receberam as áreas como sendo integrantes do toldo do Carreteiro e, por isso, seriam todos esses hectares integrados no aldeamento, quando, na verdade, eram indígenas que ainda não haviam se fixado no toldo, ou mesmo que morassem lá, mas que não estavam preocupados com o todo, e sim, em tomar benefícios para si.

Afora essa questão envolvendo a suposta sobra de terras que teriam sido destinadas ao toldo de Carreteiro, conforme o chefe da CTC de Passo Fundo relata, a diminuição territorial constatada nos relatórios nesse intervalo de dez anos, ainda que não tão expressiva, pode ter sido resultado de um processo constante nas terras pertencentes aos toldos indígenas. Por mais que o arrendamento das terras de toldos não fosse legalizada, ela ocorria extraoficialmente; além dessa prática, havia o processo de intrusão, resultado também do grande volume de indivíduos/famílias que se deslocavam para a região em busca de novas terras e, quando da invasão e intrusão de ter-

¹⁶ AHR/UPF. A.2.4.2. Correspondência de 1925 a 1941, 2º semestre. *Relatório de Leopoldo Villanova, chefe da Comissão de Passo Fundo para Carlos Torres Gonçalves, Diretor da Diretoria de Terras e Colonização*, 5 de outubro de 1925, Passo Fundo. nº 80. p. 1-10.

ras indígenas, nem sempre o governo procurava resolver tal problema com a remoção dessas famílias. Essa inoperância governamental, que em muitos casos regularizava os intrusos, somada a ausência de penalização, estimulava tal prática e, conseqüentemente, era uma das razões para a redução territorial dos toldos indígenas.

A subtração do território dos toldos indígenas pode estar associada ou ser o resultado do decréscimo populacional. No toldo do Carreteiro, o relatório de 1918 informava 2.517 habitantes, já o relatório de 1928 dava conta de cerca de 1.919 habitantes, uma redução de 600 indivíduos. No mesmo período, os toldos no município de Palmeira aumentaram a sua população. As variações populacionais encontradas nos diversos toldos localizados na região norte do Rio Grande do Sul, podem ser resultado de diversos fatores, como a mobilidade inerente às parcialidades, que o governo não havia conseguido inibir; e, ainda, a realocação de famílias ou parcialidades para outros toldos por parte do governo, visando melhor organização, até para liberar novas áreas para colonização, ou, também, deslocamentos resultantes de desavenças entre os diferentes grupos que conviviam em tal aldeamento.

O discurso governamental de proteção fraterna dos indígenas e as relações amistosas entre indígenas e não indígenas nem sempre condiziam com a realidade. O Estado, em inúmeros casos, acabava por ceder aos interesses de particulares e à demanda da colonização por novas terras; o que também estava presente quando da criação dos toldos, ao concentrar indígenas em determinadas áreas e liberar o restante do território para colonização. Por mais que os aldeamentos tenham sido idealizados, também, para manter as parcialidades indígenas seguras, tanto as terras ocupadas por eles quanto eles próprios foram vítimas de ataques e invasões por parte dos brancos. A visão generalizada que os indígenas seriam inferiores, numa escala

evolutiva servia quase como explicação para as violências executadas contra estes. No ano de 1911, o chefe da CTC de Passo Fundo, Serafim Terra, se mostrava preocupado com a violência que assolava o Toldo de Fachinal, onde teria havido 39 mortes recentemente; acreditava que dentre outros fatores “esses males são acrescidos pela perseguição dos civilizados que ali vivem misturados, cometendo os mais revoltantes excessos de imoralidades e de baixezas, e que não encontram um corretivo sério, formal na dúbia e confusa direção do toldo”¹⁷. Para Terra, a presença e o contato constante com os brancos ditos civilizados seriam o motivo para vários problemas nos toldos, pois, além de explorarem a inocência dos indígenas, influenciariam no consumo exacerbado de bebidas alcóolicas entre os nativos.

Portanto, os indígenas foram prejudicados em grande medida no intenso processo de colonização e reorganização agrária que Passo Fundo enfrentou, durante a Primeira República. Primeiramente instalados em áreas muito menores do que as que cobriam com suas práticas seminômades, posteriormente nem tais áreas eram suficientes para que não fossem prejudicados pelo avanço da colonização e dos interesses nesse nicho de negócios. Num cenário onde havia vários fatores que contribuíram para a complexificação da situação da terra em Passo Fundo, a questão indígena foi mais um elemento a ser considerado, e seus desdobramentos podem ser observados até os dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dois processos que envolviam a posse e propriedade da terra, a colonização e a questão dos aldeamentos indígenas possuem papeis

¹⁷ AHR/UPF. A 2.4.2. Livro Alfabético 1911. *Relatório de Serafim Terra, chefe da comissão, para Carlos Torres Gonçalves, diretor da DTC*. Passo Fundo, 06 de julho de 1911. p. 137.

importantes para análise do desenvolvimento do cenário agrário observado no município de Passo Fundo, e por isso consideramos válido tratar conjuntamente tais assuntos. O contato entre ambos os grupos, com interesses próximos ao se considerar a ocupação de um território, foi, também por isso, muitas vezes conflituoso; e a tensão desencadeada nesse período pode ser observada até os dias atuais nos conflitos contemporâneos pela propriedade da terra.

Ao passo de sua ocupação antiga, mas não condizente com o que o governo julgava o correto, as parcialidades indígenas sofreram com constantes processos de sedentarização e diminuição de seu espaço ocupado. Mesmo que tenham passado a receber maior atenção por parte do governo, isso ocorreu muito em consequência do avanço da colonização sobre as terras passo-fundenses já densamente ocupadas (também por caboclos).

A pressão que a colonização aplicava de maneira a ter sua demanda por terra atendida, e que já impactara outras regiões rio-grandenses, ocorre igualmente em Passo Fundo. O governo, ciente da tal demanda, fortalece sua ação na região de modo a atender a procura de colonos por novas terras. Por conta do volume de procura, novamente os espaços já delimitados para os indígenas sofria com uma diminuição frente ao avanço da pequena propriedade da terra, numa constante reorganização conforme as demandas mais fortes.

REFERÊNCIAS

AHR/UPF. A.2.4.2. Livro Alfabético 1911. *Relatório de Serfim Terra, chefe da comissão, para Carlos Torres Gonçalves, diretor da DTC*. Passo Fundo, 06 de julho de 1911. p. 137.

AHR/UPF. A.2.4.2. Correspondência de 1925 a 1941, 2º semestre. *Relatório de Leopoldo Villanova, chefe da Comissão de Passo Fundo para*

Carlos Torres Gonçalves, *Diretor da Diretoria de Terras e Colonização*, 5 de outubro de 1925, Passo Fundo. nº 80. p. 1-10.

ALVES, Protásio. *Relatório apresentado ao dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo dr. Protásio Alves, secretário de Estado, interino, dos Negócios das Obras Públicas*. Porto Alegre: Tipografia da Empresa Gráfica rio-grandense, Editora d'O Diário. 1917. p. 386.

BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BRINGMANN, Sandor Fernando. *Índios, colonos e fazendeiros: conflitos interculturais e resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860)*. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, 2010.

BRINGMANN, Sandor Fernando. Entre decretos, disputas judiciais e conflitos armados: batalhas entre Estado, camponeses e indígenas pela posse da Reserva Florestal de Nonoai/RS. In: Marcos Gerhardt; Eunice Sueli Nodari; Samira Peruchi Moretto. (orgs). *História Ambiental e Migrações: diálogos*. São Leopoldo: Oikos; Chapecó: UFFS, 2017, p. 177-192.

Coletânea da Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1961.

IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e colonização: legislação de 1747 -1915*. 1. ed. Caxias do Sul/ Porto Alegre: EDUCS/Assembleia Legislativa do RS, 2001.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Kaingang e Missões Religiosas: situações de alianças e guerras. *Revista Tellus*, Campo Grande, ano 9, n 16, p.35-55. 2009.

MARCON. Telmo (coord). *História e Cultura Kaingang*. Passo Fundo. Editora UPF. 1994.

NEUMANN, Rosane Marcia. Estado, colonização e intrusos no Planalto Rio-Grandense na Primeira República. In: Arlene Renk; João Carlos Tedesco; Silvana Winckler. (Org.). *Estado, configuração da terra e conflitos agrários: norte do RS e oeste de SC*. 1 ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2019, v. 1, p. 86-134.

NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul: 1897-1932*. São Leopoldo: Oikos/UNISINOS, 2016.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. *Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul: século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

PINTO, Ildefonso Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1919.

PINTO, Ildefonso, Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Engenheiro Ildefonso Soares Pinto, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 15 de agosto de 1922*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1922, p. 35.

MOREIRA, João Fernandes. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Eng.º Civil João Fernandes Moreira, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 25 de julho de 1929*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1929, p. 72.

RIO GRANDE DO SUL. Art. 42. *Decreto nº 3004, de 10 de agosto de 1922*. In: *Coletânea da Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1961.

RODRIGUES, Cíntia Régia. A diretoria de terras e colonização, o PRR e as populações autóctones no RS. *Revista Trajetos*, Fortaleza, v. 6, n. 11, p. 91-105, 2008.

SILVA, Marcio Both da. Do Fetichismo à Idade Positiva: apropriação territorial e política indígena no Rio Grande do Sul da Primeira República (1889-1925). *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 305-337. Dez. 2011.

SPONCHIADO, Breno Antonio. *O Positivismo e a Colonização do Norte do Rio Grande do Sul*. Frederico Westphalen: URI, 2005.

TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia. Políticas indigenistas e colonização: fragmentos históricos para compreensão dos atuais conflitos entre indígenas e agricultores no Sul do Brasil. In: João

Carlos Tedesco; Rosane Marcia Neumann. (Org.). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil*. 1ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2019, v. V, p. 243-261.

TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex. *Entre a espada, a cruz e a enxada: a Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878)*. Erechim: All Print, 2018.

TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia. “Proteção fraterna” dos indígenas e colonização no Norte do Rio Grande do Sul na Primeira República. *Outros Tempos* (Online), v.17, p.69 - 93, 2020.

TRAMONTINI, Marcos J. *A organização social dos imigrantes - a Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. 1. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

LOCAIS DE PESQUISA

- Arquivo Histórico Regional /Universidade de Passo Fundo– Passo Fundo.
- Memorial Do Legislativo – Assembleia Legislativa Do Rio Grande Do Sul – Porto Alegre.

IV

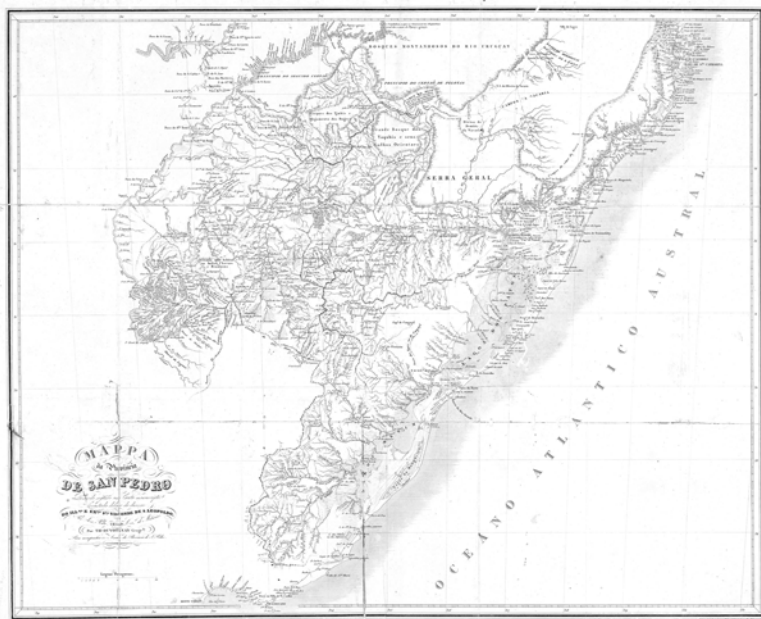
Colonização da região ao norte de Passo Fundo (1889-1918)

NEIVO ANGELO FABRIS

Nos anos finais do século XIX os comerciantes de erva-mate recorreram às florestas do Alto Uruguai rio-grandense em busca da matéria-prima praticamente esgotada no Planalto Médio. Colhida pelos caboclos e índios ervateiros, o produto era sapecado e secado em rústicos carijos para então ser levado até Passo Fundo. Antes de seguir para Rio Pardo e outros centros o produto passava pelo processo de beneficiamento.

Quando da queda da Monarquia, em 15 de novembro de 1889, a população da Província mais meridional do Império era de 580.000 habitantes, distribuídos em 26 municípios. Parte de seu território, ao norte, conhecido por “Sertão do Alto Uruguai”, se estendia até as margens dos Rios Pelotas e Uruguai e integrava o município de Passo Fundo. No trabalho cartográfico assinado pelo Geógrafo TH - Duvoteny no período em que a Província de São Pedro era presidida

por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo (1824 – 1826), o Norte é grifado pela frase “Bosques Montanhosos do Rio Uruguay”. E na divisa entre Campo do Meio e Campos da Vacaria como “Princípio do Sertão (com C) do Pelotas”.



Mapa da Província de São Pedro nos anos iniciais do período Monárquico. Trabalho cartográfico do Geógrafo TH – Duvotenay.

A exploração do território foi descrita por historiadores e memorialistas, dentre os quais Juarez Miguel Illa Font. No livro Serra do Erechim – tempos heroicos (1983) discorre acerca da presença humana no território do 3º Distrito de Passo Fundo, criado em 1902, com sede em Capo-Erê. Tendo como fonte os Anais do Município de Passo Fundo (1908), do historiador Francisco Antonino Xavier de Oliveira, relata a expedição fluvial realizada por Augusto César de Oliveira Penteadado e a descoberta do Estreito do Rio Uruguay. Na companhia de dois vizinhos, Augusto César navegou da

barra do Rio Bonito com o Rio do Peixe, seguindo pelo Rio Ligeiro até desembocar no Rio Pelotas e Uruguai. Do início da expedição ocorrida no último dia de dezembro de 1887 e nos dezesseis dias seguintes, quando chegam ao Passo do Goio-Ên, na foz do rio Passo Fundo, diversos acidentes geográficos foram nominados conforme relatório e croqui enviados a Câmara Municipal.

Quarenta e sete anos antes da publicação da obra de Illa Font, João Frainer, que organizou o *Álbum do Município de Erechim* (1936), levanta hipótese sobre a entrada de pessoas, muitas delas com famílias, na região. E atribui as mesmas o completo descaso com as leis, justificando que procuravam nas florestas abrigos para crimes cometidos o que teria levado as autoridades do município a criar o Distrito do Alto Uruguai. No mesmo *Álbum*, trata das posses de Paulo Bento de Souza e de seu irmão Manoel Bento nas proximidades de Paiol Grande, atual cidade de Erechim. De igual modo a posse de João Barbosa de Albuquerque e Silva, comprada de Domingos de Oliveira, conforme escritura lavrada em outubro de 1888.

Artigos publicados na *Revista do Erechim*, editada pela Livraria Modelo, entre os anos de 1951 e 1966, com periodicidade variável, tratam de assuntos diversos relacionados à história da região. Quanto à diminuta população branca, presente no território no último quartel do século XIX, apontam fugitivos da Farroupilha (1835-1845) e a Federalista (1893-95). De igual modo a presença do caboclo e sua faina extrativista do pinhão e erva mate, e do cultivo de roçados de milho.

A construção da ferrovia, ligando o centro do Estado (Santa Maria) e São Paulo (Itararé), foi preponderante na ocupação do Alto Uruguai. Em oito de fevereiro de 1898, foi inaugurado o ramal férreo até Passo Fundo. Nove anos depois, era inaugurada a Estação Coxilha. No dia 3 de maio de 1910, foi à vez de a Estação Erechim

receber o primeiro trem. Até 25 de outubro de 1910 quando a estrada de ferro atinge o ponto extremo, em Marcelino Ramos, foram inauguradas as Estações Erebangó, Capo-Erê, Paiol Grande, Barro e Viadutos. Em junho de 1913, com a conclusão da ponte sobre o Rio Uruguai, entram em operação os serviços do transporte de carga e passageiros ligando os três Estados sulinos a São Paulo.

No entorno de cada uma das Estações - Coxilha, Sertão, Erechim (Estação), Erebangó, Capo-Erê, Paiol Grande (Erechim), Baliza, Barro (Gaurama), Viadutos e Marcelino Ramos, formam-se núcleos urbanos. Em cada uma delas as locomotivas faziam suas paradas para abastecimento de água e lenha e desembarque e embarque de passageiros e mercadorias. Todas elas, com exceção de Capo-Erê, alcançaram o status de município entre 1918 e 1988.



Sede da Comissão de Terras na Colônia Erechim no ano de 1910.

A tarefa de planejar e executar inúmeros projetos na então chamada região de matas, como o Médio e Alto Uruguai coube a Ins-

petoria de Terras e Colonização. A abertura de vias de penetração, o controle de acesso a terra, a organização de vilas, a legitimação de posses antigas eram algumas de suas atribuições. No ano de 1907, Lindolpho Silva Chefe da Comissão de Terras de Passo Fundo, realiza roteiro pelo chamado Sertão do Alto Uruguai. O périplo foi realizado no lombo de mula na companhia de dois auxiliares.

Concluído o roteiro que se estendeu por algumas semanas, o servidor da Diretoria de Terras e Colonização, órgão do Governo do Estado e dirigida por Carlos Torres Gonçalves, retorna a cidade de Passo Fundo. No documento lavrado de próprio punho e enviado a capital, relata: *“o firme propósito de o Estado tomar conta desta vasta soma de terras induzem-me a indagar a quem nela habitam e como vivem”*. Descreve ter encontrado a margem direita do Rio do Peixe, Diogo da Silva Rocha, que diz ter provas que é proprietário das referida terras. E prossegue: *“visitei, vi oitenta e tantas posses que estão no percurso do reconhecimento. Nenhuma delas deixa de mostrar o espetáculo triste da devastação”*.

O documento assinado por Lindolpho Silva dá conta que a região havia sido ocupada de forma desordenada. Sobre as ações de seus moradores escreve: *“por toda a parte há provas do modo criminoso como se emprega o machado. Pode-se mesmo dizer que nestas paragens é esse um instrumento agrícola obrigatório. Não é o único e seu complemento é o fogo, eis no que se resume todo o sistema de preparar as terras, que uma vez deu produto em seguida abandonas, e ali vem à capoeira e com essa a praga das pastagens sem mato”*. Conclui o relatório sugerindo que a área é adequada para um projeto de colonização e seus lotes apropriados a imigrantes e migrantes dispostos neles se instalar. Adverte ser necessário desalojar os posseiros que precisam abandonar a área.

Muito provavelmente o relatório do chefe da Comissão de

Terras de Passo Fundo repercutiu junto a Diretoria de Terras e Colonização. Passados alguns meses desde a expedição, Carlos Torres Gonçalves idealiza uma nova colônia, que vai receber o nome de Erechim. Ela é criada por força de Lei no sexto dia do mês de outubro de 1908. Coube a Severiano de Souza e Almeida, que havia realizado tarefa idêntica na Colônia Jaguari, próxima a Santa Maria, no centro do Estado, escolher o lugar para a instalação da sede. No início de julho de 1909, Severiano de Almeida comunica seus superiores que o empreendimento seria instalado numa área de 500 hectares. E que além do Rio dos Índios existem inúmeros cursos de água, e que a localidade se situava a 5.587 metros da futura Estação Erechim (atual cidade de Estação).

Concluído o projeto do futuro núcleo urbano, que vai dar origem a cidade de Getúlio Vargas, a mata é derrubada e as vias públicas são abertas. A abundância de pinheiros e madeira de lei facilita as edificações. Os primeiros serão os prédios da Comissão de Terras e do barracão para a quarentena dos imigrantes. Comerciantes requerem terrenos e, de imediato, são atendidos, dando início às obras de construção de seus estabelecimentos, que também vão abrigar a ala residencial. Em paralelo, os agrimensores Júlio Werminghoff e Henrique Von Schwerin e suas equipes, dão início a medição dos lotes rurais a serem destinados aos colonos. Os lotes urbanos medem entre mil e mil duzentos e cinquenta metros quadrados e devem abrigar além das casas de moradia, horta, pomar e até mesmo criação de animais de criação, garantindo, deste modo, o básico para a alimentação da família. Já os lotes rurais, 25 ou 30 hectares, de acordo com o núcleo familiar.



Agrimensores realizam o reconhecimento e a divisão dos lotes rurais nos primórdios da colonização em 1909.

A chegada da primeira leva, formada por 36 colonos, quatro famílias com 28 pessoas e oito solteiros, à sede da Colônia Erechim, no dia primeiro de fevereiro de 1910, consta no Relatório assinado por Severiano de Almeida. Nos onze meses seguintes, outros 226 colonos se apresentam no Escritório da Comissão de Terras, chalé instalado em frente ao quartelão destinado a futura praça. No dia 22 de dezembro do mesmo ano, o governo do município de Passo Fundo cria o 8º Distrito. Dos 2.123 lotes rurais demarcados até então, 1.920 já haviam sido ocupados, e na sede instalada as margens do Rio dos Índios já viviam 103 famílias.



Antevendo o progresso, comerciantes requerem lotes na sede da Colônia Erechim no mesmo ano de 1910 quando da chegada da primeira leva de imigrantes e migrantes.

O Relatório enviado a capital do Estado, datado de 30 de junho de 1912, informava que na presente data havia distribuído no território da Colônia Erechim 15.500 pessoas. Do montante, 5.687 eram imigrantes e 9.813 brasileiros. Os últimos, que formavam a maioria, eram de migrantes da região serrana do Rio Grande do Sul e do Vale dos Sinos, e ainda dos caboclos que já estavam estabelecidos na região antes da criação na colônia. Algumas das posses dos caboclos, chamados pelos funcionários da Comissão de Terras de “nacionais” foram legitimadas. No entanto, grande parte deles foram buscar novas oportunidades no outro lado do Rio Pelotas e Uruguai, no Oeste de Santa Catarina. Já o povo Kaingang foi instalado nos Toldos reservados pela Diretoria de Terras e Colonização. Posteriormente são denominados Reserva Indígena do Ventarra, hoje no território do município de Erebang, e Reserva Indígena do Ligeiro, no município de Charrua.

As informações acerca da Colônia Erechim desde sua implantação são detalhadas em números nos relatórios anuais. Fica evidente o contraste sobre o território do Sertão do Alto Uruguai antes de 1909 nos anos que seguem. Na mensagem apresentada em setembro de 1911 à Assembleia dos Representantes, o Presidente Carlos Barbosa Gonçalves informa: “Desde o início do convenio elaborado entre a União e o Estado em 1908 para a introdução de colonos temos recebido e localizado 16.522 imigrantes dos quais 3.883 em 1910 e 2.776 no primeiro semestre do ano corrente”. E segue: “São na grande maioria de nacionalidade russa, alemã, italiana e austríaca”.



Registro da sede da Colônia Erechim feito por um fotógrafo que, no ano de 1913, realizava viagem de trem no sentido Passo Fundo – Marcelino Ramos.

Na mensagem aos deputados no ano seguinte, governante informa: “O movimento migratório no quinquênio de 1908 e 1912 foi o seguinte: em 1908 4.177; 1909 6.046; 1910 3.583; 1911 4.318; e no 1º semestre de 1912 4.378, totalizando 25.854 imigrantes”. Ainda no mesmo documento: “A sede da colônia distante 4,6 Km da estação férrea de Erechim conta com 237 prédios, inclusive os

pertencentes ao Estado. Entre os edifícios construídos por iniciativa particular se destacam belos chalés e o templo protestante situado na praça principal, e sua população é superior a 2.000 habitantes. Possui a colônia diversos povoados: Erebang, Capo-Erê, e Paiol Grande, que progridem com a sede”.



No registro feito no ano de 1912 pode se verificar aspectos diversos do projeto urbano.

Fontes para a história regional, os relatórios revelam o entusiasmo dos integrantes do Partido Republicano Riograndense (PRR) que conduzem a administração estadual com mão de ferro, e muitas vezes fazem prognósticos otimistas, conforme o relatório de 1912 citado no parágrafo anterior: “Na vasta zona colonial existem disseminadas 2.400 casas, sendo 812 mandadas construir pelo Estado”. E sentencia: “Por estes dados colhidos dos minuciosos relatórios da diretoria de terras e colonização, deduz-se o rápido progresso dessa colônia e as condições que reúne para tornar-se em pouco tempo uma das mais produtoras do Estado”.



Sede da Colônia Erechim por volta de 1916.

No chamado “Sertão do Alto Uruguai”, ocorre outros projetos de colonização com a devida autorização do governo do Estado. A Jewish Colonization Association (ICA) adquiriu a Fazenda Quatro Irmãos loteando parte da área entre imigrantes judeus do Leste Europeu. As terras da ICA, que tinha sua sede próxima da Estação Erebangó, distribuiu os colonos em duas agrovilas: Baronesa Clara e Barão Hirsch, além da própria sede, atual cidade de Quatro Irmãos. Seus mais de noventa mil hectares se dividiam entre áreas de campo e de mata.

A importância da atividade extrativista pode ser mensurada pelo número de serrarias instaladas no seu interior. Para facilitar o escoamento da madeira, a direção da ICA investiu num ramal férreo até Erebangó, de onde seguia para outros centros. No alvorecer dos anos sessenta do século passado, quando a madeira se esgotou, a ICA encerrou suas atividades, vendendo as terras para agricultores. Seu primitivo território integra atualmente os municípios de Quatro Irmãos, Erebangó, Campinas do Sul e Jacutinga.

A empresa Luce, Rosa & Cia. Ltda. Começou a operar na região no ano de 1916, vendendo áreas de terra distribuídas aos atuais municípios de Gaurama, Severiano de Almeida, Mariano Moro, Aratiba e Três Arroios. Dois anos depois entrou em operação a Companhia Colonizadora Riograndense, loteando terras, através de ofertas feitas nas Estações Ferroviárias e por agentes que percorriam a serra gaúcha e o Vale dos Sinos. No ano de 1920, a Sociedade Territorial Eberle, Mosele, Ahrons passou a ofertar lotes rurais em área pertencentes atualmente a Marcelino Ramos e Viadutos.

Por orientação do Engenheiro Carlos Torres Gonçalves, o governo do Estado transfere, no dia 20 de abril de 1916, a sede do empreendimento para Paiol Grande. A Comissão de Terras é instalada num prédio construído para esta finalidade. A madeira utilizada na edificação havia sido serrada e beneficiada em Erechim (hoje cidade de Getúlio Vargas).



Transferência da Comissão de Terras para Paiol Grande em 1916.

Os resultados altamente positivos alcançados nos primeiros sete anos haviam colocado a região em evidência. A produção de alimentos na Colônia Erechim, objetivo do governo Borges de Medeiros, aliado à atividade extrativista da madeira, revela o sucesso do projeto. O desejo de autonomia política e administrativa em relação a Passo Fundo começa a se materializar no ano de 1917, com a formação de uma comissão designada de “Pró-vilamento”.

Os esforços do grupo formado pelo major Cândido Cony, Edmundo Pereira Paiva, Emílio Rubbo, Manoel Fabriciano de Borba, Paulo Glaschick e Albano Albino Stumpf, não tem êxito. O decreto de criação do município de Erechim, assinado em 30 de abril de 1918, com sede em Boa Vista, arrefece o movimento pela emancipação. Inconformados com a decisão do governo estadual, as lideranças do 2º distrito buscam, sem sucesso, a autonomia administrativa nos anos de 1927 e 1930. O intento só seria alcançado em 1934 quando em 18 de dezembro Flores da Cunha, então presidente do Estado, assina o decreto de sua criação.

Quando Getúlio Dornelles Vargas, acompanhado de lideranças políticas e da força revolucionária, atravessou o território entre Passo Fundo e Marcelino Ramos, em direção a Capital Federal, para depor Washington Luiz e instalar a segunda República, pôde conferir o sucesso do projeto.

REFERÊNCIAS

CARNAL, Oscar da Costa. *Subsídios para a História do Município de Erechim*. Porto Alegre: Globo, 1926.

CHIAPARINI, Enori José, SMANIOTTO, Maria Lúcia Carraro, FABRIS, Neivo Angelo, HACHMANN, Roberto. *ERECHIM: Retratos do passado, memórias no presente*. Erechim: Graffoluz, 2012.

FABRIS, Neivo Angelo, SMANIOTTO, Maria Lúcia Carraro. *Getúlio Vargas 80 anos: a história política-administrativa do município*. Getúlio Vargas: Graffoluz, 2014.

ILLA FONT, Juarez Miguel. *Serra do Erechim, tempos heroicos*. Erechim: Carraro, 1983.

“O negro foi mais forte que a dor”:
notas sobre festividades e trajetórias
negras em Passo Fundo

DJIOVAN VINÍCIUS CARVALHO

Passo Fundo não tem, assim como diversos outros pontos do país, uma síntese histórica sobre a presença e as sociabilidades negras em seu território. Acompanhando o “grande e constrangedor silêncio” que ocupa boa parte dos “arquivos brasileiros e coloniais, e sobretudo, os manuais e livros didáticos” (Gomes, 2021, p. 2021), seguimos sem estudar a fundo e compreender as práticas socioculturais e as dinâmicas familiares daqueles que em muito contribuíram para a constituição daquilo que é Passo Fundo hoje.

Ao contrário do que se propaga, ainda há muito para ser investigado sobre a história de Passo Fundo, na medida em que o paulatino contato com fontes diversas, acaba por lançar luz, apontar caminhos possíveis e permitem, até certa medida, reconstituir, reconfigurar, reinterpretar e reescrever parte da história que conhecemos. Nesse sentido, o século XIX ainda se encontra em uma “zona de penumbra” historiográfica.

Uma das tantas temáticas que emergem como um “problema” é a história dos negros durante o período da escravidão e do pós-abolição. Certamente, um trabalho que dê conta de estudar esse espaço, em sua totalidade, é uma tarefa difícil, contudo, o presente texto tem como objetivo apresentar alguns aspectos da história dos negros em Passo Fundo, com foco na sede do município, hoje cidade de Passo Fundo.

O texto está dividido em quatro partes: na primeira delas optamos por trazer alguns dos registros sobre a presença negra na historiografia local, passando pelas obras daquele que são considerados a matriz historiográfica da região. A segunda parte enfoca na Festa de São Miguel e na genealogia do escravizado Izahias, bem como na atuação de seus descendentes junto a algumas das instituições de resistência negra em Passo Fundo. Já a terceira parte apresenta algumas notas sobre a Festa do Rosário, realizada em Passo Fundo desde o século XIX, mas que ainda foi pouco explorada historiograficamente. Por fim, traçamos algumas alternativas para um estudo mais aprofundado sobre a história dos negros em Passo Fundo.

OS NEGROS NA HISTORIOGRAFIA LOCAL

Para que se inicie qualquer estudo sobre a cidade ou sobre o município de Passo Fundo, obrigatoriamente, é necessário que se utilizem as obras dos três pesquisadores que podem ser considerados a matriz historiográfica da região. Francisco Antonino Xavier e Oliveira (1876-1959), Jorge Edeth Cafruni (1915-1971) e Delma Rosendo Gehm (1917-2008).

Antonino Xavier e Oliveira, em sua obra *Annaes do Município de Passo Fundo*, publicado originalmente em 1908, informa que, em 1858, 20% da população de Passo Fundo era escrava. Com uma

ocupação luso-brasileira datada de meados da década de 1820, Passo Fundo passou a existir administrativamente a partir de 1834, momento em tornou-se 4º distrito de Cruz Alta. Em 1857, Passo Fundo emancipou-se de Cruz Alta, passando a administrar mais de 24 mil quilômetros. O território foi dividido em sete distritos: 1º Distrito - Sede; 2º Distrito - Campo do Meio; 3º Distrito - Nonohay; 4º Distrito - Jacuhy; 5º Distrito - Restinga; 6º Distrito - Soledade; 7º Distrito - Lageado. No recenseamento apresentado pelo autor, não foram contabilizadas as populações indígenas, o que poderia elevar o número de moradores do recém-criado município. De todo modo, naquele momento foram elencados 8.208 habitantes, entre livres, libertos e escravizados, sendo que 1.692, ou seja, 20% destes estavam na condição de escravizados, conforme tabela abaixo.

Distritos	Livres	Libertos	Escravos	Total
1º – Passo Fundo	1.534	11	281	1.826
2º – Campo do Meio	505	13	147	665
3º – Nonoai	372	13	79	464
4º – Jacuizinho	980	15	315	1.310
5º – Restinga	938	39	217	1.194
6º – Soledade	980	16	315	1.311
7º – Lagoão	1.080	26	345	1.451
	6.389	133	1.699	8.221

Tabela 1. Número de moradores do município de Passo Fundo em 1858. Fonte: Xavier e Oliveira, 1990. Adaptado pelo autor.

Com uma parcela significativa da população, tanto no distrito sede quanto nas localidades periféricas, poderíamos esperar mais registros sobre a presença negra no município, contudo, as narrativas, muitas vezes privilegiam os sujeitos escravizados apenas atrelando-os a sua condição de “elemento servil”. Por décadas, Antonino Xa-

vier e Oliveira, manteve-se como o único responsável por publicar, sistematicamente, narrativas históricas, o que acabou por torná-lo conhecido como “pai da história passo-fundense”. Isso fez com que muitos dos que se dedicassem a escrever sobre a história de Passo Fundo utilizassem as obras de Xavier e Oliveira como base e fonte de suas pesquisas, não explorando documentos e registros utilizados pelo literato para construir seus textos. Pedindo licença para a liberdade poética, é quase como se houvesse a máxima “se Antonino disse está dito”.

Seguindo essa linha, na década de 1960, outro autodidata passou a explorar a história da região de Passo Fundo. Jorge Edeth Cafruni dedicou cerca de 10 anos para produzir a obra *Passo Fundo das Missões: estudo histórico do período jesuítico*. Na obra, Cafruni dedica algumas páginas à *Lenda da Mãe Preta*, que teria tido início com a *Lenda de Goici*. Nas palavras do autor (2019, p. grifos nossos):

Segundo uns, a lenda do arroio ou sanga do Lava-pés refere-se à Mãe Cabocla, de nome Goixim ou Cogoim, da nação dos coroados. Tinha ela um filho que guardava os ervais e cujo nome ninguém sabe, o qual, um dia, foi à sua guarda e não mais voltou. A Mãe Cabocla chorou tanto a ausência do filho que o Urubu-Rei a transformou num pé de milho que, arrancado pela tribo, deu origem a um córrego, que não é outro senão o arroio Lava-pés. Disseram os índios, então, que, por aquele arroio, fluía a alma de Goixim. E por esse nome ficou sendo conhecido o arroio entre eles. Até aqui a lenda caingang. No exame dos nomes Goixim e Cogoim, verifica-se o seguinte: Goixim nada mais é do que Goyci que, no vocabulário inserto por Hemetério J. V. da Silveira, em “As Missões Orientais”, significa simplesmente “arroio”. Quanto a Cogoim (Congoin) se traduz por erva-mate, também conhecida antigamente por congonha.

O nome do **arroio Lava-pés**, segundo Antonino Xavier, remonta às origens de Passo Fundo. **Em suas nascentes, foi erguido um chafariz ou bica, onde afluíam os escravos com suas jarras, potes ou baldes, para o transporte da água aos seus senhores.** A lenda que recolhemos entre a gente de cor já não citava Goici, a Mãe Cabocla, porém Mariana, que ficou sendo conhecida por Mãe Preta. Diz-se que Mãe Preta era escrava do Cabo Manuel José das Neves, que primeiro aqui se estabeleceu e era senhor daquelas glebas. Mãe Preta tinha um filho único, que era a sua alegria. Certa vez, o jovem fugiu de casa e não mais voltou, causando a morte de sua mãe. Das lágrimas da Mãe Preta teria brotado a fonte. Antes de morrer, Mãe Preta foi visitada por Jesus-Menino, o qual lhe disse que não chorasse mais, porque seu filho se encontrava na mansão celeste. Jesus ter-lhe-ia dito ainda: “Em recompensa de tua dor, pede o que quiseses que te darei”. Mãe Preta então pediu: “Dá-me a felicidade de ir para junto de meu filho. Mas, como lembrança, quero deixar esta fonte para que, todo aquele que dela beba, retorne sempre a este lugar. Tais as lendas que correm sobre o arroio Lava-pés. Qual delas surgiu primeiro? Qual a autêntica? Cremos ser a primeira. Mas, em folclorismo, a segunda é mais rica e expressiva. Ainda hoje, aquele que bebe da água do chafariz, mais cedo ou mais tarde, retorna a Passo Fundo. Pelo menos é o que diz a lenda, que bem diz da hospitalidade do povo passo-fundense.

Grifamos no texto acima o trecho em que Cafruni evidencia a intrínseca relação entre o *Chafariz da Lava-pés* e os negros estabelecidos na Vila do Passo Fundo. A narrativa utilizada por Cafruni, baseada nas obras de Antonino Xavier, acerca da utilização da nascente do *arroio Lava-pés* pode ser confirmada na documentação da Câmara Municipal de Passo Fundo¹. Construído em 1863, poucos

¹ Livro do Copiador da Câmara Municipal do Passo Fundo (1857-1867). Acervo IHPF.

anos após a emancipação do Município, o *Chafariz* cumpria a missão de facilitar o abastecimento de água das casas da Vila, naquele momento concentradas na área onde hoje está localizada a Escola Fagundes dos Reis. Conforme os documentos da Câmara, o local tornou-se ponto de encontro entre os escravizados de Passo Fundo, como se destaca:

[...] a presença constante da guarda no lugar indicado [Chafariz do arroio Lava-pés] evitaria as rixas dos escravos, que não se pode negar afluem naquele ponto como um centro necessário de reunião. [...] Paço da Câmara Municipal do Passo Fundo em 9 de julho de 1863.

[...] Esta Câmara já oficiou a *Vossa Senhoria*, e agora o repete, fazendo vez a **necessidade da conservação de um guarda, junto ao chafariz público, que conta com sua presença os desmandos ali praticados, pois como centro de reunião de escravos e de pessoas** [...] Paço da Câmara Municipal do Passo Fundo em 7 de abril de 1864.

A necessidade em coibir a reunião e as “rixas” de escravizados que buscavam água no Chafariz fez com que a Câmara Municipal registrasse em suas correspondências a presença desses indivíduos que, para além de rezingarem-se uns com os outros, mantinham relações familiares e sociais, já que suas existências não se restringiam a suas condições de escravizados.

Delma Ghem, ao tratar da história passo-fundense, aborda em seus textos os escravizados e os libertos em diversos pontos. Contudo, destacaremos sua menção a respeito dos artigos das Posturas Municipais de Cruz Alta², notadamente três artigos citados por ela:

² Após sua emancipação, Passo Fundo adotou como suas as Posturas Municipais de Cruz Alta, promulgando seu primeiro Código de Posturas em 1860.

Artigo 52 - Os que açoitarem nas tabernas, botequins e mesmo casas particulares, ou em qualquer parte, escravos fugidos, sofrerão a multa de 30 mil réis além de responsabilidade para os senhores de escravos; e não podendo pagar a multa, sofrerão 8 dias de cadeia; e, sendo escravos, 100 açoites.

Artigo 54 - Os donos, caixeiros, sócios de casas públicas e onde se acharem reunidos e parados mais de quatro escravos - incorrerão na multa de 6 mil réis.

Artigo 56 - Todos os que tiverem casas públicas vendendo ou administrando nelas pessoas cativas (incorrerão) na pena de 10 mil réis de multa e, na reincidência, 20 mil réis de multa ou 8 dias de cadeia.

A autora ainda enfatiza os artigos dizendo:

As posturas penalizavam com muita de 4 mil réis as casas onde se encontrassem pessoas a jogar; mas se os escravos estivessem jogando seriam punidos com 50 açoites... Continham dispositivos que puniam os que vendessem venenos aos escravos, para que essas infelizes criaturas não fugissem ao cativeiro pela porta do suicídio.

Ainda nas palavras de Ghem,

[...] raramente tal rigor era aplicado, pelo menos em Passo Fundo, onde - *na vasta documentação existente* - não encontramos punições severas, senão prisão especial para os casos de roubos e assassinios. Não vimos citação de queixa, senão de um escravo de Diogo Jose de Oliveira, lá pelo ano de 1876, em que as autoridades, tendo à frente o Subdelegado de então, Gervásio Lucas Annes, verificaram um ferimento de apenas dois centímetros de comprimento, pois 2 milímetros de profundidade (duas linhas, diz o docu-

mento), e produzido por instrumento cortante. Mas nada se alega contra o senhor.

A autora, ao argumentar que as punições não existiam punições severas, justifica-se dizendo que consultou vasta documentação e não encontrou elementos que refutassem essa teoria. Não sabemos exatamente quais documentos Ghem utilizou-se para construir suas narrativas, mas seu argumento pode ser descartado a partir de uma rápida olhada nos processos cíveis e crimes, custodiados pelo Arquivo Público do Rio Grande do Sul³.

Contudo, aqui cabe salientar que, todo texto tem seu “lugar de produção”, sendo, portanto, datado. E isso inclui tanto os documentos e/ou fontes utilizados pelos historiadores, quanto os textos dos próprios historiadores. Dito isso, é necessário que se entenda que os textos dos primeiros pesquisadores da história de Passo Fundo são também reflexo do tempo em que eles viveram. Há nesse sentido que se compreender as razões pelas quais os historiadores privilegiaram um passado “branco”, em detrimento da contribuição negra na constituição social de Passo Fundo. Muito se diz sobre a libertação dos escravizados, mas pouco sobre a escravidão, mancha indelével de nosso passado escravista.

De todo modo, ao se fazer história no século XXI, não podemos podermos contentar-nos com uma narrativa sem questioná-la. Seguindo José Assunção Barros, cabe ao historiador levar em consideração a pertinência, a suficiência, a homogeneidade, a exaustividade e a representatividade das fontes que compõem o corpus documental da pesquisa. Vamos abordar dois desses aspectos aqui.

³ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu*. Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

O primeiro diz respeito a pertinência: Barros afirma que “nenhum problema [histórico], a princípio, só pode ser explorado a partir de um tipo de fonte histórica”, nesse sentido, a busca por informações que poderão auxiliar na constituição de uma narrativa histórica deve levar em conta a multiplicidade de documentos que podem lançar luz sobre a questão. Já o segundo aspecto, que vai ao encontro disso é a exaustividade, que segundo o autor, refere-se a

[...] exploração do corpus documental não pode ser leniente com relação a “lacunas” derivadas da relação entre o historiador e seu universo de documentos, tais como aquelas produzidas pela dificuldade de acesso, pela falta de ânimo em empreender uma tradução difícil, ou pela pouca capacidade ou disposição para decifrar uma caligrafia menos transparente. **As únicas lacunas admissíveis são as que nos foram legadas pela própria história.** Uma vez definida a série documental, não cabe o historiador ocultar um documento apenas porque ele contradiz a hipótese que pretende demonstrar, ou porque ele dificulta o andamento de suas investigações.

Deste modo, que sejam revisitadas, sempre que for possível, as fontes utilizadas por outros autores, valendo-nos da devida crítica às fontes. Nesse sentido, a narrativa de Ghem, quando esta diz que em Passo Fundo não eram feitas reclamações pelos escravizados, em relação ao tratamento dado por seus “senhores”, nos valeremos de dois exemplos em que as coisas não foram bem assim.

E é aqui que entramos em nossa pesquisa propriamente dita. Assim, baseados nas palavras de Jorge Cafruni:

[...] entendemos que a História não é mera e fria relação de nomes, datas e lugares, mas um fenômeno

dinâmico, em que é o fator principal o Homem, que é o sujeito de todas as ações: vemo-los, assim, em suas crenças, interesses, expansões, agrados e desgostos...

Para tentar identificar os “fenômenos dinâmicos” mencionados por Cafruni, estamos nos valendo da utilização da genealogia⁴. Mas, para além da reconstituição da história das famílias, os estudos genealógicos são também instrumentos para compreensão do passado, daí sua relevância para a história local.

A partir do cruzamento de diversos elementos e documentos, podemos identificar os indivíduos e as suas relações, além de compreendermos e situarmos contextos e atitudes, mesmo que hipoteticamente. Utilizando a genealogia, observamos a formação dos grupos de parentesco ao longo do tempo. No entanto, resultados concretos somente irão surgindo através da pesquisa exaustiva e com o cruzamento de diferentes fontes documentais.

O que permite que façamos as ligações entre os indivíduos objeto da nossa investigação é o **nome**, nesse sentido uma das metodologias que empregamos é o método onomástico. No ensaio *O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*, Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1989) explanam a respeito da realização da microanálise de fenômenos circunscritos como resposta às limitações da pesquisa quantitativa de longa duração, característica da segunda fase dos *Annales*. Com a circunscrição do âmbito investigativo, segundo os autores, é possível a sobreposição de séries documentais, tendo como “fio de Ariadna que guia o investigador no labirinto documental [...] aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome” (Ginzburg; Poni, 1989, p. 174).

⁴ Conforme o Dicionário Houaiss, etimologicamente, genealogia vem do grego e refere-se às “histórias de uma família”, ou à “linhagem, descendência”.

Também baseados na construção teórico-metodológica de Ginzburg, fundamentamos nossa investigação no paradigma indiciário. Interpretamos indiciarismo, de Ginzburg, como uma orientação de pesquisa baseada na investigação dos detalhes, que encaramos como indícios, pistas, sinais ou sintomas. O método indiciário constitui o uso do indiciarismo como ferramenta de pesquisa. Ademais consideramos o paradigma indiciário como um conjunto de princípios e procedimentos teórico-metodológicos que orientam a elaboração do conhecimento a partir da investigação e análise dos indícios.

Ginzburg afirma: se “a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”. Ademais, “o que caracteriza esse saber é a capacidade, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, de remontar a realidade complexa não experimentável diretamente”.

Optamos por apresentar a genealogia da família Isaias não por ser a única possível de reconstituição, mas por estar diretamente relacionada com a Festa de São Miguel, que no ‘último ano completou 150 anos de realização. Há também que se comentar que existem ligações de parentesco que relacionam a família Isaias a outras famílias passo-fundenses, o que fez com que iniciássemos nossa pesquisa por ela.

A FESTA DE SÃO MIGUEL E O ESCRAVIZADO IZAHIAS

Antonino Xavier e Oliveira, ao constituir a narrativa acerca da Festa de São Miguel, trata de Generoso e Isaias, pai e filho, como pertencentes a Bernardo Castanho da Rocha. Tendo em vista que até a abolição da escravatura, ocorrida em 1888, os escravizados eram considerados bens semoventes, uma das fontes que permitiu a locali-

zação de Generoso e Isaias foram os testamentos e os inventários *post mortem*⁵ de Castanho da Rocha e de sua primeira esposa.

Nascido na Vila Nova de Castro, então Província de São Paulo, nas últimas décadas do século XVIII⁶, Castanho da Rocha foi casado duas vezes, mas, ao que indicam as fontes, manteve diversos relacionamentos ao longo da vida. Seu primeiro casamento, com Maria Eufrazia, ocorreu em sua cidade natal, no dia 2 de maio de 1811⁷. A noiva era filha de Manoel Lopes Duro e Maria do Nascimento, naturais de Castro. Castanho da Rocha e Maria Eufrazia tiveram uma filha, Balbina Castanho da Rocha, que faleceu entre 1852 e 1855. Já Maria Eufrazia faleceu por volta de 1851, em Passo Fundo. Seu inventário foi aberto em 1852 e apresenta a seguinte relação de escravizados⁸: Leocadia, mulata, 40 anos; Policarpo, de nação, 44 anos; Victor, crioulo, 7 anos; Marcolina, crioula, 3 anos; Joaquim, de nação, 56 anos; Alexandre, de nação, 58 anos; Maria, mulata, 16 anos; Elias, crioulo, 46 anos; Maria, mulata, 24 anos; Placidina, mulata, 15 anos; Constante, mulato, 10 anos; Fermينو, crioulo, 10 anos; Luciano, crioulo, 7 anos; Maria, mulata, 7 anos; Benvinda, crioula, 6 anos; Guilhermina, 3 anos; Izahias, crioulo, 40 anos; Joaquim, crioulo, 30 anos - fugido; André, de nação, 28 anos - fugido.

Após o falecimento da esposa, Castanho da Rocha registrou seu testamento em 1º de março de 1855, onde deixou registrado que depois de satisfeitos seus legados, a herança deveria ser dividida em duas partes iguais - uma para ser entregue à Maria Camilla de

⁵ Segundo o Direito Civil, os inventários são uma ação processual que visa fazer o balanço dos bens e dívidas de uma pessoa quando do seu falecimento.

⁶ nascido e batizado na Vila de Castro, filho legítimo de Antonio Castanho de Araújo e Felizarda Soares de Oliveira, ambos falecidos antes de 1855.

⁷ REGISTRO de matrimônio de Bernardo Castanho da Rocha e Maria Eufrazia. Castro, 2 maio 1811. Cúria Diocesana de Ponta Grossa.

⁸ INVENTÁRIO de Maria Eufrazia. Inventariante: Bernardo Castanho da Rocha. Inventário, maço 1, processo n. 11, Cruz Alta, 1852, APERS.

Carvalho, enquanto a outra dividida entre seus herdeiros, “Fragina, Bertolina e Bermirio”⁹. Maria Camilla era parda, mantida por Castanho da Rocha como sua amásia, e vivia com ele no Pinheiro Torto¹⁰. Maria Camilla era filha de Venancia Maria, que teve ainda os filhos Belizaria Maria e David, este último um dos pivôs do crime da Fazenda Três Serros, pelo qual Maria Camilla e Castanho da Rocha foram detidos como cúmplices¹¹. Da relação entre Castanho da Rocha e Maria Camilla, até o momento, nada mais pode ser apurado, ao que tudo indica o casal não teve filhos. Em agosto de 1857, Bernardo Castanho da Rocha concedeu carta de alforria à Maria Camilla “pelos bons serviços” que havia feito a ele¹².

Castanho da Rocha¹³ faleceu em 10 de setembro de 1869, em Passo Fundo. Seu inventário foi aberto em 1870 e nele estavam listados os escravizados: Leocádia, Victor, Marcolina, Elias, Constante, Fermino, Guilhermina, Izahias e Bento.

⁹ Eufrázina Castanho da Rocha, Bertholina Castanho da Rocha e Belmiro Castanho da Rocha, eram seus filhos naturais, tidos com Joaquina Maria da Silva, nascidos entre a década de 1830 e 1840, conforme seus registros de casamento apontam. TESTAMENTO de Bernardo Castanho da Rocha. Testamenteiro: Manoel José de Araújo, maço 2, processo n. 55, Passo Fundo, 1871, APERS.

¹⁰ Maria Camilla Marques de Carvalho nasceu por volta de 1826 e faleceu em Soledade, aos 9 dias de fevereiro de 1909. REGISTRO de óbito de Maria Camilla Marques de Carvalho, 9 fev. 1909. Soledade, Registro Civil. APERS.

¹¹ Ver mais em: FRANCISCO, Aline Ramos. *Kaingang*: uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 2013.

¹² CARTA de Liberdade de Maria Camilla. Registros de Transmissões e Notas, L. 1, fl. 22v. APERS.

¹³ Em 26 de janeiro de 1858, Castanho da Rocha contraiu núpcias pela segunda vez, agora com Fabiana Rodrigues de Jesus, filha de João Manoel do Prado e Maria Rodrigues de Jesus. Com Fabiana, Castanho da Rocha teve, pelo menos, os filhos João Castanho da Rocha, Maria Magdalena Castanha, Ricarda Castanha da Rocha, Felizarda Castanha da Rocha, Cércia Castanha da Rocha, João Bernardo Castanho da Rocha e Julia Castanha da Rocha. Bernardo Castanho da Rocha teve ainda outros filhos naturais, como Manoel Castanho e Antonio Castanho da Rocha.

Ao se fazer o exercício de comparar as relações dos inventários de Maria Eufrazia e Castanho da Rocha, de 1852 e 1870, respectivamente, pode ser montado o seguinte quadro:

Escravizados listados em 1870	Escravizados listados em 1852
Leocádia	Leocadia, mulata, 40 anos;
	Policarpo, de nação, 44 anos;
Victor	Victor, crioulo, 7 anos;
Marcolina	Marcolina, crioula, 3 anos;
	Joaquim, de nação, 56 anos;
	Alexandre, de nação, 58 anos;
	Maria, mulata, 16 anos;
Elias	Elias, crioulo, 46 anos;
	Maria, mulata, 24 anos;
	Placidina, mulata, 15 anos;
Constante	Constante, mulato, 10 anos;
Fermino	Fermino, crioulo, 10 anos;
	Luciano, crioulo, 7 anos;
	Maria, mulata, 7 anos;
	Benvinda, crioula, 6 anos;
Guilhermina	Guilhermina, 3 anos;
Izahias	Izahias, crioulo, 40 anos;
	Joaquim, crioulo, 30 anos; - fugido
	André, de nação, 28 anos; - fugido
Bento	-

Em uma rápida comparação entre as listas, percebe-se que dos dezenove escravizados listados em 1852, oito são novamente mencionados em 1870, sendo a única exceção o menino Bento¹⁴, nascido em 1870. O indivíduo examinado por esta pesquisa – Izahias – apa-

¹⁴ Castanho da Rocha teve ainda a escravizada Felícia, não mencionada em nenhuma das

rece em ambas as listas; em 1852, foi declarado que ele tinha cerca de 40 anos, tendo nascido, portanto, por volta de 1812.

Por ocasião da partilha dos bens de Castanho da Rocha, em 1871, a legatária Maria Camilla Marques de Carvalho herdou metade da terça que lhe coube pelo testamento de Castanho da Rocha. Ainda, recebeu o escravizado Constante, que tinha cerca de 30 anos, avaliado em 600 mil réis, mas, a mando de Maria Camilla, foi trocado pelo escravizado Izahias, que estava em posse de outro herdeiro. Mais tarde, em 1876, o escravizado escolhido por Maria Camilla, “em pagamento de legado no inventário e partilha nos bens deixados pelo finado Bernardo Castanho da Rocha”, recebeu sua carta de alforria¹⁵.

Ao que tudo indica, o escravizado Izahias, após conquistar sua liberdade, passou a chamar-se Izahias Castanho ou Izahias Paim. Até o momento não foi possível localizar seu registro de óbito, documento que apresentaria mais algumas informações sobre o indivíduo. O que se sabe, contudo, é que ele seria o patriarca da família Isaías/Izaías/Isaías, um dos responsáveis por trazer a imagem missioneira de São Miguel Arcanjo para Passo Fundo e pela construção da primeira capela em honra a ele.

No estado de solteiro, Izahias manteve um relacionamento com a também escravizada, Marcolina, dando início à família Isaías. Marcolina, mencionada no rol de escravizados do inventário de Maria Eufrazia, primeira esposa de Castanho, nasceu por volta de 1848. Após o falecimento de Castanho da Rocha, em 1869, Marcolina permaneceu com a viúva Fabiana Rodrigues de Jesus até ser vendida,

listas, vendida em 17 de julho de 1866, com cerca de 25 anos “mais ou menos”, a João Severiano Martins da Cunha.

¹⁵ CARTA de Liberdade de Izahias. Registros de Transmissões e Notas, L. 12, fl. 118 e v. APERS.

em 11 de maio de 1877, pelo segundo marido de Fabiana, Manoel José Gonçalves Ferreira Pedra.

Com cerca de 28 anos, Marcolina foi vendida a Jorge Schell, acompanharam-na seus filhos Bento, com “mais ou menos 7 anos” e os ingênuos¹⁶ Dorotéia e Generoso, este, conforme consta no registro de venda, “defeituoso nas partes genitais”¹⁷.

Sete anos depois da venda de Marcolina, em 25 de agosto de 1884, o capitão Jorge Schell concedeu-lhe a liberdade, “como se de ventre livre ela houvesse nascido”¹⁸. No decorrer da vida, Marcolina passou a assinar o sobrenome Schell, conforme os registros apon-tam¹⁹, vindo a óbito em 27 de agosto de 1920. Marcolina é a matriarca das famílias Isaías e Almeida²⁰. Marcolina e Izahias tiveram,

¹⁶ Segundo Patrícia Ramos Geremias (2005, p. 12), “a utilização do termo ‘ingênuo’ para denominar os filhos das escravas nascidos a partir de 28 de setembro de 1871 foi incorporada à legislação brasileira por influência da legislação romana que denominava ‘ingênuos’ os cidadãos considerados livres, sem restrições. Com a lei de 1871, no entanto, este termo acabou sendo re-significado. Isso porque nos projetos que antecederam a lei 2040, havia a indicação de que os filhos das escravas fossem considerados a partir da data da lei, ‘livres e havidos por ingênuos’, ou seja, que não viessem a sofrer restrições com base na sua condição jurídica. O texto final da lei, no entanto, retirou as palavras ‘e havidos por ingênuos’, declarando apenas que as crianças eram consideradas de condição livre. Entretanto, como consequência das discussões acaloradas dos projetos que antecederam a votação da lei 2040, estas crianças continuaram a ser denominadas de ingênuas. Ou seja, a denominação que a princípio significava uma cidadania mais ampla para os nascidos de ventre livre no país, passou a ser utilizado mais comumente para se referir aos filhos das escravas”.

¹⁷ REGISTRO de compra e venda da escrava Marcolina e seu filho Bento. Passo Fundo, 11 mai. 1877. Registro de Transmissões e Notas, L. 13, fl. 38v. APERS.

¹⁸ CARTA de Liberdade de Marcolina, escrava de Jorge Schell, Passo Fundo, 25 ago. 1884. Registros de Transmissões e Notas, 1884, fl. 16v. Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF).

¹⁹ Seu registro de óbito, por exemplo.

²⁰ Em meados da década de 1880, Marcolina passou a viver com João Theodoro de Almeida, com quem teve, pelo menos, mais cinco filhos: 1. João Theodoro de Almeida, nascido por volta de 1886 e casado com Maria Joaquina Annes, nascida por volta de 1889. João Theodoro e Maria Joaquina foram pais de: a) Celso Theodoro de Almeida, nascido em torno de 1909 e casado com Thereza Lourenço. Celso e Thereza foram festeiros de São Miguel em 1950; b) Petrolina, nascida em 26 de junho de 1914, na cidade de Passo Fundo; 2) Angelina, nascida por volta de 1890; 3) Domingos Theodoro de Almeida, nascido próximo a 1891, casado com Carolina Maria. Pais de: Maria Domingas, nascida em 6 de março de 1916; 4)

pelo menos, os seguintes filhos²¹: Cisnando,²² Bento²³, Dorothea²⁴, Deolinda²⁵, Generosa²⁶ e Felício²⁷.

Neste ensaio, enfocaremos na descendência de Bento Izahias Paim, personagem cujas memórias auxiliaram Xavier e Oliveira a construir sua narrativa sobre a *Capela do Pinheiro Torto* e, conseqüentemente, da Festa de São Miguel.

Eduardo de Almeida, nascido por volta de 1892; e 5) Salomé F. de Almeida, nascido em torno de 1899. Secretário da Sociedade Visconde do Rio Branco em 1926. Foi casado com Marina de Almeida, com quem teve dois filhos. Falecido em Passo Fundo, em 4 de dezembro de 1962.

²¹ Em nenhum dos registros de batismo foi mencionado o nome do pai dos inocentes, porém, em outros registros feitos ao longo de suas vidas, eles declararam ser filhos de Izahias Paim.

²² Nascido em julho de 1865 e falecido em 18 de agosto do mesmo ano. REGISTRO de óbito de Cisnando. Passo Fundo, 18 ago. 1865. Cúria Arquidiocesana de Passo Fundo.

²³ Nascido em agosto de 1870 e batizado em 29 de setembro de 1870, no dia de São Miguel, teve como padrinhos Silvério José Ribeiro e Maria, escrava do Dr. Cândido Lopes de Oliveira.

²⁴ Dorothea Izaias Schell, nascida liberta em 7 de março de 1873 e batizada no dia de São Miguel, ou seja, em 29 de setembro de 1876. Foram seus padrinhos João Gabriel de Rezende e Josephina Gonçalves Ferreira Pedra. Faleceu em Passo Fundo, em 30 de agosto de 1922. REGISTRO de batismo de Dorothea. Passo Fundo, 29 set. 1876. Cúria Arquidiocesana de Passo Fundo. REGISTRO de óbito de Dorothea Isaias Schell. Passo Fundo, 30 ago. 1922. Registro Civil de Passo Fundo. APERS.

²⁵ Deolinda Izaias de Mello, nascida por volta de 1873. Faleceu em Passo Fundo, com 35 anos, em 2 de dezembro de 1918, vitimada pela “gripe espanhola”. Foi casada com Luiz Alves de Mello. REGISTRO de óbito de Deolinda Izaias de Mello. Passo Fundo, 2 dez. 1918. Registro Civil de Passo Fundo. APERS.

²⁶ Generosa, nascida em 10 de junho de 1875 e batizada em 6 de fevereiro de 1876, afilhada de Cyrpriano Barboza e Maria Cecília da Rocha. Faleceu em Passo Fundo, em 18 de setembro de 1918. REGISTRO de óbito de Generosa. Passo Fundo, 18 set. 1918. Registro Civil de Passo Fundo. APERS. REGISTRO de batismo de Generoso. Passo Fundo, 6 fev. 1876. Cúria Arquidiocesana de Passo Fundo.

²⁷ Felício Izahias Paim, nasceu em 18 de janeiro de 1878 e foi batizado em 2 de abril de 1878, na Matriz de Passo Fundo. Com 22 anos, em 15 de setembro de 1900, casou-se com Geralda Maria da Silva, filha natural de Firmina Rosa dos Santos. REGISTRO de batismo de Felício. Passo Fundo, 2 abr. 1878. Cúria Arquidiocesana de Passo Fundo. REGISTRO de matrimônio de Felício Izahias Paim e Geralda Maria da Silva. Passo Fundo, 15 set. 1900. Registro Civil de Passo Fundo. APERS.

Aos 7 anos, Bento foi vendido, junto com sua mãe, a Jorge Schell. Recebendo sua alforria aos 14 anos com a condição de servir à família Schell por mais quatro anos, quando, então, poderia gozar da plena liberdade. Com cerca de 20 anos, casou-se com Julia de Nantes Lopes, filha de José Fermiano de Oliveira e Justina de Nantes Lopes. Ao casar-se, Bento declarou ser jornalista²⁸ e residir com sua mãe Marcolina. Já sua noiva declarou residir na Rua Moron, também com sua mãe²⁹. Em 1916, Bento foi um dos fundadores do **Clube Visconde do Rio Branco**, como se verá a seguir. Ele faleceu em 24 de junho de 1936³⁰ e sua esposa Julia, em 11 de fevereiro de 1940³¹. Bento e Julia foram pais de: Castorina³², Izahias Paim³³, Eduardo Isaías³⁴, Augusto Isaías³⁵ e Antenor Isaías. Seus descendentes permanecem vinculados aos festejos de São Miguel, mas também auxiliaram na estruturação de outras festas e entidades que privilegiaram a manifestação de aspectos da identidade negra em Passo Fundo.

²⁸ O jornalista seria o trabalhador que vende seu serviço por dia, muitas vezes no campo. O termo vem de “jorna”, ou seja, salário diário, diária. Do latim diurna. Ver sobre as atividades de jornalistas em Avelino (2010).

²⁹ REGISTRO de matrimônio de Bento Izahias Paim e Julia de Nantes Lopes. Passo Fundo, 4 jul. 1891. Cúria Arquidiocesana de Passo Fundo.

³⁰ REGISTRO de óbito de Bento Isaías. Passo Fundo, 24 jun. 1936. Passo Fundo, Registro Civil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

³¹ REGISTRO de óbito de Julia Isaías. Passo Fundo, 11 fev. 1940. Passo Fundo, Registro Civil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

³² Nascida em 20 de julho de 189 e falecida em 20 de julho de 1933. REGISTRO de nascimento de Castorina, 20 jul. 1896. Passo Fundo, Registro Civil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). LIVRO de Registros de Sepultados no Cemitério Vera Cruz (1927-1937). Instituto Histórico de Passo Fundo.

³³ Nascido em 3 de agosto de 1898 e falecido em 27 de setembro de 1917. REGISTRO de nascimento de Izahias, 3 ago. 1898. Passo Fundo, Registro Civil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

³⁴ Nascido em 16 de novembro de 1900. REGISTRO de nascimento de Eduardo, 16 nov. 1900. Passo Fundo, Registro Civil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

³⁵ Faleceu em 15 de julho de 1957.

Ao longo do tempo, três dos cinco filhos de Bento foram presidentes do Clube Visconde do Rio Branco, entidade fundada organizada durante a década de 1910 em Passo Fundo. O Clube Visconde foi precedido pela Sociedade José do Patrocínio, organizada em 1912³⁶. Em 1916, deliberou-se pela mudança do seu nome para Clube Visconde do Rio Branco, cuja primeira diretoria foi eleita no dia 23 de abril de 1916, dia de São Jorge, data oficial de fundação. Nesse contexto, os associados começaram a angariar fundos para a aquisição de um terreno e, por conseguinte, construção de uma sede social. Entre os fundadores estavam: Cândido Bernardo da Cruz, Claro Severo, Bento Isaías, Claro Pereira Gomes, Antão Bernardo da Cruz, Salomé de Almeida, Domingos de Almeida, Eugenio Mello, João Theodoro de Almeida e João Bernardo da Cruz.

A sede foi inaugurada em 1932, à rua Moron, número 2680, e ampliada em 1947; seu Primeiro Estatuto foi registrado em 1949. Ao longo do século XX, a Sociedade teve uma intensa atuação social e uma participação ativa nas festividades momescas, organizando, na década de 1950, uma escola de samba que deu origem a outras entidades carnavalescas que ainda hoje animam o nosso carnaval local (Isaías, 2007).

Um dos filhos de Bento, Eduardo Isaías³⁷, contraiu núpcias com

³⁶ Por certo período, a entidade foi conhecida pelo nome de Sociedade Cultural Sebastião Braga. Segundo consta, Sebastião Braga era um palhaço que, em visita a Passo Fundo, sugeriu a criação de uma sociedade para a comunidade negra.

³⁷ Eduardo Isaías foi militar do Exército Brasileiro, tendo atuado, entre 1936 e 1938, pelo menos, como secretário do Conselho de Administração do III/8º Regimento de Infantaria em Passo Fundo. Em 1942, atuou como delegado da Junta Militar de Sarandi; e em 1946, era tenente e ocupava o cargo de delegado da Junta de Alistamento de Carazinho. Em 18 de outubro de 1953, assumiu a presidência do Clube Visconde do Rio Branco em Passo Fundo. O tenente Isaías foi casado duas vezes. Da primeira vez, casou-se em 6 de maio de 1922 com Djanira da Cruz, nascida em 10 de setembro de 1904. Após o óbito de Djanira, em 5 de outubro de 1930, Eduardo casou-se com Jandira da Cruz, também filha de Cândido Bernardo da Cruz. REGISTRO de óbito de Djanira da Cruz Isaías. Passo Fundo, 5 out. 1930. Passo Fundo, Registro Civil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

duas irmãs, filhas de Cândido Bernardo da Cruz, um dos fundadores do Clube Visconde do Rio Branco, em 1916, e fundador e vice-presidente do Sport Club Riachoelo³⁸. Cândido Bernardo da Cruz era casado Lucinda Antunes, falecida em 27 de janeiro de 1917, com 35 anos de idade, enquanto era zeladora da Irmandade do Rosário.

Cândido era irmão de João Bernardo da Cruz, também fundador do Clube Visconde, e festeiro da Festa do Rosário, juntamente com sua mulher, Laurentina da Cruz, em 1914. O jornal *O Gaúcho* de 4 de outubro daquele ano, estampo em sua capa a notícia de que no dia 1º de outubro havia tido início a Festa do Rosário³⁹, sendo seus festeiros “os pretos” João Bernardo da Cruz e Laurentina da Cruz.

Infelizmente, até o presente momento, não foram localizados registros mais precisos sobre a Irmandade do Rosário, mencionada no obituário de Lucinda Antunes. Contudo, a partir da experiência de outras localidades, pode-se pensar sobre a origem e as funções das irmandades e as festas de Nossa Senhora do Rosário, o que será feito na próxima seção.

“CHEIRA A CRAVO E ROSA, FLOR DE LARANJEIRA”: NOTAS SOBRE AS FESTAS DO ROSÁRIO PASSO FUNDO

Conforme Elizete da Silva (1994), cumprindo com sua função catequética e evangelizadora no sistema colonial, a Igreja Católica fun-

³⁸ Mais ou menos no mesmo período, foi organizado, em Passo Fundo, “por um grupo de homens de cor” o Clube Riachoelo. A primeira diretoria foi constituída da seguinte forma: Salomé F. de Almeida, presidente; Cândido Bernardo da Cruz, vice-presidente; Francisco Bernardo da Cruz, Secretário; João Bernardo da Cruz, segundo secretário; Victor B. da Rosa, primeiro tesoureiro; Eduardo Isaías, segundo tesoureiro; e Victor B. da Rosa como capitão. SPORT Club Riachoelo. *A Voz da Serra*, nº 142. Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF).

³⁹ FESTA do Rosário. *O Gaúcho*, nº 37, Ano XI, 4 out. 1914. Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF).

dou a Confraria do Rosário, em 1586, para índios e negros, com o fim de promover a piedade e a instrução religiosa. Com o passar dos anos, a Irmandade do Rosário espalhou-se em todo território brasileiro, com devoção dos negros, escravizados ou libertos, passando, em razão disso, a ser conhecida como *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos*. Todavia, essa explicação para a origem do vínculo entre os negros e Nossa Senhora do Rosário pode ser questionada.

Ênio Grigio (2016, p. 36-53), em sua tese de doutoramento, apresenta diferentes versões para a origem. Ao reconhecer a religião como mecanismo de controle e de sustentação da ordem escravista, pode-se dizer que a Igreja Católica criou as irmandades e os senhores as abençoaram como instrumento de controle e de subordinação pacífica (SILVA, 1994). Não obstante, ao estudar a evangelização dos negros no período colonial, João Mira identificou que esses souberam tirar partido da situação e se “apropriar do mundo religioso que o catolicismo branco oferecia, relendo a luz de seu *ethos*”. No século XVIII, o padre Antonil advertia os donos de escravos da seguinte forma:

Negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativeiro, é querê-los desconsolados, e melancólicos, de pouca vida e saúde. Portanto não lhes estranhe os senhores o criarem seus reis, cantar, e bailar por algumas horas honestamente em alguns dias do ano, e o alegrarem-se honestamente à tarde depois de terem feito pela manhã suas *festas de Nossa Senhora do Rosário*, de São Benedito (grifo nosso).

Uma ideia de como as festividades eram realizadas em Passo Fundo pôde ser encontrada em uma entrevista, dada em 1976, por Francisco Bernardo da Cruz, filho de João e Laurentina, menciona-

dos acima. Francisco afirmou que as festas em honra a Nossa Senhora do Rosário eram celebradas durante nove dias. Em suas palavras:

então nós, que ainda não tinha o Clube Visconde que tem hoje [...]. Então, em casa de finado meu pai, finado meu tio e outros vizinho[s] eles mediam os dias de festa. Lá tinha um, faziam um carroto pra banda de música vim e da[r] a receita. Todos os dia[s] de tarde, durante os nove dia de festa a receita da banda...⁴⁰

Ele ainda registrou, em áudio, algumas músicas cantadas durante as bandeiras feitas antes da festa. Segundo ele, uma das principais músicas era:

Nessa casa cheguemo
Nessa casa cheguemo
Cheira a cravo e rosa
Cheira a cravo e rosa
Cheira a cravo e rosa, flor de laranjeira
[...] Meu senhor, dono da casa
Aqui vim lhe visitar
Meu senhor, dono da casa
Nós lhe vimo visitar
Nossa Senhora do Rosário
Muitos anos de vida vai lhe dar.

As músicas eram cantadas durante as bandeiras, momento no qual os festeiros recolhiam donativos para a realização das festas. Os festeiros eram as pessoas de maior evidência da festa, por isso ficava sob seu encargo coletar as “esmolas”. As bandeiras poderiam ocorrer durante todo o ano, sendo responsabilidade dos festeiros: adminis-

⁴⁰ ENTREVISTA de Francisco Bernardo da Cruz prestada a Fernando Leitão, 1976. Museu Histórico Regional (UPF/PMPPF).

trar e organizar as atividades e, principalmente, oferecer as refeições, ou seja, garantir o banquete àqueles que participavam da festa (Domingues, 2017, p. 62-63). Esse compromisso pode ser confirmado ao se observar alguns requerimentos encaminhados à Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo.

Em abril de 1876, Balduino Lemos d'Oliveira⁴¹ solicitava “licença para tirar esmolos”, pois lhe faltava os meios para cumprir com seu dever⁴². Já em 1884, o festeiro sorteado, João Antonio Cardozo, solicitou “licença para sua bandeira percorrer este município afim de adquirir óbolo para coadjuvar [...] a festividade”⁴³. No mesmo ano, Esperança Avelina da Rocha também pediu autorização para percorrer o município “para esmolar com bandeira”, para solenizar a Festa de Nossa Senhora do Rosário⁴⁴.

Em 1889, foi a vez de Claro José Severo ser o festeiro e solicitar autorização para “percorrer o município uma bandeira pedindo esmolos para realizar a festa”⁴⁵. No ano seguinte, em 1890, a festeira foi Rita Maria Casse, que também solicitou autorização para esmolar com bandeira⁴⁶. E, em 1902, Claro Severo solicitou novamente autorização para esmolar no município⁴⁷. Claro Severo, festeiro de

⁴¹ O liberto Balduino era casado com Candida, escravizada por João da Silva Rocha, com quem teve, pelo menos, os filhos: Mathilde, Calisto, Maria Carolina e Alípio. REGISTRO de batismo de Alípio. Passo Fundo, 11 jul. 1878. Cúria Arquidiocesana de Passo Fundo.

⁴² REQUERIMENTO de Balduino Lemos d'Oliveira à Câmara Municipal de Passo Fundo, Passo Fundo, 10 abr. 1876. Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF).

⁴³ REQUERIMENTO de João Antonio Cardozo à Câmara Municipal de Passo Fundo, Passo Fundo, 29 jan. 1884. Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF).

⁴⁴ REQUERIMENTO de Esperança Avelina da Rocha à Câmara Municipal de Passo Fundo, Passo Fundo, 9 fev. 1884. Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF).

⁴⁵ REQUERIMENTO de Claro José Severo à Câmara Municipal de Passo Fundo, Passo Fundo, 29 abr. 1889. Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF).

⁴⁶ REQUERIMENTO de Rita Maria Casse, Passo Fundo. Requerimentos diversos à Câmara Municipal de Passo Fundo. Instituto Histórico de Passo Fundo.

⁴⁷ REQUERIMENTO de Claro Severo, Passo Fundo. Requerimentos diversos à Câmara Municipal de Passo Fundo. Instituto Histórico de Passo Fundo.

Nossa Senhora do Rosário em 1889 e em 1902, pelo menos, faleceu em Passo Fundo, em 12 de outubro de 1917⁴⁸. Severo também foi um dos fundadores do Clube Visconde do Rio Branco.

Ainda sobre como funcionavam as bandeiras para esmolar e a responsabilidade dos festeiros pode ser encontrado nas palavras de Seu Francisco: “Que dizê que ali eles formavam o verso e terminavam [...] saudando Nossa Senhora, então o dono da casa ficava contente, né?”. Nesse contexto, o dono da casa que recebia a bandeira fazia seus donativos. Ainda segundo Seu Francisco,

naqueles dias, durante aqueles dia[s] de festa todo mundo comia e bebia e não pagava nada [...] vinha aqueles convidado[s] que vinha de fora [...] cada um, quando vinha, uma semana antes traziam; um trazia dois leitões, outro trazia cinco, seis galinha[s]. Então reunia, quando aquele que andava arrecadando ele tinha que leva[r] dois cavalo[s] com jacaio, vinha lotado e tinha que volta novamente lá pra trazer[r] mais”⁴⁹.

Alisson Eugênio (2010) chamou as festas das irmandades religiosas dos escravos em Minas Gerais de “fragmentos de liberdade”. Segundo o autor, com suas procissões, os negros reinventavam os espaços dos centros urbanos, suspendendo seus ritmos cotidianos marcados pelas tarefas rotineiras do trabalho escravo. Para João José Reis (1991, p. 62), em algumas das cerimônias ocorria uma “carnavalização negra da religião”, pois nas festas e celebrações das irmandades negras “o sagrado e o profano frequentemente se justapunham

⁴⁸ REGISTRO de óbito de Claro Severo, 14 out. 1917. Passo Fundo, Registro Civil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

⁴⁹ ENTREVISTA de Francisco Bernardo da Cruz prestada a Fernando Leitão, 1976. Museu Histórico Regional (UPF/PMPP).

e, às vezes, entrelaçavam-se. Além de procissões e missas, a festa se fazia de comilanças, mascaradas e elaboradas cerimônias”.

Logo, podemos entender que as Festas em honra a Nossa Senhora do Rosário eram realizadas, em Passo Fundo, desde a década de 1870⁵⁰. O que a entrevista de Francisco Bernardo dá a entender é que no avanço das primeiras décadas do século XX, os festejos do Rosário foram diminuindo de intensidade, assim como as festas do bumba-meu-boi ou as congadas.

Conforme depoimento de Francisco Bernardo da Cruz, em 1976, em Passo Fundo, as festas do bumba-meu-boi e as congadas eram realizadas na *rua do Commercio*, depois Avenida Brasil. Isso pôde ser apurado na edição d'*O Nacional* de 17 de outubro de 1929:

Como nos anos anteriores ontem, às tantas da noite, a cidade foi palmilhada pelo bloco do 'BOI', que, com fidelidade notável, mantém, nesta terra, uma velha tradição africana [...] num mistifório de comédia, nem sempre compreensível o bloco manteve a Avenida Brasil até altas horas em intenso movimento⁵¹.

Para Eugênio (2010, p. 75-76), “a música, o batuque, as danças e o foguetório proporcionavam outra dimensão, caracterizada pelo lúdico e pela devoção, na existência daqueles indivíduos marcados pelas cores da escravidão”. Para Grigio (2016), a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi o centro aglutinador dos negros de Santa Maria, tanto na década de 1870, momento de sua criação, como no período pós-abolição, tornando-se “um espaço de protagonismo e de reconstrução da identidade negra”. Essa ideia coaduna-se com a

⁵⁰ Infelizmente até o presente momento, não foram localizados os livros de requerimentos à Câmara Municipal antes desse período, o que poderia auxiliar na localização de mais registros.

⁵¹ ORA BUMBA! *O Nacional*, n. 478, 17 out. 1929. AHR (PPGH/UPF).

exposição de Silva (1994), para quem as irmandades, “criadas na sua maioria para doutrinar, frear e submeter cordialmente”, foram transformadas em verdadeiras trincheiras de resistência cultural.

PARA NÃO ENCERRAR

Ao se buscar a origem dos indivíduos envolvidos na constituição da Festa de São Miguel, origem deste texto, foi impossível não se deparar com existências de homens e mulheres que tiveram sua liberdade cerceada durante boa parte de suas vidas. Ao longo do texto, foram apresentadas parte de trajetórias, ligadas ao sistema escravista, por outros ângulos, sobretudo o das sociabilidades e resistência negras. Afinal, pensar e analisar vidas escravizadas apenas sob o ponto de vista das relações de produção é reduzir a relevância de trajetórias escravizadas, não considerando que os indivíduos, mesmo os escravizados, encontraram meios de subverter sistemas de controle.

Essa questão torna-se visível porque os festejos e as instituições, mencionadas neste texto, foram iniciadas, constituídas, vivenciadas e difundidas por parte da população negra e resiste, agora, com o apoio da Igreja Católica. O intento deste ensaio foi demonstrar que muitas das sociabilidades negras estabelecidas em Passo Fundo com a realização de festas e/ou fundação de clubes sociais e esportivos estão imbricadas em amplas redes de parentesco e em um sistema de resistência e manutenção de tradições e memórias.

A partir da trajetória da família Isaías, buscou-se reconstituir um espaço social coletivo, posto que todo sujeito é um ser social que só existe dentro de uma rede de relações. Cabe dizer, por fim, que este texto é resultado de uma pesquisa incipiente, que pode (e deve) ser ampliada para abranger outras famílias, outras histórias e outras memórias.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade*: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila da Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2008.

AVELINO, Camila Barreto Santos. Entre a Lida e a Luta: jornaleiros, meeiros, lavradores e artesãos as possibilidades do pós-abolição em Sergipe (Cotinguiba 1888-1910). In: *Anais do IV Congresso sergipano de história e IV Encontro estadual de história da ANPUH/SE*. Disponível em: http://eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/37/1408139938_ARQUIVO_EventoANPUH-SECamilafinal.pdf. Acesso em: 25 nov. 2021.

BATISTELLA, Alessandro. Fragmentos da história dos afro-descendentes em Passo Fundo/RS. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados/MS, v. 19, n. 34, p. 353-372, jul/dez 2017.

CAFRUNI, Jorge Edeth. *Passo Fundo das Missões*: estudo histórico do período jesuítico. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2019.

CARVALHO, Djiovan Vinícius Carvalho. “Unidos na mesma festa, perdidos na mesma dança”: apontamentos sobre a presença e as sociabilidades negras em Passo Fundo. In: Gizele Zanotto. (Org.). *São Miguel, príncipe, guardião e guerreiro*: Histórias e memórias sobre 150 anos de festas em Passo Fundo/RS. Passo Fundo: Acervus Editora, 2021, p. 108-140.

COGO, Erni Fortuna; ISAÍAS, Maria de Lourdes; BASTOS, Maria Lúcia Lopes. *O negro e sua contribuição a Passo Fundo*. Monografia (Especialização em Arte, Teorias e Métodos). Instituto de Artes, Universidade de Passo Fundo, 1985.

DOMINGUES, Andréa Silva. Cultura e memória: a festa de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Silvianópolis – MG. Pouso Alegre: Univás, 2017.

EUGÊNIO, Alisson. *Fragmentos de Liberdade*: as festas religiosas das irmandades dos escravos em Minas Gerais na época da colônia. 2 ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*, Rio de Janeiro, set. 2002, p.41-70.

GEREMIAS, Patrícia Ramos. *Ser “ingênuo” em Desterro/SC: A lei de 1871, o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense – UFF. Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos; Lauriano, Jaime; Schwarcz, Lília Moritz. *Enciclopédia negra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GRIGIO, Ênio. “*No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse*”: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo, 2016.

ISAIAS, Maria de Lourdes. Clube Visconde do Rio Branco. In: *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 154-155.

JULIÃO, Carlos. *Notícia sumária do gentilismo da Ásia com dez riscos iluminados*. Ditos de figurinos de brancos, e negros dos usos do Rio de Janeiro, e Serro do Frio. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1960.

OLIVEIRA, Heron Lisboa de. *Comunidades remanescentes dos quilombos de arvinha e mormaça* - processos educativos na manutenção e recuperação do território. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SANTOS, Sherol dos. Territórios étnicos no pós-abolição: O caso do Quilombo da Mormaça (RS). *Revista Fronteiras*, Dourados, V. 11, N. 19, P. 127-141, Jan./Jun. 2009.

SILVA, Elizete da. Irmandade negra e resistência escrava. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 12, p. 55-92, 1994. Disponível em: http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/12/irmandade_negra_e_resistencia_escrava.pdf. Acesso em: 17 nov. 2021.

XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *Seara Velha*. Passo Fundo: Tipografia Independência, 1931 [1932].

VI

Resistência quilombola: o caso da comunidade remanescente de quilombo da Arvinha

ÁXSEL BATISTELLA DE OLIVEIRA

O presente estudo visa debater sobre o processo de formação da comunidade remanescente de quilombo da Arvinha localizado, atualmente, no município de Coxilha/RS, antigo território de Passo Fundo, e sua luta pela titulação da terra. Busca-se interpretar o processo de formação através de Processo Administrativo do INCRA, sob dois eixos: a luta da comunidade pela legitimação de seu direito à terra e o seu reconhecimento social, político e jurídico contemporaneamente. Objetivando analisar a questão da propriedade da terra e dos movimentos sociais, assim, trazem à tona o processo de desapropriação por interesse social para quilombolas. A metodologia de trabalho com as fontes se deu a partir de leitura crítica interna e externa, individualmente e por série, sendo, assim, possível elaborarmos as variáveis de interpretação, elaboração de gráficos, tabelas e cartografias no processo de organização dos dados empíricos.

A história do povo negro no Brasil não é recente, e durante o processo histórico de sua constituição ocorreram lutas, resistências e vivências que vieram a dar visibilidade e garantir direitos a estes sujeitos, que durante anos foram escravizados e estigmatizados pela sociedade, causando efeitos que vemos ainda nos dias de hoje. Para remontarmos a trajetória e formação as comunidades quilombolas no Brasil se faz necessário nos rememorarmos ao período colonial, quando o Brasil esteve entre os principais destinos dos negros capturados no continente africano para serem escravizados nas fazendas de cana-de-açúcar, por exemplo. Esses indivíduos vinham de várias regiões da África, como Angola, Benguela, Cabinda, Congo, Mina, Moçambique, Monjolo, Nagô, Rebolo e outros, como mostra o mapa abaixo.

Mapa 1. Rotas do tráfico negreiro para o Brasil. Fonte: Eltis e Richardson (2010).

nesse emaranhado de sujeitos, estavam inseridos reis, príncipes, rainhas, sacerdotes, agricultores, mercadores e artistas que acabaram reduzidos a meros objetos para servirem como mão de obra nas colônias europeias ao redor no globo, principalmente nas Américas. O sistema de produção se sustentava cada vez mais na mão de obra cativa.

Esses sujeitos edificaram engenhos, moradias, cultivaram fazendas de cana-de-açúcar, café, mandioca, milho, algodão, entre outros cultivos, além de exercerem o arriscado e insalubre trabalho nas minas de ouro e prata no estado de Minas Gerais e também nas charqueadas pelotenses, no Rio Grande do Sul.

É nesta conjuntura que surgem as primeiras formas de protesto por este povo, como fugas, rebeliões e morosidade durante o serviço, porém, na mesma altura vinham as punições dos senhores que açoitavam, davam chicotadas e os torturavam brutalmente. Para os que conseguiam fugir apresentava-se o questionamento de para onde fugir, como sobreviver, onde ficar, e é neste cenário que surgem os quilombos e/ou mocambos.

Cabe salientar que haviam diferenças entre os escravos fugitivos urbanos e os rurais, era mais difícil localizar alguém nas cidades devido aos inúmeros obstáculos, e a quantidade alta de criolos¹ e africanos que rondavam as ruas, muitos deles eram carregadores de cargas, trabalhadores urbanos e quitandeiras, dificultando a distinção de quem era escravo e quem era liberto/forro. No meio rural a realidade era outra, pois os senhores pagavam homens para irem atrás de seus escravos, conhecidos como capitães do mato, no qual se utilizavam de cães para rastrearem esses cativos fugidos. Sendo este um dos fatores que levaram os negros a procurar se estabelecer em

¹ *Crioulo* ou Criolo pode referir-se a: *Crioulo* (pessoa) - descendente de europeus nascido na América espanhola; Negros - no Brasil, descendentes de africanos.

locais de difícil acesso, como montanhas e pântanos, porém, mantinham uma vida de constante mudanças, pois conviviam com o perigo de serem recapturados pelos seus senhores.

Durante a fuga alguns escravos buscavam encontrar um padrinho nas cidades, para que pudesse negociar sua liberdade ou um castigo mais brando com o seu senhor, normalmente esses padrinhos tinham o mesmo poder econômico ou maior que o do dono do escravo fugido. Essa ação demonstra que os escravizados tinham uma noção de resistência e um poder de negociação com seus senhores, quebrando àquele pensamento antiquado de que o negro não tinha consciência política.

O primeiro registro em que se tem utilizado o termo quilombolas no Brasil data do final do século XVII na documentação colonial de Minas Gerais e Pernambuco. Até então, eram denominados como mocambos. Noticiam-se as primeiras fugas das fazendas no ano de 1575, quando houve a formação de um mocambo na Bahia, no entanto, segundo o historiador Flávio dos Santos Gomes:

Nem toda a fuga gerava um quilombo e nem todo o fugitivo planejava ir em direção àqueles já existentes. Fugir era uma ação planejada, não significando um simples ato de desespero diante de castigos. Havia ocasiões consideradas propícias e muitas escapadas coletivas foram antecedidas de levantes e motins (Gomes, 2018, p. 12).

O cenário do Brasil Colonial foi envolto por conflitos, que colaboraram para este massivo número de fugas que veio a crescer exponencialmente durante o Período Imperial, devido às inúmeras revoltas que houveram principalmente pós a independência do Brasil em 1822, como a Cabanagem (Norte do Brasil 1835 – 1840), Farroupilha (Rio Grande do Sul 1835 – 1845), Balaiada (Maranhão

1838 – 1841) e a Cabanada (Nordeste 1832 – 1835), movimentos regionais, mas que vieram a influenciar nos movimentos abolicionistas ao redor do país, pois neles houveram a participação de negros direta ou indiretamente. Tomamos como exemplo os Lanceiros Negros durante a Revolução Farroupilha, em que a população negra do Rio Grande do Sul, no período, consistia em escravos submissos a grandes proprietários de terras. Esses escravos foram chamados para auxiliar na guerra como força de trabalho e também como combatentes, e em troca ganhariam a liberdade, o que não veio a ocorrer.

Após a abolição da escravatura em 1888, os problemas socioeconômicos começam a surgir, pois, se não haviam mais escravos, então não haveriam mais quilombos. Mas essas pessoas continuaram habitando essas comunidades praticamente esquecidos pelo estado e ali vivendo suas vidas, se relacionando com os demais habitantes das regiões, sofrendo com as invasões dos latifúndios.

Até o século XIX, o Estado brasileiro e as famílias escravocratas que dominavam o meio rural promoveram incursões militares que levaram à repressão e dizimação de quilombos e à morte ou à reescravidão dos seus integrantes. Ao longo do século XX, essas comunidades quilombolas seguiram tendo de enfrentar ação de latifundiários, que foram tomando as suas terras, obrigando-os a migrarem para outras localidades ou a sofrerem perdas territoriais (Quilombos RS, 2016).

Houve a abolição, mas não um plano vindo do Império e, posteriormente, da República para inseri-los na sociedade e na lógica econômica, além do fato de haver um forte preconceito naquele período, que perdura até hoje. A Lei Áurea se encontrava um passo atrás na discussão sobre a abolição da escravatura no Brasil, porquanto os grupos abolicionistas mantinham discussões e projetos

mais avançados liderados por Rodolfo Dantas e Ruy Barbosa por exemplo. Nas palavras de Linhares e Silva:

a mobilização e tributação da propriedade fundiária, um vigoroso programa de incorporação dos negros à nação, através do sistema de ensino e da distribuição de lotes de terras, bem como o desenvolvimento industrial, eram abandonados pelas elites vitoriosas [...] Os 723.419 escravos existentes em 1888 não foram objeto de qualquer ação (aí sim, cabível) de indenização, seja direta (como em dinheiro), seja indireta (como a doação de um lote de terras) (Linhares, , 1999, p. 74).

Os remanescentes de quilombos passam a agregar o campesinato livre, o qual era composto em sua maioria por negros e mulatos, assim sendo bloqueados principalmente pelos instrumentos do Estado e os latifundiários, como ao longo da história estes camponeses tiveram dificuldade quanto ao acesso à terra (Sesmarias, Lei de Terras, legislação pós-império). Como visto até o momento, o fim da escravidão não denotou em uma melhora na vida do povo negro no país, igualmente não se constituiu em uma mudança na estrutura fundiária e social do campesinato negro e/ou mestiço (Dalosto, 2016, p. 47).

É na primeira metade do século XX que o quilombo ressurgiu como retrato da luta negra no Brasil, da resistência contra o preconceito, pois, acreditava-se que a presença do negro seria o motivo para a decadência do país (Linhares, 1999, p. 90). Apenas com o Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas inicia-se um processo de mudança na imagem dos negros, indígenas e mestiços no país. O intuito de Vargas era constituir uma unidade nacional e, no seu imaginário, se utilizar da cultura destes povos seria uma forma de nacionalizar as

regiões do Brasil, porém a realidade do povo negro pouco mudaria, além de que neste projeto de Vargas estes povos foram estereotipados e reduzidos a uma única cultura, sendo que são grupos ricos culturalmente.

Segundo Arruti (2008), o termo/conceito de quilombo continuamente esteve presente na sociedade, mesmo após a abolição da escravidão, o que ocorreu foi a sua ressignificação com o passar do tempo. Apresentado inicialmente como um símbolo de resistência cultural em que buscava-se manter os laços com seus países de origem, logo após se tornou um modelo de resistência política e hoje passa a ser concebido como uma forma de resistência do povo negro, englobando o ideário cultural, racial e político, atualmente algumas comunidades não simpatizam com o termo “quilombo”, pois constituiria em um termo pejorativo dado pelo homem branco, por este motivo adotam nomes como “terras de negro” entre outros para se identificarem.

Apesar de ser possível identificar tal apropriação desde a década de 1950, com o jornal negro *O Quilombo*, de iniciativa de Abdias do Nascimento, ela só se tornaria sistemática ao longo dos anos de 1970, com a redescoberta de Palmares. Inspirado diretamente no livro de Edison Carneiro, o movimento negro propõe o dia 20 de novembro (data em que se registra a morte de Zumbi do Palmares) como data alternativa ao treze de maio oficial e passa a convocar eventos anuais nesta data, insistindo ainda que os livros didáticos incluíssem a história do negro e, em especial, do Quilombo de Palmares. Em 1978, no momento de sua fundação, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (mais tarde abreviado para MNU) propôs que a data marcas-se o Dia Nacional da Consciência Negra. Em 1980,

Abdias do Nascimento publica o livro *O Quilombismo*, onde buscava dar forma de tese “histórico-humanista” ao quilombo, tomando-o como movimento social de resistência física e cultural da população negra [...] Assim, nesta ressemantização, “quilombo” não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial (Arruti, 2008, p. 320).

Devido aos crescentes casos de conflitos fundiários, ocorridos principalmente pelos levantes dos grileiros nas décadas de 1970 e 1980 (mas que vinham desde décadas anteriores), as comunidades remanescentes de quilombo se unem às organizações do movimento negro urbano, a movimentos ligados a reforma agrária, a políticos defensores da luta quilombola, além de setores da academia. Estas mobilizações de múltiplos setores da sociedade brasileira colocaram na pauta a questão sobre o direito à terra, vindo a compor a constituinte resultando no art. 68 da ADCT.

Durante o processo constituinte, as discussões sobre os negros começam a ganhar destaque entre os políticos, devido a alguns motivos como a proximidade com o centenário da Lei Áurea (1888-1988) e a luta de movimentos pró-negros, sendo um deles o Movimento Quilombista². Tais ponderações sobre o negro estavam ligadas à Comissão de Ordem Social que era dividida em três subcomissões: Negros, Populações Indígenas e Pessoas Deficientes e Minorias. Ainda em 1986, foi realizada a Convenção Nacional do Negro, onde foi debatido o tema “O Negro e a Constituinte”. A partir desta convenção foram elaboradas as principais demandas que seriam levadas para a Assembleia Nacional Constituinte, e nela participaram cerca de 63 entidades da sociedade ligados à luta negra,

² Ver “O Quilombismo”, de Abdias Nascimento publicado pela editora Vozes, 1980.

surgindo um total de dez propostas, destacando-se a proposta de número nove: “ Acesso à terra: garantia do direito de propriedade do solo urbano às populações pobres; garantia do título de propriedade da terra às Comunidades Negras remanescentes de quilombos, quer no meio urbano ou rural; desapropriação de imóveis improdutivos” (Gay; Quintans, 2014, p. 14).

Nota-se o esboço do que viria a ser na promulgação da constituição de 1988 o Art. 68 da ADCT, que seria o primeiro passo para a luta pelo reconhecimento constitucional ao direito à terra dos povos negros no Brasil. Este artigo, além de representar uma conquista para estas comunidades, pode-se afirmar que também foi um passo para todos que defendem a reforma agrária, através de suas militâncias que reivindicavam algo além de estruturas gerais para a reforma, e que requeriam que fosse também, reconhecidas formas específicas de direito à ocupação da terra (Ex. Quilombolas e Indígenas).

Portanto, o Art. 68 da ADCT foi o resultado da luta de dois movimentos sociais: de um lado a luta pela reforma agrária, que reconhecesse os diversos povos aqui existentes e suas territorialidades específicas, e do outro lado um movimento negro que via na imagem do quilombo um símbolo de resistência negra no Brasil (Dalosto, 2016, p. 96). “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir = os títulos respectivos (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)³”.

A partir de 1988, a primeira comunidade a ter sua propriedade titulada foi no ano de 1995 (7 anos após a promulgação do Art. 68 da ADCT) e em 2001 regulamentou-se sobre ser a Fundação Cultural Palmares – FCP (também criada em 1988) a responsável pelos

³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 13 maio 2022.

Processos Administrativos de reconhecimento através do decreto federal nº 3.912. Foi durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva que foi estabelecido um novo preceito para os processos de reconhecimento de terras para remanescentes de quilombo, em 20 de novembro de 2003 houve o Decreto Federal nº 4.887, legislação que atua sobre a questão quilombola no Brasil atualmente, no qual definiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA como o responsável por tramitar os processos administrativos:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida⁴.

Neste decreto, notamos uma definição aprimorada e condizente com o que os estudiosos sobre a temática abordam, pois, além do conceito de auto definição na qual as comunidades podem requerer através da FCP sua certificação, também se alterou o órgão responsável por tramitar os Processos Administrativos de reconhecimento, ficando agora o Ministério de Desenvolvimento Agrário, por meio do INCRA, designado de dar sequência nesta tarefa. O decreto traz a definição de relações territoriais específicas, tornando-o mais flexível juridicamente, já que não especifica uma única forma de apossamento do território, deixando claro de que existem outras formas de apossamento e utilização da terra, que não seja através da propriedade privada.

⁴ Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm> Acesso em 13 de maio 2022.

A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DA ARVINHA

A comunidade remanescente quilombola de Arvinha localiza-se nos municípios de Coxilha e Sertão, ambos no Rio Grande do Sul, configurando-se em um quilombo rural. O processo administrativo foi protocolado em 12 de julho de 2005, tendo a posse de 388,7 hectares reconhecida por portaria do INCRA, através de decreto presidencial em 2009, atualmente encontra-se em fase judicial para as desapropriações.

Arvinha se encontra a oeste da sede do município de Sertão, ficando geograficamente mais próxima do município de Coxilha, o que acarretou em alguns problemas políticos para a comunidade. A maioria dos moradores são eleitores em Coxilha e, após negociações políticas dos líderes da comunidade com o poder executivo de Sertão, não chegaram a um acordo sobre melhorias na comunidade. Porém, em reunião com os representantes do município de Coxilha, lograram alguns ganhos materiais, como melhorias nas estradas internas da comunidade quilombola para que caminhões coletores de leite pudessem entrar, o que auxiliou economicamente os moradores (atualmente não se comercializa mais o leite). Também obtiveram transporte escolar para os estudantes da comunidade.

A formação da comunidade de Arvinha se dá simbolicamente pelo antigo nome das terras onde ela se encontra, Invernada de Arvinha, e em uma dessas invernadas teria sido edificada uma mangueira. Assim, em um dos troncos de Cambará que foi utilizado na construção, teria brotado uma planta surgindo uma nova árvore, a Arvinha. Mas a fundação do quilombo (mito fundador) se centra na pessoa da Cezarina Miranda (no período era corriqueiro os escravos levarem o sobrenome da família que lhes comprava), escrava do Coronel Francisco de Barros Miranda, do qual ela teria tido um re-

lacionamento, tendo cinco filhos com seu senhor, Cezarina exercia funções domésticas para seu senhor, além de ser sua enfermeira em suas saídas para o campo de batalha.



Figura 1. “Pé de Cambará”, que originou o nome da Comunidade.
Fonte: Lisboa (2012).

Francisco foi um legislador da cidade de Passo Fundo no ano de 1864 (sendo presidente da câmara de vereadores) e havia ganho uma grande quantidade de terras, cerca de 14.000 hectares, devido a sua participação na Guerra do Paraguai (1864-1870), território este que abriga a respectiva comunidade hoje. Em 1889, o coronel teria “vendido” 77 hectares para Cezarina, com o intuito de assegurar o sustento de seus filhos bastardos sem precisar reconhecer a paternidade, e fazer com que sua família “oficial” não soubesse de sua relação com uma escrava. Como se lê no processo:

Se para o espaço geográfico, o capital simbólico tem como referência originária a “Arvinha”, ou seja, o

Cambará, no que diz respeito ao elemento humano, o capital simbólico está referenciado na figura de escrava Cesarina que, segundo depoimentos de pessoas da comunidade, teria tido filho com o Sinhô Miranda; Origem para a comunidade, da doação de terras para esses filhos bastardos, que constituiu o embrião da comunidade. Cesarina era escrava do Coronel Francisco de Barroa Miranda, o qual era casado com Ana Prudêncio de Souza Duarte com quem teve vários filhos entre eles dois importantes para a comunidade: Francisco de Barros Miranda filho, o Sinhô Miranda, e Estanislau de Barros Miranda. Para a comunidade, estes dois irmãos seriam os donos, por herança, da Invernada da Arvinha (Processo nº 54220.001305/2005-96. p. 466. Anexo I.).

As terras do Coronel Miranda iriam de onde hoje se encontra o município de Sertão até o município de Passo Fundo (cerca de 1.741 hectares). Essa doação (contrato de compra e venda) teria sido feita para quatro filhos de Cesarina: Silvana, Querino, Querina e Antão. Seus descendentes relatam a diferença no tratamento de Francisco com seus escravos, em especial Cesarina. A comunidade é tida como a “Arvinha dos negros” e/ou “Mirandas morenos”.

Se para o espaço geográfico, o capital simbólico tem como referência originária a “Arvinha”, ou seja, o Cambará, no que diz respeito ao elemento

humano, o capital simbólico está referenciado na figura da escrava Cesarina que, segundo depoimentos de pessoas da comunidade, teria tido filhos com o Sinhô Miranda; Origem para a comunidade, da doação de terras para esses filhos bastardos, que constituiu o embrião da comunidade.

Cesarina era escrava do Coronel Francisco de Barros Miranda, o qual era casado com Ana Prudêncio de Souza Duarte com quem teve vários filhos entre eles dois importantes para a comunidade: Francisco de Barros Miranda filho, o

Sinhô Miranda, e Estanislau de Barros Miranda. Para a comunidade, estes dois irmãos seriam os donos, por herança, da Invernada da Arvinha.

Fragmento do relatório antropológico, localizado no processo nº 54220.001305/2005-96.

As moradias na comunidade são distribuídas pelos elos de ascendência/parentesco, onde cada membro se estabelece no lugar que pertenceu a seus ancestrais. Na comunidade, segundo o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID a maioria das habitações não possuem banheiro, o lixo seco é queimado e o orgânico é jogado no meio da lavoura. Como não há muitas oportunidades além da agricultura, muitas pessoas acabam saindo para buscar emprego nas cidades. Os que permanecem trabalhando no quilombo produzem leite, soja, feijão, milho, batata-doce, moranga, amendoim, aveia para pastagem e produtos na horta como alface, beterraba, salsinha, chicória, rabanete, cenoura, feijão de vagem, chuchu, rúcula, repolho, ervilha, radicci, cebola, couve, pepino e “orelhinha”.

O RTID identificou na comunidade cerca de 36 famílias, onde encontram algumas dificuldades de saneamento básico, como visto anteriormente, e econômicas, tendo sua origem no “caso” do Coronel Miranda com sua escrava Cezarina Miranda. Infelizmente a morosidade do andamento do processo judicial de desapropriação, mesmo com a propriedade reconhecida, os moradores da comunidade não podem exercer sua posse, pois não tem ainda a propriedade da terra, sendo assim, vivem hoje em poucos hectares na qual não conseguem tirar seu sustento, fazendo os jovens irem embora em busca de emprego. Essa migração dos jovens faz com que apenas os mais velhos permanecessem residindo na área da Arvinha, onde dependem de suas aposentadorias e algumas hortas para tirarem seu sustento.

Portanto, a demora e a falta de informação dos membros da comunidade, resulta na desmobilização de todos, fazendo com que a luta pela titulação perca força, pois além das dificuldades já citadas, existe a pressão dos latifúndios confinantes, onde muitos hoje ocupam as terras que foram reconhecidas como pertencentes dos moradores da Arvinha.



Figura 2. Sede social comunitária da Arvinha. Fonte: Acervo do autor.

A luta social não é recente, e está longe de acabar, sendo cercada por conflitos e resoluções insignificantes até o momento, que não auxiliam na resolução dos litígios e acabam apenas reforçando-os. Estes conflitos são resultados de um episódio triste de nossa história, onde por mais de trezentos anos seres humanos foram tratados como animais e escravizados. Os primeiros passos já foram dados através de políticas públicas de acesso à terra e de inclusão social, mas ainda se faz necessário continuarmos avançando para que um dia sejamos mais iguais e justos.

REFERÊNCIAS

- ARRUTI, José M. Quilombos. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio (Org.). *Raça: perspectivas antropológicas*. Salvador: Edufba, 2008.
- ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. Demografia escrava das charqueadas pelotenses. In: MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen (Org.). *Grilhão negro: ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil*. Passo Fundo: Ed.

Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 262.

A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50: Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000200002>. Acesso em 13 de maio 2022.

CAMARGOS, Luciano D. B. Da natureza jurídica das contribuições para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. São Paulo: MP Ed., 2006.

CLEYDE, Rodrigues A. Territórios antigos, problemas novos: os remanescentes de quilombos. In: COSTA, Luciano Gonsalves (org.). *História e Cultura Afro-Brasileira*: subsídios para a prática da educação sobre relações étnico-raciais. Maringá: Eduem, 2010. p. 105-118.

DALOSTO, Cássius D. *Políticas Públicas e os Direitos Quilombolas no Brasil*: O exemplo kalunga. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

GOMES, Flávio S. *Mocambos e quilombos*: uma história do campesinato negro no Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias*: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2001.

_____. Sítio Charqueador Pelotense. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul*. Império. Passo Fundo: Méritos, 2006-2009. p. 231-256.

JUNIOR, Henrique C. *Movimento de consciência negra na década de 1970*. <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15183/1/2003_art_hcunhajunior.pdf>. em 13 de maio 2022.

LIMA, Solimar O. *Braço forte*: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822-1871. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

LINHARES, Maria Y; SILVA, F. C. T. S. *Terra Prometida*: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOCKE, John. Segundo Tratado Sobre o Governo. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MACHADO, Ironita P. *Entre Justiça e Lucro*: Rio Grande do Sul 1890-1930. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2012.

MAESTRI, Mário. et al. *Peões, vaqueiros & cativos campeiros*: estudos

sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009-2010.

MARQUESI, Roberto W. *Direitos reais agrários & função social*. 1ª ed. (ano 2001), 4ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2008.

MOREIRA, Paulo R. S. Justicando o Cativo: A cultura de resistência escrava. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul*. Império. Passo Fundo: Méritos, 2006-2009. p. 215-230.

MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *O rural à la gauche: (campesinato e latifúndio) nas interpretações de esquerda (1955/1996)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.

Movimento Negro e a Luta Por Direitos: A participação na ANC e as conquistas na Constituição Federal Brasileira. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=7d7733c8d01b7352>> Acesso em 13 de maio 2022

OLIVEIRA, Andressa R. S.; SILVA, Carla H. Território, Territorialidade e Identidade Territorial: categorias para análise da dinâmica territorial quilombola no cenário geográfico. *Caderno de Geografia*, v. 27, n. 49, p. 2318-2962, 2017.

OLIVEIRA, Heron Lisboa. *Comunidades remanescentes dos quilombos de Arvinha e Mormaça – processos educativos na manutenção e recuperação do território*. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo/RS, 2014.

OLIVEIRA, Heron Lisboa. *Quilombo da Mormaça – em busca do território: uma luta das mulheres negras?* In: IX Seminário de pesquisa em educação da região sul – IX ANPEDSUL 2012 (anais). Caxias do Sul/RS, 2012.

PRADO, Caio. *A revolução brasileira: a questão agrária no Brasil*. Entrevista Chico de Oliveira; posfácio Lincoln Secco e Rubem Murilo Leão Rêgo. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RIZZARDO, Arnaldo. *Curso de direito agrário*. 3ª Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

SILVA, Leandro R. *Propriedade Rural*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

QUILOMBO RS. Disponível em: <<http://quilombosrs.com.br/>>. Acesso em 13 de maio 2022

SMITH, Roberto. *A propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SÔNIGO, Aline. Terra pra que te quero? A inserção social campesina da comunidade afrodescendente de São Miguel. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/762-2681-1-PB.pdf>. Acesso em 13 de maio 2022

SOUZA, Bárbara O. S. *Aquilombar-se: Panorama sobre o movimento quilombola brasileiro*. 1ª Ed. Curitiba: Appris, 2016.

THIESEN, Beatriz V.; MOLET, Claudia D.; KUNIOCHI, Marcia N. *Charqueada e escravidão em rio grande*. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/thiessen%20beatriz%20valadao_%20molet%20claudia%20daiane%20e%20kuniochi%20marcia%20naomi.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

THOMPSON, Eduard P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TROTTA, M. et al. *A Questão Agrária no Judiciário Brasileiro: estudo comparativo entre o reconhecimento de territórios quilombolas e as desapropriações de terras para fins de reforma agrária nas varas agrárias federais*. 1. ed. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMJ, 2012.

ZARTH, Paulo A. A Estrutura Agrária. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul*. Império. Passo Fundo: Méritos, 2006-2009. p. 187 – 213.

_____. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: editora da Unijuí, 2002.

VII

A Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza: demarcação de fronteiras e inserção social de imigrantes em Passo Fundo (década de 1930)

ALEX ANTÔNIO VANIN

O presente capítulo tem por objetivo explorar a constituição e funcionamento de um núcleo de associativismo étnico sírio-libanês em Passo Fundo em fins da década de 1920 e ao longo da década de 1930. Fundada em 1929 e extinta por volta de 1940, a Sociedade Syrio-Libaneza de Passo Fundo congregou um contingente de imigrantes sírios e libaneses e sua primeira geração de descendentes, definindo e demarcando um espaço de sociabilidade destes imigrantes na cidade. Para a realização da pesquisa, nos utilizamos de notícias publicadas na imprensa local durante o período de funcionamento da entidade, correlacionando-as a entrevistas realizadas com descendentes de membros da associação. Por meio da Sociedade Syrio-Libaneza – depois renomeada como Clube Nova Aurora, durante a vigência da política de nacionalização do Estado Novo – vislumbra-se um recorte da sociabilidade destes imigrantes, para além de uma clássica abordagem vinculada ao desenvolvimento de atividades co-

merciais e inserção na política, recorrentes nas pesquisas que versam sobre a imigração de sírios e libaneses de uma forma geral.

Sírios e libaneses são dois grupos sociais e étnicos que, em razão de algumas questões histórico-territoriais e políticas, foram entendidos, em alguns momentos de sua história migratória no Brasil, como um grupo só, em outros tempos, como dois, com diferenças de identidades entre si, ou, nos primeiros tempos da imigração, como “turcos”. Não obstante, foram grupos étnicos e nacionais que se aproximaram e produziram certo pertencimento não apenas por questões territoriais, mas de crença, ritualidades religiosas, ações laborais, processos migratórios, culturas e valores familiares; processos esses que foram, de uma forma ou de outra, com os limites encontrados na sociedade de destino, dimensionados e/ou reconfigurados com o passar dos anos, aspectos esses que fazem parte dos processos migratórios do final do século XIX e primeiras décadas do século XX no Brasil.

O cenário de origem desses imigrantes, bem como toda a região do Oriente Médio, além de possuir uma história milenar, foi constituída historicamente por múltiplos povos, culturas, línguas, impérios e fronteiras. Sua complexidade nos desafia; são povos que carregam os amplos e variados horizontes das civilizações orientais, das mesclas culturais e subjugações de nações que adentraram por todo esse território, além, é evidente, dos múltiplos conflitos religiosos e políticos do passado e do presente (Truzzi, 2005; Knowlton, 1961; Creidy, 1958).

A instalação de sírios e libaneses foi indissociável das atividades comerciais desenvolvidas em Passo Fundo, bem como em outros locais da região Centro-Norte do estado. Essa é uma das particularidades diferenciadoras e caracterizadoras da inserção destes imigrantes por entre a sociedade já estabelecida no Brasil como um todo: há, na

maioria dos casos, sempre uma ligação “comercial”, “econômica”, que propicia ou fomenta os deslocamentos e/ou os estabelecimentos em determinadas regiões ou centros urbanos. As fontes que acessamos, de natureza documental ou oral, nas narrativas de descendentes dos imigrantes, denotam a importância do local e das relações que podiam ser estabelecidas como definidoras da escolha deste ou daquele lugar para residência e, por conseguinte, para o estabelecimento de uma casa de negócios.

O desenvolvimento das atividades comerciais nos municípios sul-rio-grandenses em fins do século XIX, foi aliado em decorrência da Revolução Federalista (1893-1895), evento que, no município de Passo Fundo e na região Centro-Norte, levou muitas famílias a emigrarem em direção a outros estados, causando significativa redução do volume do crescimento demográfico e comercial do período (Xavier e Oliveira, 1990). Entretanto, a construção de novos traçados, ligações inter-regionais, e a instalação da ferrovia São Paulo – Rio Grande, cruzando a região norte e reforçando a atividade comercial de determinados centros urbanos como Passo Fundo, Carazinho, Erechim, Palmeira das Missões, Lagoa Vermelha, Soledade e outros adjacentes foram elementos que estabeleceram novos paradigmas de desenvolvimento econômico regional, tornando-se atrativo para o estabelecimento de empreendimentos de indústrias moageiras e madeireiras, bem como casas de comércio, hotéis e estabelecimentos urbanos de outras ordens (Tedesco, 2015).

Na região Centro-Norte do Rio Grande do Sul, no início do século XX, próximo aos projetos de colonização desenvolvidos pelo estado e por iniciativa privada, abriram-se também novos mercados, tanto nas zonas urbanas quanto nos contextos rurais das colônias, locais oportunos para o desenvolvimento das atividades comerciais desenvolvidas pelos imigrantes árabes. Após a chegada da ferrovia,

a indústria, a agricultura e o comércio são atividades impulsionadas no município de Passo Fundo, havendo a retomada do desenvolvimento econômico, urbano e demográfico da cidade. A partir desse momento, no centro urbano, há mudanças no eixo de crescimento da cidade, sendo deslocado da direção do Bairro Boqueirão, desde os primeiros estabelecimentos no povoado, e centralizado nas proximidades da Praça Marechal Floriano, nas ruas Independência, Moron, Bento Gonçalves e Avenida General Netto, essa última que ligava a principal via da cidade, a Rua do Commercio, à estação ferroviária (Diniz; Almeida, 2019; Miranda; Machado, 2010).

Fluxo de pessoas e de mercadorias impulsionou os segmentos da hotelaria, do comércio e da produção e exportação de gêneros, processos nos quais os trilhos da Viação Férrea eram responsáveis pelo escoamento da produção (Tedesco, 2015). O anúncio da passagem da ferrovia por si só já se constituía enquanto um fator de atração para o município. Ainda antes da inauguração oficial da estação ferroviária na sede do município, em fevereiro de 1898, os caminhos de ferro deslocavam indivíduos de outras partes do estado para Passo Fundo.

É nesse contexto que levas de imigrantes de diferentes origens passam a se estabelecer, com maior ênfase no centro urbano de Passo Fundo. Italianos, alemães, austríacos, portugueses, espanhóis, poloneses, judeus (bessárabes, poloneses, lituanos, russos), sírios e libaneses foram alguns dos grupos de maior expressão que passaram a compor a geografia humana passo-fundense no início do século XX (Xavier e Oliveira, 1990). Muitos desses imigrantes eram porções de levas maiores que se estabeleceram em zonas coloniais do município, como italianos, poloneses e judeus, contudo, tal como sírios e libaneses em sua maioria, também adentraram ao cenário urbano e passaram a residir e a desenvolver atividades comerciais diversas.

Para esses imigrantes do início do século XX, porém, a ferrovia

dinamizava esse processo de estabelecimento, encurtava distâncias e tornava possível longos deslocamentos dentro do estado em direção à região norte. Posteriormente, após a ligação Passo Fundo-Marcelino Ramos e a transposição dos trilhos pelo rio Uruguai, em 1910, completou-se também o trecho São Paulo-Rio Grande, em estrada de ferro, conectando o Rio Grande do Sul aos demais estados dessa região, e também aos da região Sudeste.

A ligação ferroviária com o estado de São Paulo, podemos supor, tenha legado bastante dinamicidade ao deslocamento de sírios e libaneses nesse período, sobretudo em função de estabelecer o vínculo do estado sulino com a principal e mais expressiva colônia sírio-libanesa no Brasil (Truzzi, 1993). A facilidade da movimentação promovida pela linha férrea tornou possível o encurtamento de viagens em direção à capital paulista, o que acreditamos ter influenciado no trânsito de imigrantes, na aproximação de seus co-nacionais e também no auxílio da compra e transporte de mercadorias para venda no norte do estado.

É difícil determinar uma causa específica para o estabelecimento dos imigrantes sírios e libaneses em relação à Passo Fundo. Podemos considerar a hipótese de que esse desenvolvimento econômico e demográfico experimentado pelo núcleo urbano passo-fundense no início do século tenha servido de incentivo e ampliado o horizonte de expectativas desses imigrantes em torno do Centro-Norte do estado.

A partir do estabelecimento desses imigrantes na cidade, desenvolvendo suas múltiplas atividades comerciais, vê-se a constituição de redes de relacionamento entre estes sujeitos. As conexões familiares ou de vizinhança no lugar de origem desempenharam papel central em vários âmbitos da imigração, evidenciando a existência e a conformação, ao longo do fluxo migratório, de redes de contato

com finalidades múltiplas, seja no traslado ao país de destino, na disponibilização de trabalho, seja nas relações desenvolvidas na sociedade de destino.

SÍRIOS, LIBANESES E O ASSOCIATIVISMO ÉTNICO

Grupos de imigrantes, com características étnicas, tendem a recriar seus espaços para a socialização, lazer e expressão cultural, demarcar território e se fazer sentir publicamente. Sírios e libaneses buscaram a socialização comunitária através de clubes. Nesse horizonte, os agrupamentos se encontraram, trocaram informações, ritualizaram seus costumes e crenças, viveram a nostalgia no âmbito coletivo e se expressaram na gastronomia, nas danças, nas canções, nos rituais festivos, etc. A redefinição de sujeitos-imigrantes em função dos lugares de destino não necessariamente retira desses seus fundamentos e/ou características dos locais de origem, pois tornam-se sujeitos multipertinentes, transterritorializados, ou seja, que transitam entre universos próprios e o da sociedade estabelecida no espaço de destino.

Identities e territorialidades estão sempre em elaboração, em trânsito, em diversos lugares ao mesmo tempo. Sírios e libaneses, sem dúvida, reelaboraram referenciais sobre si em razão dos referenciais existentes em associação aos “outros”, em geral, autóctones e/ou outros imigrantes. Kemel (2000) diz que, primeiramente, sírios e libaneses formavam pequenos agrupamentos entre famílias ampliadas; posteriormente, com a ampliação dos conhecimentos e interações entre si, formaram agremiações “destinadas a reproduzir, através de festividades e encontros informais, as tradições da terra de origem” (Kemel, 2000, p. 69).

Segundo Martins (2009), em centros maiores como as grandes capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, houve maior fidelidade

às crenças do local de origem, pela existência de espaços institucionalizados e mediadores religiosos. No interior dos estados, em municípios menores, não era incomum algum tipo de conflito com párocos, reações de árabes da Igreja Ortodoxa no sentido de se contraporem às exigências impostas por alguns padres para batizarem filhos de ortodoxos ou incorporarem outros rituais (Truzzi, 1999). Nos municípios onde a colônia era mais densa, os sírios e libaneses organizaram-se, tanto em termos religiosos, quanto em associações étnicas. Ambos, com o tempo, projetaram lideranças (em geral economicamente bem-sucedidas) dispostas a realizar a intermediação com a sociedade mais abrangente, e que serviam de “demonstração do valor da raça” (Truzzi 2019).

Autores dão ênfase ao fato de sírios e libaneses serem de cor branca, numa sociedade de preconceito de cor, lhes dava um pouco mais de aceitação ou melhor inserção social inclusive no mercado de trabalho. Sabemos que, em espaços migratórios, há concessões, adaptações, assimilações, miscigenações, modificações de hábitos, alterações de códigos de referência social, porém, há, em meio a tudo isso, estratégias de luta por preservações, como forma identitária e ligação de tempos e espaços. A criação de espaços de socialização da etnia favoreceram a socialização no interior da sociedade receptora, reduziram em muito a pecha de serem árabes, e não europeus.

Sírios e libaneses revelaram identidades que, em razão do novo território e tudo o que esse carrega e representa em suas novas vidas, se tornaram múltiplas e negociadas (Lesser, 2001; Hall, 2003). Para isso, os rituais, as redes, as trocas de informação e de cultura revelam sujeitos que em situação de desterritorialização buscam se reterritorializar fazendo uso de referenciais que valorizam seus interesses (Truzzi, 2008b). As associações e/ou agremiações de sírios e libaneses revelam esse espaço institucional de aglutinação desses processos,

mas, boa parte dessas dinâmicas acontecem no cotidiano, na informalidade, nas relações e percepções, nos atos que revelam pragmatismo, no caso em questão, fazer-se confiante para produzir trocas mercantis, romper estigmas e representações negativizadas em torno das noções de “árabe”, “turco”, “mascate”, “muçulmano”, etc., integração e interação social que poderiam permitir mobilidade social, casamentos, negócios, parcerias econômicas, espaços de venda, etc. Portanto, há horizontes identitários que se (re)constituem em razão das relações com autóctones, mas há dimensões que se fundamentam no interior do próprio grupo em suas diferenças, suas relações e acontecimentos com a terra de origem, com os formatos associativos que se constituem nos espaços de destino.

Segundo Dezan (2012), as agremiações de sírios e libaneses intencionavam promover a unidade do grupo, eliminar desentendimentos, prestar apoio a quem necessitava, promover a harmonia, desenvolver a dimensão étnica e processos integrativos na sociedade de destino. Na narrativa de Truzzi (1999), havia quatro objetivos bem definidos nas associações de sírios e libaneses: congraçar, eliminar conflitos internos, zelar pela imagem externa e praticar atividades de benemerência. Segundo o autor, com o passar das décadas, muitas das associações também serviram de palco de projeção e disputa entre lideranças étnicas que buscavam reconhecimento e prestígio entre os seus.

Vários autores mencionam associações, sua importância e como sírios e libaneses buscaram, desde o início da convivência com a sociedade de destino, unirem-se para enfrentar a nova realidade que se apresentava, acolher parentes, abrigar os recém-chegados (Kemel, 2000). De acordo com Pinto (2010, p. 11, *apud* Francisco, 2017),

Árabes criaram complexas e extensas redes de ajuda mútua e apoio social. Essas redes tinham o objetivo

de cobrir o atendimento das necessidades específicas, fossem elas de natureza religiosa, educativa-cultural, de lazer, profissional ou filantrópica. As organizações vão se mostrar mais eficazes na primeira geração de imigrantes e, com o tempo, se adaptar às novas demandas ou ficar irremediavelmente obsoletas face às transformações na sociedade.

As instituições, sejam elas formais ou informais, serviam também para integrar autóctones e/ou outros imigrantes; era uma forma de elevar sua posição social no interior da sociedade maior. Muitos dos sírios e libaneses que ascenderam socialmente possuíam uma vida social intensa, tanto nas associações sociais brasileiras quanto nas sociedades recreativas e de caridade (Francisco, 2017).

Ritualizar os costumes e valores entre os seus, principalmente a própria língua, ou saborear sua gastronomia, expressavam também uma dimensão de poder e de liberdade. A conquista de espaço na sociedade maior dependia desse vínculo entre si como grupo, mas, acima de tudo, da inserção no interior dela por outros, pois o interconhecimento, a interculturalidade, a confiança, as comparações, a demarcação de fronteiras, as convergências entre o “nós” e os “outros” passaram a ser fundamentais para demarcar fronteiras e produzir ações integrativas.

De acordo com Kemel (2000), foi muito comum no Brasil os árabes maronitas fundarem suas próprias associações, bem como os sírios, ainda que, segundo o autor, esses buscaram unir as duas identidades, mas as divergências, os desentendimentos entre diretorias, acabavam muitas vezes por provocar rupturas e a constituição de novas entidades. Após a Segunda Guerra Mundial, com a constituição do Estado de Israel, a expulsão de árabes e a redefinição de territórios em toda a região, também contribuíram para o crescimento das divergências (Francisco, 2017). Desse modo, acontecimentos no

espaço de origem produziam alterações e/ou respingos no interior dos grupos e interferia diretamente nas definições dos membros e das associações.

Os contextos e intencionalidades dos grupos desenvolvem e/ou induzem maneiras diferentes de construir os traços que definem o coletivo. Elementos econômicos, políticos, sociais e das relações interétnicas conformam o sentido histórico e as funções sociais às categorias étnicas, adaptando-as às novas circunstâncias e processos históricos. A política varguista de nacionalização, sem sombra de dúvida, recrudescer o caráter político dos agrupamentos associativos, em particular, os que atuavam em grandes centros urbanos e com canais de divulgação (revistas e jornais), porém não significa que tenham sido todos extintos; estratégias, redimensionamentos de práticas e de abordagens identificadoras, alterações do contexto histórico brasileiro (dentre elas, industrialização, urbanização, desenvolvimentismo, integrações regionais, etc.) vão também permitir alterações no quadro associativo dos grupos étnicos no Brasil.

Em Passo Fundo e em outras cidades do centro-norte do estado havia outras associações étnicas, as quais, além de diversas atividades, promoviam assistência aos filhos de seus parceiros co-nacionais, bem como auxiliavam nas necessidades e premências dos novos imigrantes. Porém, geralmente, eram espaços que demarcavam o grupo, produziam rituais de pertencimentos, sejam eles, gastronômicos, linguísticos, de solidariedade grupal, de jogos, saraus, etc.; sem dúvida, também, tornavam-se espaços de visibilidade pública de alguns membros mais destacados dos agrupamentos, em particular, no campo econômico-político, bem como de possibilidade de encontros afetivos, resultando em possíveis acordos matrimoniais.

Em período anterior à criação da associação étnica que congregou sírios e libaneses em Passo Fundo – a Sociedade Beneficente

Syrio-Libaneza de Passo Fundo – vale salientar que o reconhecimento do grupo social enquanto uma “colônia” instalada na cidade já era algo do cotidiano desses imigrantes. Como ressaltamos em outros momentos, as múltiplas ligações e relações operadas por esses imigrantes em torno de vários âmbitos, como o processo migratório, o estabelecimento na cidade, os auxílios aos recém-chegados, a inserção em um horizonte laboral, foram todos elementos que levaram a coesões entre esses indivíduos, à criação de laços de amizade, compadrio, negócios e, depois de determinado período, à institucionalização de uma entidade que demarcava etnicamente sua presença em Passo Fundo.

A primeira menção que encontramos referente à colônia sírio-libanesa, assim autodefinida por seus integrantes, atribuindo a si um sentido de coletividade, data de 1917, através de uma correspondência enviada pelo imigrante libanês Pedro José Estacio ao Presidente do Estado Antonio Augusto Borges de Medeiros:

A Colonia Syria residente nesta cidade, dirigiu ao
Presidente do Estado o telegrama seguinte:

...PRESIDENTE ESTADO
P. Alegre

Colonia Syria aqui residente estando pleno accordo
dizeres officio dirigido V. Exc. Seus patricios ahi por
interpretar fielmente nosso sentir e traduzir senti-
mento amor povo brasileiro hospitaleiro, hypothe-
cam solidariedade e apoio ao mesmo.

Respeitosas saudações
Pela Colonia Syria:
*Pedro José Estacio*¹

¹ A VOZ DA SERRA. *Calma e patriotismo*. Passo Fundo, 25 abr. 1917, p. 1. Acervo digital do AHR.

Outro ponto de coesão entre os integrantes da colônia sírio-libanesa em Passo Fundo pode ter sido também a religião, congregando parte dos imigrantes em torno de ritos que, no local de destino, foram adaptados ou integrados aos da Igreja Católica. Esse sincretismo de ritos foi comum e talvez até definidor dos rumos da emigração em alguns casos, como visto anteriormente. Imigrantes cristãos maronitas, em geral, do Monte Líbano, compuseram uma boa parte das levas migratórias em direção ao Brasil. Em Passo Fundo, o que sustenta nossa hipótese de integração e adaptação de ritos, foi, em algumas ocasiões, a passagem de padres da Igreja Maronita, a fim de atenderem religiosamente os fiéis imigrados. Em 1930, o Padre Pedro Andery, missionário maronita, visitou Passo Fundo:

Acha-se nesta cidade o rvdo. padre Pedro Andery do ritho maronita, do Monte Líbano, que excursiona pelo Estado, em visita ao elemento catholico da colonia syrio-libanesa.

Em companhia dos srs. Pedro José Estacio e Jacob Dib, o padre Pedro Andery deu-nos, hoje, o prazer de sua visita, demorando-se em palestra em nossa redacção, no curso da qual recordou anterior estadia que teve nesta cidade, em 1921, salientando o progresso local que observou daquela época para cá e que, diz, confirma as previsões que consignara em obra que escreveu sobre a America do Sul e na qual ha um capitulo dedicado a Passo Fundo.

O padre Pedro Andery officiou hoje, na igreja matriz, em missa celebrada em suffragio da alam do finado Antonio José Estacio, que falleceu nesta cidade, onde residio por longo tempo².

Em outra ocasião, em 1949, a visita foi do Padre José Vicente Hani, mas já em um outro contexto de deslocamentos pelo interior

² O NACIONAL. *Padre Pedro Andery*. Passo Fundo, 27 jun. 1930, p. 4. Acervo do AHR.

do estado e do território brasileiro. O Padre Hani já compunha a Missão Libanesa Maronita no Brasil, atuando em conjunto com a Igreja Católica, sob a jurisdição do Bispado de Santa Maria, que o havia enviado a Passo Fundo, mas o deslocamento do missionário ao Rio Grande do Sul havia sido articulado pela mediação do Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer. Segundo informado ao *O Nacional*, os objetivos da viagem do padre a Passo Fundo e pelo interior do estado era o de “realizar missões pregando aos libanezes maronitas e sírios católicos”, preparando missas dedicadas aos sírios e libaneses e também à população local, na Igreja Matriz³. O elemento religioso era uma forma de manter a coesão identitária, de certa forma, dentro da colônia.

Francisco (2017) analisa que havia sociedades diversas entre sírios e libaneses no estado. Primeiramente, organizavam-se num coletivo só, com o passar das décadas, em grande parte, dividiram-se principalmente na capital e em alguma cidade maior onde o contingente deles também se acrescia. Nas palavras de Siqueira (2002, p. 33), se não havia associações ou algum tipo de agremiação formal e instituída, os grupos reuniam-se em bares, cafés, lugares para conversar, jogar xadrez, seus jogos típicos. As associações formais surgiram como complemento desses pequenos espaços de convívio cotidiano com a intenção de “exercitar mais livremente seus hábitos, valores e costumes junto a seus semelhantes (Francisco, 2017a).

As associações de sírios e libaneses não fugiram a essa lógica que ligava o dado institucional, com o étnico e o público, mas, também, aliava o religioso, esse, enquanto galvanizador do coletivo, das ritualidades que identificavam e reforçavam o pertencimento étnico. A religião foi sempre um dos grandes pilares da identidade de imi-

³ O NACIONAL. *Ilustre missionario Maronita em visita a Passo Fundo, afim de realizar pregações*. Passo Fundo, 29 jan. 1949, p. 6. Acervo do AHR.

grante, tanto para sírios, quanto para libaneses. A filiação religiosa favoreceu a integração dos árabes no Brasil (Truzzi, 2019). Porém, diz o autor que houve, entre eles, uma grande perda histórica de fiéis das igrejas da comunidade árabe para o catolicismo em razão da falta de instituições religiosas, porém, também essa migração e/ou nova adesão era, deliberadamente, uma estratégia de integração e aceitação social. Nesse sentido, muitos deles deixavam a Igreja Maronita e se inseriram na Católica. O estudo dos filhos em escolas confessionais também favoreceu para essa migração religiosa ocorrer, evitaria discriminação e/ou exclusão e permitiria desenvolver a intenção do estudo para seus filhos.

A SOCIEDADE BENEFICENTE SYRIO-LIBANEZA E O CLUBE NOVA AURORA

A criação de clubes por parte dos imigrantes, há de se ressaltar, não pode ser compreendida também de forma desvinculada do contexto migratório em que se processou. No primeiro fluxo da imigração de sírios e libaneses em direção ao continente americano, anterior à Primeira Guerra Mundial, houve a intenção de um estabelecimento temporário, intuindo um rápido acúmulo de capital e o retorno ao lugar de origem, essas foram questões muito características. Contudo, durante a década de 20, a imigração, em sua forma e volume de emigrados dos territórios agora dominados pela França, sofreu transformações. A partir dessa década, a imigração passou a assumir um caráter mais permanente, quando clubes e sociedades foram fundados e congregaram sírios, libaneses, ou sírios e libaneses juntos. Eram tentativas de sociabilização entre os patrícios e também entre esses e a primeira geração de descendentes nascida no local da imi-

gração, intuindo-se o contato desses últimos com os costumes e a cultura árabes (Truzzi, 2001, p. 115).

Nesse horizonte das redes, agregações, vínculos e pertencimento de grupo, em 6 de junho de 1929, foi fundada a Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza de Passo Fundo⁴, objetivando, justamente, agregar o grupo de imigrantes e descendentes residentes na cidade. Vale ressaltar que, em Passo Fundo, outras associações étnicas já existiam, demarcando outros grupos étnicos no centro urbano, como a *Società Italiana di Mutuo Soccorso*, associação de imigrantes italianos criada em 1901, o *Deutscher Verein*, associação de imigrantes e descendentes de alemães criada em 1913, e o *Clube Visconde do Rio Branco*, associação de afro-descendentes criada em 1916 (Tedesco; Corteze; Balbinot, 2017; Neumann; Meyrer, 2017; Batistella; Ribeiro, 2017). Não muito diferente de outras associações étnicas, a Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza de Passo Fundo integrava imigrantes e descendentes, permitia momentos de lazer, de troca de informações e expressões culturais, bem como demarcava um território étnico na cidade de Passo Fundo.

De acordo com Francisco (2017), a afirmação de grupo em torno do sírio-libanês, em muito significou uma tentativa de afastamento do vocábulo designativo de *turco*, que pairava sobre esses imigrantes. O termo “turco” em geral, foi utilizado para descrever o grupo social de maneira pejorativa, como um sinônimo de ser capaz de realizar qualquer negócio. Sírios e libaneses, em função da proximidade de origem foram constantemente vinculados à imagem de dos turco-otomanos, justamente pelo primeiro fluxo de imigrantes ter se concentrado no período em que a Grande Síria ainda existia

⁴ CARTA enviada pelo Presidente da Sociedade Syrio-Libaneza de Passo Fundo, Zacharias Antonio dos Santos, a Syria Seady. Passo Fundo, 15 ago. 1932. Acervo pessoal de Aniello D'Arienzo.

e compunha o Império Otomano, porém, a designação de *turco* era tomada por ser muito ofensiva, pois confundiam-se dominados e dominadores (Truzzi, 2001). A reunião de sírios e libaneses era também um demarcador, não apenas em torno de sua presença física no espaço urbano da cidade, mas também étnico.

[...] a comunidade Sírio-Libanesa de Passo Fundo sempre viveu muito unida, sempre integrada na sociedade; tinha uns que nos ofendiam e nos chamavam de turcos, mas nós já estávamos habituados e sabíamos que eram gente que não conheciam a História. [...]. Casava-se muito entre imigrantes e outras nacionalidades. A gente prosperou assim em Passo Fundo⁵. Em toda a região, o pessoal chamava de turcos; meu pai ficava muito ofendido. [...]. Ele ganhou muito dinheiro [...], manteve a religião católica e casou com uma brasileira, daí essa coisa de turco foi deixada de lado.⁶

Embora criada em meados de 1929, a Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza inaugurou sua sede social apenas no ano seguinte, em 13 de julho de 1930⁷, estando situada nas proximidades de muitos sírios e libaneses, próximo à Praça da República, embora não possamos afirmar que tenha se localizado sempre no mesmo lugar ao longo de sua existência. O local em questão, atribuía ainda mais uma feição árabe ao centro da cidade. Nas narrativas de nossos interlocutores, poucos sabiam acerca da existência da associação, ou também afirmaram desconhecer o paradeiro da documentação, estatutos e outros registros referentes. Na narrativa de Linda Dipp Estacia, “eu

⁵ ESTACIA, Linda Dipp. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.

⁶ FARAH, Jorge. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco*. 2016.

⁷ O NACIONAL. *Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza*. Passo Fundo, 12 jul. 1930, p. 1. Acervo do AHR.

era criança, não lembro bem, mas sei que o terreno foi cedido pelo Sr. José Zacharias”⁸.

Segundo Aniello D’Arienzo, sua mãe, Syria Seady, membro da Sociedade Syrio-Libaneza, foi a encarregada de desenhar a bandeira da instituição⁹. Ainda de acordo com nosso interlocutor, “quem fundou a Sociedade foram os tios do Joseph Estacia, eu lembro só do nome do Miguel Estacio; mas meu avô, Emilio Seady participava da Sociedade e também foi fundador”. Segundo o entrevistado,

[...]. Na Sociedade dos Sírios e libaneses, eles dançavam, faziam saraus, tinha muita atividade social. [...]. Ela deve ter começado por volta de 1930 e durou nem uma década porque o Vargas acabou com tudo, obrigou a fechar. Acho que foi por 1938. [...]. O meu avô era participante ativo. [...]. A Sociedade ficava lá na Rua Júlio de Castilhos, atrás do Colégio Protásio Alves, esquina com a Rua Fagundes dos Reis; era a casa do Zacharias, outro árabe de muita expressão em Passo Fundo.

A organização da associação, ao que parece, deu-se em torno de uma mobilização entre os patrícios. Cabe destacar que, a família de Zacharias Antonio dos Santos e José Zacharias dos Santos tiveram papel importante, cedendo o espaço para possibilitar os encontros e mesmo na administração da entidade. Zacharias Antonio dos Santos, ainda foi presidente nas primeiras gestões do clube. Em 1930, a Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza publicou os estatutos que regulavam seu funcionamento, os quais foram impressos em São Pau-

⁸ ESTACIA, Linda Dipp. Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin. 2016.

⁹ D’ARIENZO, Aniello, Filho de Leopoldo D’Arienzo e Syria Seady, neto de Emilio Seady e Constantina Fernandes Seady. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.

lo, possivelmente pela ligação entre ambas as colônias de imigrantes. O número de associados inicial, contudo, não nos foi possível apurar. Nos quadros das primeiras três diretorias, vemos integrando o corpo da entidade uma gama maior de comerciantes, o que reafirma os laços existentes entre muitos desses indivíduos, não apenas em termos comerciais, no âmbito dos negócios, mas também no da sociabilidade.

Cargos	1931	1932	1933
Presidente	Zacharias Antonio dos Santos	Zacharias Antonio dos Santos	Zacharias Antonio dos Santos/Pedro José Estacio ¹⁰
Vice-presidente	Isaac João Kraide	Pedro José Estacio	Elias Schims Sfair
1º Secretário	Mahmud Jinde	João José Estacio	Nagib Kmaid
2º Secretário	Emilio Seady	Simão Imera	Gabriel José Estacio
1º Tesoureiro	Pedro José Estacio	Jorge Dadia	Mansur Schims Sfair
2º Tesoureiro	José T. dos Santos	Toufik Buaes	Miguel Ali
Conselho fiscal	Jorge Dadia, José Estacio e Elias Schims Sfair	João Kalil, Miguel Ali e José Pedro Nedyr	João Kalil, Emilio Seadi e Abraão Mustafá

Quadro 1. Membros da Diretoria da Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza de Passo Fundo (1930-1933). Elaboração do autor a partir de correspondências da Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza de Passo Fundo encontradas no jornal O Nacional, nas edições de 31 de maio de 1930, 11 de junho de 1931 e 20 de junho de 1933. Acervo do AHR.

Em 1930, o município de Passo Fundo, de acordo com o historiador Francisco Antonino Xavier e Oliveira, contava com cerca de 37 imigrantes árabes, entre sírios e libaneses e um palestino; desses, 27 estavam estabelecidos na cidade e o restante nos distritos de Campo do Meio (2), Marau (4) e Butiá (1).¹¹ A colônia sírio-libane-

¹⁰ Zacharias Antonio dos Santos é presidente de honra e Pedro José Estacio presidente efetivo.

¹¹ XAVIER E OLIVEIRA. *O município de Passo Fundo através do tempo*. O Nacional. Passo

sa, contudo, era mais extensa, pois agregava também a primeira geração de descendentes, isto é, não apenas os imigrantes relacionados por Xavier e Oliveira.

A existência da associação étnica, contudo, não abarcava toda a colônia em questão. Enquanto definição mais ampla, falar em colônia sírio-libanesa era considerar todos os imigrantes estabelecidos na cidade ou no município, considerando o local de origem para esses e a filiação para seus descendentes. Já a associação, por se tratar de um clube, possuía regras de ingresso e de manutenção, conforme a composição estatutária. Não bastava ter origem síria ou libanesa, pois existiam membros de outras nacionalidades que compunham o clube, possivelmente frutos dos matrimônios fora da colônia; para compor a agremiação, exigências deviam ser contempladas, como ocorria também em outros clubes no mesmo período.

Em 1934, a Sociedade Syrio-Libaneza, por meio dos membros Elias Schims Sfair e Miguel Ali, protestava que “certos indivíduos, Sirios e Libaneses não fazem parte do nosso quadro social e cinicamente se dizem sócios”¹², o que confirma nossa hipótese de inserção àquela entidade ser regulada por seus organizadores e membros¹³. Nem toda a colônia sírio-libanesa tinha acesso à Sociedade Syrio-Libaneza.

Do que fomos capazes de apurar, a Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza se manteve atuante durante mais de uma década,

Fundo, 4 out. 1937, p. 4. Acervo do AHR.

¹² O NACIONAL. *A bem da verdade*. Passo Fundo, 12 jan. 1934, p. 4. Acervo do AHR.

¹³ Para confirmar os associados sírios e libaneses, a agremiação publicou lista de seus sócios, desconsiderando aqueles que pertenciam a outras nacionalidades. Os sírio-libaneses sócios, em 1934 eram: Zacharias Antonio dos Santos, Dr. Lazaro Zacharias, Isaac João Kraide, Mahmud Jendi; Pedro Miguel, Gabriel Estacio, Miguel Ali, Jorge Dadia, Gabriel Abdala, Merched Ali, Abdo Ali, Elias Ali, Elias Zacharias dos Santos, Same Chedid, Elias Sfair, Calil de Souza Dib, João Kalil, Mansur Sfair, Emilio Seady, Antonio Seady, Nagib Kmaid, Antonio Hallak, Abraão Mustafá, Miguel Abib, Felicio Abud, Antonio João Farah, Natal Harb. Fonte: O NACIONAL. *A bem da verdade*. Passo Fundo, 12 jan. 1934, p. 4. Acervo do AHR.

encerrando seus encontros no início de 1940¹⁴. A política varguista de nacionalização, encetada após a institucionalização do Estado Novo, recrudescceu o caráter político dos agrupamentos associativos, em particular, os que atuavam em grandes centros urbanos e com canais de divulgação, sendo atacados por se oporem ao que consideravam ser nacional, brasileiro, componente do projeto de Estado Nação almejado no período.

Em Passo Fundo, quanto aos clubes étnicos existentes nesse período, podemos afirmar que esses foram “nacionalizados”, no sentido de que deveriam ficar abertos a todos, sem distinção étnica ou de nacionalidade, ao passo que foram trocados, inclusive, os nomes sociais dos clubes e os estatutos vigentes. Em 1938, a *Società Italiana de Mutuo Soccorso* passou a ser o Clube Caixeiral, o *Deutscher Verein* passou a ser o Clube Juvenil, e a *Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza* tornou-se o Clube Nova Aurora. Desses três, na atualidade, apenas o Clube Caixeiral e o Clube Juvenil mantêm-se atuantes.

Estratégias, redimensionamentos de práticas e de abordagens identificadoras, alterações do contexto histórico brasileiro (dentre elas, industrialização, urbanização, desenvolvimentismo, integrações regionais) vão também permitir alterações no quadro associativo dos grupos étnicos no Brasil. Os contextos e intencionalidades dos grupos desenvolvem e/ou induzem maneiras diferentes de construir os traços que definem os grupos. Elementos econômicos, políticos, sociais e das relações interétnicas conformam o sentido histórico e as funções sociais às categorias étnicas, adaptando-as às novas circunstâncias e processos históricos.

As mudanças promovidas pela repressão aos clubes étnicos e aos imigrantes em torno do uso do idioma materno, de usos e cos-

¹⁴ GUIA Geral de Passo Fundo. Passo Fundo: Tipografia Nehls, 1940. Acervo da Biblioteca da PUC-RS.

tumes da terra natal, podem ter sido algumas das motivações que levaram ao encerramento das atividades da agremiação sírio-libanesa. Nas memórias de interlocutores, “[...], o pessoal foi desistindo, acho que por pressão de alguma coisa, só sei que não durou muito”¹⁵; “[...] ela deve ter começado por volta de 1930 e durou nem uma década porque o Vargas acabou com tudo, obrigou a fechar. Acho que foi por 1938”¹⁶. Em realidade, após a instauração do Estado Novo, houve a troca do presidente da entidade, sendo acolhido no cargo o imigrante italiano e comerciante Mario Ferrari, isto é, a sociedade foi redimensionada e houve a secundarização do elemento étnico no quadro social da diretoria, algo muito significativo em termos de representação.

A diretoria dessa simpática sociedade, a única alteração que teve foi a mudança do seu presidente, em vista do sr. Jorge Buaes haver se afastado dessa função. Realizada a eleição para preenchimento desse cargo, foi eleito o sr. Mario Ferrari, conceituado cidadão aqui residente, cuja escolha para presidente foi muito feliz, causando satisfação entre os associados da nova Aurora.

De Mario Ferrari, por tratar-se de uma figura simpática e dinâmica, muito a Sociedade Nova Aurora espera, de sua presidência.

Os demais membros da diretoria, eleitos para reger os destinos da sociedade do período 1938-39, continuam em seus postos¹⁷.

Nessa mesma ocasião da posse da nova diretoria – que, imaginamos, tenha sido sua penúltima – houve vários discursos de indivi-

¹⁵ ESTACIA, Linda Dipp. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco*. 2016.

¹⁶ D’ARIENZO, Aniello. *Entrevista concedida a Alex Antônio Vanin*. 2016.

¹⁷ O NACIONAL. *Tomou posse ontem o novo presidente da Sociedade Nova Aurora*. Passo Fundo, 28 nov. 1938, p. 4. Acervo do AHR.

duos de fora da colônia sírio libanesa, como do tenente Martinho de Figueiredo Machado e do advogado Mauro Pinheiro Machado, que discursou acerca do momento político da época e se referiu à colônia sírio-libanesa no sentido de que “ao lado dos brasileiros natos procura elevar esta grande Patria”, sinalizando a aproximação inevitável – talvez, em um esforço de integração – daqueles imigrantes ao que, naquele momento, se concebia enquanto “ser brasileiro”, pertencente à nação e ao país.

A política varguista de nacionalização acabou influenciando diretamente o encerramento das atividades da associação étnica de sírios e libaneses em Passo Fundo, ao menos de maneira institucionalizada e pública. Em carta endereçada pela diretoria eleita em 1938, declarava-se oficialmente extinta a Sociedade Syrio-Libaneza em prol da constituição da Sociedade Nova Aurora, “com fins puramente sociaes e sem espirito ou cogitações de nacionalidades”, sendo incorporados vários membros “de fora da colônia” e revelando o caráter marcado da política de nacionalização varguista:

Temos a honra de Comunicar a essa illustrada Redação, que em assembleia geral efetuada no dia 29 do mez de maio ultimo, entre os associados da “Sociedade Sirio-Libaneza”, foi, por unanimidade, extinta esta sociedade e creada e fundada, na mesma ocasião e data, a SOCIEDADE NOVA AURORA, com fins puramente sociaes e sem espirito ou cogitações de nacionalidades. E isto por ter sido a extinta sociedade fundada por pessoas de nacionalidade Siria e que, devez que não cultuavam o espirito racial – tanto que já haviam alterado os respectivos estatutos, – não desejam impor-se á vontade do illustre brasileiro – presidente Getulio Vargas – que quer nacionalisar o Brasil, grande e dadivosa Patria.

Comunicamos, outrossim, que já foi nomeada uma comissão para elaborar os estatutos da nova Socieda-

de, e que foi eleita a diretoria que regerá os destinos no ano de 1938-1939, cujos membros são os seguintes: presidente, Jorge Sarkis; vice-presidente, Moyses Dipp; 1º secretário, Belisario Saldanha; 2º idem, Franklin Machado; 1º Tesoureiro, Jorge Buaes; 2º idem, Jorge Dadia; Conselho: Luiz Mello, Arisoly Hubert e Jorge Monassa.

Aproveitamo-nos da oportunidade para apresentar a essa ilustrada redação, os nossos protestos de elevada consideração social e pessoal.

Jorge Sarkis

Presidente

F. Machado

2º Secretário.”¹⁸

A última diretoria do clube foi empossada em 1940¹⁹ e, após esse ano, nenhuma referência nos foi possível encontrar sobre atividades sociais e membros do Clube Nova Aurora, tampouco manifestações ou comemorações nos jornais sobre a independência do Líbano (1943) e da Síria (1946), por parte da colônia sírio-libanesa como um todo. Nas narrativas de descendentes, foi ressaltado que os encontros entre patrícios jamais cessaram, ao contrário, mantiveram-se constantes. Novas formas de expressão cultural dos grupos em questão foram manifestadas, porém, não mais de maneira associativa à expressão pública de pertencimento. Segundo Jorge Buaes Sobrinho,

Eu não me lembro de ter se formado um clube, um grupo. A comunidade existia, se reunia com frequên-

¹⁸ O NACIONAL. *Sociedade Nova Aurora*. Passo Fundo, 9 jun. 1938, p. 4. Acervo do AHR.

¹⁹ A última diretoria foi assim composta: “Presidente, Eudoxio Costa; Vice-Presidente: Eustáquio Buaes; 1º Secretário, Mansur Sfair; 2º dito, Sumael Dipp; 1º Tesoureiro, Deoclecio Ferraz; 2º dito, José A. Sobiesiak. Conselho Fiscal – Jorge Dadia, Moyses Dipp e Elias Nedir”. Fonte: O NACIONAL. *Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza*. Passo Fundo, 4 jul. 1940, p. 4. Acervo do AHR.

cia em torno de lembrar suas origens, em torno da mesa, da comida árabe sempre trazia o pessoal para os encontros, trocas de informações, sempre houve isso. Mas, não de uma forma institucionalizada, organizada dessa forma, sempre espontânea, alguém lembrava, convidava, e o pessoal se reunia.²⁰

A política estado-novista de nacionalização acabou por repercutir significativamente nas formas de sociabilidade dos sírios e libaneses que participavam da entidade associativa. Após o Estado Novo, portanto, a entidade não se recompôs e, como sugeriu nosso entrevistado supramencionado, acabou por não se formar nenhum grupo de mesmo caráter e finalidade específica e demarcada institucionalmente. Dessa forma, as trocas, a sociabilidade entre os patrícios, as reuniões, as festas e encontros reforçaram-se na dimensão familiar e mais particular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos dos imigrantes detinham referenciais identitários baseados na religião e na aldeia de origem. Inseridos na sociedade receptora, tiveram que fazer concessões identitárias. Sua ocidentalização aconteceu na ligação com o mundo das trocas informais, nos contatos diretos com os clientes e seus espaços familiares e sociais. Eles tiveram de redefinir seus horizontes religiosos, gastronômicos e linguísticos, adotaram estratégias matrimoniais mistas, enviar dinheiro para quem ficou no espaço de origem e, assim mesmo, empreender e “fazer os filhos estudar”, como nos disseram alguns entrevistados. O contato dos imigrantes sírios e libaneses com a sociedade ociden-

²⁰ BUAES SOBRINHO, Jorge. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.

talizada, propiciou-lhes a demarcação de território, pertencimento e fronteira étnica, *arabizando* um pouco Passo Fundo, e, ao mesmo tempo, possibilitou-lhes a incorporação do *modus vivendi* do espaço de destino, otimizando-o em razão de seus interesses, da intencionalidade do processo migratório e do pragmatismo da vida econômica.

Em Passo Fundo, portanto, sírios e libaneses marcaram presença. Inseridos, em grande parte, nas primeiras décadas do século XX em razão do município ser central no Norte do estado em termos populacionais e econômico, possuir uma ampla rede ferroviária que permitia a ligação entre São Paulo e Porto Alegre, além de outras cidades expressivas do centro-norte do estado, que, com isso, permitia a compra e a venda de mercadorias, acesso aos mais amplos espaços regionais. Foram grupos que conseguiram interagir, integrar-se, demarcar fronteiras no espaço regional. Seus amplos referenciais continuam sendo expressos por seus descendentes através de crenças, costumes, gastronomias, nos ramos comerciais e laborais diversos, língua, ligação com a pátria-mãe, nos nomes e sobrenomes, na lembrança de seus descendentes; sua capacidade de socialização e integração social, suas crenças e valores demonstram a importância e o reconhecimento das diferenças, capacidades de convivência e harmonia social.

REFERÊNCIAS

BATISTELLA, Alessandro; RIBEIRO, Odorico José. Os afrodescendentes em Passo Fundo. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint Varela, 2017, p. 135-158.

CREIDY, A. A. Os libaneses e sua história. In: *Enciclopédia Rio-grandense*.

Canoas: Ed. Regional, 1958, p. 303-310. Vol. 5.

DEZAN, M. D. de S. *Impactos das imigrações espanhola e sírio-libanesa como fator para o desenvolvimento econômico e diversidade cultural na organização do espaço geográfico piracicabano*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2012.

DINIZ, Pedro Henrique Carretta; ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. Art Déco e centralidade urbana: os impactos do crescimento socioespacial e da atividade publicitária no patrimônio moderno de passo fundo Diniz. In: VANIN, Alex Antônio; CARVALHO, Djiovan Vinicius (Orgs). *Passo Fundo – Estudos Históricos Volume I*. Passo Fundo: Acervus, 2019, p. 167-196.

FRANCISCO, J. C. B. Do oriente médio ao sul do Brasil: a imigração de sírios e libaneses no Rio Grande do Sul (1890-1949). *RIHGRGS*, Porto Alegre, n. 152, p. 69-96, julho de 2017.

FRANCISCO, J. C. B. *Dos cedros aos pampas: imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul, etnicidade e assimilação (1890-1949)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017a.

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte Editora da UFMG, 2003.

KEMEL, C. *Sírios e libaneses: aspectos da identidade árabe no sul do Brasil*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

KNOWLTON, C. *Sírios e libaneses em São Paulo: ascensão social e mobilidade espacial*. São Paulo: Anhembi, 1961.

LESSER, J. *A negociação da identidade: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

MARTINS, D. *Imigração árabe e religiosidade em São José do Rio Preto – Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

MIRANDA, Fernando Borgmann Severo de; MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.

NEUMANN, Rosane Marcia; MEYRER, Marlise Regina. A presença dos imigrantes alemães no espaço urbano de Passo Fundo. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint Varella, 2017, p. 159-188.

TEDESCO, João Carlos. *A Gare e o Trem em Passo Fundo: sinergias econômicas – 1898-1978*. Porto Alegre: EST Edições, 2015.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros*. Porto Alegre/Passo Fundo: EST/UPF Editora, 2ª ed, 2005.

TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio; GRITTI, Isabel Rosa. A comunidade judaica em Passo Fundo. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint Varella, 2017, p. 311-352.

TEDESCO, João; BALBINOT, Giovani; CORTEZE, Dilse Piccin. Italianos em Passo Fundo – final do século XIX e início do século XX. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint Varella, 2017, p. 159-188.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008b.

TRUZZI, Osvaldo. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer América: imigração em massa para América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 315-351.

TRUZZI, O. Sírios e libaneses no oeste paulista – décadas de 1880 a 1950. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. vol. 36. São Paulo, 2019. On line.

TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. *Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1993.

TRUZZI, O. *Sírios e libaneses: narrativas de história e cultura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *Annaes do Município de Passo Fundo*. Passo Fundo: UPF Editora, 1990.

VIII

Os judeus em Passo Fundo

ISABEL ROSA GRITTI

A Jewish Colonization Association, mais conhecida como ICA, comprou a Fazenda Quatro Irmãos em 1909, portanto, nove anos antes da emancipação da Colônia Erechim, uma vez que o município de Erechim é criado em 1918. Antes dessa data, a área da então Colônia Erechim pertencia ao município mãe, Passo Fundo. Assim, quando, em 1912, os primeiros imigrantes judeus chegam à Fazenda Quatro Irmãos, esta encontra-se em território do município de Passo Fundo. O primeiro mapa da página seguinte apresenta os 93.985 hectares da Fazenda Quatro Irmãos.

A partir de 1918, o latifúndio da Fazenda Quatro Irmãos passa a integrar o território do jovem município de Erechim. O segundo mapa da página a seguir, atualizado pelo pesquisador Manoel Gomes e publicado no e-book “As Ancestralidades das campinas”, nos mostra os municípios da então Colônia Erechim que integravam a área de 93.985 hectares da Fazenda Quatro Irmãos, adquirida em 1909.

Os imigrantes judeus que chegam ao Brasil e ao Rio Grande do Sul o fazem isso sob a responsabilidade da Jewish Colonization Association (ICA) Companhia Colonizadora fundada em 1893, pelo Barão Hirsch, um rico banqueiro judeu, que tinha como objetivo retirar os judeus da Europa Oriental, particularmente da Rússia, onde eram vítimas de violências e dos chamados “pogroms” e tinham seus direitos cerceados. Inicialmente, a Companhia assenta imigrantes judeus em sua colônia da Argentina, e, em 1902, compra a Fazenda Filipsen, no município gaúcho de Santa Maria. Posteriormente, em 1909, adquire a Fazenda Quatro Irmãos, no município de Passo Fundo.



Figura 1. Mapa da Fazenda Quatro Irmãos. Fonte: Arquivo Histórico Judaico Brasileiro de São Paulo/ AHJBSP.

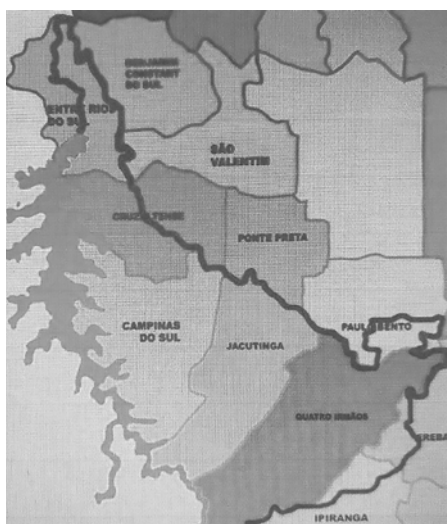


Figura 2. Mapa representando os atuais municípios que integravam a Fazenda Quatro Irmãos. Fonte: Gomes, 2021.

Apesar de as casas que seriam destinadas aos imigrantes não estarem prontas e da estrutura necessária para a recepção deles estar inacabada, em meados de 1912, a Jewish assenta o primeiro grupo de imigrantes vindos das suas colônias argentinas. São 33 colonizadores judeus - 14 deles com suas respectivas famílias e 19 sem suas famílias. Algumas semanas depois, 60 imigrantes vindos da Bessárbia chegam a Quatro Irmãos. Em 1913, mais 43 famílias judias vindas da Bessárbia chegam ao latifúndio da ICA. Nesse mesmo ano, segundo a administração local da Companhia encontram-se na Colônia Quatro Irmãos aproximadamente 300 famílias, o que supera a capacidade da Companhia em assentá-los oferecendo-lhes condições dignas de sobrevivência. (Gritti, 1997)

A presença de elevado número de imigrantes em Quatro Irmãos, em abril de 1913, deve-se à intensa propaganda realizada pelas companhias colonizadoras, inclusive a ICA. Em seu belo livro, “Numa clara manhã de abril”, Marcos Iolovitch (1987, p. 9) nos conta a propaganda feita pela ICA no território russo.

...numa clara manhã de abril de 19...quando a estepe começara a reverdecer à entrada alegre da primavera, apareceram espalhados, em Zagradowka, pequena e risonha aldeia russa, da província de Kersan, lindíssimos prospectos, com ilustrações coloridas, descrevendo a excelência do clima, a fertilidade da terra, a riqueza e a variedade da fauna, a beleza e a exuberância da flora, dum vasto e longínquo país da América, denominado – Brasil – onde uma empresa colonizadora judaica intitulada ‘Jewish Colonization Association’, mais conhecida por ICA, proprietária duma grande área de terras, duma fazenda chamada ‘Quatro Irmãos’, situada no município de Boa Vista do Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, oferecia colônias, mediante vantajosas propostas, a quem se quisesse tornar lavrador.

A narrativa feita por Iolovitch de que no país chamado Brasil, existia terra em abundância à espera dos imigrantes, é corroborada pelos estudiosos das Políticas Imigratórias implementadas pelo governo Imperial e posteriormente pelo Republicano. Petrone (1982) nos diz que os imigrantes eram atraídos pelas ideias amplamente difundidas nos países de emigração, de que, no Brasil, havia facilidade de acesso à terra, terras abundantes, trabalho não muito árduo e enriquecimento fácil. O sonho de “Fazer a América” também foi um dos responsáveis pela vinda dos imigrantes israelitas, além, é claro, da busca de uma vida livre de violências.

O afluxo de imigrantes a Quatro Irmãos nos primeiros cinco anos de sua instalação é intenso. Não apenas o de chegada, mas o do abandono da Fazenda Quatro Irmãos verifica-se igualmente intenso. No ano de 1917, a corrente imigratória sofre quase que uma estagnação total. Consequentemente, o número de assentamento de imigrantes é extremamente reduzido. Desta forma, quando, em 1923, a Revolução atinge a Fazenda Quatro Irmãos, esta encontrava-se praticamente despovoada.



Figura 3. Rua principal de Quatro Irmãos.
Fonte: Museu Judaico de Porto Alegre/ ICJMC.

A FAZENDA QUATRO IRMÃOS E A REVOLUÇÃO DE 1923

A Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul, foi desencadeada pela eleição de Borges de Medeiros pela quinta vez consecutiva, o que fez com que os oposicionistas, liderados por Assis Brasil, alegassem fraude. Eles armaram-se contra o governo estadual, por meio de uma série de levantes regionais, e desejavam, também a revisão da Constituição Estadual – que permitia reeleições consecutivas dos governantes.

O território da Fazenda esteve diretamente envolvido no conflito, uma vez que se situava próximo à ferrovia. O que constituía, no dizer de Stump e Ranzolin,

Passagem obrigatória do Norte para outras regiões do Estado, por onde acamparam e transitaram tropas, quer legalistas, quer revolucionárias, ferindo-se mesmo no território, ora ocupado pelo município de Getúlio Vargas, onde houve o mais cruento combate desta região. (Stump, Ranzolin, s/d, p.46).

Diante do argumento de que a Revolução de 1923 teria sido uma das responsáveis pelo fracasso da colonização judaica na Fazenda Quatro Irmãos, concordamos com Jeffrey Lesser, (1989, p. 63) quando diz que foi o “golpe final”. Isso porque, no ano de 1922 os israelitas lá residentes encontravam-se em crise. Solicitaram à direção da Companhia que permitisse o abate das árvores existentes em seus lotes e que a anuidade de 1922, fosse perdoada, uma vez que a colheita fora ínfima.

Então, os saques e as requisições de alimentos e de animais feitas, quer seja por legalistas ou revolucionários, acentua a crise existente. Com o término do movimento revolucionário, os colonos foram retornando gradativamente à Colônia Quatro Irmãos. Em outubro, eles eram em 18 e, em novembro, - um mês antes da

assinatura do acordo de Pedras Altas, que põe fim à Revolução de 1923, – o número de agricultores presentes na Colônia era de 36, de um total de 55 imigrantes oficialmente instalados pela Jewish Colonization Association, que permaneciam na Colônia Agrícola de Quatro Irmãos no início de 1923 (Gritti, 1997, p. 68.). Muitos dos que abandonaram a Colônia em 1923/1924 não mais retornaram, estabelecendo-se nas cidades vizinhas para onde tinham se dirigido em busca de proteção. Outros foram para regiões mais distantes.

Não queremos minimizar as consequências negativas do movimento revolucionário de 1923, especialmente em relação a uma população que emigra fugindo de discriminações, preconceitos e violências. A síntese apresentada acima nos mostra que a mesma foi o “golpe final,” como nos diz Jeffrey Lesser.

O REPOVOAMENTO DA FAZENDA

Desde o momento em que a Jewish Colonization Association inicia o processo de ocupação da Fazenda Quatro Irmãos, isto em 1912, até 1925, quando a companhia decide repovoar a colônia com imigrantes judeus, a atividade de colonização tem se revelado deficitária. Com o objetivo de repovoar Quatro Irmãos, a Companhia cria dois novos núcleos populacionais nos 93.985 hectares de sua propriedade. Os núcleos Barão Hirsch e Baronesa Clara, este último em homenagem à esposa do Barão Hirsch, criados em 1926 e 1927, respectivamente. Nesses novos núcleos populacionais, são assentados imigrantes europeus, especificamente, lituanos e poloneses.

O fato de a Companhia preocupar-se com o repovoamento de seu latifúndio com israelitas, não significou que ela tenha se descuidado da venda de terrenos a não israelitas. Ao contrário isso se intensifica, porque avalia estar difícil a colonização em terras do Estado,

o que facilita a venda por parte das companhias privadas. Atividade essa que será constante e é um dos objetivos da Jewish, juntamente com a exploração florestal.



Figura 4. Escola na Colônia Agrícola Baronesa Clara. Fonte: Museu Judaico de Porto Alegre / ICJMC.

A esperada estabilidade populacional dos dois novos núcleos não se concretiza. Da mesma forma que os seus patrícios assentados anteriormente, o êxodo ocorre já no ano posterior à sua instalação. Muitas são as reclamações feitas pelos colonos, que, diante das dificuldades solicitam que a Companhia autorize a exploração da madeira existente em seu lote, com o que a Companhia não concorda. Um agravante da insatisfação vivenciada pelos colonos diz respeito à dívida para com a Jewish Colonization Association, que era totalmente desconhecida. Adão Voloch, em seu livro “O colono judeu-açu,” escreveu:

Todos os colonos imigrantes devem à ICA. Existe um contrato que quase ninguém conhece, e os Diretores pouco falam disso. A Diretoria e a fiscalização são para resolver problemas imediatos, locais como relacionamento com as instituições governamentais. Porém, os colonos judeus não sabem nada disso, são os mais jovens que se preocupam (Voloch, s/d, p. 46).

A EXPLORAÇÃO FLORESTAL

A atividade dominante nos 93.985 hectares de propriedade da Jewish Colonization Association, na Fazenda Quatro Irmãos, foi a exploração florestal de seus domínios. Logo após a compra do latifúndio, isto é, nos anos de 1910 e 1911, diferentes pessoas (quatro em 1911) são convidadas a avaliar a floresta existente na Fazenda, aliada ao fato de que a direção local da Companhia devia ficar atenta às notícias quanto à navegabilidade dos rios, com o objetivo de exportar aos países vizinhos Argentina e Uruguai. Para tanto, a ICA criou toda a infraestrutura necessária, construindo um ramal férreo, em uma extensão de dezenove quilômetros, ligando a Fazenda à linha da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. A construção inicia-se em 1912, e as atividades são encerradas em 1958, quando a exploração florestal da Fazenda se esgota.

A ICA assina um acordo de tráfego mútuo com a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, sob a administração da Compagnie Auxiliare de Chemins du Fer au Brésil, de capital belga, cujo presidente era Franz Philipson, que também era vice presidente da Jewish Colonization Association. Dessa forma, a Jewish não enfrentou dificuldade no transporte da madeira, o que não aconteceu com os madeireiros da região, como nos anos de 1923/24 e de 1942 por exemplo, quando a madeira desses madeireiros apodrecia à espera

de transporte. Os períodos de crise no transporte de madeira eram os mais lucrativos para a ICA, que elevava o preço do transporte, uma vez que dispunha de vagões que trafegavam sobre os trilhos da V.F.R.G.S (Gritti, 1997).

Importante destacar que ao colono israelita não era permitida a exploração da madeira existente em seu lote, uma vez que a extração dessa madeira era direito da Companhia. Da mesma forma, a ICA só vendia os terrenos aos não judeus após a exploração da madeira, via arrendamento aos madeireiros, que, por sua vez, deviam transportar toda madeira extraída pelos vagões da Companhia. À medida que a exploração florestal se esgotava, o movimento sobre o ramal férreo reduzia sua intensidade. O ramal, que tem sua construção iniciada em 1912, encerra suas atividades em 1958, com o final da exploração florestal nos 93.985 hectares do latifúndio de Quatro Irmãos. Nesse ano, o número de vagões da ICA que transitavam no ramal eram 46, sendo 38 de propriedade da Companhia e 8 arrendados da firma Brandalize e Dall'Agnol e Cia.

Quando dos debates levados a efeito na Assembleia Legislativa, em 1948/49, ocasionados pela invasão da Fazenda, e quando da proposta de desapropriação dela, o deputado José Diogo Brochado da Rocha denunciou que, durante o período em que fora diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, de 1944 a 1945, o ramal férreo da ICA era utilizado pela Companhia para o tráfico de madeira, valendo-se do contrato de Tráfego Mútuo realizado com a Viação Férrea. Denunciava o deputado:

Essa linha férrea era autorizada para fazer o câmbio negro dos vagões de madeira. Eles carregavam na linha da Viação Férrea com destino à primeira estação de seu ramal e, depois, redespachavam em tráfego mútuo os seus vagões para todos os lugares do RS.

Foi preciso que quando fui diretor da Viação Férrea, se proibisse a remessa de madeira para essa região, que não é importadora, mas exportadora de madeira, para impedir que continuasse essa Companhia, a fazer câmbio negro de vagões de madeira, sacrificando a economia do RS. (Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1949, p.135).

Durante o período de atuação da ICA na atividade de exploração florestal, várias foram as denúncias feitas, argumentando que ela explorava a mata existente e não se preocupava com o reflorestamento. Em 1951, a ICA é acusada de estar desmatando indiscriminadamente pelo representante do Partido Trabalhista da Vila Campinas, Distrito de Quatro Irmãos, ao governador Ernesto Dorneles.

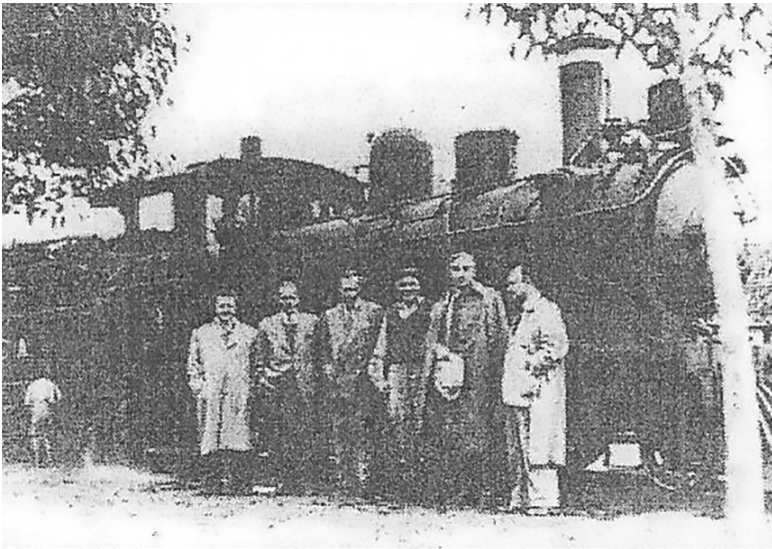


Figura 5. Trem da ICA em 1917. Fonte: Museu Judaico de Porto Alegre / ICJMC.

A denúncia apresentada é contestada pelo Delegado Florestal do Rio Grande do Sul, que diz ser “lamentável que mais uma vez a

ICA esteja sendo molestada com expediente desta natureza, quando é sabido que é uma das poucas que cumprem as suas obrigações com o Serviço Florestal” (Roessler, 1951).

A Jewish toma conhecimento por meio do Delegado Florestal da denúncia feita contra ela. Ele além da cópia da denúncia entregue ao governador, envia para a administração de Quatro Irmãos a resposta ao pedido de informações que apresentará ao governador do Estado, “[...] que a empresa requereu, regular e anualmente, ao Serviço Florestal, licenças para derrubar os pinheiros de sua exploração, tendo inicialmente reflorestado com eucaliptos, proporção exigida”, fazendo ainda experiências com essências nobres e pinheiros, passando, desde 1948, a plantar essencialmente o pinheiro, na proporção de 5 mudas para cada árvore abatida acima de 40 cm de diâmetro.

A ICA está perfeitamente enquadrada nos dispositivos do Código Florestal, estando as suas obrigações de reflorestamento em dia, conforme foi verificado pessoalmente pelo signatário deste em diversas diligências de vistorias procedidas na Fazenda Quatro Irmãos (Roessler, 1951).

Apesar de o delegado Florestal afirmar que a ICA repovoava as áreas desmatadas com o plantio de novas árvores e que ela passou “desde 1948, a plantar essencialmente pinheiro”, os resultados do reflorestamento, em 1959, diferem totalmente do apregoado. É a própria Companhia que avalia o resultado do reflorestamento em substituição aos pinheiros abatidos, dizendo:

“Como resultado do reflorestamento, temos atualmente uma área de aproximadamente 200 hectares com plantio de eucalipto, cuja idade varia entre um e dez anos. Esta área de terra está incluída nas nossas reservas. Infelizmente, este eucalipto não tem valor

comercial maior do que se fosse apenas considerado o valor da terra. Este plantio de eucaliptos foi uma consequência do compromisso de reflorestamento a que estávamos sujeitos por lei” (ICA, 1959).

Por toda trajetória da ICA, no meio século em que atuou em Quatro Irmãos, podemos afirmar que ela não se preocupou com a reposição dos pinheiros abatidos em seus domínios. Um longo período de exploração florestal, exatamente no período da enorme valorização da madeira, possibilitou que a Companhia acumulasse enormes dividendos. A atividade madeireira e a venda dos seus 93.985 hectares foram as atividades priorizadas pela ICA, uma vez que, em todo o período assentou apenas 453 colonos e, a partir de 1930, decide encerrar sua atividade de instalação de colonos judeus permanecendo na Fazenda até o esgotamento da reserva florestal.



Figura 6. Serraria de Quatro Irmãos. Fonte: Museu Judaico de Porto Alegre / ICJMC.

AS CONSTANTES INVASÕES DA FAZENDA

Preocupação constante por parte da Jewish Colonization Association foi com a segurança dos seus domínios. As ocupações, ou invasões, como definia a Companhia, foram constantes, praticamente perenes, apesar da vigilância permanente durante o meio século de presença da Jewish na Fazenda Quatro Irmãos.

Sempre atenta aos rumores de ocupação de seu latifúndio, a ICA, publica no jornal O Nacional de Passo Fundo, em novembro de 1927 o anúncio seguinte:

“Chegando ao nosso conhecimento que certos indivíduos, instigados por terceiros, pretendem invadir a Fazenda de Quatro Irmãos, estabelecendo posses clandestinas, levamos ao conhecimento público que faremos no caso aplicação do artigo 502 do Código Civil que diz: ‘o possuidor turbado, ou esbulhado poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo’. Prevenimos mais que nas zonas ameaçadas se encontram empregados nossos encarregados de evitar a invasão”.

Apesar de a vigilância as intrusões caracterizam-se pela constância e perenidade. O período de maior preocupação com as intrusões foi o de 1948/1950, pois além de o número de invasores ser superior às anteriores, o debate chega até a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e, além da discussão em torno dos objetivos da Companhia, que fora declarada de utilidade pública quando de sua autorização para atuar no Estado, discute-se a possibilidade de desapropriação da Fazenda.

A Companhia vem se recusando sistematicamente a vender lotes coloniais, caracterizando assim, seu propósito de manter a área intacta para valorizá-la com as obras executadas pelo Estado e com o trabalho dos Rio-Grandenses, de forma a reverter, integralmente, em seu benefício essa valorização: “Em consequência da dificuldade de obter terra, é contínuo o êxodo de agricultores para os estados e países vizinhos, quando há, na aludida área, terras em que poderiam ser localizados” (Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1948).

A desapropriação da área intrusada que pertencia ao município de Getúlio Vargas não se concretiza, pois, a comissão responsável pelo estudo da possibilidade de desapropriação chega à conclusão de que o alto valor da terra no local, somado às custas, oneraria demasiadamente o Estado. Além disso, argumenta que abrir-se-ia um perigoso precedente, o de que, da noite para o dia, novas áreas fossem ocupadas para forçar o Governo do Estado a novas desapropriações (Idem, p. 1142).

A solução proposta pela comissão foi a da venda direta dos lotes pela Jewish Colonization Association, pois, dessa forma, tornaria mais ágil o processo e menos oneroso ao Estado. A Companhia devia medir, demarcar e vender toda a área aproveitável e disponível aos atuais ocupantes, sob condições razoáveis de preços e prazos, aos que tivessem condições financeiras ou credenciais para garantir o pagamento.

Aos que não dispusessem de meios para o pagamento da terra, o Estado deveria providenciar a locomoção e a disponibilização de uma área de não mais do que cinco alqueires, sob cláusula de permanência ou inalienabilidade. Em torno de 70 famílias foram instaladas em terras do Estado em diversos municípios e, aproximadamente, 100 famílias ficaram desabrigadas. O Governo do Estado somente

vai em busca de terras para assentá-las após pressão realizada pelos deputados representantes da região e integrantes da Assembleia os quais participaram ativamente das discussões (Gritti, 1997).

Como dito anteriormente, o Diário de Notícias publica amplamente a intrusão da Fazenda, de 1948/1950, juntamente com os debates desencadeados na Assembleia Legislativa. O jornal, decididamente e sistematicamente, defende o direito de propriedade da Companhia Colonizadora. A luta por um pedaço de terra por parte dos ocupantes da propriedade da Jewish é comparada aos integrantes de Canudos e da Guerra do Contestado. Na capa do referido noticiário, expunham fotos dos ocupantes com manchetes extremamente depreciativas. As chamadas diziam respeito a “Canudos em embrião” ou “Como se forma um Contestado”, como é possível visualizar nas imagens aqui apresentadas. As imagens eram acompanhadas de longos textos, cujo teor é demonstrado nas duas citações a seguir,



Figura 8. Como se forma um “Contestado”. Fonte: *Diário de Notícias*, jun. 1949.



Figura 9. Cumprindo as finalidades da imprensa moderna. Fonte: Diário de Notícias, jun. 1949.

“Valhacoutos de malandros, vadios e até foragidos da justiça, põe em sobressalto a zona do planalto médio-Derrubadas e queimadas criminosas de pinheiros, para plantar milho e feijão – José da Rosa Sutil, vulgo ‘capitão Belo’ é o chefe absoluto dos perigosos intrusos, e cobra ‘taxas de localização’ aos candidatos -Carpinteiros, açougueiros, pedreiros, e até um professor, entre os intrusos -De como a notícia da desapropriação da ‘Fazenda Quatro Irmãos’, provocou uma corrida para o arroio Facão e negociatas altamente rendosas - Serrarias invadidas e depredadas pelos intrusos-Daqui só sairemos pela força.....declara o ‘capitão Belo’.

De posse da terra, ficariam na situação de aprendizes de feiticheiro, sem saberem o que fazer com o que lhes foi colocado às mãos. Doentes, carcomidos pela sífilis, viciados no álcool e amolentados na ociosidade, não têm disposição e aptidão para o trabalho. O

melhor para estes homens, excetuados os ‘profiteurs’ e os delinquentes, seriam colônias agrícolas onde se tornasse possível readaptá-los e trazê-los ao trabalho fecundo, ordeiro, sistemático.”

Após as várias reportagens a fim de informar seus leitores sobre a situação na área intrusada de propriedade da ICA, o jornal assume participação no desfecho final da ocupação da Fazenda Quatro Irmãos, como nos mostra a manchete de capa do *Diário de Notícias*.

Na reportagem, auto elogiosa, lemos:

“As reportagens do DIÁRIO DE NOTÍCIAS sobre a tensa situação existente na Serra do Facão constituíram fator decisivo na solução do caso. Lida aos chefes dos intrusos reunidos em assembleia no arraial do ‘capitão Belo’, os nossos repórteres persuadiram os mais cordatos a se retirarem do local para as terras que lhes foram oferecidas pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Agricultura nos municípios de Iraí e Três Passos. Com a defecção da massa dos intrusos e de muitos dos lugares-tenentes de José da Rosa Sutil, partiu-se a espinha dorsal da organização armada que o ‘capitão Belo’ criara a fim de oferecer resistência cruenta às autoridades incumbidas de executarem a sentença de despejo.

E assim, à madrugada de quinta-feira última, o destacamento da Brigada Militar enviado ao local, sob o comando do tenente Aquino, estendeu um círculo de aço em torno do arraial do ‘capitão Belo’ e seus principais asseclas, de vez que os demais já haviam voltado à razão, em consequência das reportagens do DIÁRIO DE NOTÍCIAS, que lhes haviam sido lidas. Isolados da influência subversiva do ‘capitão Belo’, os demais intrusos retiraram-se entre demonstrações de alegria, pois teve lugar uma confraternização entre os ‘sequestras’ e os dirigentes da ICA, sob os auspícios do DIÁRIO DE NOTÍCIAS.”

A imprensa cumprindo seu papel, o de informar, tomar partido e contribuir para o processo de pacificação e harmonização dos diferentes grupos sociais.

CONCLUINDO

O breve texto aqui apresentado traz elementos para a discussão em torno do papel das Companhias Colonizadoras partícipes do processo de imigração e colonização do território gaúcho e, no caso, do norte gaúcho. Aqui nos detivemos no estudo da Jewish Colonization Association, colonizadora responsável pelo assentamento no estudo imigrantes judeus, no início do século XX, na Fazenda Quatro Irmãos. O que podemos dizer, a partir das pesquisas realizadas nos documentos da Companhia Colonizadora e sinteticamente aqui apresentados, é que o assentamento de colonos judeus no latifúndio da Jewish não obteve êxito porque por que a Companhia não se preocupou com os imigrantes lá assentados.

O objetivo primeiro da ICA foi o da exploração florestal e a venda dos 93.985 hectares de sua propriedade. Para tal atividade, construiu toda a infraestrutura necessária. A ICA desmatou a área florestada com araucária e despreocupou-se com o replantio. Diante disso, foi constantemente denunciada, mas sempre restou isenta de culpa. Da mesma forma, foi exitosa diante das constantes ocupações de seu latifúndio. A atuação da Jewish Colonization Association durante o meio século de permanência em Quatro Irmãos não corresponde aos objetivos de uma Companhia que, em seus estatutos, definia-se como filantrópica.

REFERÊNCIAS

ANAIS da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 1948,1949,1952,1957. Biblioteca da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Ofício n. 3689 de 30 de junho de 1951, do Ministério da Agricultura - Serviço Florestal de São Leopoldo, ao Sr.Herbert Schall,da administração da ICA de Quatro Irmãos. Cx 17, M 3, AHJB-SP.

GOMES, Manoel Antonio. *A ancestralidade das campinas*. 2021, Ebook.

GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração Judaica no Rio Grande do Sul: A Jewish Coloniation Association e a Colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

IOLOVITCH, Marco. *Numa Clara manhã de Abril*. 2 ed. Porto Alegre, Movimento,1987.

JORNAL Diário de Notícias. Porto Alegre, junho 1949. AHMJMIF-Erechim.

ROESLLER, Henrique. Ofício n.3688 do Delegado Florestal do RS, Henrique L. Roesller, ao Ilmo Sr. Diretor da Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria da Agricultura. Porto Alegre. Cx 17, M3, AHJB-SP.

VOLOCH, Adão. *O Colono judeu-açu* – o romance da colônia Quatro Irmãos-RS. São Paulo: Editora Novos Rumos, s/d.

A estrutura ferroviária e a dinâmica econômica de Passo Fundo (1898–1960)¹

JOÃO CARLOS TEDESCO

A estruturação ferroviária expressava o que tinha de mais avançado em termos técnicos de mobilidade geográfica no Brasil em meados do século XIX até a metade do século XX, quando da inserção maior do caminhão e da malha rodoviária. O trem, quando foi implantado na província, na segunda metade do século XIX, já vinha se desenvolvendo em algumas regiões do país e já era bastante usado e comum em várias partes do mundo, em particular, na Europa Central e no norte do continente americano. Com isso, tanto o Brasil,

¹ O presente texto serviu de base para nossa participação no evento denominado “Capítulos da História de Passo Fundo”, dimensão econômica, promovido pelo PPGH/UPF. Ele é uma síntese de estudos que já desenvolvemos sobre o tema. Foram feitas apenas pequenas modificações; não tivemos tempo de elaborar algo inédito. Muitas das ideias desenvolvidas estão nas seguintes publicações: TEDESCO, J. C.; SANDER, R. *Madeiros, comerciantes e granjeiros*. Porto Alegre/Passo Fundo: EST/UPF Editora, 2005, 2ª ed.; TEDESCO, J. C. *A gare e o trem em Passo Fundo: sinergias econômicas – 1898-1978*. Porto Alegre: EST Edições, 2015; Agradecemos ao prof. Roberto Sander por nos permitir reescrever algumas passagens de nossas produções anteriores.

quanto, e particular, o norte do Rio Grande do Sul, inseriu-se num horizonte socioeconômico expressivo de modernização e progresso, além de facilitar aspectos relacionados ao campo bélico, de defesa nacional e controle de fronteira (dimensão geopolítica). Sua presença estaria otimizando múltiplos fatores.

Para o nosso recorte temporal e temático, não há dúvidas de que a existência da malha ferroviária em regiões específicas ampliava suas possibilidades de crescimento econômico e populacional, valorização fundiária, bem como poderia desenvolver uma sociabilidade que transcendia o âmbito local/regional em razão dos trânsitos de pessoas, dos contatos e interações. Desse modo, múltiplos universos relacionais se imbricavam com o trem.

No Rio Grande do Sul, a primeira ferrovia foi inaugurada em 1874, a qual ligava Porto Alegre a São Leopoldo; ela foi construída e explorada por uma empresa inglesa (*New Hamburg Railway Company Limited*) e tinha uma extensão de 33 km. A que recortou o centro-norte do Rio Grande do Sul foi idealizada e iniciada na última década do século XIX; chegou em Passo Fundo no início de 1898 e foi um acontecimento impar, talvez, um dos maiores de sua história nestes 165 anos. A sua importância se deu pelo fato de que a referida prometia trazer consigo grandes transformações que demonstrariam ser fundamental para a fisionomia econômica, social e cultural da região, bem como redefinir e reconfigurar a vida urbana de Passo Fundo.

Para o trecho de Passo Fundo, em 09 de junho de 1890 foi assinado o decreto de concessão. A companhia belga, *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésilien*, ficou com a construção, uso e aproveitamento do trecho entre Santa Maria e Cruz Alta, de 160 km. Em 1893, a Companhia União Industrial renegociou o trecho Cruz Alta - Itararé com a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande.

Em 1894, essa empresa repassou a uma subsidiária, à *Sud-Ouest Brésilien*, o trecho entre Cruz Alta e o rio Uruguai. Em 20 de novembro de 1894, foi inaugurado o primeiro trecho com 160 km entre Santa Maria e Cruz Alta e, em fevereiro de 1898, o trem chegou em Passo Fundo com um total de 355 km de estrada já constituída. Em Passo Fundo, o trem transportou pessoas de 1898 até 1982. Ele recortou várias regiões do estado e ligou múltiplos universos para além desse, constituiu um amplo contingente de trabalhadores e traçados que deixaram vestígios na paisagem urbana e rural regional.

A estação da Gare foi desativada em 1978, porém, houve a sequência de outro trem, não mais de passageiros. Outra estação ferroviária foi construída, mais na periferia de Passo Fundo e o trem não passava mais pelo centro da cidade. Em 1978 foi inaugurada outra ferrovia (LS 35 – Ferrovia do Trigo), que ligava Passo Fundo a Porto Alegre. Os trens em Passo Fundo transportaram passageiros até 1982. Posteriormente, esse processo foi desativado e os trens transportaram somente cargas. A rede toda foi privatizada em 1997 e assumida pela América Latina Logística. Mas esse é outro assunto que não cabe aqui para nosso recorte temporal e objetivos.

Para o presente texto, fruto do Ciclo de Debates sobre “Capítulos da História de Passo Fundo”, buscamos unicamente, de uma forma sintética, fazer uma revisão de literatura sobre o tema, bem como ilustrarmos com algumas imagens que conseguimos obter e outras de maior domínio e conhecimento social (por estarem já em outros trabalhos ou em sites sobre fotografias antigas de Passo Fundo).²

² Em particular, as fotos postadas pela página do Facebook *Fotos Antigas de Passo Fundo*. Disponível em: Fonte: <https://www.facebook.com/FotosAntigasDePassoFundo>.



Figura 1. Oficina de manutenção e depósito de locomotivas na Estação de Passo Fundo, em 1927. Fonte: Acervo digital do IHPE.

OS VENTOS DA MODERNIDADE ECONÔMICO-SOCIAL

Em meados do século XIX, o trem na Europa estava nascendo como a grande expressão das transformações que a Revolução Industrial nascente produzia; ele foi uma das grandes invenções da referida revolução, como expressão da força motriz movida a vapor, da evolução das descobertas da engenharia mecânica e dos interesses de vários expoentes do capital que buscavam otimizar os produtos e os investimentos no setor. Ele expressaria, na prática, o que se idealizava, em termos simbólicos, como modernidade, pois dimensionava movimento no espaço mais rápido, dinâmica das trocas de mercadorias, uso de fatores técnicos, mobilidade territorial de pessoas e mercadorias, intercâmbios regionais etc.

O Brasil, na segunda metade do século XIX, ou seja, em algumas décadas depois do trem já ter se tornado um grande meio de

mobilidade no espaço, também se insere nesse universo, com grandes projetos ferroviários em São Paulo, Minas Gerais e no Rio de Janeiro. A figura central nesse setor em nível de país foi Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. O esforço e iniciativa no sentido de colocar o Brasil na esfera moderna em termos econômicos e infraestruturais fizeram desse banqueiro, industrial e acionista de grandes empresas ferroviárias e de navegação, um homem ousado para a época e para o espírito econômico-português e católico vigente no país (Caldeira, 1995).

No Rio Grande do Sul, como já mencionamos, a rede ferroviária se instala na segunda metade do século XX (1874), como fruto de um plano para implantação de estradas de ferro para auxiliar nas questões ligadas aos controles de fronteiras, transporte de tropas e de material bélico, bem como de ocupação de regiões e de viabilização da produção e transporte agrícola. Trata-se do projeto apresentado em outubro de 1872 pelo engenheiro J. Ewbank da Câmara, o qual foi submetido à apreciação do governo imperial. O referido projeto tornou-se o embrião de uma estrutura ferroviária que se desenvolveu por várias regiões da província e, posteriormente, do estado sulino, bem como em outros estados do país (Dias, 1986).

Com as possibilidades reais do projeto ferroviário na província, vários grupos mobilizaram-se para pressionar o presidente da província no sentido de viabilizar traçados e redes de via férrea nos territórios pretendidos, dentre esses sujeitos estavam estancieiros, grandes proprietários de terra, charqueadores, madeireiros, comerciantes, militares, colonizadoras, pequenos industriais, dentre outros. Fato esse que demonstrava a importância do trem, sua sinergia com outros setores e sua expressão social e o desejo de sua presença nos solos do Brasil Meridional.

Questões eram colocadas à mesa por políticos, engenheiros,

militares, representantes econômicos de determinadas regiões, muitos desses imbuídos da filosofia positivista de cunho centralizador em termos de governança, devotos de uma ação política normatizadora e de controle social, bem como progressista, como expressão do avanço da ciência e da técnica. O trem, na realidade incorporaria uma boa parte dessa filosofia política. Mas, havia um problema: os governos não possuíam capital necessário para implementar uma estrutura de rede ferroviária. Nesse sentido, a busca pelo capital internacional se mostrava inevitável, bem como as concessões que, em tese, tirariam das mãos do gestor público o controle e o gerenciamento do processo.

Os interesses dos grandes pecuaristas, charqueadores (esses últimos profundamente ligados ao capital inglês) e comerciantes da região colonial produtora de alimentos estavam, em grande parte, em correlação com a possibilidade de traçados dos caminhos de ferro em suas atividades econômicas. Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Cruz Alta, Uruguaiana, Passo Fundo, Santa Maria e Caxias, aos poucos, foram se tornando pólos fornecedores do escoamento da agropecuária e do extrativismo rio-grandense em direção a centros mais expoentes. E, foi nessas regiões, sob as influências de representantes do capital comercial e industrial nascente, que a malha ferroviária foi mais intensa.

E os ventos da modernidade sopraram fortes na Província sulina. A primeira ferrovia rio-grandense foi inaugurada em 1874 - Porto Alegre a São Leopoldo - ligando a capital à região colonial alemã, e tendo grande importância no escoamento de alimentos, ou seja, dentro dessa nova visão de economia para a província. Alguns anos após, concessões de ferrovias foram entregues ao capital estrangeiro pelas oligarquias políticas liberais (sobretudo no grande período de governo de Borges de Medeiros nas primeiras décadas do século XX).

A partir de 1874, o governo autorizara a construção de uma estrada de ferro ligando o litoral e a capital com suas fronteiras: Porto Alegre a Uruguaiana e Rio Grande a Alegrete, transformada, posteriormente, em Rio Grande a Bagé; em 1889, autorizara a construção de linha que partia de Itararé (SP) até Santa Maria (RS); em 1891, foram aprovados os estudos para a construção do trecho Santa Maria – Cruz Alta – Passo Fundo – Marcelino Ramos e rio Uruguai, o que permitiu uma ligação direta com a rede férrea Santa Catarina - Paraná – São Paulo (Itararé). Posteriormente, foram sendo ampliados novos trechos e ramais tais como Rio dos Sinos – Monte Negro – Caxias – Carlos Barbosa – Bento Gonçalves. Os ramais de Santa Cruz do Sul, Quaraí, Dom Pedrito, Santa Rosa, São Borja, Jaguarão, Santiago e outros, no seu conjunto, constituíram a Rede Ferroviária do Rio Grande do Sul, a qual fazia ligação com o norte do país, com o Uruguai, em Livramento e Jaguarão e com a República Argentina em Passo de Los Libres.

Porém, conforme alguns analistas, a referida não ocorreu como se esperava, ou seja, como grande promotora de processos industriais. A ferrovia dinamizou, sim, o comércio, a mobilidade espacial da população, mas induziu incipientes espaços de industrialização nas primeiras décadas do século XX (Fonseca, 1983; Pesavento, 1980).

Em meio às dificuldades financeiras e aos conflitos pela localização dos traçados, a expansão das relações mercantis do Sul do Brasil levou a que o castilhismo-borgismo, de concepção positivista, melhorasse os meios de transportes no estado (Singer, 1973). Segundo Salim Buaes,³ foi o projeto de E. Câmara que saiu vitorioso em praticamente todas as propostas de traçado ferroviário, deixando

³ Escritos compilados de Salim Buaes guardados no Museu Histórico Regional de Passo Fundo, fl. 36. Ver, também, Paulo Ziegler e Ricardo Russo. *Até o último rincão. A história do transporte rodoviário de cargas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Fotoletras, 1989.

claro que o Rio Grande do Sul foi uma das províncias e, posteriormente, dos estados, em que mais se desenvolveu a malha ferroviária, conseguindo combinar a questão bélica/fronteiriça e de transporte de tropas militares com a econômica/mercantil.

Em meio às dificuldades financeiras e aos conflitos pela localização dos traçados, a expansão das relações mercantis do Sul do Brasil levou a que o castilhismo-borgismo, de concepção positivista, melhorasse os meios de transportes no estado (Singer, 1973). Segundo Salim Buaes,⁴ foi o projeto de E. Câmara que saiu vitorioso em praticamente todas as propostas de traçado ferroviário, deixando claro que o Rio Grande do Sul foi uma das províncias e, posteriormente, dos estados, em que mais se desenvolveu a malha ferroviária, conseguindo combinar a questão bélica/fronteiriça e de transporte de tropas militares com a econômica/mercantil.

O TREM NO CENTRO-NORTE DO ESTADO

Como já foi mencionado, o trem, passando por Passo Fundo, foi produto de um amplo e arrojado projeto que objetivava ligar o estado sulista ao centro do país, no caso, São Paulo, mas que estaria em conexão com outras redes que se ligariam e cobririam vários territórios do Sul do Brasil, em particular, com regiões de fronteira com Argentina e Uruguai. O referido trajeto, arrojado pela imensa extensão, foi pensado logo após a Proclamação da República com intenção, justamente, de produzir essa unidade federativa interligada por vias de comunicação e de transporte militar e de produtos. Como aludimos, em 1891, foi aprovado o projeto que ligaria Santa

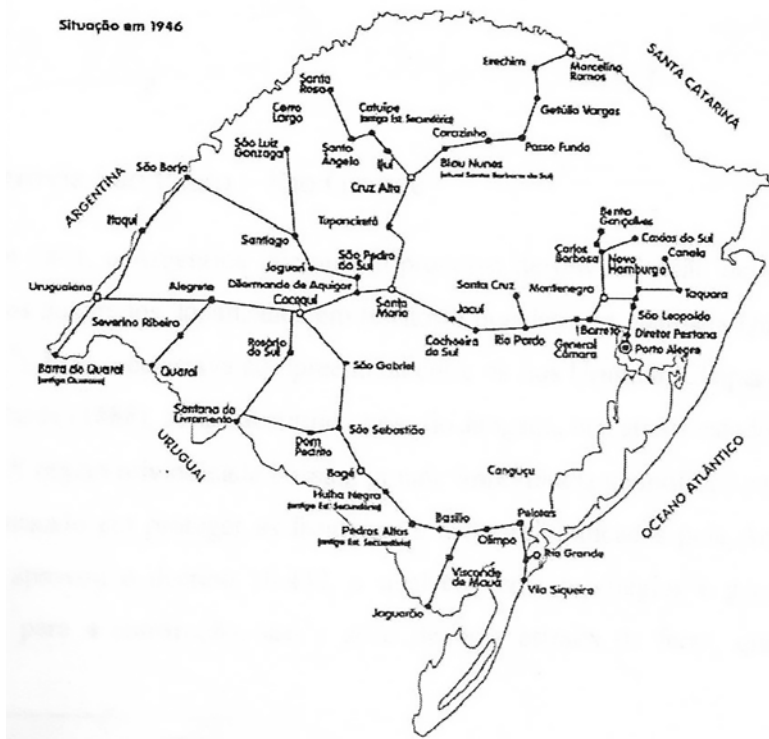
⁴ Escritos compilados de Salim Buaes guardados no Museu Histórico Regional de Passo Fundo, fl. 36. Ver, também, Paulo Ziegler e Ricardo Russo. *Até o último rincão. A história do transporte rodoviário de cargas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Foletras, 1989.

Maria (centro do estado) a Itararé (sul de São Paulo). A ideia era, também, transformar Santa Maria num centro ferroviário que pudesse ligar traçados com Uruguaiana – Argentina, bem como com a capital, Porto Alegre, e, dessa, para a região colonial. Com isso, grande parte do estado seria recortada pela estrutura ferroviária.

No interior do estado, esse projeto permitia ligar três centros expoentes em termos políticos e econômicos, ou seja, Santa Maria, Cruz Alta e Passo Fundo e, com isso, resolver o grave problema dos transportes de produtos em mercados consumidores expoentes, fato esse que representava um grande gargalo no crescimento econômico das regiões mais distantes dos centros maiores (Wentz, 2004).



Mapa 1. Estrutura ferroviária no RS em 1910. Fonte: IPHAERS. Inventário das estações: 1874-1959. Porto Alegre: Palotti, 2002 *apud* LOPES, A. *Orgulho Ferroviário: a construção da profissão ferroviária no Norte do RS – 1957-1997*. Dissertação de Mestrado em História – PPGH/UPF, Passo Fundo, 2015, p. 25.



Mapa 2. Estrutura ferroviária no RS em 1946. Fonte: IPHAERS. Inventário das estações: 1874-1959. Porto Alegre: Palotti, 2002. VFRGS. Esboço da carta geográfica do estado do RS – 1947; apud LOPES, A. *Orgulho ferroviário...*, p. 25.

Delma Gehm é quem pincela algumas linhas nesse sentido, dizendo que,

[...] em 1880, aqui aportou, vindo de Santa Maria da Boca do Monte, a Comissão encarregada dos estudos definitivos do traçado da ferrovia, que, passando por Passo Fundo (vindo de Santa Maria), faria a ligação do Rio Grande do Sul a São Paulo. O primeiro concessionário foi o Dr. João Teixeira Soares que, por motivo de alterações e transferências de contrato lavrado com a mesma pessoa, passou à car-

go da Compagnie des Chemins de Fer Sud Ouest Brésilien, no trecho compreendido de Santa Maria a Cruz Alta e, da Companhia União Industrial dos Estados do Brasil, de Cruz Alta a Itararé (São Paulo), passando por Passo Fundo (Gehm, 1982, p. 36).

A empresa que recebeu a concessão para a construção de grande parte do referido traçado foi uma belga, ou seja, a *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésilien*. A referida empresa fazia parte de um grupo maior de grande atuação na Europa, a *Compagnie Générale des Chemins de Fer Secondaire*, com sede em Bruxelas. Essa concessão representava um negócio altamente lucrativo para a referida empresa, pois além da concessão para operar as linhas que construía, recebia terras nas beiras dos traçados, cobrava altos juros de seu desembolso por quilômetros de estrada junto à esfera pública, portanto, era um grande e rentável capital investido.

Em termos econômicos, segundo Dias, esse traçado seria necessário para, também, diversificar a pauta de mercadorias, em particular, a madeira, a qual era abundante no novo território de passagem do trem.

“No começo do século, dois terços da superfície dessas terras estavam cobertas por matas, funcionando ali várias serrarias e exploravam a madeira, enviando-a para o porto de Rio Grande e as cidades fronteiriças. Outra atividade importante era extração da erva-mate feita em larga escala, transformando o produto no mesmo local e exportando-o inclusive para as repúblicas platinas” (Dias (1986, p. 151).

Antonino Xavier, grande estudioso da realidade socioeconômica da região de Passo Fundo, relatou sobre a expoente economia da erva-mate e da madeira que, do centro-norte do Rio Grande

do Sul, poderiam ser exportadas para o rio da Prata. Ele relata que a ausência de meios de transportes estava sendo um ponto de estrangulamento para o desenvolvimento da região:

“Pacificado o Estado, a 23 de agosto de 1895, este feliz acontecimento favoreceu o prosseguimento da construção entre a mesma cidade e Passo Fundo, permitindo que em 31 de maio de 1897 a linha fosse inaugurada em Pinheiro Marcado, a 15 de novembro do mesmo ano em Carazinho, e finalmente a 8 de fevereiro de 1898 em Passo Fundo. Nos primeiros tempos do tráfego, o movimento de passageiros era tão exíguo que só um vagão, dividido ao meio, com folga, bastava para as duas classes deles, assim separadas; sendo também muito reduzido o de cargas, e com razão, pois que o município, além de até aí, por falta de boas vias de comunicação, por ter tido como fontes econômicas à pecuária, à indústria do mate e da lavoura, todas exercidas e a última se limitando ao consumo local”⁵

Continuando, a autora relata que, grandes festas, com discursos e banquetes foram promovidas para inaugurar a ferrovia, então com modesta estação. Iniciado o tráfego, um trem misto fazia o percurso, uma vez por semana, saindo de Passo Fundo às 7 h: 30 min. e chegando em Cruz Alta às 16h:40 min., com o mesmo horário para volta e ponto de almoço em Pinheiro Marcado. No período, a parada central do trem na cidade era em frente ao Hotel Internacional (conforme a Figura 2). Não havia a gare ainda e o aludido hotel, além de ser central, era a referência que expressaria a simbologia do trem em Passo Fundo.

⁵ Jornal *O Nacional*. Passo Fundo, maio/jun. 1931, p. 2 e 3, respectivamente.



Figura 2. Parada do trem antes da estação gare na esquina das atuais Avenida Brasil e 7 de Setembro, em frente ao Hotel Internacional, no início do século XX. Fonte: Acervo digital do IHPE.

Como vimos pela citação anterior, o trem chegou em Passo Fundo em fevereiro de 1898; foram necessários sete anos para construir em torno de 350 km de estrada de ferro ligando Santa Maria a Passo Fundo, tempo esse alongado também pelo fato de que as obras foram paradas e/ou reduzidas em razão dos conflitos bélicos que, entre 1893-95, fizeram-se presentes nas regiões do traçado.

O capital estrangeiro foi extremamente beneficiado nas concessões e nos contratos de exploração do setor ferroviário do Rio Grande do Sul. Além do monopólio da exploração, ficava isento de riscos, recebia juros sobre o capital investido por quilômetro (Wolff, 2005). Além disso, o governo não estava preparado para fiscalizar as obras; permitiu-se poder absoluto aos empreiteiros estrangeiros na moldagem da atividade, de modo que casos de acidentes por problemas infraestruturais, linhas mal construídas, reparações generalizadas na malha logo após seu término eram comuns, quando essas não tinham de ser completamente refeitas (Wentz, 2004).

Por motivos econômicos e políticos, em 1920, no seio da crise dos transportes, Borges de Medeiros encampou todas as linhas dos

trens rio-grandenses, com o que passou para o governo do estado a VFRGS, num processo esse que durou até o início da década de 60, quando houve a centralização do transporte ferroviário em nível federal. Com esse ato, o governo do estado colocou “na prática o princípio republicano positivista de que compete ao Estado exercer uma ação reguladora sobre tudo o que se relaciona com o interesse da coletividade” (Dias, 1986, p. 20 e 153). Porém, segundo alguns analistas, a situação teve uma incipiente melhora, malgrado o surgimento do caminhão, a criação do Departamento de Estradas de Rodagem em 1938, permitindo que novas modalidades de transporte começassem a surgir.



Figura 3. A Gare de Passo Fundo em 1926. Fonte: Baccin; Batistella, 2016, p. 191.

No âmbito econômico, nos primeiros anos, o trem transportava erva-mate, madeira, banha, trigo, milho, carnes, animais e outros produtos da economia agrícola. No entanto, a ferrovia cortou, abriu, percorreu e valorizou campos e matas com abundância de madeira de lei, necessária para a própria rede, para os colonos, para colonizadoras e comerciantes. Ao seu redor, esses últimos, estruturaram suas

vidas e seus estabelecimentos, valorizaram as terras, sendo as matas, aos poucos, substituídas pela agricultura de trigo e milho, com a consequente dinâmica da indústria moageira, da banha, da carne e do couro.

Havia, na época, a ideia de que a prosperidade de uma região estaria em poder escoar a produção. Assim, o sistema ferroviário seria fundamental neste sentido. Se a prosperidade de uma região agrícola estava ligada, sobretudo, à exportação de produtos compensadores, a estrada de ferro permitiu a elevação do nível de vida dos camponeses e comerciantes rurais do Planalto, que ela ligava ao resto do Rio Grande do Sul e aos principais mercados (Roche, 1969; Gregory, 1988).

De 1905 a 1920, a *Compagnie* recortou o estado e ligou parte do território gaúcho com estados e países vizinhos. A construção da ponte sobre o rio Uruguai em Marcelino Ramos, como se vê na ilustração a seguir, foi fundamental nesse sentido. A referida fazia parte do traçado do tronco-norte, ligando o centro do estado ao centro do país pela via interiorana.

A *Compagnie* passou a atuar em vários ramos em escala da produção e comercialização de produtos, concorrendo com o estado em nível de comércio estadual. Como exemplo, instalou armazéns próprios, sob o pretexto de fornecer gêneros aos seus funcionários e obteve inúmeras vantagens por possuir o monopólio dos transportes ferroviários.

Porém, não bastavam apenas as possibilidades de ligar regiões e estados; havia inúmeros problemas em relação ao transporte em si, ao armazenamento, aos custos operacionais, etc. Segundo Kliemann (1986, p. 177), “a economia do Estado sofreu não só porque as mercadorias armazenadas estragavam nos armazéns, ou porque era forçosamente diminuída, mas também porque [...] o Rio Grande do

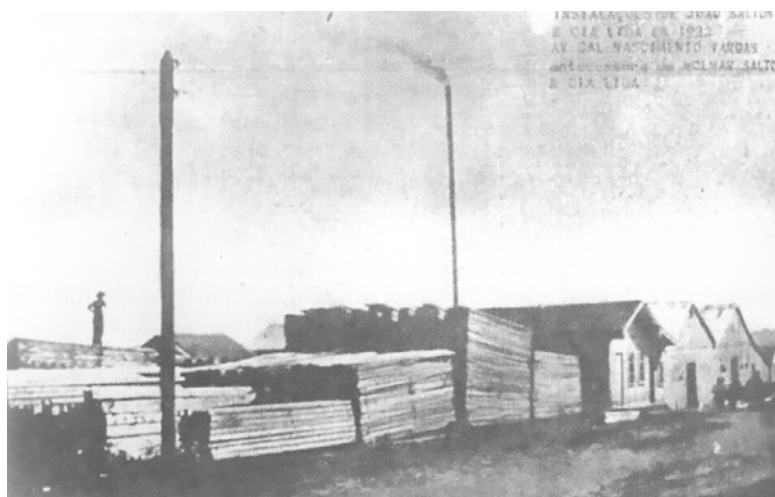
Sul começou a perder os mercados consumidores que não podiam ficar à espera do escoamento lento e desordenado”.

A região norte do estado possuía certa vocação agropecuária; suas terras de mata eram comprovadamente boas para a produção de alimentos e ofereceriam uma fonte de renda com a indústria da madeira (Oliveira, 1990). Recorrendo a processos rotineiros, os colonos que aí se estabeleciam, dedicavam-se ao plantio do arroz, feijão, trigo, uva, etc. No entanto, a pecuária ainda era a atividade principal, praticada fundamentalmente em função da engorda do gado, destinado às charqueadas, em especial às de São Gabriel, Bagé e Pelotas. Os vagões, na ilustração abaixo, eram adaptados para o transporte do gado vivo, principalmente bovinos e suínos.

Os madeireiros utilizavam muito o trem; para eles, o trem era a solução, pois além de carregar muito mais do que o caminhão, a certeza de que o produto chegaria era também maior em razão da precariedade das estradas e da falta delas para ligar trechos longos, do perigo de tombamentos e atolamentos, fatos esses que poderiam danificar a carga de madeira. As madeireiras deram a marca da importância do trem na região de Passo Fundo. A ilustração a seguir, da Madeireira Salton, é expressiva da correlação da madeira com o trem. A referida possuía um grande comércio de madeira e utilizava muito o trem, inclusive estruturando ramais ligados ao tronco ferroviário central em Passo Fundo.

Casas de comércio, povoados, pequenos núcleos habitacionais surgiam ao redor de uma estação de trem. Um exemplo disso é a cidade de Carazinho, que, segundo o jornal *A Federação* de janeiro de 1937, “surgiu de um dia para o outro ao longo da Viação Férrea, e hoje é uma cidade interessante na sua extensão material e admirável na sua riqueza, indústria e comércio”.⁶

⁶ Carazinho, um índice de opulência. *A Federação*. Porto Alegre, n. 20, 23 jan. 1937, p. 3.



Indústria Madeireira
Wolmar
Salton &
Cia. Ltda.
 (Succ. de João
 Salton & Cia.)

FÁBRICA DE ESQUADRIAS

SERRARIA DE MADEIRAS

Vendas por atacado e varejo

Rua Gal. Nascimento Vargas, 59—Caixa Postal, 19—Endereço telegráfico «Josalton»
PASSO FUNDO — Rio G. do Sul

Figura 6. Madeireira Salton, por volta da década de 1930. A referida madeireira foi uma das maiores de Passo Fundo. Fonte: Acervo pessoal de Beraci Porto, gentilmente cedida.

Com essa via férrea, a parte norte do estado estava, a partir de então, interligada com grande parte do sul do Brasil. A cidade de Santa Maria, com a implantação do tronco norte, foi estimulada, transformando-se em centro ferroviário do estado e possibilitando a diversificação da produção na zona cortada pelos trilhos.

PROBLEMAS, PONTOS DE ESTRANGULAMENTOS E SINERGIAS MERCANTIS

Entidades de produtores, associações de comerciantes e de transportadores organizavam comissões para pressionar a empresa concessionária e o governo do estado para resolver o problema crônico de falta de vagões, os quais constituíam um ponto de estrangulamento no dinamismo da economia da madeira, da erva-mate e do trigo. O argumento dos administradores da ferrovia é que, em razão de alguns tipos de transporte de mercadorias demandarem um tipo especial de vagão, a carga cheia só ia e voltava vazia, isso implicava em pagar as duas viagens, o que encarecia o frete. A falta de um local de armazenamento da madeira nas estações era outro grande problema, como evidenciado nas reclamações abaixo, relativas à região de estudo:

Hontem pela manhã, vieram de Carasinho, em automoveis, numerosos productores beneficiadores e exportadores de madeiras dessa e outras praças do oeste do Municipio, com o fim de expôr ao sr. Intendente a angustiosa situação em que se encontra esse ramo de commercio e industria, devido á deficiencia que vem caracterisando o fornecimento de vagões na Viação Ferrea.

No jornal *A Federação* lê-se que “o frete é tão absurdo, que os tropeiros preferem trazer o gado pelas estradas de rodagem, pagando pastagens em potreiros, arriscando a perda dos animais, a descer pelos trens da viação”.⁷ Tais problemas, como já referimos, permaneceram mesmo após a encampação pelo estado em 1920. No jornal *O*

⁷ A Nossa Viação. Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 10 ago. 1910, p. 1, apud Kliemann, op., cit., p. 141.

Nacional, de Passo Fundo, também em 1929, estampa-se a ideia de que, sem a presença do Estado, comércio e indústria não avançariam.

O trem tinha uma importância muito grande no transporte do gado e, por consequência, no desenvolvimento da pecuária, razão pela qual, em momentos de crise do setor, os pecuaristas reclamavam e exerciam pressão junto aos órgãos públicos para que houvesse a redução do frete e amenizassem as perdas do setor.⁸

Outros jornais da época atestam as reclamações de industriais do ramo vinícola, do comércio de alimento, de cereais e dos madeiros, etc. Um deles, o *Correio do Povo*, noticiou, em 26 de agosto de 1917 (p. 3), que “[...] devido à falta de vagões para a exportação de mercadorias, é deveras grave para nossa vida econômica. [...] As dificuldades criadas às classes produtoras do Estado pela Viação Férrea por falta de vagões para transporte de mercadorias, vem já de longe”. Os debates mostravam a importância do caminhão no transporte do produto, para tanto, deveria haver uma infraestrutura de rodagem paralela à da ferrovia, o que era um imperativo na região. A precariedade dos serviços ferroviários e o fato de não ter ocorrido a ampliação das linhas como as demandas o indicavam, fizeram com que o trem começasse a perder força em nível regional.

O trem tornou-se, até meados do século XX, o principal meio para o deslocamento de mercadorias; as estradas de rodagem eram ainda incipientes. Esse quase monopólio do transporte ferroviário e a intensa demanda pelo seu uso por parte de madeiros, moageiros, industriais e agroindustriais, comerciantes, dentre outros, fazia com que a administradora da rede fosse alvo de constantes pressões e reclamações.

⁸ Pesavento, S. *República Velha gaúcha* ..., op. cit.; ver, também, Wentz (2004).



Figura 4. Entrada da Gare pela Av. General Netto, vendo-se os vagões de carregamento nos fundos da estação, em 1934. Fonte: Acervo digital do IHPF.

O trem tornou-se, até meados do século XX, o principal meio para o deslocamento de mercadorias; as estradas de rodagem eram ainda incipientes. Esse quase monopólio do transporte ferroviário e a intensa demanda pelo seu uso por parte de madeireiros, moageiros, industriais e agroindustriais, comerciantes, dentre outros, fazia com que a administradora da rede fosse alvo de constantes pressões e reclamações.

Os madeireiros mostravam que o preço dos fretes não era o principal problema dos exportadores, e, sim, a falta de vagões para o transporte, porque as madeiras, na sua maioria, já estavam prontas e estocadas, necessitando ser despachadas. Os madeireiros mobilizaram-se e organizaram-se em sindicatos e cooperativas.

Estamos dando ênfase ao setor madeireiro e comercial do centro-norte do estado e sua correlação com a ferrovia por ser o ator central desse processo. No início da década de 1960, esgotadas as fontes de matéria prima, a saída já de grande parte dos colonos ju-

deus (alguns profundamente expropriados pela companhia, seja pela relação constante de dívida, seja pelo baixo rendimento dos produtos agrícolas, ou também pela falta de vocação agrícola de muitos dos colonizados, dentre outras questões), a valorização das terras e a grande demanda por agricultores, motivados pelas culturas do trigo, do milho e da esperançosa cultura da soja, a companhia desfez seu empreendimento na região.



Figura 5. Madeireira das famílias Franciosi e Fossatti. Fonte: Acervo da família Franciosi, gentilmente cedida.

Como a madeira demonstrou ser uma fonte de renda imediata, as serrarias se acumulavam na região, no entanto, à medida que foi se extinguindo a matéria prima, elas migraram, deixando para trás um rastro da destruição, o caminho aberto para a produção agrícola. O setor esteve envolvido no campo político, no projeto colonizador, na esfera da representação organizativa comercial, dentre outros espaços de poder regional. Apenas para citar alguns, foi o caso do pioneiro da indústria da madeira em Passo Fundo Gabriel Bastos, que foi intendente municipal, vice-intendente municipal e membro

do Conselho Municipal; Ernesto José Annoni, que foi presidente do Comitê Pró-Candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República em 1945 e presidente do Diretório Municipal de Carazinho do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1948; Edmundo Wentz, vereador por Carazinho na década de 1950, Wolmar Salton, vereador e prefeito por Passo Fundo (Tedesco; Wentz, 2007).

A empresa Irmãos Iochpe S.A Indústria e Exportação⁹ tinha sua matriz fixada na cidade de Passo Fundo, mas possuía filial em Porto Alegre e escritório em Montevideu. Mantinha serrarias nos municípios de São Joaquim, Joaçaba e Getúlio Vargas. A firma Lângaro Benincá & Cia. Ltda.,¹⁰ de propriedade de Dionísio Lângaro, Vitor e Davi Benincá, instalada em Passo Fundo, comprava madeiras de Lagoa Vermelha, Marcelino Ramos e Santa Catarina, exportando-a para a Argentina via trem e via rio Uruguai. Também havia a Benincá & Cia. Ltda., de propriedade de Vítor Leão Benincá,¹¹ o qual abriu uma frente de exportação de madeiras via Santana do Livramento e de lá para o Uruguai e a Argentina.

A família Caleffi possuía uma grande madeireira em Erechim. A referida possuía ramais ferroviários próprios para o transporte da madeira que os ligavam ao tronco da São Paulo-Rio Grande; por muitos anos foi considerada uma das maiores do estado do Rio Grande do Sul principalmente do ramo da indústria da madeira, com filiais em Clevelândia no Paraná, em Campos Novos, Santa Catarina (Wentz, 2004). Participou ativamente no abastecimento de madeira para a construção do complexo hidroelétrico de Urubu-

⁹ IRMÃOS Iochpe S.A Indústria e Exportação. Jornal *O Nacional*. Passo Fundo, 2 abr. 1953, p. 2

¹⁰ LÂNGARO, Sérgio. Entrevista concedida a João Carlos Tedesco. O mencionado desce e também foi madeireiro em Passo Fundo.

¹¹ ROSSETO, Balduino. Contador da empresa Benincá & Cia. de 1962 até 1971. Entrevistado por Liliane Mattje Wentz em julho de 2002; ver Tedesco; Wentz (2007).

pungá (hoje Cesp – Centrais Hidrelétricas de São Paulo), considerado, na época, o segundo maior do mundo, bem como em grandes projetos de construção de casas populares no Rio Grande do Sul (Tedesco; Wentz, 2007).



Figura 6. Madeireira da família Escobar. Fonte: pesquisa de campo.

Outras madeireiras tiveram, no centro-norte, grande envolvimento com a estrutura férrea da referida região. É o caso da Pagnoncelli, com sede em Erechim, mas que esteve presente nas proximidades do tronco ferroviário em Getúlio Vargas e Marcelino Ramos;¹² outras empresas, de menor porte, em geral de descendentes de italianos e de alemães e/ou judeus também marcaram presença como os Menegati, Brandalize, Zardo, Pagliosa, Ricieri, Bergamini, Hubermann, Hoschele, Reischmann, dentre outras, as quais, algumas delas, foram promotoras de processos de colonização Oeste, Meio-oeste e extremo Oeste de Santa Catarina. Madeireiras de

¹² Ver Edição especial da *Revista Erechim*, ano 3, n. 28, p. 8 e 63, 1944; ver, também, *Jornal Diário de Notícias*. Porto Alegre, 27 set., 1934.

Passo Fundo também migraram para o Oeste de Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX; alguns deles tornaram-se grandes comerciantes e industriais do setor, bem como políticos influentes na região.

Importante empório madeireiro, também, foi a colônia de Quatro Irmãos. Ela possuía um ramal férreo próprio, concedido pelo governo do estado em 1912, o qual se estendia até Erebang, na linha Passo Fundo-Erechim. Em 1942, essa colônia chegou a transportar 811 vagões de madeiras e, em 1943, 833 vagões. Isabel Gritti (1992)¹³ afirma que os poucos israelitas que obtiveram sucesso em Quatro Irmãos foram os que se dedicaram ao ramo da madeira.

A exploração da madeira era tanta que, só na Fazenda Quatro Irmãos, em 1947, nada menos do que 36 serrarias estavam operando, grande parte delas controlada e gerenciada por representantes da empresa. Durante o período da Primeira Guerra Mundial, momento este favorável à indústria da madeira pela baixa concorrência européia, a companhia consolidou seu mercado na Argentina e no Uruguai.¹⁴

A partir dos anos 40, algumas madeireiras possuíam caminhões para o transporte da madeira bruta e/ou beneficiada junto aos mercados consumidores, ou, então, junto às estações de trens para o transporte de longas distâncias. O caminhão, na ilustração a seguir, é um dos primeiros de Passo Fundo. O referido proprietário utilizava-o para o transporte de toras junto às serrarias da região.

¹³ Gritti, I. R. A imigração judaica para o RS: a Jewish colonization association e a colonização de Quatro Irmãos. Porto Alegre: PUCRS, 1992, p. 265. Dissertação; ver, também, Kliemann, L. H. S. RS: terra..., op. cit.

¹⁴ É interessante informar que, por muitos anos, Filipson, vice-presidente da companhia, foi presidente da *Compagnie Auxiliaire des Chemins du Fer au Brésil*. Por esse vínculo, pode-se ter uma ideia da correlação existente entre a estrada de ferro, a exploração da madeira e a valorização das terras na referida colônia.

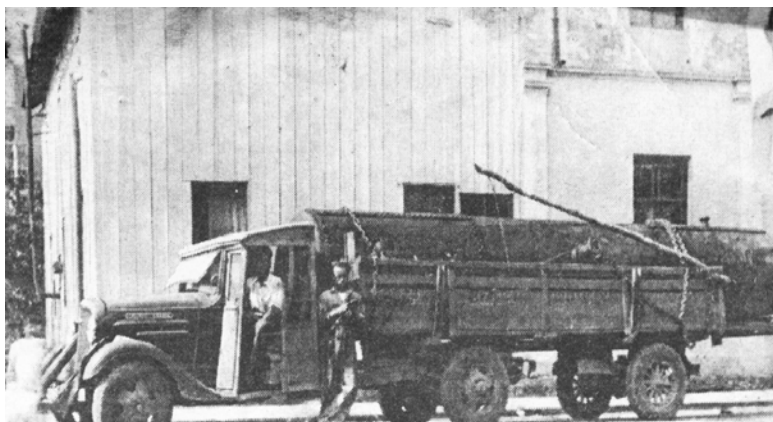


Figura 7. Caminhão de carga da família Morbini, em 1937. Os irmãos Benedito e Mario Morbini realizavam o transporte de madeiras em caminhões em Passo Fundo e região. Fonte: Acervo da família Morbini, publicada na página *Fotos Antigas de Passo Fundo*, no Facebook, 2015.

Além do setor comercial (de vários produtos e atividades, em particular, o madeireiro), houve sinergias com outros setores mercantis e de serviços; vários hotéis foram sendo construídos em Passo Fundo, alguns com expressão, como é o caso do Hotel Internacional, o Hotel Avenida, o Glória Hotel e o Hotel Nacional, porém, havia outros, inclusive, muito próximos da estação da Gare, como é o caso do Hotel Petraco, o Glória Hotel, Hotel do Comércio dentre outros.

Figura 8. Anúncio do Hotel Glória. A Luta, Passo Fundo, 16 maio 1931. Acervo do IHPE.

GLORIA HOTEL

Rua Gal. Canabarro
Passo Fundo

A duas quadras distante da Est. da Viação Ferrea
Predio novo — Sobrado
Estabelecimento de primeira ordem, installado em predio novo, construido especialmente para este fim.

Quartos arejados e confortaveis todos dotados de agua corrente, campanha electrica etc.

Meza de primeira ordem
Banheiros — Water — Closets — Garagens — Pessoal habilitado.

Hygiene — Promptidão — Conforto

IMPORTANTE: A agua do Gloria, é a melhor da cidade, e a sua suficiencia é tal que nunca faltou.

Gloria Hotel - P. Fundo
R. G. do SUL



Figura 9. Glória Hotel na década de 1930. Fonte: Acervo do Projeto Passo Fundo.



Figura 10. Vista do Petracco Hotel, em 1937. O hotel ficava junto à via de acesso ao pátio da estação ferroviária. Fonte: Acervo digital do IHPF.

Os moageiros foram outra categoria econômica e produtiva muito ligada ao trem. Esse viabilizava o transporte do produto *in natura*, bem como a farinha. O trigo teve a região de Passo Fundo

como grande expressão produtiva, industrial e comercial. O município era identificado e conhecido pelas “loiras coxilhas do Planalto”.¹⁵ Foi uma cultura que marcou a região do centro-norte do Rio Grande do Sul por várias décadas do século XX, em particular, entre os anos de 1930 a 1970. Em correspondência com a produção do trigo, constituiu-se a indústria moageira em suas várias dimensões, localizações e inserções no mercado. O universo produtivo da referida cultura abarcou desde pequenos agricultores, esses, em geral, caboclos e descendentes de imigrantes europeus, como também médios e grandes proprietários, identificados regionalmente como “granjeiros”, ou seja, produtores modernizados e vinculados ao sistema financeiro presente na agricultura brasileira e no produto em particular. Alguns moinhos ganharam destaque, pois ligavam-se ao trem através de ramais e, inclusive, sendo instalados próximos da gare, como é o caso do Moinho São Luiz e Rio-grandense, ambos ilustrados a seguir.



Figura 11. Moinho São Luiz, de Busato Irmãos e Cia., que possuía ramal próprio para carga e descarga de vagões, vendo-se a estação ferroviária ao lado. Fonte: Acervo IHPE.

¹⁵ Antônio Duarte, comentário no *Jornal Agro-jornal* (Coopasso). Passo Fundo, 22 de out., 1968, p. 3.



Figura 12. Moinho Rio-grandense, do grupo Samrig, em 1954. O moinho estabeleceu-se em Passo Fundo junto ao tronco ferroviário e tornou-se um dos maiores do estado, exportando trigo, soja, rações, farelo de soja para diversos países. Acervo Fundação Büнге.

A produção de trigo na região de Passo Fundo sempre esteve na pauta da produção dos pequenos agricultores, porém, a partir da década de 1950, surge a figura do granjeiro. Esse, em geral, era um profissional liberal urbano que, aproveitando-se dos incentivos financeiros do Governo Federal e das políticas de preços e comercialização do trigo, bem como das possibilidades de aquisição de máquinas e insumos subsidiados, dinamiza a produção considerada moderna de trigo. Os granjeiros arrendam porções de terra de estancieiros e/ou adquirem campos e produzem trigo.

É nesse cenário que a indústria moageira e a cultura do trigo, ambos em sinergia, ganham corpo e repercussão em Passo Fundo. Ambos (granjeiros e moageiros) estiveram ligados e pertenciam a uma escala média urbana e que, nas suas relações com o processo de produção agrícola, com o sistema financeiro nascente em termos de fomento à industrialização, bem como aos incentivos creditícios,

souberam inserir-se num processo produtivo que deu grande expressão à Passo Fundo.

O município de Passo Fundo, na década de 1930, registrava a presença instalada de 48 moinhos no meio rural e 17 no meio urbano; Segundo Verzeletti (1999), em 1948, entre sedes e distritos, havia em Passo Fundo 64 moinhos de trigo; esse número se eleva ainda mais na década de 1950. Na região centro-norte do estado, em 1954, havia 98 moinhos coloniais, sendo sua maior parte nos espaços de maior presença de migrantes de etnias européia, como é o caso da família Della Méa (ilustração a seguir), grande proprietária de moinhos e agroindústrias de produtos variados em Passo Fundo.

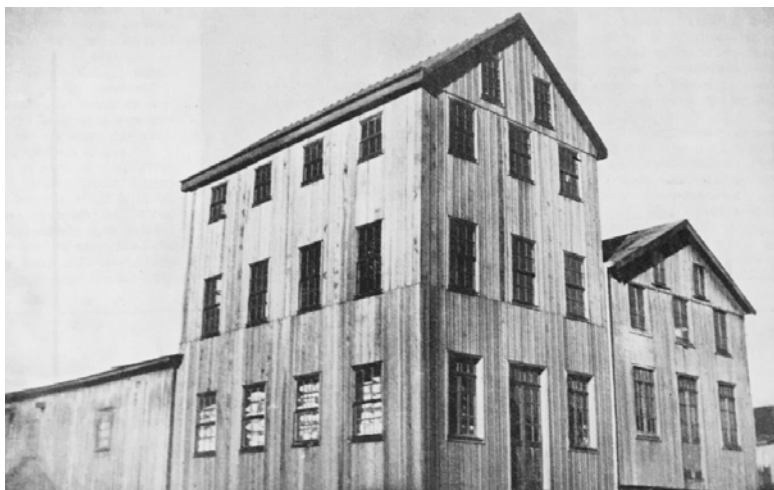


Figura 13. Moinho da família Della Méa. Fonte: Album Comemorativo do Cinco-entenário na Proclamação da República (1889-1939). Porto Alegre, 1939. Acervo da Biblioteca da PUC-RS.

Até por volta de meados dos anos 60, grande parte desses moinhos colônias conseguiu se manter na produção; posteriormente, com as novas diretrizes para o trigo nacional e as técnicas de moagem, em correspondência com ciclos de crise do trigo no final

dos anos 50 e por toda a década de 1960, boa parte desses estabelecimentos não prosperaram mais.

O cooperativismo do trigo nasceu nesse cenário de expansão do cultivo e efervescência política (em geral, de comerciantes e granjeiros; o pequeno agricultor pouco ou nada participava do processo), bem como das intensas reclamações e demandas. O Estado passou a repassar funções e riscos aos produtores, razão que explica a organização das associações de cooperativas. Grande parte das reivindicações dos triticultores nacionais do estado foi repassada a essas organizações, demonstrando o caráter ambivalente que assumiam as cooperativas frente ao Estado (Frantz, 1982).

Junto com moageiros, hoteleiros, com a estrutura cooperativista, estão os comerciantes e atacadistas de secos e molhados. Muitos desses estavam estabelecidos no meio rural e, a partir da década de 1960, migram para a cidade e implementam comércio variado, mas em ligação umbilical com os produtos agrícolas. A cidade passa então a ter um vínculo mais estreito, em termos econômicos, com o meio rural e vice-versa. Para os comerciantes, o trem, também, era fundamental, pois permitia o circuito mercantil da dinâmica produtiva do meio rural da região. Muitos desses comerciantes do meio rural tornaram-se, pós- anos 60, médios e grandes comerciantes urbanos de Passo Fundo, como é o caso da família Busato, Di Domênico, Zaffari, Ughini, Tascheto, Andretta, Rosso, Borowoski, Zanella, Zílio, Grazziotin dentre outros.

Além dos granjeiros que, em geral, eram profissionais liberais urbanos que se tornaram proprietários e/ou produtores de trigo, também comerciantes, industrialistas, proprietários de moinhos com condições de acumulação, adquirem várias frações de terra na região, em geral do território pastoril em crise, tornando-se, assim, também, proprietários fundiários e/ou arrendadores de terras para a triticultura.

ENFIM

Comerciantes, hoteleiros, moageiros e madeireiros, em seus negócios e mobilidades mercantis, estiveram sempre em sinergia com o trem. A chegada do caminhão, com mais intensidade por volta dos anos 50 e 60, reduziu um pouco a presença do trem na dinâmica econômica da região, porém, esse continuou recortando a região, transportando passageiros, encomendas de vários tipos que iam se intensificando com o ritmo da expansão da urbanização no Brasil.



Figura 14. Vista área da cidade de Passo Fundo em 1968. Foto de Deoclides Czamanski, da Foto Moderna. Acervo do Projeto Passo Fundo.

Por volta dos anos 60, mudanças se fizeram presentes nesse processo. A centralidade da rede ferroviária nas mãos do Governo

Federal alterou em grande parte da simbologia de ser ferroviário. O sucatemaneio, o descaso, a desvalorização do trabalhador, a perda do poder de organização e a hierarquia interna exacerbada, os trens de passageiros foram reduzidos, ficaram mais os de carga e a simbologia do trem também perdeu espaços.

Além da mobilidade de mercadorias, de pessoas, de interligar regiões e expressar, com isso, modernização social e tecnológica, o trem possuiu uma grande ligação com a terra, sua valorização, colonização, produção agrícola, mercados consumidores, constituição de povoados, de fronteiras agrícolas e de uma categoria de extrativistas que se tornou poderosa na centro-norte do estado que foram os madeireiros.

Sujeitos econômicos de grande expressão regional, como foi o caso de comerciantes, granjeiros, moageiros, hoteleiros e madeireiros estiveram em sinergias com a estrutura férrea e marcaram a história econômica de Passo Fundo num ciclo produtivo que colocou o município num cenário de destaque, em particular, no ramo da madeira e na cultura do trigo.

O trem mudou a paisagem urbana e dinamizou as culturas rurais. Para essa esfera, o trem exercia uma grande função na lógica mercantil que é a mobilidade das mercadorias, intermediava seu circuito necessário em correspondência com os mercados consumidores. O trem deixou traços na paisagem física e geográfica urbana, no ambiente construído, no traçado de ruas, nas sinergias comerciais e de serviços (comércio, hotéis, bancos, etc.), na memória de muita gente que direta ou indiretamente esteve envolvida (trabalhadores, passageiros, dentre outros).

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, J. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CORRÊA, F. V. *O advento da ferrovia no Planalto Médio para a integração ao mercado regional*. Monografia (Especialização), UPF, Passo Fundo, 1994.

DIAS, J. R. de Souza. *Caminhos de ferro do Rio Grande do Sul: uma contribuição ao estudo da formação histórica do sistema de transportes ferroviários no Brasil Meridional*. São Paulo: Rios, 1986.

FONSECA, P. D. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FRANTZ, T. R. *Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola – o caso da Cotrijui*. Ijuí: Fidene, 1982.

GHEM, D. R. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1982, v. 2.

GREGORY, V. *Capitalismo, latifúndio, migrações: a colonização do período republicano no RS – zona norte e região do grande Santa Rosa*. Dissertação (mestrado) PUC, Porto Alegre, 1988.

GRITTI, I. R. *A imigração judaica para o RS: a Jewish Colonization Association e a colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: PUCRS, 1992.

KLIEMANN, L. H. S. *RS: terra e poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LOPES, A. *Orgulho Ferroviário: a construção da profissão ferroviária no Norte do RS – 1957-1997*. Dissertação de Mestrado em História – PPGH/UPF, Passo Fundo, 2015.

XAVIER E OLIVEIRA, F. A. *Annaes do município de Passo Fundo*. Aspecto histórico. Passo Fundo: UPF Editora, 1990, 2 v.

PESAVENTO, S. J. *República Velha – charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

TEDESCO, J. C. *A gare e o trem em Passo Fundo: sinergias econômicas – 1898-1978*. Porto Alegre: EST Edições, 2015.

TEDESCO, J. C.; WENTZ, L. M. A economia e a indústria da madeira. In: RECKZIEGEL, A. L. S.; AXT, G. (Coord.). *República Velha. Tomo I. História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 335-376.

TEDESCO, J. C.; WENTZ, L. M. A economia e a indústria da madeira. In: RECKZIEGEL, A. L. S.; AXT, G. (Coord.). *República Velha. Tomo I. História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 335-376.

TEDESCO, J. C.; SANDER, R. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros*. Porto Alegre/Passo Fundo: EST/UPF Editora, 2005, 2ª ed.

VERZELETTI, S. C. *A contribuição e a importância das correntes migratórias no desenvolvimento de Passo Fundo*. Passo Fundo: Imperial, 1999.

WENTZ, L. I. M. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul (1902-1950)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

ZARTH, P.; TEDESCO, J. C. Configuração do território agrário no norte do Rio Grande do Sul: apropriação, colonização, expropriação e modernização. In: *Revista História: Debates e Tendências*, v. 9, n. 1. Passo Fundo, p. 149-172, jan./jun. 2009.

ZIEGLER, P.; RUSSO, R. *Até o último rincão. A história do transporte rodoviário de cargas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Fotoletras, 1989.

O contexto político-partidário em Passo Fundo (1945-1982)

ALESSANDRO BATISTELLA

Com o fim do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas, em outubro de 1945, o Brasil ingressaria na Terceira República (1945-1964), que politicamente foi caracterizada pela vigência do pluripartidarismo e pela experiência democrática. Entretanto, no início da década de 1960, durante o auge da Guerra Fria, o Brasil vivenciou um período de grave crise política, cujo desfecho foi o golpe civil-militar de 1964, que levou o país a viver sob a égide de uma ditadura militar de Segurança Nacional¹.

No que tange ao sistema político-partidário no Brasil, a ditadura militar inicialmente não fechou os partidos políticos em vigência no país desde 1945, embora tenha expurgado seus elementos

¹ As ditaduras instauradas na América Latina nas décadas de 1960 e 1970 foram regimes de Segurança Nacional, baseados na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e difundidas nas Escolas de Guerras dos países latino-americanos.

considerados “subversivos e corruptos”. Porém, em outubro de 1965, com o Ato Institucional nº 2 (AI-2), a ditadura extinguiu os partidos políticos existentes e o próprio sistema pluripartidário, criando um novo sistema partidário e dando início ao bipartidarismo, que durou até o final de 1979, quando uma casuística reforma político-partidária, que visava à fragmentação da oposição, restaurou o pluripartidarismo.

O presente artigo visa a analisar o contexto político-partidário no município de Passo Fundo durante as vigências do pluripartidarismo (1945-1965), do bipartidarismo (1965-1979) e nos primeiros anos (1979-1982) após o retorno ao pluripartidarismo, articulando-o com o contexto estadual e nacional.

A TERCEIRA REPÚBLICA (1945-1964) E O PLURIPARTIDARISMO

Durante o período pluripartidário de 1945-1965, os três principais partidos políticos brasileiros foram o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN), que são considerados “criaturas de Getúlio Vargas”, uma vez que gravitavam – de maneiras distintas – em torno da figura do então ditador estadonovista. Portanto, Vargas é considerado o eixo divisor do sistema partidário que se inaugurava em 1945.

A UDN surgiu como uma grande frente liberal-democrática de oposição ao Estado Novo e a Getúlio Vargas. Inicialmente, a UDN aglutinava grupos políticos bastante heterogêneos – quando não antagônicos – unidos em torno das liberdades democráticas e do combate a um inimigo comum – o ditador estadonovista. No entanto, como era esperado, não tardou para que houvesse as primeiras cisões no seio dessa grande coalizão oposicionista. Um dos

primeiros grupos a romper com a UDN foi a Esquerda Democrática, em agosto de 1945. Formada por políticos e intelectuais socialistas e antigetulistas, a Esquerda Democrática daria origem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), no início de 1946.

Posteriormente, as dissidências udenistas também deram origem a outros pequenos partidos (todos partidos de menor representatividade em nível nacional e mais ou menos fortes em determinados estados da federação), como o Partido Libertador (PL), o Partido Republicano Progressista – que em junho de 1946 daria origem ao Partido Social Progressista (PSP) – e o Partido Republicano (PR), organizado em 1946.

Com sua gênese relacionada aos movimentos políticos da Igreja católica no início dos anos 1930, o Partido Democrata Cristão (PDC) teve uma origem distinta dos demais partidos do período, uma vez que não era uma “criatura” de Vargas. O PDC foi um partido conservador e geralmente contrário à modernização, que não contou com o apoio institucional da Igreja e nem dos trabalhadores do campo e dos centros urbanos, constituindo-se, assim, em um partido das camadas médias e das elites urbanas (Vianna, 1981, p. 170-171). Assim, “apesar da sua fraseologia ‘democrata-cristã’, o PDC se desfez da sua identidade, confundindo-se com a UDN” – uma espécie de “UDN católica”, conforme denominou Gláucio Soares (1981).

Outros dois partidos significativos no período pluripartidário de 1945-1965 – e cujas origens não remetem à oposição ou ao apoio a Vargas – foram o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O PRP, liderado por Plínio Salgado, defendia a mesma ideologia integralista/fascista da Ação Integralista Brasileira (AIB) na década de 1930. Por sua vez, o PCB – fundado em 1922 e cujas origens são muito mais antigas em relação aos demais partidos do período –, em 1945, sob a liderança

de Luiz Carlos Prestes e na legalidade, emergia no cenário político-partidário brasileiro como um partido de massas. Conforme José Antônio Segatto (2003, p. 220-224), o PCB, desde 1943, passou a adotar uma política de união nacional², que o tornou uma agremiação influente na vida política nacional até 1947, quando foi colocado novamente na ilegalidade.

Já do lado das forças getulistas de continuísmo ocorreu um processo de formação de duas correntes distintas: o PSD e o PTB, “que trariam em suas estruturas e bases organizativas resquícios do Estado Novo” (Delgado, 1989, p. 27-28). O PSD aglutinava os interventores federais, os integrantes da máquina administrativa dos governos federal e estaduais, além de segmentos das oligarquias estaduais, da burguesia e das classes médias urbanas. Dessa forma, o PSD nasceu com uma sólida estrutura organizacional e uma rede clientelista em todos os estados da federação, o que permitiu ao partido lograr significativos êxitos eleitorais (Delgado, 2003, p. 138-139).

Portanto, a definição do formato do PSD praticamente estabeleceu os contornos do outro partido “situacionista”, o PTB, que ancorou as suas bases a partir da estrutura do Ministério do Trabalho, utilizando-se das lideranças sindicais e dos organismos previdenciários (Gomes, 2005, p. 283). Inspirado no modelo do Partido Trabalhista Inglês e elegendo os sindicatos como o seu principal local de atuação, o objetivo do PTB era atrair e mobilizar as camadas populares, principalmente nos grandes centros urbanos, para a órbita do partido, apresentando-se como a agremiação partidária que levaria os trabalhadores a alcançar os seus direitos. No entanto, o PTB não

² Com a política de união nacional, o PCB havia se tornado mais “popular” e menos “operário” e as preocupações com os problemas da “nação” predominavam sobre os da “classe”, orientando-o, dessa forma, não mais para o proletariado, mas para os patriotas e democratas, conquistando, assim, inclusive a simpatia de setores das camadas médias (Cf. Segatto, 2003).

foi criado para ser um “partido *dos* trabalhadores”³, mas um “partido *para* os trabalhadores”, pois também objetivava ser um anteparo ao PCB, que, legalizado, disputaria a simpatia (e os votos) dos assalariados urbanos.

Além da defesa e ampliação das conquistas sociais e trabalhistas, o programa do PTB também se destacava pela posição antiimperialista e pela defesa do desenvolvimento nacional autônomo. “Dessa forma, o PTB teve, desde o seu início, duas características básicas profundamente estimuladas por Vargas: *uma trabalhista e a outra nacionalista* – que se integrariam em um objetivo: o engrandecimento da nação, personificada por Getúlio” (Delgado, 1989, p. 55). Em suma, “o trabalhismo, tal como se estruturou no Brasil, tinha na figura de Vargas sua referência primeira. A Vargas, à sua obra social e à legislação trabalhista por ele implantada sempre se reportariam os doutrinadores e militantes trabalhistas brasileiros” (Delgado, 1989, p. 47).

No entanto, após a morte de Vargas, em 1954, o PTB entraria em uma segunda fase da sua história, caracterizando-se por um trabalhismo sem Vargas, tornando-se assim um partido não apenas getulista, mas ancorado em uma doutrina trabalhista, nacionalista e reformista (Gomes, 2007, p. 74-75). Nesta segunda fase da história do partido, o PTB, além de crescer eleitoralmente, também viveu uma acirrada disputa interna – que assumiu a forma de uma luta simbólica pelo controle da ideologia trabalhista – e a ascensão de novas lideranças, como os sul-rio-grandenses João Goulart, Leonel Brizola e Fernando Ferrari, entre outros.

A dissidência trabalhista liderada pelo deputado federal sul-rio-grandense Fernando Ferrari daria origem ao Movimento Tra-

³ Nesse sentido, basta lembrarmos que a grande maioria dos políticos que ingressaram no PTB não eram trabalhadores e sindicalistas, mas advogados, empresários, funcionários públicos e profissionais liberais.

balhista Renovador (MTR), que foi inicialmente uma tendência rebelde dentro do PTB. Porém, após as eleições de 1960, Ferrari, que concorreu à vice-presidência da República à revelia do PTB, foi expulso do partido, transformando o MTR em um novo pequeno partido, destacando-se por uma plataforma nacionalista e reformista. No entanto, em 25 de maio de 1963, Ferrari faleceu em um acidente aéreo nas proximidades do município de Torres/RS e o partido não resistiu à morte de seu principal líder e fundador, entrando em declínio.

A TERCEIRA REPÚBLICA (1945-1964) E O PLURIPARTIDARISMO NO RIO GRANDE DO SUL: TRABALHISMO E ANTITRABALHISMO

No Rio Grande do Sul, segundo Miguel Bodea (1992, p. 17-18), o processo inicial de organização dos partidos políticos assemelha-se ao ocorrido em nível nacional, com Vargas e o Estado Novo constituindo o marco divisor fundamental. Entre os partidos anti-getulistas, a UDN sul-rio-grandense nasceu em torno de lideranças políticas tradicionais que havia se incompatibilizado com Vargas, como Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Borges de Medeiros. No entanto, a UDN foi um partido sem grande expressão política no Rio Grande do Sul, sendo, inclusive, superado eleitoralmente pelo Partido Libertador (PL) no estado. Liderado por Raul Pilla, o PL estabeleceu o parlamentarismo como sua base ideológica. De acordo com Carlos E. Cortés (2007, p. 176):

[...] Semelhante à UDN no seu antigetulismo e nos seus apelos pela moralidade do governo, o PL virou o partido dos parlamentaristas, seguidores pessoais de Pilla, o mais radical opositor de Vargas. Dentro

do Rio Grande do Sul, o PL gozava de uma grande vantagem sobre a UDN no recrutamento político gaúcho. Ao contrário da UDN, um partido novo e, conseqüentemente, sem tradição, o PL oferecia aos novos opositores uma herança orgulhosa de mais de cinquenta anos de luta, começando com o Partido Federalista no início da República Velha. Não obstante suas organizações separadas, durante os próximos vinte anos a UDN e o PL, geralmente, funcionaram como um único campo político contra Vargas, reminiscência da Frente Única de 1932-1937.

Do lado das forças getulistas, o PSD sul-rio-grandense teve sua origem semelhante ao PSD nacional: organizou-se a partir da interventoria e da máquina governamental, contando com o apoio do interventor Ernesto Dornelles (primo de Getúlio). Entre as lideranças do PSD estadual, nesta sua fase inicial, despontavam, além de Ernesto Dornelles e Protásio Vargas (irmão de Getúlio), Walter Jobim, Oscar Carneiro da Fontoura e Cylon Rosa (Bodea, 1992, p. 18-19).

Em julho de 1945, o diretório do PSD do Rio Grande do Sul realizou a sua primeira convenção estadual, elegendo Getúlio Vargas presidente da Comissão Executiva e apoiando as candidaturas do general Eurico Dutra à presidência da República e de Walter Jobim para o governo estadual. Contudo, um importante fato da convenção foi a formação da Ala Trabalhista do PSD, liderada por José Diogo Brochado da Rocha (ex-diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul) e constituída por vários líderes sindicais, como José Vecchio (Cánepa, 2005, p. 104).

Por sua vez, o PTB no Rio Grande do Sul surgiu, segundo Miguel Bodea (1992, p. 20-31), da confluência de três vertentes distintas: a corrente sindicalista, a corrente doutrinário-pasqualinista e a corrente pragmático-getulista. A corrente sindicalista tem a sua origem na Ala Trabalhista do PSD, que se distancia da

cúpula pessedista (comprometida com a candidatura do general Dutra) e participa ativamente do movimento queremista⁴, apoiando o continuísmo de Vargas. Criticando o PSD como um “partido da classe dominante”, as principais lideranças da Ala Trabalhista do PSD, contando com o apoio de Vargas, desligam-se do PSD e fundam, em 14 de setembro de 1945, o diretório do PTB no Rio Grande do Sul (Cánepa, 2005, p. 107). Entretanto, a cisão da Ala Trabalhista do PSD manteve-se nos limites dos militantes sindicais, uma vez que nenhuma outra liderança política – nem mesmo seu inspirador, José Diogo Brochado da Rocha, então empenhado em sua campanha para deputado federal pelo PSD – acompanhou os sindicalistas (Bodea, 1992, p. 22-23).

A corrente doutrinário-pasqualinista foi formada por um grupo de intelectuais progressistas, liderada pelo advogado e intelectual Alberto Pasqualini⁵, que, após entendimentos com José Vecchio, firmaram uma coalizão entre a União Social Brasileira (USB) pasqualinista e o PTB no final de outubro de 1945. Entretanto, a fusão entre as duas correntes consolidou-se somente em 1946 (Bodea, 1992, p. 23). A consequência disto seria dupla: por um lado, o PTB adquire, desde o início, uma conotação de “partido de esquerda” e não apenas “partido popular”, como tendia a ser nos estados do centro do país;

⁴ O movimento queremista iniciou como um movimento popular favorável ao continuísmo de Vargas e que era discretamente apoiado pelo Ministério do Trabalho, pelo DIP e por empresários. Ancorado no lema “Queremos Getúlio”, a partir do final de julho e início de agosto, o movimento ganhou grande projeção nacional, com manifestações e comícios em todo o país, no qual defendiam a candidatura de Getúlio Vargas nas eleições de dezembro de 1945. Mais detalhes, ver Ferreira (2003a).

⁵ A repercussão do ideário de Pasqualini atraiu diversos adeptos e simpatizantes, que, em junho de 1945, formaram o Movimento Popular em Favor das Idéias Políticas e Sociais de Alberto Pasqualini. Este movimento seria o precursor da União Social Brasileira (USB), agrupamento político dirigido por Pasqualini e lançado no dia 21 de setembro de 1945. A USB era um movimento reformista e democrático de esquerda não-comunista que, ao contrário da Esquerda Democrática, optou por integrar-se ao PTB e não à UDN (Cf. Bodea, 1992).

por outro, sobrava pouco espaço para o Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Rio Grande do Sul (Bodea, 1992, p. 28).

Por fim, a corrente denominada de pragmático-getulista foi composta, essencialmente, por políticos profissionais oriundos do PSD que, sob a orientação direta de Vargas, passaram a ingressar no PTB a partir de 1946 – casos, por exemplo, de José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha. Este processo de “transfusão getulista” só se completaria com a formação do PSD Autonomista (PSDA), pró-getulista, em 1950, que se aliou e, em seguida, migrou para o PTB a partir daquele ano (Bodea, 1992, p. 28).

Contudo, as acirradas disputas entre PSD e PTB nas eleições de 1947 e 1950 no Rio Grande do Sul catalisaram o rompimento definitivo entre Getúlio Vargas e o diretório do PSD sul-rio-grandense, que passou a adotar uma orientação fortemente antigetulista. O resultado desse processo foi a polarização entre trabalhismo (PTB) e antitrabalhismo, com o PSD se consolidando como o principal partido antitrabalhista no Rio Grande do Sul, uma vez que a UDN foi um partido sem grande expressão no território sul-rio-grandense. Portanto, ao contrário do que ocorria em nível nacional – caracterizado pelas alianças políticas e eleitorais entre PTB e PSD –, no Rio Grande do Sul os diretórios estaduais do PTB e do PSD foram ferrenhos adversários políticos.

Assim, as eleições para o governo estadual foram polarizadas entre PSD e PTB, que se alternaram no poder: em 1947, Walter Jobim (PSD) derrotou Alberto Pasqualini (PTB); em 1950, Ernesto Dornelles (PTB) derrotou Cylon Rosa (PSD); em 1954, Ildo Meneghetti (PSD) derrotou o senador Alberto Pasqualini (PTB); em 1958, Leonel Brizola derrotou Walter Peracchi Barcelos (PSD); e em 1962, Ildo Meneghetti (PSD) elegeu-se novamente governador por uma grande coalizão antitrabalhista denominada Ação Demo-

crática Popular (ADP), formada por PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP, derrotando os trabalhistas Egydio Michaelson (PTB) e Fernando Ferrari, que concorreu pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

Apesar da alternância no poder entre o PTB e o PSD (uma das principais características da política sul-rio-grandense do período), o PTB se consolidou como a principal força partidária no Rio Grande do Sul. De fato, a força do PTB é comprovada nas eleições à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa, com o partido elegendo sempre (exceto em 1945) o maior número de parlamentares à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa.

Ano	Senadores eleitos
1945	Getúlio Vargas (PSD) e Ernesto Dornelles (PSD)
1947	Joaquim Pedro Salgado Filho (PTB)
1950	Alberto Pasqualini (PTB)
1954 ⁶	Armando Câmara (PL) e Daniel Krieger (UDN)
1958 ⁷	Guido Fernando Mondin (PRP)
1962 ⁸	Mem de Sá (PL) e Daniel Krieger (UDN)

Quadro 1. Eleições para o Senado no Rio Grande do Sul (1945-1962). Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de Cânepa (2005).

⁶ Nas eleições de 1954 no Rio Grande do Sul houve uma aliança entre PL/UDN/PSD, denominada Frente Democrática.

⁷ Nas eleições de 1958 no Rio Grande do Sul houve novamente uma aliança entre PL/UDN/PSD denominada Frente Democrática. Em oposição, houve uma coalizão entre PTB/PRP/PSP.

⁸ Nas eleições de 1962 no Rio Grande do Sul houve uma aliança entre PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP denominada Ação Democrática Popular.

Partido	1945	1950	1954	1958	1962
PTB	1 (4,5%)	10 (45,8%)	11 (45,6%)	14 (58,3%)	14 (48,2%)
PSD	17 (77,2%)	8 (36,2%)	7 (28,6%)	7 (28,6%)	7 (24,1%)
PL	1 (4,5%)	2 (9%)	3 (12,8%)	2 (8,4%)	3 (10,3%)
UDN	2 (9%)	1 (4,5%)	1 (4,4%)	-----	1 (3,4%)
PRP	-----	1 (4,5%)	2 (8,6%)	1 (4,4%)	1 (3,4%)
PDC	-----	-----	-----	-----	2 (6,8%)
MTR	-----	-----	-----	-----	1 (3,4%)
PCB	1 (4,5%)	-----	-----	-----	-----
Total	22 (100%)	22 (100%)	24 (100%)	24 (100%)	29 (100%)

Quadro 2. Eleições para a Câmara dos Deputados no Rio Grande do Sul (1945-1962).
Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de Cánepa (2005).

Partido	1947	1950	1954	1958	1962
PTB	23 (41,8%)	21 (38,2%)	23 (41,8%)	24 (43,7%)	23 (41,8%)
PSD	16 (29,1%)	17 (30,9%)	15 (27,3%)	13 (23,7%)	11 (20%)
PL	5 (9,1%)	6 (10,9%)	7 (12,8%)	7 (12,8%)	6 (10,9%)
UDN	4 (7,3%)	4 (7,3%)	3 (5,4%)	3 (5,4%)	3 (5,4%)
PRP	4 (7,3%)	4 (7,3%)	4 (7,3%)	3 (5,4%)	3 (5,4%)
PCB	3 (5,4%)	-----	-----	-----	-----
PSP	-----	2 (3,6%)	2 (3,6%)	2 (3,6%)	-----
PSB	-----	1 (1,8%)	1 (1,8%)	-----	-----
PDC	-----	-----	-----	2 (3,6%)	4 (7,3%)
PR	-----	-----	-----	1 (1,8%)	-----
MTR	-----	-----	-----	-----	4 (7,3%)
ARS ⁹	-----	-----	-----	-----	1 (1,8%)
Total	55 (100%)	55 (100%)	55 (100%)	55 (100%)	55 (100%)

Quadro 3. Eleições para a Assembleia Legislativa no Rio Grande do Sul (1947-1962).
Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de Cánepa (2005).

Para contrapor-se à maioria do PTB na Assembleia Legislativa estadual, o PSD necessitava aliar-se ao PL e à UDN, formando uma

⁹ A Aliança Republicana Socialista (ARS) foi uma coalizão entre os comunistas que concorriam pelo Partido Republicano (PR) e parte do Partido Socialista Brasileiro (PSB) nas eleições de 1962 no Rio Grande do Sul.

coalizão antitrabalhista que, na década de 1950, foi denominada Frente Democrática.

O CONTEXTO POLÍTICO-PARTIDÁRIO EM PASSO FUNDO NA TERCEIRA REPÚBLICA (1945-1964)

O contexto político-partidário em Passo Fundo durante a Terceira República (1945-1964) foi caracterizado pela hegemonia do PTB, comprovando a força política do getulismo e do trabalhismo no município. O processo de organização do diretório do PTB de Passo Fundo foi liderado pelo médico César José dos Santos¹⁰, um dos líderes do movimento queremista no município. O diretório municipal do PTB foi oficialmente instalado em novembro de 1945, com César Santos sendo eleito presidente da Comissão Executiva municipal, posto que exerceu por 20 anos, até a extinção do partido, em 1965 (Cf. Benvegnú, 2006). Outros nomes que ingressaram no PTB passo-fundense foram Daniel Dipp, Mário Menegaz, Wolmar Antônio Salton, Benoni Rosado, Ney Menna Barreto, Arthur Culmann Canfield, Romeu Martinelli, Justiniano Augusto de Araújo Trein, Wilson Corrêa Garay, entre outros¹¹.

O PSD foi o principal partido rival do PTB em Passo Fundo, inclusive aglutinando, desde a sua gênese, lideranças antigetulistas locais, como Nicolau de Araújo Vergueiro¹², Arthur Ferreira Filho,

¹⁰ Getulista fervoroso, César Santos (1904-1970) foi uma das principais lideranças trabalhistas em Passo Fundo, sendo eleito, em 1947, deputado estadual e, em 1950, deputado federal. Além do envolvimento com a política local, César Santos foi um dos fundadores da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU), em 1950.

¹¹ Sobre a trajetória do PTB passo-fundense, ver o trabalho de Sandra Mara Benvegnú (2006).

¹² O médico Nicolau de Araújo Vergueiro (1882-1956) foi um dos políticos mais influentes de Passo Fundo. Em 1908, vinculou-se ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), tornando-se em pouco tempo líder do partido na cidade, ao lado do seu tio Gervásio Lucas

Antonio Bittencourt Azambuja, o jornalista Túlio Fontoura (proprietário do jornal *Diário da Manhã*), entre outros. Por sua vez, o diretório da UDN de Passo Fundo foi liderado por Victor Oscar Graeff (que administrou o município entre 1941-1944). Porém, a UDN foi inexpressiva em Passo Fundo.

Em 1947, na primeira eleição municipal após o fim do Estado Novo, o PTB apoiou a candidatura de Armando Araújo Annes, oriundo de uma tradicional família local e que já havia administrado o município duas vezes (em 1924-1928 e 1932-1934). A opção pelo apoio a Armando Annes, que não pertencia ao PTB, revelou a estratégia do partido, que, inclusive, aliou-se à UDN para enfrentar tradicionais nomes da política local vinculados ao PSD (Benvegnú, 2006, p. 52-54). Assim, por uma pequena diferença de votos, a coligação PTB/UDN elegeu Armando Araújo Annes prefeito e Daniel Dipp vice-prefeito, derrotando Dionísio Lângaro (PSD) e Carlos Galves (PL/PRP – Coligação Democrática Cristã) (Damian, 2010, p. 38). No entanto, o PSD elegeu a maioria dos vereadores no pleito de 1947.

Contudo, as três próximas eleições municipais (1951, 1955 e 1959) consolidaram a hegemonia do PTB em Passo Fundo. Em

Annes. Em 1909, Nicolau Vergueiro foi eleito deputado estadual, sendo reeleito para mais cinco mandatos sucessivos. Foi também intendente municipal de Passo Fundo entre 1920-1924 e 1928-1930. Foi eleito deputado federal em março de 1930 e apoiou Getúlio Vargas na Revolução de outubro de 1930, tendo destacada participação no movimento na região (Braga, 1998, p. 577-578). No entanto, em 1932, Nicolau Vergueiro rompeu com Vargas e – a exemplo das correntes republicanas lideradas por Borges de Medeiros e Raul Pilla – apoiou os paulistas na Revolta Constitucionalista, o que resultou na sua prisão e o exílio na Argentina entre os anos de 1933 e 1934. De volta a Passo Fundo após a reconstitucionalização e a anistia política geral decretada por Vargas, em outubro de 1934 foi eleito deputado federal na legenda da Frente Única Gaúcha (FUG), coligação do PRR com o Partido Libertador (PL). Empossado em maio de 1935, exerceu o mandato até 10 de novembro de 1937, quando o golpe do Estado Novo fechou o Congresso (Braga, 1998, p. 577-578). Após o fim do Estado Novo e a democratização de 1945, Nicolau Vergueiro foi um dos fundadores e presidente do Partido Social Democrático (PSD) em Passo Fundo, sendo eleito deputado federal constituinte em 1945. Nas eleições de outubro de 1950 não se reelegeu.

1951, Daniel Dipp e Mário Menegaz foram eleitos, respectivamente, prefeito e vice-prefeito, derrotando a chapa formada por Dionísio Lângaro e Elpídio Fialho (PSD/PL/UDN); em 1955, Wolmar Antônio Salton (prefeito) e Benoni Rosado (vice-prefeito) derrotaram a chapa pessedista formada por Gervásio Araújo Annes e Ítalo Benvegnú; e em 1959, Benoni Rosado (prefeito) e Sinval Bernardon (vice-prefeito) derrotaram a chapa formada pelos dissidentes trabalhistas Mário Menegaz e Daniel Dipp (que concorreram pelo PTN – Partido Trabalhista Nacional) e a chapa formada por Antonio Bittencourt Azambuja e Anildo Sarturi (PSD/PL/UDN/PDC). Ademais, o PTB também elegeu, nos três pleitos, a maioria dos vereadores.

Partido	1947	1951	1955	1959	1963
PTB	5 (33,32%)	7 (46,66%)	8 (53,32%)	7 (46,66%)	7 (46,66%)
PSD	9 (60%)	5 (33,32%)	4 (26,66%)	1 (6,66%)	3 (20%)
UDN	-----	-----	-----	-----	-----
PRP	1 (6,66%)	-----	-----	-----	-----
PL	-----	2 (13,32%)	1 (6,66%)	1 (6,66%)	1 (6,66%)
PSP	-----	1 (6,66%)	2 (13,32%)	2 (13,32%)	-----
PDC	-----	-----	-----	1 (6,66%)	1 (6,66%)
PTN	-----	-----	-----	3 (20%)	-----
MTR	-----	-----	-----	-----	3 (20%)
Total	15 (100%)	15 (100%)	15 (100%)	15 (100%)	15 (100%)

Quadro 4. Eleições para a Câmara de Vereadores de Passo Fundo (1947-1963). Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de Damian (2010) e Câmara Municipal de Passo Fundo (1988).

Ano	Relação de vereadores eleitos
1947	PSD (9): Elpidio Fialho, Pedro dos Santos Pacheco, Miguel Tabbal, João Gasperin, Mário Goelzer, Arno Fett, Aurélio Eugênio Brunetto, Fabrício Oliveira Pillar e Manoel Araújo Bastos. PTB (5): Wolmar Antônio Salton, Jandyr Lima da Cruz, Tranquilo Basso, Basílio Osmundo Rambo e Policarpo Vieira. PRP (1): Carino Canalli
1951	PTB (7): Wolmar Antonio Salton, Ney Menna Barreto, Aquilino Luigi Translatti, Augusto Pigoso Homrich, Avelino Júlio Pimentel, Theodomiro José Branco e Arthur Culmann Canfield. PSD (5): Lauro Ricieri Bortolon, João Gasperin, Romano Busato, Pedro dos Santos Pacheco e João Jacques. PL (2): Tibério Amantéa e Ernesto Morsch. PSP (1): José Lamaison Porto.
1955	PTB (8): Romeu Martinelli, Theodomiro José Branco, Justiniano Augusto de Araújo Trein, Telmo Corrêa, Arthur Culmann Canfield, Wilson Correa Garay, Aquilino Luigi Translatti e Agenor Francisco de Oliveira. PSD (4): Sady Cavalheiro Marinho, João Junqueira Rocha, Osvaldo Pacheco Gayer e Marciano Pereira da Silva. PSP (2): Centenário Índio Brasileiro do Amaral e Anildo José Sarturi. PL (1): Ernani Seeger Coitinho.
1959	PTB (7): Moacir da Motta Fortes, Ernesto Félix Scortegagna, Carlos de Danilo Quadros, Clícério Antonio Menin, Odilon Soares de Lima, Wilson Correia Garay e Rodolpho Rodrigues de Lara. PTN (3): Romeu Martinelli, Justiniano Augusto de Araújo Trein e Afonso Simões Pires Neto. PSP (2): Centenário Índio Brasileiro do Amaral e Pedro Monteiro da Costa. PSD (1): Fidêncio Garibaldi Franciosi. PL (1): Pery Marzullo. PDC (1): Juarez Teixeira Dihel.
1963	PTB (7): Delmo Alves Xavier, Odilon Soares de Lima, Antonio Augusto Meirelles Duarte, Laury de Jesus Fróes, Gilberto Tubino da Silva, Ernesto Félix Scortegagna e Wilson Corrêa Garay. MTR (3): Hilário Anacleto Rebechi, Romeu Martinelli e Rodolpho Rodrigues de Lara. PSD (3): Ivo Biazus, Fidêncio Garibaldi Franciosi e Octacílio Moura Escobar. PDC (1): Anildo Sarturi. PL (1): Victor Hugo Lacerda.

Quadro 5. Relação de vereadores eleitos em Passo Fundo (1947-1963).Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de Damian (2010) e Câmara Municipal de Passo Fundo (1988).

Ano	Deputado federal	Ano	Deputado estadual
1945	Antonio Bittencourt de Azambuja (PSD) Nicolau de Araújo Vergueiro (PSD)	1947	César José dos Santos (PTB) Victor Oscar Graeff (UDN)
1950	César José dos Santos (PTB)	1950	Daniel Dipp (PTB) Odalgiro Gomes Corrêa (PSD) Victor Oscar Graeff (UDN) – reeleito
1954	Vítor Loureiro Issler (PTB) Daniel Dipp (PTB)	1954	Múcio Martins de Castro (PTB) Victor Oscar Graeff (UDN) – reeleito José Lamaison Porto (PSP)
1958	Vítor Loureiro Issler (PTB) – reeleito Daniel Dipp (PTB) – reeleito	1958	José Lamaison Porto (PSP) – reeleito
1962	Vítor Loureiro Issler (PTB) – reeleito	1962	José Lamaison Porto (PTB) – reeleito

Quadro 6. Representantes de Passo Fundo eleitos para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1945-1962). Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de Damian (2010).

Entretanto, o diretório do PTB de Passo Fundo foi abalado por uma grave crise interna a partir de 1957/1958, com as disputas envolvendo o ex-deputado federal César Santos (presidente do diretório municipal) e o ex-prefeito e então deputado federal Daniel Dipp, que liderava uma ala dissidente, composta por nomes como o ex-prefeito Mário Menegaz, o ex-deputado estadual e jornalista Múcio Martins de Castro¹³ (proprietário do jornal *O Nacional*¹⁴) e os

¹³ O jornalista Múcio Martins de Castro (1915-1981) adquiriu o jornal *O Nacional* no início da década de 1940. Em 1945, Múcio de Castro vinculou-se ao Partido Social Progressista (PSP) e concorreu à Câmara Federal nas eleições de 1950, não obtendo êxito. No início da década de 1950, Múcio de Castro migrou para o PTB, partido pelo qual foi eleito deputado estadual em 1954. Dessa forma, ao longo da década de 1950, Múcio de Castro imprimiu ao jornal *O Nacional* uma posição política pró-trabalhista. Entretanto, após Múcio de Castro romper com a Executiva municipal do PTB, liderada por César Santos, *O Nacional* passou a adotar uma postura de forte oposição ao PTB e a César Santos.

¹⁴ O jornal *O Nacional*, fundado em 19 de junho de 1925, pertencia a Herculano Araújo Annes (filho do coronel Gervásio Lucas Annes, líder do Partido Republicano Rio-Grandense na cidade), que, em 1940, vendeu o jornal ao seu funcionário Múcio de Castro (Ber-

vereadores Romeu Martinelli, Justiniano Augusto de Araújo Trein, Arthur Culmann Canfield, Theodomiro José Branco, entre outros. A ala dissidente ambicionava conquistar a direção do diretório municipal, porém César Santos, que contava com o apoio de Leonel Brizola e do diretório estadual, manteve-se no controle do PTB passo-fundense (Cf. Benvegnú, 2006).

Na eleição municipal de 1959, a ala dissidente do PTB se insurgiu contra a decisão do diretório municipal – que lançou as candidaturas de Benoni Rosado e Sinval Bernardon aos postos de prefeito e vice-prefeito, respectivamente – e decidiu lançar uma chapa concorrente, composta por Mário Menegaz e Daniel Dipp, que concorreram pelo PTN. Como resposta, o diretório estadual do PTB expulsou os membros da ala dissidente do PTB de Passo Fundo em outubro de 1959. Após o pleito municipal de 1959, os dissidentes trabalhistas – que elegeram três vereadores¹⁵ – deixaram o PTN e aderiram ao MTR de Fernando Ferrari (Cf. Benvegnú, 2006).

Em virtude das rivalidades e ressentimentos, o diretório do MTR de Passo Fundo adotou uma postura de violenta oposição a César Santos e ao diretório do PTB passo-fundense. Consequentemente, o MTR passo-fundense reforçou o grupo político antipe-tebista em Passo Fundo, tradicionalmente composto por PSD/PL/UDN/PRP/PDC.

Assim, nas eleições municipais de 1963, o MTR liderou em Passo Fundo a grande coalizão antritrabalhista (formada por MTR/PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP) denominada de Coligação Popular Passo-Fundense – inspirada na grande aliança antitrabalhista, denominada Ação Democrática Popular (ADP), que elegeu Ildo

tol; Frosi, 2007, p. 152).

¹⁵ Os três vereadores eleitos pelo PTN em 1959 foram Romeu Martinelli (reeleito), Justiniano Augusto de Araújo Trein (reeleito) e Afonso Simões Pires Neto.

Meneghetti governador em 1962 –, que lançou as candidaturas do ex-prefeito Mário Menegaz e Adolfo João Floriani. Por sua vez, o PTB concorreu com o então vice-prefeito Sinval Bernardon e João José de Andrade. Embora o PTB tenha elegido novamente o maior número de vereadores neste polarizado pleito, acabou sendo derrotado pelas forças antitrabalhistas, que elegeram Mário Menegaz à prefeitura municipal. Portanto, em 1963, o PTB foi, pela primeira vez, derrotado em Passo Fundo.

O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E O FIM DO PLURIPARTIDARISMO

Após a renúncia de Jânio Quadros e a grave crise política que abalou o Brasil, João Goulart assumiu a presidência, em setembro de 1961, herdando um país abalado pela grave crise econômica e politicamente dividido entre os setores nacionalistas e de esquerda, que reivindicavam as reformas de base¹⁶, e os setores conservadores, que eram contrários às reformas (sobretudo a reforma agrária) e temiam o avanço dos movimentos sociais (rurais e urbanos) que ganhavam uma enorme dimensão, considerando-os como “agitações subversivas que visavam à expansão comunista no país”. Conforme Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 280), os proprietários rurais estavam assolados pelo fantasma da reforma agrária, os empresários estavam revoltados com as crescentes mobilizações e reivindicações dos trabalhadores urbanos, enquanto os setores militares, influen-

¹⁶ As reformas de base eram um conjunto de medidas que visavam à alteração das estruturas econômicas, sociais e políticas do país. Entre as principais reformas constavam a bancária, a fiscal, a urbana, a tributária, a administrativa, a agrária, a universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB. O controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia também faziam parte do programa reformista dos nacionalistas (Ferreira, 2003b, p. 351-352).

ciados pela Doutrina de Segurança Nacional e por um visceral anti-comunismo, interpretavam a expansão dos movimentos populares e reformistas como uma suposta ameaça comunista.

Desse modo, as conspirações golpistas – articuladas por lideranças civis, governadores estaduais (sobretudo Carlos Lacerda (UDN) da Guanabara, José de Magalhães Pinto (UDN) de Minas Gerais, Adhemar de Barros (PSP) de São Paulo, Ildo Meneghetti (PSD) do Rio Grande do Sul, entre outros) e militares – avançaram de maneira acelerada, sobretudo a partir de março de 1964. De acordo com Thomas Skidmore (1982, p. 361-362), o golpe tinha data marcada: 2 de abril. No entanto, o golpe, que vinha sendo arquitetado por conspiradores civis e militares, seria “antecipado” pelo general Olímpio Mourão Filho (comandante da IV Região Militar, com sede em Minas Gerais) e pelo governador mineiro Magalhães Pinto para o dia 31 de março¹⁷, contando com a adesão de outros governadores, como Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Ildo Meneghetti, entre outros, que autorizaram as polícias militares em seus respectivos estados a prender os “subversivos” e reprimir qualquer possível reação ao golpe.

No Rio Grande do Sul, o governador Ildo Meneghetti e outros importantes membros do Executivo estadual retiraram-se para Passo Fundo, pois temiam uma reação das forças legalistas do III Exército em Porto Alegre, assim como também uma eventual manifestação popular contra o golpe em frente ao Palácio Piratini. Conforme ressalta Murilo Zardo (2014, p. 98), a fuga do governador Ildo Meneghetti para Passo Fundo não foi uma ação espontânea e imprevista, mas se tratou da colocação em prática de um plano deno-

¹⁷ No dia 31 de março de 1964, as tropas do general Olímpio Mourão Filho, com o respaldo do governador mineiro Magalhães Pinto e de outros governadores, deram início ao golpe, marchando de Juiz de Fora ao Rio de Janeiro.

minado Operação Farroupilha. Arquitetada previamente pela cúpula da administração estadual em conjunto com frações militares do III Exército, a Operação Farroupilha tinha o objetivo de combater no Rio Grande do Sul qualquer tentativa por parte de João Goulart para estabelecer no país uma “ditadura comunista”, cujo “perigo” era amplamente difundido pelos setores conservadores brasileiros. No entanto, a Operação Farroupilha acabou sendo acionado não para evitar um possível golpe de Jango como estava previsto, mas para auxiliar na execução do golpe depôs o presidente da República (Cf. Zardo, 2014).

Assim, Passo Fundo se tornou a capital provisória do Rio Grande do Sul: durante os dias 1º, 2 e 3 de abril de 1964, Meneghetti governou na sede do atual III Regimento de Polícia Montada da Brigada Militar¹⁸ (localizado à Avenida Presidente Vargas, no bairro São Cristóvão). Passo Fundo, que mais tarde recebeu o título de “capital da liberdade”, foi escolhida para receber o governador provavelmente em virtude da correlação de forças político-partidárias favoráveis aos golpistas no município, cujo prefeito Mário Menegaz – que havia rompido com o PTB para se unir, sob a legenda do MTR, ao bloco dos partidos antitrabalhistas – era amigo íntimo de Ildo Meneghetti, que também contou com o apoio do capitão Grey Belles (comandante da unidade do III Exército em Passo Fundo), da Brigada Militar (leais às ordens do governador) e da Igreja Católica (por meio da figura do bispo diocesano Dom Cláudio Colling) (Zardo, 2014, p. 116-118).

No dia 1º de abril de 1964, o Congresso aprovou a declaração de vacância da Presidência da República. Na madrugada do dia 2 de abril, Ranieri Mazzilli (PSD/SP), presidente da Câmara dos Depu-

¹⁸ Em 1964 era o 2º Batalhão Policial da Brigada Militar (2º BPM).

tados, era empossado como presidente da República, decisão, inclusive, legitimada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Mesmo com Jango em território nacional¹⁹, poucas horas depois, o presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, reconheceu o novo governo brasileiro (TOLEDO, 1983, p. 106). Ainda no dia 2 de abril, o general Arthur da Costa e Silva autoneomeou-se comandante do Exército Nacional, por ser o mais antigo general de quatro estrelas, e cria o Comando Supremo da Revolução, composto por três membros: o próprio Costa e Silva (Exército), o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica) e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald (Marinha). Em seguida, o general Costa e Silva autoneomeia-se ministro da Guerra e torna-se o homem forte do novo regime.

Com a consolidação do golpe de Estado, Ildo Meneghetti decidiu retornar a Porto Alegre. Assim, para garantir a segurança do governador no trajeto, foi montada uma grande operação da Brigada Militar para escoltá-lo, denominada “Caravana da Liberdade”²⁰, que partiu de Passo Fundo na manhã do dia 3 de abril de 1964. Estava concluída a “Operação Farroupilha”. Ao chegar a Porto Alegre à noite, o governador falou à imprensa, anunciando a vitória completa do “movimento revolucionário” (em outras palavras, do movimento golpista) (Zardo, 2014, p. 127-128).

Após o golpe, iniciaram-se as prisões e as perseguições às prin-

¹⁹ Jango exilou-se no Uruguai no dia 4 de abril de 1964.

²⁰ A “Caravana da Liberdade” foi constituída por 12 ônibus e inúmeros outros veículos, nos quais viajaram, além de autoridades estaduais e dos municípios do norte gaúcho, um grande número de apoiadores civis ao golpe, que originalmente haviam se reunido em Passo Fundo para pegar em armas contra os legalistas em Porto Alegre. Partindo de Passo Fundo na manhã de 3 de abril, a caravana do governador se encontrou, em Pantano Grande, com o contingente simbólico do general Mário Poppe de Figueiredo, que se dirigia a Porto Alegre com o intuito de assumir o comando do III Exército, para o qual havia sido nomeado pelo novo ministro da Guerra, o general Artur da Costa e Silva (Zardo, 2014, p. 127).

cipais lideranças nacionalistas e reformistas, oficiais e subalternos das Forças Armadas, líderes sindicais, comunistas, estudantes, professores e demais lideranças progressistas, que foram enquadrados como “subversivos”. Porém, convém lembrar que as perseguições não se restringiram somente às questões políticas, uma vez que muitas foram motivadas por revanchismos e desavenças pessoais²¹.

No dia 9 de abril de 1964, o Comando Supremo da Revolução – que na prática governava o país – decretou o Ato Institucional nº 1 (AI-1) que, entre outras coisas, reforçou o Poder Executivo e reduziu o campo de ação do Congresso, estabeleceu a eleição de um novo presidente da República por votação indireta do Congresso Nacional e suspendeu as imunidades parlamentares, dando início à série de cassações de mandatos parlamentares e suspensões dos direitos políticos por dez anos – com o objetivo de “limpar” o Congresso, cassando os mandatos de parlamentares acusados de subversão ou de corrupção. O AI-1 também permitia ao novo regime aplicar uma série de sanções (como exonerar, demitir, aposentar, transferir para a reserva, entre outros) a militares, funcionários públicos, juízes, professores, dando início a “Operação Limpeza”, que visava a promover o expurgo de civis e militares alinhados com João Goulart e/ou com as bandeiras reformistas e nacionalistas.

Portanto, as cassações impostas pelo AI-1 em 1964 no Rio Grande do Sul atingiram principalmente o PTB. Entre os parlamentares cassados pelo AI-1 estava o deputado estadual passo-fundense José Lamaison Porto, que foi eleito vereador municipal em 1951 pelo PSP e deputado estadual em 1954 e 1958 pelo PSP. Lamaison Porto foi secretário de Saúde durante o governo de Leonel Brizola (1959-1962) e ingressou no PTB, partido pelo qual foi reeleito

²¹ Em Passo Fundo, neste sentido, ver os trabalhos de Sandra Benvegnú (2006) e José Ernani de Almeida (2006).

em 1962. No dia 1º de abril de 1964, Lamaison Porto criticou o golpe durante a sessão na Assembleia Legislativa, caracterizando o momento como “hora dramática” e a sessão como “macabra, tétrica, dramática para o povo rio-grandense”, afirmando que os golpistas “procuraram reiteradamente [...] mascarar e mistificar a verdade e confundir a opinião pública” (Catto, 2017, p. 207).

Em Passo Fundo, nenhum vereador foi cassado pelo AI-1. No entanto, na primeira quinzena de maio de 1964, vereadores e políticos trabalhistas foram detidos temporariamente e enviados a Porto Alegre para averiguações, como os vereadores Wilson Corrêa Garay, Ernesto Félix Scortegagna, Antonio Augusto Meirelles Duarte, Odilon Soares de Lima, Gilberto Tubino da Silva, o vereador suplente Bernardino Sampaio Guimarães e o ex-prefeito Benoni Rosado (Benvegnú, 2006, p. 209). Também foram presos o jornalista João Baptista de Mello Freitas²² (redator de debates da Câmara Municipal e redator-chefe do jornal *O Nacional*, sob a acusação de possuir ligações com o PCB) e Paraguassú de Moura Brizola, telegrafista da Viação Férrea e irmão de Leonel Brizola (Almeida, 2006, p. 151).

Posteriormente, o marechal-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco²³, em 27 de outubro de 1965, decretaria o AI-2, que determinou a continuidade das eleições indiretas para a presidência da República e uma reforma partidária, extinguindo os partidos políticos existentes e o próprio sistema pluripartidário, em vigência desde 1945. Como a ditadura pretendia implantar um simulacro de

²² Conforme José Ernani de Almeida (2006), o jornalista João Baptista de Mello Freitas foi uma das maiores vítimas de repressão em Passo Fundo, sendo novamente preso em 1965 e 1966. Mais detalhes, ver Almeida (2006, p. 164-220).

²³ O marechal Humberto de Alencar Castelo Branco – chefe do Estado-Maior do Exército e um dos principais articuladores da conspiração golpista entre os militares –, no dia 11 de abril de 1964, foi eleito indiretamente presidente da República. Portanto, Castelo Branco chegaria ao poder graças ao prestígio que desfrutava entre setores militares e ao apoio que recebeu de lideranças civis (Chagas, 1985, p. 71-76).

democracia ao regime, não cairia bem adotar o modelo de partido único, associado às ditaduras monopartidárias. Assim, a alternativa adotada foi a criação de um novo sistema partidário, com dois ou, no máximo, três partidos políticos. No entanto, as exigências legais, na prática, possibilitaram a criação de apenas dois partidos, dando início ao bipartidarismo, cujo objetivo era a criação de um forte partido de apoio parlamentar ao governo e de um fraco partido oposicionista. Desse modo, foram gestados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO BIPARTIDARISMO

Após a extinção do sistema pluripartidário pelo AI-2, em 20 de novembro de 1965 foi decretado o Ato Complementar 4 (AC-4), que estabeleceu as normas para a criação dos novos grupos políticos. De acordo com o AC-4, os novos partidos deveriam contar com o apoio de, no mínimo, 120 deputados federais e 20 senadores, o que teoricamente possibilitava a organização de, no máximo, três partidos. Contudo, na prática, o ato praticamente instituiu o bipartidarismo, indo ao encontro dos objetivos do governo, a quem interessava criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida. Por outro lado, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e “bem comportado” – isto é, mais propenso a colaborar – partido oposicionista, dando assim um verniz de democracia ao regime.

Em 20 de novembro de 1965, quando o AC-4 foi decretado, o nome do partido que aglutinaria todos os parlamentares alinhados com o governo e com a “revolução” já estava praticamente definido: Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Contudo, organizar o grande partido governista revelou-se uma difícil tarefa, uma vez

que era necessário aglutinar em uma mesma organização partidária grupos heterogêneos de diferentes tendências políticas, oriundos dos extintos partidos, cujos interesses e rivalidades, sobretudo em nível estadual e local, eram difíceis de conciliar.

Assim, diante das dificuldades apresentadas, criou-se o sistema das sublegendas, que consistia em um mecanismo que comportava a formação de grupos adversários dentro de um mesmo partido para concorrer às eleições majoritárias, isto é, cada partido poderia apresentar até três candidatos – sublegenda 1, sublegenda 2 e sublegenda 3 –, permitindo que as lideranças dos antigos partidos pudessem disputar os votos dos eleitores nas eleições para as prefeituras do interior²⁴ e para o Senado (Grinberg, 2009, p. 64). No sistema das sublegendas, os votos dados às sublegendas partidárias eram somados e a totalidade dos votos era atribuída ao candidato mais votado do partido.

Utilizando-se da estrutura partidária da extinta UDN, a ARENA pretendia incorporar os antigos udenistas e grande parte do antigo PSD, além de políticos, oriundos de outros partidos, alinhados com a “Revolução de 1964”. Em particular, o governo empenhou-se em atrair para a ARENA a maioria dos membros do antigo PSD, partido cuja estrutura – composta de homens e diretórios em todo o país – era um capital político indispensável ao governo (Grinberg, 2009, p. 64).

No que tange ao partido oposicionista, organizá-lo não seria uma tarefa fácil, uma vez que a oposição encontrava-se fragilizada após as séries de cassações empreendidas pelo AI-1. Assim, foi somente a contragosto que os grupos oposicionistas e descontentes se conformaram com a necessidade de conviverem em uma mesma

²⁴ Em virtude do AI-3 de 5 de fevereiro de 1966, os prefeitos das capitais passaram a ser nomeados pelos governadores, que também passaram a ser eleitos indiretamente.

organização, denominada de Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A defesa do retorno da democracia foi o único ponto consensual entre os opositoristas e descontentes que ingressaram no MDB, tornando-se a principal bandeira defendida pelo partido durante toda a sua existência, desde a sua gênese. (Motta, 2008, p. 96-100)

Contudo, ARENA e MDB, durante o final de 1965 e início de 1966, procuraram se organizar a partir da filiação dos deputados federais e senadores, conforme a exigência do AC-4. Dessa forma, a ARENA contou com a adesão de 257 deputados federais e 44 senadores, enquanto ingressaram no MDB 149 deputados federais e 21 senadores. Em suma, a ARENA deteve 62,8% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 67,7% dos senadores, ao passo que o MDB contava com 36,5% dos deputados federais e 32,3% dos senadores. Desse modo, a ARENA controlava dois terços do Congresso, correspondendo aos objetivos do governo.

Na Câmara dos Deputados observa-se que os 89,6% dos deputados udenistas e 64,5% da bancada pessedista ingressaram na ARENA, totalizando 164 deputados. Portanto, 63,8% da bancada arenista era oriunda da UDN (33,5%) e do PSD (30,3%). Também convém lembrar que 14,8% da bancada arenista era constituída por ex-petebistas, uma vez que 32,7% (quase um terço) dos deputados do PTB (os “bigorrilhos” ou adesistas) optaram por filiar-se ao partido do governo. Tal situação também foi semelhante no Senado, uma vez que 70,5% da bancada arenista era constituída por udenistas (31,8%) e pessedistas (38,7%). E mais, também se observa que cinco senadores petebistas (o que corresponde a 33,3%, ou 1/3) alinharam-se à ARENA.

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Não Filiados	Total
Partido Social Democrático (PSD)	78	43	-----	121
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	38	78	-----	116
União Democrática Nacional (UDN)	86	9	1 (MG)	96
Partido Social Progressista (PSP)	18	2	1 (SP)	21
Partido Democrata Cristão (PDC)	13	6	-----	19
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	8	4	-----	12
Partido de Representação Popular (PRP)	5	-----	-----	5
Partido Republicano (PR)	4	-----	-----	4
Partido Republicano Trabalhista (PRT)	2	2	-----	4
Partido Libertador (PL)	3	-----	1 (RS)	4
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	-----	3	-----	3
Partido Social Trabalhista (PST)	2	-----	-----	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	-----	2	-----	2
Total	257 (62,8%)	149 (36,5%)	3 (0,7%)	409 (100%)

Quadro 7. Filiação à ARENA e ao MDB na Câmara dos Deputados (1965-1966). Fonte: Kinzo, 1988, p. 32 e 34-35.

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Total
Partido Social Democrático (PSD)	17	5	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	5	10	15
União Democrática Nacional (UDN)	14	1	15
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	3	2	5
Partido Social Trabalhista (PST)	1	2	3
Partido Libertador (PL)	2	-----	2
Partido Democrata Cristão (PDC)	1	-----	1
Partido de Representação Popular (PRP)	1	-----	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	-----	1	1
Total	44 (67,7%)	21 (32,3%)	6525 (100%)

Quadro 8. Filiação à ARENA e ao MDB no Senado (1965-1966). Fonte: Kinzo, 1988: 32 e 34-35.

²⁵ Na época eram 66 cadeiras no Senado, três para cada uma das 22 unidades da Federação. Porém, havia uma vaga em aberto na senatoria do Ceará, em virtude do falecimento, em outubro de 1965, do senador petebista Antônio Jorge de Queiroz Jucá – suplente efetivado após o falecimento, em maio de 1963, do senador Carlos Jereissati (PTB).

Por sua vez, o MDB na Câmara dos Deputados contou com o ingresso de 67,3% dos deputados petebistas e 35,5% dos deputados pessedistas, além de 9,4% da bancada udenista e 31,6% da bancada pedecista. Assim, 52,4% da bancada do MDB era oriunda do PTB, 28,8% do PSD, 6% da UDN, 4% do PDC e 8,8% dos outros partidos. Já no Senado, 47,6% dos senadores medebistas eram oriundos do PTB e 23,8% do PSD.

Como pode se perceber pelos dados os partidos tiveram núcleos formadores bastante diferentes. A base principal da ARENA foi constituída por elementos provenientes da UDN, partido de onde saíram os maiores líderes da luta contra os governos reformistas do período anterior. Os udenistas tiveram participação destacada na preparação do movimento de 1964 e, portanto, é natural que fossem os principais articuladores do partido fiel aos governos militares. Os outros parlamentares da ARENA tinham origem diversa: muitos vieram do PSD e havia até egressos do PTB, mas eram os ex-udenistas os mais numerosos e os mais influentes.

Quanto ao MDB, seu núcleo foi formado por deputados vindos do PTB, principal organização do bloco reformista nos anos 1950 e 1960. Evidentemente, os políticos radicais do PTB, em sua maioria, haviam sido cassados após 1964 e não estavam mais no Congresso para insuflar o ânimo da bancada oposicionista. Mesmo assim, sobraram uns poucos petebistas ideológicos que, aliados a figuras do antigo PSD fiéis aos ideais democráticos, constituíram a base da liderança do MDB (Motta 2008, p. 99).

Portanto, embora a UDN tenha constituído o maior bloco dentro da ARENA e o PTB o maior bloco dentro do MDB, deve-se ressaltar a importância que os ex-pessedistas tiveram dentro dos dois

partidos. De toda forma, em virtude do modo pelo qual foi estabelecido o bipartidarismo, tanto a ARENA quanto o MDB foram caracterizados pela confluência das mais variadas tendências que, por razões de sobrevivência política, eram obrigadas a conviver dentro de um mesmo partido (Kinzo, 1988, p. 31).

A ORGANIZAÇÃO DA ARENA E DO MDB NO RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, a polarização PTB/anti-PTB – que marcou o período pluripartidário de 1945 a 1965 no estado – permitiu que as novas siglas se acomodassem com menos artificialismo que nos outros estados (Noll; Trindade, 2004, p. 95-96). Desse modo, os grupos anti-trabalhistas – que haviam formado a Ação Democrática Popular (PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP) nas eleições de 1962 – ingressaram na ARENA, enquanto o MDB foi organizado pelos trabalhistas (PTB e MTR) e pelos integrantes da Aliança Republicana Socialista (ARS)²⁶. Entretanto, as únicas exceções foram o deputado federal Raul Pilla (ex-PL), que não se vinculou a nenhum partido e se retirou da política ao final do seu mandato, e o deputado estadual Heitor Silveira Campos (ex-MTR), cuja adesão à ARENA garantiu ao partido governista a maioria dos deputados na Assembleia Legislativa.

²⁶ A Aliança Republicana Socialista (ARS) foi uma coalizão entre os comunistas que concorriam pelo Partido Republicano (PR) e parte do Partido Socialista Brasileiro (PSB) nas eleições de 1962 no Rio Grande do Sul.

	Senado	Câmara Federal	Assembleia Legislativa
ARENA	3	13	28
MDB	-----	15	27
Não Filiados	-----	1	-----
Total	3	29	55

Quadro 9. Alinhamento dos parlamentares sul-rio-grandenses à ARENA e ao MDB (1965-1966). Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Não Filiados	Total
PTB	-----	14	-----	14
PSD	7	-----	-----	7
PL	2	-----	1	3
PDC	2	-----	-----	2
UDN	1	-----	-----	1
PRP	1	-----	-----	1
MTR	-----	1	-----	1
Total	13	15	1	29

Quadro 10. Filiação à ARENA e ao MDB dos deputados federais sul-rio-grandenses (1965-1966). Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Total
PTB	-----	23	23
PSD	11	-----	11
PL	627	-----	6
PDC	4	-----	4
UDN	3	-----	3
PRP	3	-----	3
MTR	1	3	4
ARS	-----	1	1
Total	28	27	55

Quadro 11. Filiação à ARENA e ao MDB dos deputados estaduais sul-rio-grandenses (1965-1966). Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

²⁷ No segundo semestre de 1966, dois deputados estaduais do antigo PL deixaram a ARENA e ingressaram no MDB: Paulo Brossard de Souza Pinto e Honório Pereira Severo. Nas eleições parlamentares de novembro de 1966, Paulo Brossard foi eleito deputado federal pelo MDB, enquanto Honório Severo não conseguiu a reeleição à Assembleia Legislativa.

Em suma, conforme Leônidas Xausa e Francisco Ferraz (1981, p. 186), no Rio Grande do Sul a ARENA e o MDB foram desagregados naturais de grupos anteriormente consolidados. Constituído por trabalhistas (PTB e MTR), o primeiro diretório do MDB também contou com a adesão de dissidentes do PSD e do PDC. De acordo com Leônidas Xausa e Francisco Ferraz (1981, p. 186), os dissidentes do PSD correspondem ao minoritário grupo juscelinista divergente da orientação oficial do PSD do Rio Grande do Sul, enquanto os dissidentes do PDC correspondem ao grupo minoritário alinhado com a orientação, em nível nacional, do deputado federal André Franco Montoro (PDC/SP).

Portanto, tendo em vista a predominância dos trabalhistas, o MDB do Rio Grande do Sul pode ser interpretado como a continuação do antigo PTB, sobretudo se observarmos que a sua primeira Comissão Executiva estadual foi composta principalmente por ex-petebistas, como o deputado estadual Siegfried Emanuel Heuser, último presidente do PTB do Rio Grande do Sul e primeiro presidente do MDB sul-rio-grandense (Rodrigues, 2018, p. 118-119).

Por sua vez, o primeiro diretório da ARENA do Rio Grande do Sul foi composto por membros oriundos da Ação Democrática Popular (PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP) e de um membro oriundo do MTR. Contudo, no Rio Grande do Sul, em virtude da fragilidade da UDN, foi o PSD – principal partido anti-trabalhista no estado – que formou o “núcleo duro” da ARENA sul-rio-grandense, com os ex-pessedistas constituindo o grupo majoritário dentro do partido, cujo primeiro presidente foi o deputado estadual Francisco Solano Borges (ex-PL).

A ORGANIZAÇÃO DA ARENA E DO MDB EM PASSO FUNDO²⁸

A organização da ARENA e do MDB em Passo Fundo não destoou do ocorrido em nível estadual, isto é, os grupos anti-trabalhistas – que haviam vencido as eleições municipais de 1963, por meio da coalizão denominada Coligação Popular Passo-Fundense (que aglutinou os mesmos partidos da Ação Democrática Popular – PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP – e mais o MTR) – vincularam-se à ARENA, enquanto os petebistas organizaram o MDB. Contudo, convém observar que, em Passo Fundo, uma significativa fração de membros do antigo MTR, em virtude das rivalidades e ressentimentos catalisados pela dissidência trabalhista ocorrida no final da década de 1950, optou em se alinhar à ARENA.

Além do prefeito Mário Menegaz (ex-MTR), ingressaram na ARENA sete vereadores: três do PSD (Ivo Biazus, Fidêncio Garibaldi Franciosi e Octacílio Moura Escobar), dois do MTR (Romeu Martinelli e Rodolpho Rodrigues de Lara), um do PL (Victor Hugo Lacerda) e um do PDC (Anildo José Sarturi). Em novembro de 1965, os vereadores situacionistas organizaram o Bloco Popular Passo-fundense²⁹.

Por sua vez, o MDB de Passo Fundo foi estruturado a partir do PTB local, contando com o ingresso de oito vereadores – os sete vereadores petebistas (Delmo Alves Xavier, Odilon Soares de Lima, Antonio Augusto Meirelles Duarte, Laury de Jesus Fróes, Ernesto Félix Scortegagna, Wilson Corrêa Garay e Gilberto Bastos Morsch³⁰) e um vereador do MTR (Hilário Anacleto Rebechi) –, que inicialmente organizaram, em novembro de 1965, o Bloco Parlamen-

²⁸ Sobre o bipartidarismo em Passo Fundo, ver: Batistella (2020).

²⁹ Cf. *Diário da Manhã*, 5 nov. 1965, p. 6.

³⁰ Suplente efetivado em 1965, após a renúncia de Gilberto Tubino da Silva (ex-PTB).

tar Democrático Independente³¹. Desse modo, o MDB em Passo Fundo contava com a maioria dos vereadores na Câmara municipal.

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Total
PTB	-----	7	7
MTR	2	1	3
PSD	3	-----	3
PL	1	-----	1
PDC	1	-----	1
Total	7	8	15

Quadro 12. Filiação à ARENA e ao MDB dos vereadores de Passo Fundo (1965-1966).
Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

As articulações para a organização da ARENA passo-fundense tiveram sequência em fevereiro de 1966, com as reuniões envolvendo os representantes dos partidos que formavam a Coligação Popular Passo-Fundense (PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP e parte do MTR)³². Entretanto, a organização do diretório arenista foi bastante tumultuada, uma vez que o lançamento do nome do coronel Wilson de Assis Ferreira Lopes (ex-UDN) para a presidência da Comissão Executiva municipal enfrentava algumas resistências dentro do partido³³.

No dia 28 de maio de 1966 estava prevista uma reunião da ARENA passo-fundense para a definição da Comissão Diretora municipal. Porém, o deputado estadual Francisco Solano Borges (presidente da ARENA sul-rio-grandense) havia solicitado que o encontro fosse adiado, pois nenhum membro da Executiva estadual conseguiria comparecer à reunião. No entanto, mesmo sem a pre-

³¹ Cf. *Diário da Manhã*, 5 nov. 1965, p. 6.

³² Cf. *O Nacional*, 18 fev. 1966, p. 1.

³³ Cf. *O Nacional*, 26 maio 1966, p. 1; *O Nacional*, 27 maio 1966, p. 1.

sença de representantes do diretório estadual, um grupo (formado por membros da UDN, PRP, PSP, PL, PDC e alguns pessedistas) decidiu realizar a convenção, elegendo a primeira Comissão executiva da ARENA passo-fundense³⁴, presidida pelo coronel Wilson de Assis Ferreira Lopes³⁵.

O primeiro diretório municipal da ARENA foi constituído por 30 membros, cinco de cada partido (PSD, PL, PDC, UDN, PRP e PSP). Entretanto, os membros do antigo MTR, incluindo o prefeito Mário Menegaz, os sete vereadores situacionistas e alguns membros do antigo PSD não haviam participado da convenção e não reconheceram a legitimidade da Comissão Executiva arenista eleita³⁶. Inclusive, os vereadores afirmaram que não integrariam a ARENA enquanto não fosse realizada uma nova convenção para a escolha de uma nova Executiva, encaminhando, posteriormente, um recurso ao diretório estadual do partido, no qual solicitavam a anulação da eleição realizada no final de maio³⁷. Contudo, o diretório estadual da ARENA não aceitou o recurso e homologou a Comissão Executiva municipal³⁸. Desse modo, a ARENA em Passo Fundo nasceu sob a égide de uma crise interna, pois o prefeito Mário Menegaz, os sete vereadores governistas e importantes líderes do antigo PSD e MTR local encontravam-se em rota de colisão com a Executiva municipal.

Por sua vez, a organização do diretório municipal do MDB foi aparentemente mais tranquila. No início de junho, o deputado estadual Siegfried Emanuel Heuser (presidente do MDB do Rio

³⁴ A ARENA de Passo Fundo foi presidida por: Wilson de Assis Ferreira Lopes (1966-1967), Fidêncio Garibaldi Franciosi (1967-1969), Justiniano Augusto de Araújo Trein (1969-1972 e 1972-1975) e Ivo Biazus (1975-1979).

³⁵ Cf. *Diário da Manhã*, 29 maio 1966, p. 6; *O Nacional*, 30 maio 1966, p. 1.

³⁶ Cf. *O Nacional*, 30 maio 1966, p. 1.

³⁷ Cf. *O Nacional*, 2 jun. 1966, p. 3.

³⁸ Cf. *O Nacional*, 22 jun. 1966, p. 1; *Diário da Manhã*, 22 jun. 1966, p. 6.

Grande do Sul) esteve em Passo Fundo para tratar da organização do diretório emedebista³⁹, que contaria com o ingresso dos antigos membros do PTB e de uma fração do MTR. Posteriormente, no dia 20 de junho de 1966, ocorreu uma reunião, para a definição da primeira Comissão Executiva do MDB passo-fundense⁴⁰, presidida por Carlos Mader Annes⁴¹. Entretanto, convém lembrar que algumas das principais lideranças do antigo PTB passo-fundense, como César José dos Santos, Wolmar Antônio Salton e Daniel Dipp (ex-MTR) somente ingressariam no MDB alguns meses depois.

Em fevereiro de 1967, a crise na ARENA de Passo Fundo tornou-se mais aguda, uma vez que a maioria dos membros do diretório municipal decidiu destituir de suas funções na Comissão Executiva municipal o coronel Wilson de Assis Ferreira Lopes (presidente) e Mário Daniel Hoppe (secretário). O motivo teria sido a relação de proximidade e de apoio dos dois dirigentes arenistas aos irmãos Santos (César e Reissoly, vinculados ao antigo PTB e ao MDB) durante as disputas envolvendo a direção da Sociedade Pró-Universidade (SPU)⁴², fato que desagradou a maioria dos arenistas, sobretudo ao prefeito Mário Menegaz⁴³, inimigo dos irmãos Santos.

No final de abril, o deputado estadual Francisco Solano Borges (presidente do diretório estadual da ARENA) esteve em Passo Fundo para solucionar a situação. Após uma reunião realizada no dia 26 de abril, o prefeito Mário Menegaz teve decisiva influência

³⁹ Cf. *O Nacional*, 3 jun. 1966, p. 1; *O Nacional*, 6 jun. 1966, p. 1.

⁴⁰ O MDB de Passo Fundo foi presidido por Carlos Mader Annes (1966-1969), Ernesto Formighieri (1969-1972), Ruy do Amaral Martins (1972-1975 e 1975-1978), Guaracy Barroso Marinho (1978-1979) e Odilon Soares de Lima (1979).

⁴¹ Cf. *O Nacional*, 27 jun. 1966, p. 1.

⁴² Mais detalhes acerca das disputas envolvendo a SPU, ver os trabalhos de Sandra Benvenú (2006) e José Ernani de Almeida (2006).

⁴³ Cf. *O Nacional*, 9 fev. 1967, p. 1; *O Nacional*, 13 fev. 1967, p. 1.

na escolha do vereador Fidêncio Garibaldi Franciosi para assumir a presidência da ARENA passo-fundense⁴⁴. Após a escolha da nova Comissão Executiva da ARENA passo-fundense, os sete vereadores governistas integraram-se efetivamente no partido⁴⁵, cujo novo diretório não incluía os nomes do coronel Wilson de Assis Ferreira Lopes e Mário Daniel Hoppe, que foram completamente alijados.

No entanto, Wilson Lopes e Mário Hoppe tinham o apoio do governador Walter Peracchi Barcelos, que não reconhecia a nova Executiva da ARENA passo-fundense⁴⁶. Assim, Passo Fundo temporariamente passou a ter dois diretórios da ARENA: uma presidida por Fidêncio Franciosi e apoiada pelo prefeito Mário Menegaz, pelos sete vereadores e pelo diretório estadual (por meio do deputado estadual Francisco Solano Borges); e a outra presidida por Wilson Lopes, que contava com o apoio do governador⁴⁷, que, por tal razão, foi duramente criticado pelos vereadores arenistas de Passo Fundo⁴⁸.

A conturbada situação na ARENA passo-fundense foi definitivamente resolvida somente em 9 de julho de 1967, quando a nova Comissão Executiva, presidida pelo vereador Fidêncio Franciosi, foi oficialmente empossada pelo diretório estadual, durante uma convenção estadual realizada em Erechim⁴⁹.

⁴⁴ Cf. *O Nacional*, 28 abr. 1967, p. 8.

⁴⁵ Cf. *O Nacional*, 18 maio 1967, p. 1; *O Nacional*, 23 maio 1967, p. 1.

⁴⁶ Cf. *Diário da Manhã*, 21 maio 1967, p. 1; *Diário da Manhã*, 13 jun. 1967, p. 6.

⁴⁷ Cf. *Diário da Manhã*, 23 maio 1967, p. 2.

⁴⁸ Cf. *Diário da Manhã*, 27 jun. 1967, p. 6; *Diário da Manhã*, 29 jun. 1967, p. 6.

⁴⁹ Cf. *O Nacional*, 10 jul. 1967, p. 1 e 4.

MDB E ARENA E AS ELEIÇÕES PARLAMENTARES DURANTE O BIPARTIDARISMO (1966-1978)

Como a ditadura militar impôs, por meio do AI-2 e AI-3, eleições indiretas para os cargos de presidente da República e governadores dos estados⁵⁰, durante a vigência do bipartidarismo ocorreram eleições diretas somente para o Senado, a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas estaduais. Em nível municipal, mantiveram-se as eleições diretas para a escolha dos vereadores, além das prefeituras dos municípios do interior⁵¹.

Nas eleições parlamentares de 1966 (realizada em 15 de novembro), em nível nacional, a ARENA obteve um excelente resultado eleitoral, ampliando ainda mais o número de cadeiras em relação ao MDB. Para o Senado, a ARENA elegeu 18 senadores contra quatro do MDB. Na Câmara dos Deputados, a ARENA elegeu 277 (67,7%) deputados contra 132 (32,2%) do MDB⁵² (Kinzo, 1988, p. 74). No Rio Grande do Sul, a ARENA, por meio da sublegenda, reelegeu Guido Mondin à senatoria, pois os três candidatos arenistas totalizaram 42,6% dos votos, contra 40,4% de Siegfried Heuser⁵³ (Cánepa, 2005, p. 386). Por outro lado, o MDB elegeu mais deputados, tanto em nível federal quanto em nível estadual (15 deputados federais e 28 deputados estaduais). Portanto, o Rio Grande do Sul

⁵⁰ Durante a vigência do bipartidarismo, foram eleitos indiretamente ao governo do Rio Grande do Sul os arenistas Walter Peracchi Barcelos (1966-1971), Euclides Triches (1971-1975), Sinval Guazzelli (1975-1979) e José Augusto Amaral de Souza (1979-1983).

⁵¹ Em virtude do AI-3 de 5 de fevereiro de 1966, os prefeitos das capitais passaram a ser nomeados pelos governadores.

⁵² Após o realinhamento partidário, a ARENA contava com 257 (62,8%) deputados contra 149 (36,5%) do MDB. Havia ainda três não alinhados (0,7%), totalizando, assim, 409 deputados na Câmara Federal. Após a eleição de 1966, a ARENA ampliou a sua vantagem em 20 cadeiras, enquanto o MDB perdeu 17.

⁵³ Guido Mondin obteve 322.901 votos, Sinval Guazzelli obteve 206.917 e Mário Mondino obteve 142.662. Dessa forma, a ARENA totalizou 672.480 votos, enquanto o emedebista Siegfried Heuser obteve 638.140 votos. Cf. *O Nacional*, 1º dez. 1966, p. 5.

foi um dos poucos estados onde o MDB elegeu mais deputados (federais e estaduais), garantindo, assim, a maioria dos parlamentares na Assembleia Legislativa.

Entretanto, as eleições parlamentares de 1970 (realizadas em 15 de novembro) foram amplamente favoráveis à ARENA em todo o país⁵⁴. No Rio Grande do Sul, além de eleger os dois senadores (Tarso Dutra e Daniel Krieger⁵⁵), a ARENA também elegeu a maioria dos parlamentares (14 deputados federais e 27 deputados estaduais).

De acordo com a observação de Maria Kinzo (1988, p. 133-134), um dos fatores que contribuíram para a derrota do MDB em 1970 foi o seu comportamento moderado, que provavelmente contribuiu para o aumento do número de votos brancos e nulos (que chegaram a 30% na eleição para a Câmara dos Deputados, superando os 21% das eleições de 1966). Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 97), a conduta conformista e submissa adotada pelo MDB contribuiu para que setores da sociedade, simpáticos às posturas oposicionistas, preferissem anular os seus votos a dá-lo aos MDB, pois, naquele contexto, muitos achavam que apoiar o MDB era prestar um serviço aos militares (MOTTA, 2007, p. 286). Portanto, os votos brancos e nulos eram, ao mesmo tempo, um protesto contra a ilegitimidade do sistema e uma demonstração de falta de confiança no MDB, considerada tanto quanto a ARENA um produto do autoritarismo (Motta, 2008, p. 97).

Ademais, Maria Kinzo (1988, p. 134-135) também aponta ou-

⁵⁴ Para o Senado, a ARENA elegeu 41 senadores contra apenas cinco do MDB. Assim, a bancada emedebista no Senado caiu de 19 para sete senadores. Por sua vez, na Câmara dos Deputados, a ARENA elegeu 223 (71,9%) deputados federais contra 87 do MDB (28,1%) (KINZO, 1988, p. 74).

⁵⁵ Tarso Dutra obteve 929.461 votos e Daniel Krieger obteve 864.505, enquanto Paulo Brossard (MDB) obteve 833.630 e Geraldo Brochado da Rocha (MDB) obteve 809.296 (Fonte: TRE/RS).

tros fatores que ajudam a compreender o sucesso da ARENA e o fracasso do MDB nas eleições parlamentares de 1970:

[...] O controle exercido pelo governo sobre o processo eleitoral talvez tenha sido o mais estrito jamais ocorrido no Brasil. A máquina governamental, desde o nível local até o federal, foi extensivamente utilizada para atrair votos para a ARENA. Isto fez com que o MDB chegasse a protestar contra a interferência dos governadores estaduais na campanha eleitoral, vista pela oposição como meio de pressão e instrumento de corrupção e violência contra o eleitorado. [...].

O controle do governo sobre o pleito foi exercido também através da censura à imprensa, rádio e televisão durante a campanha eleitoral, e através da repressão policial. O governo intimidava a oposição não apenas através de ameaças de “fechamento total”, caso a campanha fosse utilizada como meio de agitação política contra o regime, como também recorria à repressão física. Em 4 de novembro – dez dias antes das eleições – a polícia política deflagrou uma onda de prisões em larga escala no país, sob pretexto de caça a terroristas. A ampla operação prendia indiscriminadamente todos os que fossem considerados “suspeitos”, desde escritores, artistas e advogados até candidatos do MDB.

Para contrabalançar as medidas repressivas contra a oposição, o regime mostrava ao eleitorado as altas taxas de crescimento econômico geradas pelo assim chamado “milagre brasileiro”. A propaganda do governo, maciçamente intensificada durante a campanha eleitoral através do rádio e da televisão, mostrava os feitos da “Revolução” e apresentava uma imagem do presidente Médici como grande empreendedor, que faria do Brasil uma futura Grande Potência. [...]. Toda essa propaganda acrescentaria otimismo à at-

mosfera de euforia geral produzida pela vitória do Brasil na Copa do Mundo. [...].

Portanto, para o MDB a derrota eleitoral de 1970 foi maior do que a derrota de 1966, gerando um período de incertezas e de crise interna dentro do partido, inclusive com a renúncia do senador Oscar Passos (que não se reelegeu) à presidência nacional do MDB. Assim, em fevereiro de 1971, a convenção nacional do MDB elegeu o deputado federal Ulysses Guimarães (MDB/SP) como o novo presidente nacional do partido oposicionista.

Contudo, o quadro se inverteu nas eleições parlamentares de 1974, com o MDB obtendo um excelente desempenho eleitoral, elegendo 16 senadores contra apenas seis da ARENA⁵⁶. Na Câmara dos Deputados, o MDB quase duplicou a sua bancada, elegendo 160 deputados federais. O resultado eleitoral surpreendeu a ARENA, que acreditava que alcançaria tranquilamente o mesmo êxito dos pleitos anteriores.

Eleição/ano	Senado			Câmara dos Deputados	
	ARENA	MDB		ARENA	MDB
1966	18 (81,8%)	4 (18,2%)		277 (67,7%)	132 (32,2%)
1970	41 (89,1%)	5 (10,9%)		223 (71,9%)	87 (28,1%)
1974	6 (27,3%)	16 (72,7%)		204 (56%)	160 (44%)
1978	15 (65,2%)	8 (34,8%)		231 (55%)	189 (45%)

Quadro 13. Desempenho eleitoral da ARENA e do MDB nas eleições para o Senado e Câmara dos Deputados (1966–1978). Fonte: Kinzo, 1988, p. 74.

⁵⁶ O MDB elegeu os senadores nos seguintes estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba, Amazonas e Acre. Por sua vez, a ARENA elegeu os senadores na Bahia, Piauí, Alagoas, Maranhão, Pará e Mato Grosso (Cf. Nery, 1975).

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 100-101), alguns fatores explicam os resultados eleitorais de 1974: a) a agressividade do MDB, que adotou posturas críticas mais contundentes; b) o fim do otimismo em relação ao crescimento econômico em virtude do esgotamento do “milagre econômico”; c) a eficiência do MDB na campanha, utilizando com inteligência a televisão, que, pela primeira vez, teve um papel importante nas disputas eleitorais; d) o fato das eleições terem sido relativamente abertas, com menor índice de repressão desde 1965⁵⁷.

No Rio Grande do Sul, o MDB também alcançou uma expressiva vitória eleitoral, elegendo Paulo Brossard para o Senado⁵⁸, além da maioria dos deputados: 19 deputados federais e 33 deputados estaduais. Além do Rio Grande do Sul, o MDB também elegeu a maioria dos deputados estaduais em outras cinco Assembleias Legislativas: São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara, Amazonas e Acre (Kinzo, 1988, p. 251).

	1966 (Pós-AI-2)	1966	1970	1974	1978
ARENA	13 (44,8%)	14 (48,3%)	14 (53,8%)	13 (40,6%)	14 (43,75%)
MDB	15 (51,7%)	15 (51,7%)	12 (46,2%)	19 (59,4%)	18 (56,25%)
Não Filiados	1 (3,5%)	-----	-----	-----	-----
Total	29 (100%)	29 (100%)	26 (100%)	32 (100%)	32 (100%)

Quadro 14. Composição da bancada sul-rio-grandense na Câmara dos Deputados (1966-1978). Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

⁵⁷ Nos períodos eleitorais eram comuns as prisões de militantes oposicionistas, bem como a cassação de alguns candidatos antes mesmos da disputa (Motta, 2008, p. 100-101).

⁵⁸ Paulo Brossard obteve 1.383.288 votos, enquanto o arenista Nestor Jost obteve 897.803 votos (Fonte: TRE/RS).

	1966 (Pós-AI-2)	1966	1970	1974	1978
ARENA	28 (50,9%)	27 (49,1%)	27 (54%)	23 (41,1%)	25 (44,6%)
MDB	27 (49,1%)	28 (50,9%)	23 (46%)	33 (58,9%)	31 (55,4%)
Total	55 (100%)	55 (100%)	50 (100%)	56 (100%)	56 (100%)

Quadro 15. Composição da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1966-1978). Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Ano	Deputado federal	Deputado estadual
1966	Vitor Loureiro Issler (MDB) – reeleito	-----
1970	Vitor Loureiro Issler (MDB) – reeleito para a 5ª Legislatura	Justiniano Augusto de Araújo Trein (ARENA)
1974	Justiniano Augusto de Araújo Trein (ARENA)	José Alberto Pilar Bandarra (MDB)
1978	Justiniano Augusto de Araújo Trein (ARENA) - reeleito	Romeu Martinelli (ARENA)

Quadro 16. Representantes de Passo Fundo eleitos para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1966-1978). Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de Damian (2010).

Segundo Maria Kinzo (1988, p. 159-160), além do otimismo exagerado, dois outros fatores contribuíram para a derrota arenista:

[...] O primeiro tem a ver com a falta de apelo da campanha da ARENA. Acostumada a caminhar à sombra do governo, a sua plataforma eleitoral nada mais era do que a defesa de vagas declarações de princípios econômicos e sociais, bem como a reiteração de que seu programa era o do governo e de que a ARENA era o partido da “Revolução”. [...] Sem qualquer apelo ou argumento para contra-atacar as críticas do MDB dirigidas às políticas do governo, a ARENA lançava mão de sua velha técnica de intimidação, acusando a oposição de extremista e culpando-a por tentar prejudicar o processo de distensão política. [...].

O segundo fator que influenciou os resultados eleitorais em 1974 tem a ver com as dissensões internas da ARENA. Contrariamente ao MDB, que conseguiu superar seus problemas internos e partira unido para a campanha eleitoral, a cúpula da ARENA foi incapaz de resolver as divergências provocadas pelo processo de nomeação dos governadores e seleção de candidatos para o Senado.

Portanto, a vitória eleitoral do MDB em 1974 representou um duro golpe para o governo e um aviso da insatisfação social com a inflação e a carestia. A ditadura militar entraria em crise, desgastada pelo agravamento da crise econômica e pelas manifestações de setores da sociedade civil e da Igreja católica pelo retorno à democracia.

Entretanto, após a derrota eleitoral de 1974, o general-presidente Ernesto Geisel passou a priorizar a vitória da ARENA nas eleições municipais de 1976. Desse modo, visando a enfraquecer o MDB, a ditadura militar arquitetou uma série de mudanças nas regras eleitorais, que ficaram conhecidas como Lei Falcão (em referência ao ministro da Justiça, Armando Falcão, seu idealizador). Promulgada no início de julho, a Lei Falcão (Lei 6.339/76) proibia os candidatos de realizar qualquer tipo de pronunciamento no rádio e na televisão. Desse modo, os partidos poderiam apenas divulgar, nas campanhas eleitorais, os nome, os números e as fotos dos candidatos, acompanhado da leitura dos seus currículos. Dessa forma, a Lei Falcão esvaziou a campanha eleitoral no rádio e na televisão, transformando-a em um modorrento e inócuo desfile de currículos e fotografias⁵⁹. Portanto, a Lei Falcão foi mais um casuísmo da ditadura, que modificou as regras do jogo eleitoral para silenciar o MDB, que, em 1974, obteve êxito na sua campanha política denunciando

⁵⁹ A Lei Falcão vigorou até 1985.

a inflação, o arrocho salarial e o agravamento da situação socioeconômica do país.

Posteriormente, a ditadura militar, por meio do “Pacote de Abril”, em 1977, decretou mais medidas casuísticas, como: a) eleições indiretas para governadores em 1978 por meio de um Colégio Eleitoral composto de membros das Assembleias estaduais e de delegados das Câmaras municipais – impossibilitando, assim, o MDB de eleger cinco governadores, uma vez que os emedebistas detinham a maioria em cinco Assembleias estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Acre e Amazonas); b) eleições indiretas para um terço das cadeiras no Senado (criando os chamados “senadores biônicos”) por meio do mesmo Colégio Eleitoral que escolheria os governadores, o que garantiria à ARENA 21 cadeiras senatoriais.

Se, por um lado, tais as medidas casuísticas impediram o MDB de eleger cinco governadores e de ter a possibilidade de obter a maioria no Senado a partir de 1978, por outro, tais medidas não deteriam o crescimento eleitoral do MDB nas eleições de 1978, partido que aglutinava a oposição e angariava a simpatia popular.

No Rio Grande do Sul, o MDB demonstrou a sua força, elegendo Pedro Simon⁶⁰ (deputado estadual e presidente do MDB/RS) ao Senado e a maioria dos parlamentares (18 deputados federais e 31 deputados estaduais). Em nível nacional, a ARENA elegeu 15 senadores contra oito do MDB⁶¹ e obteve 55% da representação na Câmara Federal. Além disso, a ARENA também já havia garantido um terço do Senado por meio das eleições indiretas (os “senadores

⁶⁰ Em 1978, Pedro Simon obteve mais votos do que os três candidatos arenistas juntos: Simon fez 1.751.469 votos, contra 620.405 de Mário Ramos, 329.982 de José Mariano da Rocha Filho e 140.744 de Fernando Gay da Fonseca (Fonte: TRE/RS). Desse modo, o MDB sul-rio-grandense passaria a ter dois senadores (Pedro Simon e Paulo Brossard – eleito em 1974).

⁶¹ Além do Rio Grande do Sul, o MDB venceu as eleições para o Senado em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Paraíba (KINZO, 1988, p. 202).

biônicos”, eleitos em setembro de 1978), o que garantiu ao governo a maioria no Congresso. Contudo, o MDB confirmou novamente a sua força nas urnas: se compararmos a votação total dos dois partidos, o MDB venceu a ARENA nas eleições senatoriais por uma diferença de 4,4 milhões de votos e nas eleições para a Câmara dos Deputados sua votação não diferiu da obtida pela ARENA (Kinzo, 1988, p. 201-202).

AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM PASSO FUNDO DURANTE O BIPARTIDARISMO (1968-1976)

Em 1967, por meio do Ato Complementar 37 (AC-37), de 14 de março, os mandatos dos prefeitos municipais e dos vereadores foram prorrogados por mais um ano, isto é, até 31 de janeiro de 1969. Dessa forma, as eleições municipais que ocorreriam em 1967 em várias cidades do país (incluindo Passo Fundo) foram adiadas para 1968.

Posteriormente, uma nova lei (Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968) instituiu que os municípios considerados áreas de interesse da Segurança Nacional (municípios localizados em regiões de fronteira com outros países ou em áreas estratégicas) passariam a ter os seus prefeitos nomeados pelos governadores. Portanto, as capitais dos estados, os municípios considerados como estâncias hidrominerais e os municípios das áreas de Segurança Nacional somente teriam eleições para vereadores, pois os eleitores estavam privados de escolherem os seus prefeitos nestes municípios.

O Rio Grande do Sul foi o estado mais atingindo, com 25 municípios sendo considerados como área de Segurança Nacional: Alecrim, Bagé, Canoas⁶², Crissiumal, Dom Pedrito, Erval, Horizon-

⁶² Canoas foi incluída na Lei nº 5.449/1968 e declarada município de interesse da Segurança Nacional por meio do Decreto Lei nº 435, de 24 de janeiro de 1969.

tina, Itaqui, Jaguarão, Osório⁶³, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Roque Gonzales⁶⁴, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja, São Nicolau, Tenente Portela, Tramandaí⁶⁵, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguaiana. Em suma, se incluirmos a capital – Porto Alegre –, e os dois municípios considerados como estância hidromineral – Iraí e Vicente Dutra –, no Rio Grande do Sul havia 28 municípios⁶⁶ cujos prefeitos seriam nomeados pelo governador.

Como Passo Fundo não foi incluído entre os municípios considerados áreas de Segurança Nacional, em 15 de novembro de 1968 foram realizadas eleições municipais para prefeito. No referido pleito, o ex-vereador Justiniano Augusto de Araújo Trein (ARENA) foi o candidato mais votado. Porém, em virtude do mecanismo da sublegenda, os três candidatos do MDB obtiveram juntos 14.037 votos, enquanto a soma dos candidatos da ARENA totalizaram 10.945 votos. Desse modo, César Santos (ex-presidente do diretório do PTB de Passo Fundo e presidente de honra do MDB passo-fundense⁶⁷), o candidato mais votado do MDB, elegeu-se prefeito de Passo Fundo.

⁶³ Osório foi incluído na Lei nº 5.449/1968 e declarado município de interesse da Segurança Nacional por meio do Decreto Lei nº 435, de 24 de janeiro de 1969.

⁶⁴ Roque Gonzales foi declarado município de interesse da Segurança Nacional por meio do Decreto Lei nº 1.183, de 22 de julho de 1971.

⁶⁵ Tramandaí foi incluído na Lei nº 5.449/1968 e declarado município de interesse da Segurança Nacional por meio do Decreto Lei nº 435, de 24 de janeiro de 1969.

⁶⁶ Posteriormente, o município de Catuípe – onde houve eleição para prefeito em 1968 – foi também considerado como estância hidromineral. Dessa forma, o prefeito municipal de Catuípe foi nomeado em 1972 pelo governador. Porém, em 1976 ocorreu novamente a eleição para a prefeitura municipal de Catuípe, uma vez que o município deixou de ser considerado como estância hidromineral.

⁶⁷ No final de julho de 1968, por indicação de Carlos Mader Annes (presidente do diretório municipal), César Santos foi eleito presidente de honra do diretório do MDB de Passo Fundo. Cf. *Diário da Manhã*, 28 jul. 1968, p. 6.

Partido	Prefeito / vice-prefeito	Número de votos
ARENA	Justiniano Augusto de Araújo Trein / Romeu Martinelli	7.839
ARENA	Anildo José Sarturi / Fidêncio Garibaldi Franciosi	2.156
ARENA	Adolfo João Floriani / Ney Vaz da Silva	950
	Total de votos da ARENA	10.945
MDB	César José dos Santos / Guaracy Barroso Marinho	5.559
MDB	Wolmar Antônio Salton / Nilo Zimmermann	4.365
MDB	Sinval Bernardon / Hilário Anacleto Rebechi	4.113
	Total de votos do MDB	14.037

Quadro 17. Eleição para prefeito em Passo Fundo (1968). Fonte: Damian, 2010, p. 57.

Para a Câmara de Vereadores, o MDB elegeu nove vereadores, enquanto a ARENA elegeu seis. Portanto, o MDB conquistou 60% das cadeiras, garantindo ao prefeito Cesar Santos⁶⁸ a maioria no legislativo municipal. Contudo, convém ressaltar que, pela primeira vez, duas mulheres foram eleitas à Câmara municipal⁶⁹: a professora Thereza Zulmira Araújo Almeida (MDB) e a advogada Linda do Brasil Degrazia Sarturi (ARENA) – esposa do vereador Anildo Sarturi, que havia concorrido à prefeitura municipal em 1968.

Nas eleições de municipais de 1972, realizadas no dia 15 de novembro, o ex-prefeito Wolmar Salton (MDB) foi o candidato mais votado. Porém, em virtude do mecanismo da sublegenda, os dois candidatos da ARENA obtiveram juntos 15.131 votos, enquanto a soma dos dois candidatos do MDB totalizou 14.147 votos. Dessa forma, o tenente-coronel Edu Villa de Azambuja (que comandava, desde 1969, o 1º Esquadrão do 20º Regimento de Cavalaria de Passo

⁶⁸ No entanto, César Santos faleceu em maio de 1970, vitimado por um câncer. Desse modo, o vice-prefeito Guaracy Barroso Marinho assumiu a prefeitura municipal de Passo Fundo.

⁶⁹ A primeira mulher a atuar como vereadora em Passo Fundo foi a professora Olga Adélia Poletto, eleita suplente pelo PL em 1955 e convocada temporariamente durante a legislatura 1956-1959.

Fundo), o candidato mais votado da ARENA, elegeu-se prefeito de Passo Fundo.

Partido	Prefeito / vice-prefeito	Número de votos
ARENA	Edu Villa de Azambuja / Juarez Paulo Zílio	9.315
ARENA	Ivo Biazus / Darcy Fauth da Silva ⁷⁰	5.816
	Total de votos da ARENA	15.131
MDB	Wolmar Antônio Salton / Sebastião Rocha	11.773
MDB	Odilon Soares de Lima / Walter Vieira	2.374
	Total de votos do MDB	14.147

Quadro 18. Eleição para prefeito em Passo Fundo (1972). Fonte: Damian, 2010, p. 60.

Para a Câmara de Vereadores, a ARENA elegeu dez vereadores, enquanto o MDB elegeu nove. Portanto, a ARENA conquistou 52,6% das cadeiras, garantindo ao prefeito Edu Villa de Azambuja a maioria no legislativo municipal.

Partido	Após o AI-2	1968	1972	1976
MDB	8 (53,3%)	9 (60%)	9 (47,4%)	12 (57,1%)
ARENA	7 (46,7%)	6 (40%)	10 (52,6%)	9 (42,9%)
Total	15 (100%)	15 (100%)	19 (100%)	21 (100%)

Quadro 19. Câmara de Vereador de Passo Fundo (1965-1976). Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Em suma, as eleições municipais de 1972 foram amplamente favoráveis à ARENA em Passo Fundo. Tal situação também ocorreu em nível nacional, com a ARENA conquistando as prefeituras de 87% das cidades e o MDB não apresentando candidatos a prefeito em mais da metade dos municípios do país onde ocorreram eleições (Kinzo, 1988, p. 145). No Rio Grande do Sul, a ARENA elegeu 148

⁷⁰ Darcy Fauth da Silva substituiu a professora Delma Rosendo Ghem, que desistiu da sua candidatura por motivos de saúde. Cf. *O Nacional*, 30 set. 1972, p. 1.

prefeitos – e teve 29 prefeitos nomeados⁷¹, passando a controlar 177 (76,3%) municípios sul-rio-grandenses –, enquanto o MDB conquistou apenas 55 prefeituras (23,7%) – e não concorreu à prefeitura de 64 (27,6%) municípios⁷². Além do problema estrutural, Maria Kinzo (1988, p. 145) também aponta outro fator que prejudicou o MDB no pleito: o clima repressivo existente nas eleições de 1970 repetiu-se em 1972.

No entanto, as eleições de 1976 marcaram o retorno do MDB ao controle político do município de Passo Fundo, com Wolmar Salton (MDB) elegendo-se prefeito de Passo Fundo⁷³ e elegendo 12 vereadores (57,1%) – incluindo Heloísa Almeida, a terceira mulher a eleger-se vereadora em Passo Fundo –, garantindo a maioria das cadeiras (57,1%) no legislativo municipal.

Partido	Prefeito / vice-prefeito	Número de votos
ARENA	Juarez Paulo Zílio / Osvaldo Rodrigues de Lara	8.284
ARENA	Fernando Machado Carrion / Elluhyr José Reschke	5.880
ARENA	Jesus Almeida / Polidoro Mendes da Costa	4.414
	Total de votos da ARENA	18.578
MDB	Wolmar Antônio Salton / Firmino da Silva Duro	17.809
MDB	Raul Lima Lângaro / Ilmo Santos	1.225
MDB	Ruy do Amaral Martins / Sinval Bernardon	841
	Total de votos do MDB	19.875

Quadro 20. Eleição para prefeito em Passo Fundo (1976). Fonte: DAMIAN, 2010, p. 63.

⁷¹ Foram nomeados pelo governador os prefeitos de Porto Alegre (capital), dos 25 municípios considerados área de Segurança Nacional (Alecim, Bagé, Canoas, Crissiumal, Dom Pedrito, Erval, Horizontina, Itaqui, Jaguarão, Osório, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Roque Gonzales, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja, São Nicolau, Tenente Portela, Tramandaí, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguaiana) e os três municípios considerados como estância hidromineral (Catuípe, Iraí e Vicente Dutra).

⁷² Cf. Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Dados estatísticos das eleições municipais de 1972.

⁷³ Dessa forma, Wolmar Salton retornava à prefeitura municipal após 21 anos, pois havia sido eleito em 1955 pelo PTB.

Ano	Relação de vereadores eleitos
1968	MDB (9): Antonio Augusto Meirelles Duarte, Ernesto Félix Scortegagna, Delmo Alves Xavier, Odilon Soares de Lima, Thereza Zulmira Araújo Almeida, Centenário Índio Brasileiro do Amaral, Jorge Alberto Pilar Bandarra, Noé Pereira Machado e Leopoldino Rosa. ARENA (6): Ivo Biazus, Paulo Roberto Sandri Pires, Victor Hugo Lacerda, Rodolpho Rodrigues de Lara, Linda do Brasil Degrazia Sarturi e Caxiense Gayer.
1972	ARENA (10): Jesus Almeida, Romeu Gaspar Salles Pithan, Adirbal da Silva Corralo, Cândido Guarany Camargo de Rezende, Antonio Lourenço Pires de Oliveira, Airthon Colossi, Caxiense Gayer, Olímpio Oro, Nelson Rossetto e Jabs Paim Bandeira. MDB (9): Delmo Alves Xavier, Ernesto Félix Scortegagna, Leopoldino Rosa, Pedro Monteiro da Costa, Jorge Alberto Pilar Bandarra, Ivo Pacheco, Wilson Corrêa Garay, Miguel Lopes dos Santos e Augusto Pigoso Homrich.
1976	MDB (12): Miguel Lopes dos Santos, Ivo Pacheco, Delmo Alves Xavier, Ernesto Félix Scortegagna, Ivo Francisco Ferrão, Ulisses Vieira Camargo, Leopoldino Rosa, Nervilho Piovesan, Wilson Corrêa Garay, Odilon Soares de Lima, Argeu Rigo Santarém e Heloísa Almeida. ARENA (9): Adirbal da Silva Corralo, Antonio Lourenço Pires de Oliveira, Fidêncio Garibaldi Franciosi, Anael Simplicio Portella, Nelson Rossetto, Hildo Wolmann, Antonio Alberty dos Santos, Cândido Guarany Camargo de Rezende e José Mário Lima Cruz.

Quadro 21. Relação de vereadores eleitos em Passo Fundo (1968-1976). Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de Damian (2010) e Câmara Municipal de Passo Fundo (1988).

Não obstante a vitória eleitoral do MDB em Passo Fundo, os resultados das eleições municipais de 1976 foram favoráveis à ARENA, que elegeu a maioria dos prefeitos e vereadores em todo o país, inclusive no Rio Grande do Sul, onde a ARENA elegeu 115 prefeitos – e teve 28 prefeitos nomeados⁷⁴, passando a controlar 143

⁷⁴ Foram nomeados os prefeitos de Porto Alegre (capital), dos 25 municípios considerados área de Segurança Nacional (Alecrim, Bagé, Canoas, Crissiumal, Dom Pedrito, Erval, Horizontina, Itaqui, Jaguarão, Osório, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Roque Gonzales, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja, São Nicolau, Tenente Portela, Tramandaí, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguaiana) e os dois municípios considerados como estância hidromineral (Iraí e Vicente Dutra). Convém lembrar que em 1976 ocorreram eleições para prefeito de Catuípe, que deixou de ser considerado município de estância hidromineral.

(61,6%) municípios sul-rio-grandenses –, enquanto o MDB conquistou 89 prefeituras (38,4%)⁷⁵.

A REFORMA POLÍTICO-PARTIDÁRIA DE 1979 E O FIM DO BIPARTIDARISMO

Em 1979, a ditadura militar dedicou-se a uma casuística reforma político-partidária, visando ao retorno do pluripartidarismo e, sobretudo, à fragmentação da oposição reunida no MDB. Assim, em novembro de 1979, ARENA e MDB deixaram de existir como organizações políticas após 13 anos de limitada participação no sistema político implantado pela ditadura militar.

Com o fim do bipartidarismo e o retorno ao pluripartidarismo foram organizados novos partidos políticos em 1980, como o Partido Democrático Social (PDS)⁷⁶, sucedâneo da ARENA; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)⁷⁷, herdeiro do MDB; o Partido Popular (PP), organizado por emedebistas “moderados” (liderados por Tancredo Neves) e dissidentes da ARENA (liderados por Magalhães Pinto); o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola; e o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado pelo líder sindical Luís Inácio Lula da Silva.

⁷⁵ Cf. Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Boletim Eleitoral: resultado das eleições municipais de 1976.

⁷⁶ A nova nomenclatura do partido governista foi uma estratégia eleitoral que visava a distanciar-se da já desgastada e impopular ARENA, além de dar ao eleitor a impressão de que o PDS era um partido diferente e moderno, preocupado com as demandas sociais e democráticas da sociedade civil (Motta, 2008, p. 105).

⁷⁷ O PMDB procurou conservar a popularidade e o capital político da antiga sigla (MDB), apenas acrescentando a palavra “Partido” para atender às exigências da nova lei. Desse modo, a sigla PMDB possibilitou que o eleitorado o reconhecesse como uma continuidade do extinto MDB na luta contra o autoritarismo e pelo restabelecimento da democracia (Motta, 2008, p. 105-106).

As articulações para a criação do “novo” partido governista, o PDS, garantiram a maioria parlamentar ao governo no Congresso, com 215 (51,2%) cadeiras na Câmara dos Deputados e 39 (58,2%) cadeiras no Senado. No Rio Grande do Sul, todos os parlamentares vinculados à ARENA (14 deputados federais, um senador e 25 deputados estaduais) migraram para o PDS, garantindo ao “novo” partido governista a maioria dos parlamentares na Assembleia Legislativa, uma vez que ocorreu a esperada fragmentação da oposição no estado, com o ingresso dos ex-emedebistas no PMDB e no PDT de Leonel Brizola.

De fato, a fragmentação das oposições atingiu significativamente o MDB/PMDB, que perderia 80 deputados federais, o equivalente a 42,3% dos 189 deputados eleitos pelo MDB em 1978⁷⁸. Dessa forma, o PMDB possuía 115 deputados (109 oriundos do MDB e seis da ARENA) ou 27,9% das cadeiras contra 215 deputados (51,2%) do PDS (Kinzo, 1988, p. 209).

No Rio Grande do Sul, a forte tradição trabalhista e a liderança de Leonel Brizola, que, após a anistia, retornou ao Brasil em setembro de 1979, após 15 anos no exílio, foram determinantes para a fragmentação da oposição no estado. De fato, a volta de Brizola ao país impulsionou o processo de reorganização do PTB, recebendo a adesão de muitos emedebistas vinculados politicamente e ideologicamente ao trabalhismo.

Entretanto, durante o processo de reorganização, a mítica sigla do PTB (com o seu capital político e simbólico vinculado ao getulismo

⁷⁸ Em nível nacional, a maioria dos parlamentares que deixaram o MDB/PMDB optou em ingressar no partido organizado pela ala moderada do MDB (liderada pelo senador Tancredo Neves) e pela ala dissidente da ARENA (liderada pelo deputado José de Magalhães Pinto): o Partido Popular (PP), que recebeu a adesão de 41 deputados oriundos do antigo MDB até janeiro de 1982. Além do PP, também houve o ingresso de 22 ex-emedebistas no PDS, 10 no PDT, cinco no PT, um no PTB e um indeciso (Kinzo, 1988, p. 209).

mo e ao trabalhismo) passou a ser ferrenhamente disputada na esfera jurídica por Leonel Brizola e Ivete Vargas. Contudo, em virtude da influência do general Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil, em 12 de maio de 1980, o TSE decidiu dar ganho de causa à Ivete Vargas, que passou a deter o comando da histórica sigla do PTB. A partir de então, o PTB, que também recebeu a adesão do ex-presidente Jânio Quadros, buscou fazer uso sistemático do capital político e simbólico de Getúlio Vargas, transformou-se em um partido essencialmente fisiológico, distanciando-se da ideologia reformista e trabalhista.

Desse modo, coube a Brizola e a seus seguidores, além do consolo do reconhecimento público da herança trabalhista, fundar uma nova sigla: o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que seguiu as diretrizes da *Carta de Lisboa*⁷⁹ e incorporou a rosa vermelha socialista estampada como símbolo do partido, cuja proposta de um novo trabalhismo fundamentava-se no tripé democracia, socialismo e nacionalismo. Segundo João Trajano Sento-Sé (2007, p. 440-442):

Democracia: o PDT era incondicionalmente comprometido com a democracia não gratuitamente,

⁷⁹ Em junho de 1979 ocorreu o evento fundador do novo trabalhismo: o Encontro de Lisboa, ocorrido nos dias 15, 16 e 17 de junho, na sede do Partido Socialista Português, que reuniu antigos trabalhistas e lideranças de várias tendências de esquerda exiladas com o objetivo de reorganizar o PTB, sob a liderança de Leonel Brizola. A principal resolução desse encontro foi a *Carta de Lisboa*, um documento que sintetizaria as principais ideias do novo trabalhismo, comprometido com os valores democráticos e socialistas, mas que também defendia a retomada das antigas bandeiras reformista e nacionalista. Contudo, um dos pontos inovadores do novo trabalhismo estava na atenção especial às massas marginalizadas: atualizado com os movimentos sociais do final da década de 1970, comprometia-se à defesa dos afro-brasileiros, dos indígenas, dos nordestinos, das crianças e das mulheres. Dessa forma, o novo trabalhismo lutaria pelos direitos de outros segmentos sociais e não apenas dos trabalhadores, como era explicitado no programa do antigo PTB. Nesse sentido, conforme observou Ronaldo Vainfas (2007, p. 493), “embora adotasse uma postura de esquerda, o novo partido se propunha como um grande partido de massas, e não apenas como representante da classe operária, inclusive, desprovido-se de bandeiras marxista ou sindicalista”.

pois muitos de seus militantes sofreram perseguições e tiveram que exilar-se durante o período ditatorial. Nacionalismo: uma das marcas do antigo PTB, no novo trabalhismo o nacionalismo não se restringia apenas à ordem econômica (defesa das riquezas nacionais dos espoliadores internacionais), mas também nos âmbitos cultural, social e político. Em outras palavras, tratava-se de forjar um projeto nacional que promovesse as genuínas tradições culturais do povo brasileiro, que incluísse as massas excluídas à sociedade formal e que suscitasse a integração regional, pondo fim às enormes desigualdades de todas as ordens [...].

Socialismo: a associação do trabalhismo ao socialismo reafirmava o novo partido trabalhista como uma força de esquerda. Porém, não se tratava de uma mera estratégia retórica, uma vez que havia no grupo que fundou o PDT vários egressos do PSB. Muitos trabalhistas julgavam que o trabalhismo era um socialismo à brasileira. Esse socialismo representava, em linhas gerais, um programa radical de reformas políticas, sociais e econômicas, mas sem a exclusão da propriedade privada, que seria realizado de forma democrática, e não através da revolução, diferenciando-se, assim, do regime soviético, naquele momento rejeitado por diversos setores da sociedade brasileira.

No Rio Grande do Sul, sob a liderança de Leonel Brizola, o PDT fortaleceu-se como partido político, uma vez que o partido trabalhista contou com a adesão de oito deputados federais e 13 deputados estaduais oriundos do MDB. Por sua vez, o PTB, sob a liderança de Ivete Vargas, foi significativamente desmobilizado no estado, uma vez que os trabalhistas sul-rio-grandenses se identificavam com a liderança de Brizola, reconhecido como o legítimo herdeiro do trabalhismo.

	ARENA	PDS		MDB	PMDB	PDT
Senadores	1	1		2	2	-----
Deputados Federais	14	14		18	10	8
Deputados Estaduais	25	25		31	18	13

Quadro 22. Realinhamento partidário dos parlamentares do Rio Grande do Sul (1978-1980). Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Portanto, observa-se que a oposição no Rio Grande do Sul fragmentou-se principalmente em torno do PMDB e do PDT e das respectivas lideranças de Pedro Simon (presidente do PMDB/RS) e Leonel Brizola, que entraram em rota de colisão. Assim, dos 18 deputados federais eleitos pelo MDB em 1978, 10 ingressaram no PMDB e oito no PDT, enquanto dos 31 deputados estaduais emedebistas, 18 ingressaram no PMDB e 13 no PDT.

Por outro lado, convém destacar que o Partido Popular (PP), que foi organizado no Rio Grande do Sul pelos ex-arenistas João Dentice e Sinval Guazzelli, não obteve grande repercussão no estado, não conseguindo a adesão de nenhum parlamentar. Dessa forma, o PP no Rio Grande do Sul foi um partido sem grande expressão política, ao contrário de outros estados.

Organizado pelo senador Tancredo Neves (da ala “moderada” do MDB) e pelo deputado José de Magalhães Pinto (da ala dissidente da ARENA), o PP pretendia ser um partido independente e liberal-conservador. Até janeiro de 1982, o PP obteve a adesão de 69 deputados federais (41 provenientes do MDB e 28 da ARENA), tornando-se a terceira maior bancada na Câmara dos Deputados (Kinzo, 1988, p. 209). Contudo, em virtude da grande adesão de empresários e banqueiros (como o próprio Magalhães Pinto, proprietário do Banco Nacional), o PP foi pejorativamente chamado de “partido dos banqueiros”.

No entanto, em 25 de novembro de 1981, o governo enviou

ao Congresso um casuístico projeto de lei sobre a reforma eleitoral (conhecido como “Pacote de Novembro”), proibindo as coligações partidárias e impondo o voto vinculado, obrigando os eleitores a votarem em candidatos do mesmo partido em todos os cargos em disputa, em nível nacional, estadual e municipal. Desse modo, a nova lei eleitoral, que visava a favorecer o PDS e a fragmentar o voto oposicionista, também reduziu as chances de êxito eleitoral dos partidos menores (PP, PTB, PDT e PT), que estavam em processo de organização e estruturação e não teriam condições de apresentar candidatos para todos os cargos.

A partir do “Pacote de Novembro”, Tancredo Neves passou a defender a fusão de todas as correntes oposicionistas em uma só legenda. Entretanto, a proposta foi acolhida apenas pela maioria dos membros do PP e do PMDB. Desse modo, em dezembro de 1981, as negociações visando à incorporação do PP ao PMDB se intensificaram. Posteriormente, em 14 de fevereiro de 1982, uma convenção conjunta dos dois partidos concretizou a incorporação do PP ao PMDB. Em suma, a incorporação do PP ao PMDB foi uma reação contra o “Pacote de Novembro”, fortalecendo o PMDB, que ampliou consideravelmente o número de parlamentares federais.

Acerca do Partido dos Trabalhadores (PT), a sua organização começou a ser discutida por líderes sindicais da região do ABC paulista no final de 1978. Em 1979, a criação do partido foi articulada por líderes sindicais em todo o país, sob a liderança do metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo/SP. Contudo, o PT foi oficialmente criado no dia 10 de fevereiro de 1980, com o lançamento do *Manifesto do Partido dos Trabalhadores*, após um encontro realizado em São Paulo, do qual participaram lideranças sindicais, intelectuais, militantes de grupos marxistas e militantes ligados às Comunidades

Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, vinculados à Teologia da Libertação (Reis, 2007, p. 505). O PT inicialmente contou com a adesão de seis deputados federais. No Rio Grande do Sul, o processo de organização do partido foi liderado por Olívio de Oliveira Dutra, líder sindical bancário em Porto Alegre e integrante da comissão nacional do partido.

O RETORNO DO PLURIPARTIDARISMO E A REORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA EM PASSO FUNDO

Em Passo Fundo, o processo de reorganização partidária, após o fim do bipartidarismo, não destoou do ocorrido em nível estadual, isto é, todos os vereadores e principais lideranças políticas da ARENA ingressam no PDS, enquanto a oposição reunida no MDB se fragmentou entre o PMDB e o PDT, o que possibilitou ao PDS passar a deter a maioria no legislativo municipal, com nove vereadores. Por sua vez, entre os 12 vereadores eleitos em 1976 pelo MDB, sete ingressaram no PMDB e cinco no PDT. No que tange à prefeitura municipal, o prefeito em exercício Firmino da Silva Duro⁸⁰ ingressou no PMDB.

Em março de 1980, os ex-arenistas de Passo Fundo intensificaram o processo de organização do diretório municipal do PDS, sendo eleito como presidente da comissão provisória o ex-prefeito Edu Villa de Azambuja⁸¹. Posteriormente, em outubro de 1980, Edu Villa de Azambuja foi eleito o primeiro presidente do PDS passo-fundense⁸².

⁸⁰ O prefeito Wolmar Antônio Salton sofreu um acidente vascular cerebral em maio de 1980. Em virtude do seu frágil estado de saúde, os familiares de Wolmar Salton declararam a sua incapacidade de retornar à prefeitura municipal. Dessa forma, Firmino da Silva Duro foi efetivado como prefeito de Passo Fundo em janeiro de 1981 (Cf. *O Nacional*, 8 jan. 1981, p. 1; *O Nacional*, 17 jan. 1981, p. 1). Wolmar Salton faleceu em setembro de 1984.

⁸¹ Cf. *O Nacional*, 14 ago. 1980, p. 6.

⁸² Cf. *O Nacional*, 11 out. 1980, p. 1.

Partido	Vereadores (em ordem alfabética)
PDS (9)	Adirbal da Silva Corralo; Anael Simplicio Portella; Antônio Albery dos Santos; Antonio Lourenço Pires de Oliveira; Cândido Guarany Camargo de Rezende; Fidêncio Garibaldi Franciosi; Hildo Wolmann; José Mário Lima Cruz; Nelson Rossetto.
PMDB (7)	Delmo Alves Xavier; Heloísa Goelzer Almeida; Ivo Francisco Ferrão; Ivo Pacheco; Miguel Lopes dos Santos; Nervilho Piovesan; Odilon Soares de Lima.
PDT (5)	Argeu Rigo Santarém; Ernesto Félix Scortegagna; Leopoldino Rosa; Ulisses Vieira Camargo; Wilson Corrêa Garay ⁸³ .

Quadro 23. composição partidária da Câmara de Vereadores de Passo Fundo (1980).
 Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das pesquisas nos jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*.

Por sua vez, o processo de organização do diretório do PMDB em Passo Fundo foi liderado pelo ex-prefeito Guaracy Barroso Marinho, presidente da comissão provisória do partido. Em outubro de 1980, Guaracy Marinho foi eleito o primeiro presidente do PMDB passo-fundense⁸⁴.

O fim do bipartidarismo catalisou a mobilização dos trabalhistas em Passo Fundo, que passaram a organizar o retorno do PTB. Além dos vereadores Argeu Santarém, Ernesto Scortegagna, Leopoldino Rosa, Ulisses Camargo e Wilson Garay, também integraram o grupo o ex-vereador Ney Menna Barreto (coordenador da comissão provisória) e o ex-prefeito Daniel Dipp, entre outros. No entanto, os trabalhistas de Passo Fundo não reconheciam a liderança de Ivete Vargas e, seguindo Leonel Brizola, organizaram o diretório municipal do PDT, sob a presidência provisória de Ney Menna Barreto.

O diretório do PT em Passo Fundo foi organizado por trabalhadores, lideranças sindicais e estudantes, tendo como presidente da comissão provisória do partido o escriturário Clóvis de Figuei-

⁸³ Em abril de 1981, Wilson Garay deixou o PDT e ingressou no PTB.

⁸⁴ Cf. *O Nacional*, 13 out. 1980, p. 1.

redo. Também integravam a comissão provisória o bancário Paulo César Rigo, o estudante Edgar Luiz Bierende e o metalúrgico Josseli Pedro Souza⁸⁵.

O quinto diretório partidário a ser organizado em Passo Fundo foi o do Partido Popular (PP), sob a liderança do advogado Flávio Benvegnú (presidente da comissão provisória) e do ex-vereador Arthur Culmann Canfield⁸⁶. No entanto, após o processo de incorporação do PP ao PMDB, a maioria dos pepistas de Passo Fundo optou em ingressar no PDS⁸⁷.

O último diretório a ser organizado em Passo Fundo foi o do PTB, liderado pelo vereador Wilson Corrêa Garay, que em abril de 1981 deixou o PDT⁸⁸. Posteriormente, Wilson Garay foi eleito presidente do diretório do PTB de Passo Fundo.

AS ELEIÇÕES DE 1982 NO RIO GRANDE DO SUL E EM PASSO FUNDO

As primeiras eleições após o fim do bipartidarismo estavam previstas para 15 de novembro de 1980, quando seriam realizadas as eleições municipais. No entanto, em setembro de 1980, de forma casuística, a ditadura adiou para 1982 as eleições municipais, prorrogando os mandatos dos prefeitos e vereadores (cuja maioria estava vinculada ao PDS). Embora o governo tenha utilizado o argumento de que o adiamento era indispensável em virtude da recente reformulação partidária, convém ressaltar que a ditadura temia uma derrota elei-

⁸⁵ Cf. *O Nacional*, 29 out. 1980, p. 1.

⁸⁶ Cf. *O Nacional*, 13 nov. 1980, p. 1; *O Nacional*, 20 nov. 1980, p. 1; *O Nacional*, 28 nov. 1980, p. 1; *O Nacional*, 29 nov. 1980, p. 1.

⁸⁷ Cf. *O Nacional*, 23 mar. 1982, p. 1.

⁸⁸ Cf. *O Nacional*, 29 abr. 1981, p. 1.

toral em 1980, uma vez que o país enfrentava uma grave crise econômica e inflacionária.

Em novembro de 1980, foi aprovada, por unanimidade, no Congresso uma emenda governamental que restabeleceu as eleições diretas para os governos estaduais em 1982 e extinguiu a votação indireta ao Senado. Contudo, visando a garantir o êxito nas eleições de 1982⁸⁹, a ditadura, em 25 de novembro de 1981, enviou ao Congresso um casuístico projeto de lei sobre a reforma eleitoral (conhecido como “Pacote de Novembro”), proibindo as coligações partidárias e impondo o voto vinculado, obrigando os eleitores a votarem em candidatos do mesmo partido em todos os cargos em disputa, em nível nacional, estadual e municipal. Desse modo, a nova lei eleitoral, que visava a favorecer o PDS e a fragmentar o voto oposicionista, também reduziu as chances de êxito eleitoral dos partidos menores (PP, PTB, PDT e PT), que estavam em processo de organização e estruturação e não teriam condições de apresentar candidatos para todos os cargos.

De fato, PTB, PDT e PT enfrentaram grandes dificuldades em 1982 devido às suas limitações. Assim, em quase todo o país o pleito acabou polarizando-se entre PDS e PMDB. As exceções foram os estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, onde a forte tradição trabalhista e o brizolismo impulsionaram o PDT à disputa eleitoral.

Na disputa pela eleição direta ao governo do Rio Grande do Sul, o PDS lançou a candidatura do deputado federal Jair de Oliveira Soares (ministro da Previdência e Assistência Social do governo Figueiredo), o PMDB a candidatura do senador Pedro Jorge Simon,

⁸⁹ Em 1982 ocorreriam eleições diretas para governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos (exceto das capitais e dos municípios considerados áreas de segurança nacional) e vereadores.

o PDT concorreu com o deputado federal Alceu de Deus Collares e o PT lançou o líder sindical Olívio de Oliveira Dutra. Entretanto, o voto vinculado e, sobretudo, a fragmentação do voto oposicionista entre o PMDB, o PDT e o PT foram fatores decisivos para a apertada vitória eleitoral do PDS no Rio Grande do Sul. Além das eleições de Jair Soares ao governo estadual e de Carlos Alberto Gomes Chiarelli ao Senado, o PDS também elegeu a maioria dos parlamentares (13 deputados federais e 23 deputados estaduais) em 1982, além de também conquistar a maioria das prefeituras municipais⁹⁰ e eleger o maior número de vereadores no estado.

Governador		Senador	
Candidato	Nº de votos	Candidato	Nº de votos
Jair de Oliveira Soares (PDS)	1.294.962	Carlos Alberto G. Chiarelli (PDS)	1.271.572
Pedro Jorge Simon (PMDB)	1.272.319	Paulo Brossard (PMDB)	1.209.432
Alceu de Deus Collares (PDT)	775.546	Getúlio Pereira Dias (PDT)	730.869
Olívio de Oliveira Dutra (PT)	50.713	Raul Jorge Anglada Pont (PT)	47.234

Quadro 24. Resultado das eleições para governador e senador no Rio Grande do Sul em 1982. Fonte: TRE-RS.

⁹⁰ Em 1982 não ocorreram as eleições para prefeitos municipais em Porto Alegre, nos 25 municípios considerados áreas de segurança nacional (Alecrim, Bagé, Canoas, Crissiumal, Dom Pedrito, Erval, Horizontina, Itaquí, Jaguarão, Osório, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Roque Gonzales, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja, São Nicolau, Tenente Portela, Tramandaí, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguaiana) e nos dois municípios considerados estâncias hidrominerais (Iraí e Vicente Dutra). Desse modo, os prefeitos destes 27 municípios continuaram sendo nomeados pelo governador.

Câmara dos Deputados			Assembleia Legislativa		
Partido	1980*	1982	Partido	1980*	1982
PDS	14	13	PDS	25	23
PMDB	10	12	PMDB	18	21
PDT	8	7	PDT	13	12
PT	-----	-----	PT	-----	-----
Total	32	32	Total	56	56

Quadro 25. Composição das bancadas dos parlamentares do Rio Grande do Sul (1980-1982). *Realinhamento partidário após o fim do bipartidarismo. Fonte: TRE-RS.

Em nível nacional, no pleito, realizado no dia 15 de novembro de 1982, o PDS elegeu 12 governadores e senadores⁹¹, enquanto o PMDB elegeu nove⁹² e o PDT venceu com Leonel Brizola no Rio de Janeiro. No Senado, o PDS garantiu a manutenção da maioria parlamentar, porém perderia a maioria na Câmara dos Deputados. Embora o PDS tenha elegido 235 deputados contra 200 do PMDB, as oposições unidas somavam 244 parlamentares. Nos estados, o PDS ainda conquistou a maioria parlamentar em 13 assembleias estaduais (KINZO, 1988, p. 213).

No que tange à eleição municipal de 1982 em Passo Fundo, embora o médico Rudah Jorge (PDT) tenha sido o candidato mais votado com 13.084 votos, Fernando Machado Carrion foi eleito pelo sistema de sublegendas, uma vez que os dois candidatos do PDS somaram juntos 22.340 votos (Damian, 2010, p. 66). Ademais, o PDS também elegeu a maioria dos vereadores de Passo Fundo, con-

⁹¹ O PDS elegeu os governadores e senadores no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e nos nove estados do nordeste.

⁹² Em 1982, o desgaste da ditadura militar e a grave crise econômica e inflacionária foram importantes fatores que contribuíram para a vitória da oposição em vários estados do país. Desse modo, o PMDB elegeu os governadores e senadores em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Amazonas e Acre.

quistando dez cadeiras⁹³, enquanto o PMDB elegeu seis vereadores⁹⁴ e o PDT elegeu cinco⁹⁵.

	Governadores eleitos	Senadores eleitos	Deputados eleitos
PDS	12	12	235 (49,07%)
PMDB	9	9	200 (41,75%)
PDT	1	1	23 (4,80%)
PTB	-----	-----	13 (2,71%)
PT	-----	-----	8 (1,67%)
Total	2296	22	479 (100%)

Quadro 26. Resultados nacionais das eleições de 1982. FONTE: Kinzo, 1988, p. 214.

Partido	Prefeito / vice-prefeito	Número de votos
PDS	Fernando Machado Carrion / Antonio Lourenço Pires de Oliveira	11.465
PDS	Juarez Paulo Zílio / Antoly Fauth Mello	10.875
	Total de votos do PDS	22.340
PMDB	João Carlos Bona Garcia ⁹⁷ / Welcy Nascimento	8.837
PMDB	Sinval Bernardon / Gilberto Tubino da Silva	4.834

⁹³ Foram eleitos vereadores pelo PDS: Adirbal da Silva Corralo, Adair Rosso, Alberto Poltronieri, Afrânio Peixoto Alves dos Santos, Anael Simplicio Portella, Fidêncio Garibaldi Franciosi, Jaime Debastiani, Cândido Guarany Camargo de Rezende, Nelson Rossetto e Hildo Wollmann.

⁹⁴ Foram eleitos vereadores pelo PMDB: Ivo Francisco Ferrão, Irineu Gehlen, Edu Finardi Pimentel, Delmo Alves Xavier, Miguel Lopes dos Santos e Ivo Pacheco.

⁹⁵ Foram eleitos vereadores pelo PDT: João Salles, Genécio Cansi, Antonio José Jorge, Leopoldino Rosa e Tadeu Karckzeski.

⁹⁶ Dos 23 estados brasileiros, o único em que não ocorreram eleições em 1982 foi em Rondônia, estado criado em dezembro de 1981 e cujo governador havia sido nomeado pelo general-presidente João Batista Figueiredo.

⁹⁷ João Carlos Bona Garcia foi líder estudantil em 1968 em Passo Fundo. Posteriormente, integrou a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), sendo preso e torturado no DOPS de Porto Alegre. Em 1971, foi um dos 70 presos políticos trocados pelo embaixador da Suíça – sequestrado em dezembro de 1970 pela VPR –, que foram banidos e se exilaram no Chile. Após o golpe de Estado no Chile, em 1973, Bona Garcia esteve na Argentina e, posteriormente, se exilou na Argélia e na França, retornando ao Brasil no final de 1979, após a anistia. Mais detalhes, ver: <https://www.sul21.com.br/entrevistas-2/2014/03/bona-garcia-sinto-orgulho-de-ter-feito-algo-de-nao-ter-sido-omisso-alienado/>.

Partido	Prefeito / vice-prefeito	Número de votos
PMDB	Helena Lorenzatto / Antônio Augusto Meirelles Duarte	1.345
	Total de votos do PMDB	15.016
PDT	Rudah Jorge / João Luiz Stery	13.084
PT	Clóvis de Figueiredo / João Luiz do Prado Silva	642

Quadro 27. Eleição para prefeito em Passo Fundo (1982). Fonte: Damian, 2010, p. 66.

Bipartidarismo (1965-1979)					Pluripartidarismo (1980-1982)	
Partido	Após o AI-2	1968	1972	1976	1980*	1982
MDB	8 (53,3%)	9 (60%)	9 (47,4%)	12 (57,1%)	PMDB: 7 (33,3%)	6 (28,6%)
ARENA	7 (46,7%)	6 (40%)	10 (52,6%)	9 (42,9%)	PDS: 9 (42,9%)	10 (47,6%)
					PDT: 5 (23,8%)	5 (23,8%)
Total	15 (100%)	15 (100%)	19 (100%)	21 (100%)	21 (100%)	21 (100%)

Quadro 28. Câmara de Vereador de Passo Fundo (1965-1982). *Realinhamento partidário após o fim do bipartidarismo. Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Portanto, a fragmentação do voto oposicionista no Rio Grande do Sul, e especificamente em Passo Fundo, foi o fator determinante para a vitória eleitoral do PDS nas eleições de 1982.

Por fim, convém ressaltar que, após o retorno do pluripartidarismo, PMDB, PDT e PDS⁹⁸ se consolidariam como os três principais partidos políticos em Passo Fundo nas décadas de 1980 e 1990.

⁹⁸ Em 1995, o PDS mudou o seu nome para PPB (Partido Progressista Brasileiro). Em 2003, tornou-se o Partido Progressista (PP). Em 2017, a sigla foi rebatizada de Progressistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período pluripartidário de 1945 a 1965 no Rio Grande do Sul foi marcado pela polarização entre trabalhismo (PTB) e antitrabalhismo, com o PSD se consolidando como o principal partido antitrabalhista no estado, uma vez que a UDN foi um partido sem grande expressão no território sul-rio-grandense. Assim, as eleições para o governo estadual foram polarizadas entre PSD e PTB. Por sua vez, em Passo Fundo, o contexto político-partidário durante a Terceira República (1945-1964) foi caracterizado pela hegemonia do PTB, comprovando a força política do getulismo e do trabalhismo no município.

Desse modo, a polarização PTB/anti-PTB, que caracterizou o pluripartidarismo no Rio Grande do Sul e em Passo Fundo, resultou que, durante a vigência do bipartidarismo (1965-1979), o MDB e a ARENA fossem desaguardouros naturais dos grupos políticos anteriormente consolidados. Desse modo, o MDB pode ser considerado como uma espécie de continuação do PTB no Rio Grande do Sul e em Passo Fundo, enquanto a ARENA aglutinou os grupos anti-trabalhistas.

Assim, uma característica que marcou o bipartidarismo no Rio Grande do Sul foi o equilíbrio eleitoral entre MDB e ARENA, inclusive com o MDB obtendo significativos êxitos eleitorais nas eleições parlamentares. Tal situação de equilíbrio e polarização também se verificou em Passo Fundo, com o MDB vencendo as eleições municipais de 1968 e 1976, enquanto a ARENA venceu o pleito de 1972.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Ernani de. *Denuncismo & censura nos meios de comunicação de Passo Fundo – 1964/1978*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

BATISTELLA, Alessandro. *O bipartidarismo em Passo Fundo/RS (1965-1982)*. Passo Fundo: Acervus, 2020.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

BERTOL, Sônia; FROSI, Fabíola. O surgimento da mídia impressa no município de Passo Fundo: os primeiros 50 anos. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998, v. 1.

CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. *Galeria de ex-vereadores: de 1947 a 1988*. Passo Fundo: Berthier, 1988.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CATTO, Guilherme. *“E o que é mais importante, está salvo o Brasil!”*. Perfil e atuação dos deputados da Assembleia Legislativa do RS no Golpe Civil-Militar de 1964. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas (1964-1984): os bastidores das sucessões presidenciais*. 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CORTÊS, Carlos E. *Política gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

DAMIAN, Marco Antonio. *Eleições em Passo Fundo: dados históricos*. Passo Fundo: Berthier, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio

de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 127-154.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a, v. 3.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b, v. 3, p. 343-404.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

NERY, Sebastião. *As 16 derrotas que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Héglio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul: 1823-2002*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. . In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 503-540.

RODRIGUES, Márcio Soares. *Assimetrias na travessia: a cisão do emedebismo gaúcho*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3.

SENTO-SÊ, João Trajano. Um encontro em Lisboa. O novo trabalhismo do PDT. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 429-450.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Gláucio A. D. Formação dos partidos nacionais. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, v. 1.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao *socialismo moreno*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 479-502.

VIANNA, Luiz Werneck. O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, p. 131-171, v. I.

XAUSA, Leônidas; FERRAZ, Francisco. O surgimento do bipartidarismo no Rio Grande do Sul nas eleições de 1966. In: FLEISCHER, David (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, p. 145-189, v. II.

ZARDO, Murilo. O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul: da conspiração à “Operação Farroupilha”. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *O golpe civil-militar de 1964 no sul do Brasil*. Chapecó: Argos, 2014, p. 97-134.

A elite política de Passo Fundo (1945-1988)

LUIZ ALFREDO FERNANDES LOTTERMANN

De forma resumida, este artigo apresenta parte dos resultados obtidos a partir da pesquisa elaborada para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-graduação em História. O trabalho completo encontra-se publicado no livro *Quem é quem? A elite política passo-fundense (1945-1988)*¹.

Norberto Bobbio (1998, p.385) aponta que “em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada”. Essa minoria é denominada de elite, e exerce o poder político sobre a grande massa da sociedade que, por diferentes motivos, é privada do exercício desse poder.

¹ LOTTERMANN, L. A. F. *Quem é quem?: A elite política passo-fundense (1945-1988)*. Passo Fundo: Acervus Editora, 2020. Disponível em: <https://www.acervuseditora.com.br/quem-e-quem-a-elite-politica-passofundense>.

Para Heinz (2006, p. 7), a elite consiste naquelas pessoas que ocupam cargos chave, o topo, na estrutura de poder ou de distribuição de recursos. Nesse sentido, têm-se essas pessoas como os dirigentes, os abastados, os privilegiados, grupos que dispõe de poderes, influência e privilégios. A noção de elite, portanto, em sua essência, está em relação direta com a posição que determinados indivíduos ocupam na sociedade e exercem seu poder em relação à não-elite, sobretudo na tomada decisões políticas.

É no sentido de História Social da Política que as elites se apresentam como tema da pesquisa histórica, e a utilização do método prosopográfico para a pesquisa histórica. Para Charle (2006, p.30), “analisar as elites é procurar a fundo penetrar em um dos meios que detêm o poder e conhecer seus mecanismos concretos”. Assim, essa pesquisa estuda a elite política passo-fundense entre os anos de 1945 e 1988, partindo das seguintes questões fundamentais: quem é a elite política passo-fundense? Qual é o seu perfil? Para isso, serão analisados os prefeitos, vereadores e suplentes que assumiram em algum momento das legislaturas, além dos deputados estaduais e federais que representaram o município.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, é utilizado o método prosopográfico, ou método das biografias coletivas. Na definição de Lawrence Stone (2011, p.115),

A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião,

experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação.

Portanto, o método prosopográfico consiste na delimitação do grupo a ser estudado e na aplicação de uma série de questionamentos capazes de evidenciar as principais características do grupo em questão. Conforme Charle (2006, p.41), quando aponta as fases do método: “definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política (...)”.

Quando se trata do estudo das elites por meio da prosopografia, busca-se compreender os movimentos da história através das características permanentes ou transitórias desse grupo determinado, sejam elas mais contínuas ou não. Trata-se de entender quais os atributos mais valorizados ou desvalorizados na constituição da elite através do tempo. Com isso, pode-se dizer que a pesquisa histórica através do método em questão é de um enfoque de tipo sociológico pelo fato de buscar as características de um grupo social em um período da história (Heinz, 2006, p. 9). Essa visão acerca do estudo das elites pela História através do método das biografias coletivas é corroborada por Vargas (2017, p. 135-136), quando ele afirma que

[...] trata-se de um método que busca definir perfis coletivos de um grupo determinado de indivíduos a partir de alguns de seus dados biográficos, com o intuito de identificar padrões que ajudem a explicar permanências e mudanças históricas a partir do re-

crutamento/comportamento deles (...). Portanto, a prosopografia parte do pressuposto de que é possível interpretar condicionantes sociais a partir de dados empíricos recolhidos das biografias de indivíduos do grupo que se quer estudar.

Além do mais, é necessário considerar a prosopografia de elites como uma possibilidade de estudo para a História local e regional. A partir do estudo das elites locais/regionais pelo método das biografias coletivas, existe a possibilidade de ampliar a capacidade de análise dos grupos privilegiados de determinada comunidade (Noronha, 2011, p. 98). Além ainda, caso seja possível, é importante o exercício de comparação das características evidenciadas com outras elites locais ou regionais.

As fontes utilizadas para a realização da presente pesquisa serão, como fontes primárias, os jornais *Diário da Manhã* e *O Nacional*, e documentos encontrados no Arquivo Histórico Regional e nos arquivos da Câmara Municipal de Vereadores e da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, como atas e fichas cadastrais, e dados eleitorais disponíveis no arquivo eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral. Também será utilizada como fonte secundária a referência *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*, um documento do tipo *Who's Who*.

Diante disso, é fundamental o que aponta Zicman (1985, p. 90) quando salienta que o jornal como fonte histórica oferece algumas vantagens ao historiador, tais como a periodicidade, formando arquivos do cotidiano, bem como a possibilidade de ver o fato num contexto histórico mais amplo. Entretanto, a autora ainda alerta que as notícias apresentadas nos jornais não são apenas reproduções dos fatos ou registros das ocorrências diárias, os periódicos organizam as notícias e os acontecimentos segundo seu próprio filtro.

Conforme Karawejczyk (2010, p. 43) “não se deve esquecer da ilusão de transparência, verdade e objetividade que a linguagem jornalística impõe ao nosso imaginário e, assim, deve-se ficar atento a esse ponto, ao incorporar qualquer matéria de um periódico no corpus documental de uma pesquisa”. Portanto, tendo em vista a origem dos jornais locais que serão utilizados como fontes, Batistella (2007, p. 22) alerta que

Ao se utilizar o jornal como fonte empírica não se deve simplesmente considerar o que foi noticiado como uma verdade absoluta, pois o jornal, como outros veículos de imprensa, pertence a alguém, que por sua vez, possui interesses (sejam eles, político-partidário, econômicos, comerciais, religiosos, etc.) em jogo. Em suma, o jornal, como fonte empírica, nos fornece indícios que precisam ser confrontados com outras fontes. Ademais, o uso do jornal requer alguns cuidados metodológicos para não cairmos em armadilhas ideológicas disfarçadas de imparcialidade.

Contudo, Elmir (1995, p. 23) sinaliza para a necessidade de o historiador estabelecer com o jornal certa qualidade de interpretação do documento, para que se possa perceber a significância do que está sendo lido. Desse modo, para a correta interpretação do jornal como fonte, a ideia transmitida pelo periódico deve ser constante, vista por diversas vezes nas páginas do documento, sendo possível assim qualificar a informação como útil ou descartável.

Os documentos do tipo *Who's Who* funcionam como a reunião de informações de um conjunto de indivíduos que pertencem à elite, e que apontam determinadas características que levam esses sujeitos a comporem o grupo seletivo ao qual pertencem. Para o historiador, tais documentos oferecem certas vantagens, pois

têm o mérito de reposicionar, através do relato sistemático de características pessoais intransferíveis dos biografados – ascendência e descendência familiares, participação em clubes sociais e associações seletas, formação universitária, excelência profissional, etc. –, o indivíduo na condição de membro de grupo de elite, fornecendo ao historiador um espaço comparativo não apenas das propriedades valorizadas socialmente nos meios de elite em diferentes períodos, mas sobretudo um panorama das trajetórias e tipos de carreiras predominantes realizadas pelos membros da classe dominante (Heinz, 2011, p.158).

Em suma, a utilização das fontes do tipo *Who's Who* na pesquisa histórica possibilita perceber quais são as características mais relevantes que se pode evidenciar dentro do grupo que se está estudando. O que se aplica para a presente pesquisa é a possibilidade de analisar os atributos que elevam determinados atores políticos à ascensão na carreira eleitoral.

O presente trabalho está estruturado em duas seções que analisam, de forma resumida, o perfil da elite política passo-fundense entre os anos de 1945 e 1988, compreendendo assim cinco legislaturas no período democrático, entre 1945 e 1964, e outras cinco durante a ditadura militar e o período de transição para a democracia, entre os anos de 1964 e 1988. Serão aferidos aspectos referentes à idade, profissão, formação superior, naturalidade, gênero e etnia em cada legislatura e o perfil geral da elite política a cada recorte temporal proposto em cada capítulo, como também associar determinadas características aos partidos políticos em questão. Além disso, serão analisados os resultados das eleições municipais, buscando se houve ou não renovação no quadro de eleitos, bem como as disputas entre os partidos políticos pela hegemonia da política municipal.

A ELITE PASSO-FUNDENSE NA DEMOCRACIA (1945-1964)

Durante o período democrático do pós-ditadura varguista, algumas características da elite política municipal se alteram profundamente, enquanto outras se perpetuam ao longo dos quase vinte anos de sistema pluripartidário.

A idade é uma característica que sofre visíveis alterações. Nas legislaturas de 1947-1951 e 1951-1955, as médias das idades dos políticos que disputaram as eleições legislativas e foram eleitos, ou que ficaram na suplência tendo assumido em algum momento a vaga, ficou entre 41 e 42 anos de idade, com a predominância de indivíduos nas faixas entre 30-39 e 40-49 anos. Nessas duas legislaturas é que aparecem os políticos mais velhos. Somente nas eleições de 1947 e 1951 há sujeitos com mais de 60 anos de idade que integram a amostra analisada. Nas legislaturas seguintes temos uma drástica redução. A média das idades dos líderes políticos estudados caiu de 42,38 em 1951 para 36,48 em 1955 e, mesmo que muito pouco, continua caindo nas legislaturas seguintes, alcançando 35,59 em 1963.

Legislatura	1947	1951	1955	1959	1963
Média	41,39	42,38	36,48	36,1	35,59

Tabela 1. média de idade por legislatura. Elaboração do autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

É possível, então, associar a redução da média das idades com a perda da força política do Partido Social Democrático ao longo das disputas eleitorais entre 1947 e 1963. O PSD domina as eleições legislativas de 1947 em que aparecem 16 membros do partido na amostra e apresenta bons resultados em 1951 contando com nove líderes. Nestes anos, os pessedistas não apresentam sequer um político com até 29 anos e, considerando essas duas legislaturas, três

dos quatro sujeitos com mais de 60 anos eram do PSD. O único não possedista era Ernesto Morsch, do PL, eleito em 1951 aos 72 anos. Nas eleições de 1955, ainda se mantendo como a segunda força do município, o PSD continua como o partido de lideranças mais velhas, porém a redução da média nesta legislatura se dá pela presença de jovens políticos que começam a figurar no cenário municipal.

Se pode explicar o fato de serem das fileiras do PSD os políticos mais velhos que figuram na política municipal de Passo Fundo quando se olha para as características do surgimento do partido. Com o fim do regime do Estado Novo, conforme visto anteriormente, a burocracia estatal que sustentava o governo varguista foi levada por Getúlio ao partido. Os interventores estaduais e as lideranças políticas locais que comandavam as cidades passaram a integrar as bases do partido. Ou seja, os sujeitos que há anos estavam à frente do cenário político municipal passaram a pertencer ao Partido Social Democrático e disputar o poder local com as demais agremiações que surgiram no período, sendo que estas apresentavam maior capacidade de aglutinar as novas lideranças políticas.

Ao mesmo tempo em que há a redução da média das idades, é possível observar uma significativa alteração no que se refere à naturalidade dos membros da elite política de Passo Fundo. A partir das eleições de 1955 passam a ocupar espaços no cenário municipal jovens lideranças que nasceram na cidade. A maior participação de jovens na política municipal se dá também pela organização das “Mocidades” dos partidos políticos. Os estudantes passam a se interessar pelas disputas locais, inclusive promovendo debates entre os candidatos ao Executivo municipal.

Com relação às ocupações profissionais, o protagonismo é dos empresários e dos profissionais liberais nas duas primeiras legislaturas. Nas demais, os empresários perdem espaço deixando caminho

aberto para que os funcionários públicos ocupassem seu lugar. As demais profissões aparecem de forma muito residual, não havendo solidez principalmente na representação dos trabalhadores assalariados. Como exemplo, se verificarmos a categoria dos ferroviários, é possível perceber que embora fosse uma categoria organizada e participativa politicamente, são poucas as lideranças que ascendem ao legislativo municipal.

	1947	1951	1955	1959	1963	Total
Profissionais Liberais	8	9	11	9	8	45
Funcionários Públicos	3	4	8	8	8	31
Empresários	10	11	6	3	3	33
Ferrovários	2	1	3	1	-	7
Professores	1	-	1	1	1	4
Proprietários Rurais	3	2	2	-	-	7
Proprietários Rurais e Empresários	1	-	-	2	1	4
Bancários	-	-	1	2	1	4
Funcionários Públicos e Empresários	-	-	1	2	4	7
Motorista e Agricultor	-	-	-	1	-	1
Oleiro	-	-	-	1	-	1
Taxista	-	-	-	-	1	1
Sem Informação	1	-	-	-	-	1

Tabela 2. profissões por legislatura. Elaboração do autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

A única ocupação que aparece sem grandes variações ao longo das legislaturas é a de profissional liberal. Médicos, advogados, dentistas, contabilistas, arquitetos, etc. conseguem manter-se sistematicamente no seio da elite política municipal e figuram nas nominatas das diversas agremiações partidárias. Entretanto, os empresários tinham preferência pelo Partido Social Democrático e pelo Partido Libertador, em que se concentravam para as disputas eleitorais. No

mesmo sentido, os funcionários públicos, em geral, pertenciam ao partido de Getúlio Vargas.

No que se refere à formação de ensino superior dos sujeitos que comandavam a política municipal, temos que os formados em Ciências Jurídicas são absolutos no comando da política local. Não somente exercendo as atividades da advocacia, mas também sendo partícipes da burocracia estatal, desempenhando funções nos poderes Executivo e judiciário, e nas forças armadas e policiais. Outros profissionais que aparecem de forma constante, embora em número muito menor que os oriundos de escolas de Ciências Jurídicas, são os médicos. Oscilando entre um e dois representantes, figuram em todas as legislaturas do período.

	1947	1951	1955	1959	1963	Total
Ciências Jurídicas e Sociais	3	6	9	9	7	34
Medicina	2	1	1	1	2	7
Ciências Econômicas	1	-	1	-	1	3
Farmácia	-	1	-	-	-	1
Odontologia	-	2	-	-	-	2
Ciências Contábeis	1	-	2	1	-	4
Ciências Políticas e Econômicas	-	-	-	1	1	2
Filosofia	-	-	-	1	-	1
Arquitetura	-	-	-	-	1	1
Engenharia Química	-	-	1	-	-	1
Diversos	-	-	-	-	1	1
Sem Informação	20	16	19	16	14	85

Tabela 3. formação superior por legislatura. Elaboração do autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Quanto à participação das mulheres na política municipal, percebemos que é quase nula. Apenas a professora Olga Poleto alcançou

a suplência nas eleições de 1955, pelo Partido Libertador, e assumiu a cadeira na Câmara de Vereadores em algum momento da legislatura. Assim, fica clara a sub-representação feminina no âmbito da política local. O mesmo ocorre com a população afro-brasileira e indígena da cidade. Somente um político afro-brasileiro, dentro do que foi possível identificar, figura entre os principais atores da política municipal: Genuíno Batista da Silva, oleiro, aos vinte e quatro anos foi suplente pelo Partido Social Progressista nas eleições de 1959. Não foi identificado nenhum político de descendência indígena.

Com relação aos políticos que saíram vitoriosos das eleições ao Executivo municipal, prefeitos e vice-prefeitos, durante o período democrático, temos as principais características desses sujeitos, representadas na tabela a seguir:

	Nome	Idade	Profissão	Naturalidade	Formação Superior
1947	Armando Annes	66	Empresário	Passo Fundo	S/i
	Daniel Dipp	32	Profissional Liberal	Passo Fundo	Direito
1951	Daniel Dipp	36	Profissional Liberal	Passo Fundo	Direito
	Mário Menegaz	36	Empresário	São Francisco de Paula	S/i
1955	Wolmar Salton	43	Empresário	Bento Gonçalves	S/i
	Benoni Rosado	31	Profissional Liberal	Soledade	S/i
1959	Benoni Rosado	35	Profissional Liberal	Soledade	S/i
	Sinval Bernardon	34	Empresário	Guaporé	S/i
1963	Mário Menegaz	48	Empresário	São Francisco de Paula/RS	S/i
	Adolpho João Floriani	50	Empresário	Passo Fundo/RS	S/i

Tabela 4. Perfil dos prefeitos e vice-prefeitos. Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis nos jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*.

É necessário evidenciar que o PTB local domina as eleições municipais com a aliança entre empresários e profissionais liberais. As duas ocupações alternam-se no poder, inclusive quando a lógica dos trabalhistas para a indicação do candidato a prefeito, apontada anteriormente, é quebrada quando o PTB indica Wolmar Salton para o Executivo.

No que se refere às idades, o político mais velho presente na amostragem é o udenista Armando Annes, com 66 anos na data da eleição. Porém, em geral, os prefeitos e vice-prefeitos eleitos entre 1945 e 1963 estão na casa dos 30-39 anos. Dos 10 políticos relacionados, quatro fogem dessa característica, sendo Annes, Salton, Menegaz em sua segunda eleição, e Adolpho Floriani. A média alcança 41,1 anos de idade.

Em suma, se pode afirmar que o seletivo grupo que comanda o cenário político da cidade de Passo Fundo durante os quase vinte anos de experiência democrática vivida após o fim da ditadura do Estado Novo é composto majoritariamente por homens, brancos, profissionais liberais, empresários e funcionários públicos. Esses são os atributos que a população passo-fundense buscava observar na hora de escolher seus representantes.

A ELITE PASSO-FUNDENSE NA DITADURA MILITAR E TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA (1964-1988)

A média das idades dos sujeitos que foram eleitos vereadores ou assumiram uma cadeira no legislativo municipal em algum momento das legislaturas tem sucessivos aumentos entre as legislaturas iniciadas em 1968, 1972 e 1976, saindo de 39,72 para 44,33. Após a breve redução na legislatura eleita em 1982, retorna a subir em 1988. Em todas as legislaturas predominam os sujeitos nas faixas de 30-39 e

de 40-49, o que contribui para a pouca variação. Durante o período que compreende a ditadura militar e transição para a democracia são apenas seis os políticos com até 29 anos, ao passo que somente um estava na faixa de 60 anos ou mais, caso do vereador Fidêncio Garibaldi Franciosi eleito em 1982 pelo PDS.

Legislatura	1968	1972	1976	1982	1988
Média	39,72	42,35	44,33	41,64	43,33

Tabela 5. Média de idade por legislatura. Elaboração do autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

São dois os fatores que sugerem a pouca presença de sujeitos mais jovens na política local. O primeiro pode ser relacionado com a repressão ao movimento estudantil. A ditadura militar tinha como um de seus principais alvos as entidades de organização da classe dos estudantes, que até as eleições de 1963 participou ativamente da política local, do mesmo modo em que não são mais constantes as atividades das chamadas “mocidades” dos partidos políticos. Em segundo, com exceção das legislaturas eleitas em 1968 e em 1988, ambas em momentos ímpares da disputa política, são reduzidas as taxas de renovação dentre os eleitos, o que sugere a perpetuação de algumas lideranças, elevando a média das idades.

No que diz respeito às ocupações profissionais, os profissionais liberais e os funcionários públicos são hegemônicos em todas as legislaturas. Também, os empresários aparecem com resultados importantes, apesar de muito atrás dos profissionais liberais e dos funcionários públicos, mantém uma significativa representação na Câmara de Vereadores. Ademais, nota-se que novamente representantes da classe trabalhadora aparecem de forma esporádica.

	1968	1972	1976	1982	1988	Total
Profissionais Liberais	8	11	5	8	8	40
Funcionários Públicos	9	8	11	6	4	38
Empresários	3	5	2	3	3	16
Radialista	1	1	1	1	1	5
Professores	1	1	-	1	2	5
Proprietários Rurais	2	-	-	-	3	5
Proprietários Rurais e Empresários	-	-	1	1	-	2
Bancários	1	-	-	-	-	1
Funcionários Públicos e Empresários	3	2	2	2	-	9
Funcionários Públicos e Proprietários Rurais	1	-	-	-	-	1
Auxiliar de Indústria	-	-	1	1	1	3
Viajante Comercial	-	-	1	-	-	1
Comerciário	-	-	-	-	1	1
Autônomo	-	-	-	1	-	1
Aposentado	-	-	-	1	-	1

Tabela 6. Profissões por legislatura. Elaboração do autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Os bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais dominam o cenário político municipal no período estudado neste capítulo. Além da prática jurídica, marcavam presença nas diversas atividades da burocracia do Estado. Nenhuma outra formação superior aparece de forma constante ao longo das cinco legislaturas do período ditatorial e de transição para a democracia, destacando que os formados em medicina aparecem apenas nas duas últimas legislaturas, ao contrário do que ocorre no período entre 1945 e 1964, quando aparecem de forma constante.

	1968	1972	1976	1982	1988	Total
Ciências Jurídicas e Sociais	9	10	6	5	4	34
Medicina	-	-	-	1	3	4
Ciências Econômicas	1	-	-	-	-	1
Ciências Jurídicas e Sociais e						
Ciências Econômicas	1	1	-	-	-	2
Jornalismo	-	-	1	1	-	2
Estudos Sociais			1	-	-	1
Ciências Contábeis	2	1	-	-	-	3
Administração de empresas	-	1	1	1	-	3
Enfermagem	-	-	-	1	-	1
Ciências Jurídicas e Sociais e						
Jornalismo	-	1	-	-	-	1
Pedagogia	1	-	-	-	1	2
Engenharia Mecânica	-	-	-	1	1	2
Engenharia Civil	-	-	-	1	-	1
Economia Rural e						
Agricultura	-	-	-	1	-	2
Educação Física	-	-	-	1	1	1
Sem Informação	14	13	15	12	12	66

Tabela 7. Formação superior por legislatura. Elaboração do autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Linda do Brasil Degrazia Sarturi, eleita pela ARENA em 1968, Thereza Zulmira de Castro eleita pelo MDB em 1968 e Heloísa Almeida eleita também pelo MDB em 1976 são as representantes das mulheres na política municipal no período que vai de 1964 a 1988. Novamente há a sub-representação da feminina na elite política municipal, garantindo que política local continuasse comandada por homens. A mesma lógica permeia a representação de afro-brasileiros e descendentes de povos originários. Apenas um político negro foi eleito no período, o pedagogo e radialista Júlio Rosa da Silva, que fazia parte das fileiras do Partido Democrático Trabalhista em 1988.

Na tabela a seguir, estão relacionadas às principais característi-

cas das lideranças eleitas pra o Executivo municipal como prefeitos e vice-prefeitos.

	Nome	Idade	Profissão	Naturalidade	Formação Superior
1968	César José dos Santos	64	Profissional Liberal	Soledade	Medicina
	Guaracy Barroso Marinho	47	Funcionário Público	Passo Fundo	S/i
1972	Edu Villa de Azambuja	44	Funcionário Público	São Borja	Administração de Empresas
	Juarez Paulo Zilio	30	Profissional Liberal	Muçum	Ciências Jurídicas e Sociais
1976	Wolmar Antônio Salton	65	Empresário	Bento Gonçalves	S/i
	Firmino Duro	50	Profissional Liberal	Passo Fundo	Medicina
1982	Fernando Machado Carrion	40	Profissional Liberal	Porto Alegre	Engenharia Civil
	Lourenço Pires da Silva	37	Profissional Liberal	Getúlio Vargas	Ciências Jurídicas e Sociais
1988	Airton Dipp	38	Profissional Liberal	Passo Fundo	Engenharia Civil
	Carlos Armando Salton	39	Empresário	Passo Fundo	Ciências Econômicas

Tabela 8. Perfil dos prefeitos e vice-prefeitos. Elaboração do autor a partir dos dados disponíveis nos jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*.

A média das idades dos comandantes do Executivo municipal entre 1964 e 1988 chega a 45,4 anos. César José dos Santos e Wolmar Antônio Salton são os dois mais velhos que figuram na amostra, ambos com mais de 60 anos. Quatro políticos estão na faixa entre 30 e 39 anos, três com idades na faixa 40-49. Firmino Duro foi único líder local na faixa dos 50 anos de idade a chegar à prefeitura de Pas-

so Fundo, ressaltando que ele assumiu definitivamente o posto de prefeito quando do impedimento por motivos de saúde de Wolmar Antônio Salton.

Prefeitos e vices acompanham os vereadores no quesito profissão. Os profissionais liberais estão à frente do Executivo municipal. São apenas dois funcionários públicos e dois empresários que estão presentes nessa amostra, sendo o restante dois médicos, dois advogados e dois engenheiros. Ao mesmo tempo, são oito os sujeitos que possuem formação superior: dois em Ciências Jurídicas e Sociais, dois em Medicina, dois em Engenharia Civil, um em Administração de Empresas e um em Ciências Econômicas.

Ao passo que César Santos e Salton eram políticos de larga carreira política, Villa de Azambuja, Carrion e Dipp não possuíam a mesma experiência eleitoral. Villa de Azambuja sequer tinha ocupado posições de confiança em governo municipal ou estadual. Carrion já havia ocupado funções de confiança no governo do Rio Grande do Sul, enquanto Airton Dipp tinha ocupado postos em entidades de classe e no governo de Wolmar Salton.

Contrariando o padrão dos resultados eleitorais apresentados na disputa local no período democrático, entre 1964 e 1988 se percebe a alternância na disputa pela prefeitura. Dos cinco pleitos disputados, dois foram vencidos por trabalhistas que integravam o MDB, César Santos e Wolmar Salton e, em 1988, Airton Dipp conquistou a chefia do Executivo local pelo PDT, partido no qual as principais lideranças herdeiras do trabalhismo local se organizaram após a reabertura política. A mesma alternância pode ser conferida no legislativo na medida em que a conquista da maioria das cadeiras na Câmara de Vereadores acompanha a vitória das forças políticas na prefeitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo principal desvendar as principais características da elite política municipal de Passo Fundo. Através do método prosopográfico, fez-se o levantamento dos principais atributos detidos pelos principais atores da política local, buscando comprovar a hipótese inicialmente apresentada, de que a elite política municipal era composta, predominantemente, por homens brancos, profissionais liberais e políticos profissionais, oriundos das classes média e alta. E, a partir disso, observar se as mudanças de conjuntura política entre 1945 e 1988 alteram as características estudadas.

A partir dos resultados é possível afirmar a predominância de homens brancos na constituição das legislaturas tanto no período democrático, quanto durante a ditadura militar e transição para a democracia. Dentro do que foi possível identificar, somente Genuíno Batista da Silva, suplente em 1959 pelo PSP, e Júlio Rosa, eleito em 1988 pelo PDT, são negros que alcançam os postos mais altos da política local. Apenas Olga Poletto, em 1955, Linda do Brasil Degrazzia Sarturi e Thereza Zulmira de Castro, em 1968, e Heloísa Almeida, em 1976, alcançaram os postos legislativos no município.

Não só com relação às eleitas, mas a sub-representação feminina se coloca, inclusive, na quantidade de candidatas mulheres à Câmara de Vereadores registradas pelos partidos no período. Em 1947 e 1951 há apenas uma candidata em cada ano, em 1955, duas, em 1959 e 1963 não há mulheres disputando o legislativo municipal. Na primeira eleição municipal da ditadura militar, em 1968 há apenas duas candidatas, já em 1972 não há o registro de mulheres na disputa local, enquanto que em 1976 há quatro candidaturas femininas. A partir de 1982, nota-se um considerável aumento, que

pode ser associado à efervescência política da conjuntura política nacional. Nas eleições municipais de 1982 são 10 as candidatas, e em 1988 o número sobe para 15, apesar de nenhuma ter sido eleita (Cf. Damian, 2010).

Ao executivo municipal, aparecem como candidatas apenas três mulheres: Delma Rosendo Ghem, pela ARENA em 1972, Maria Helena Andreis Lorenzatto, pelo PMDB em 1982, e Solange Faria, pela Frente Popular em 1988. Contudo, apenas a pemedebista foi às urnas, tendo em vista que Delma Rosendo Ghem acabou desistindo da disputa por problemas de saúde, e Solange Faria teve o registro de sua candidatura cassado pela Justiça Eleitoral.

Note-se que nas eleições o advento da abertura política promove certo fôlego às candidaturas femininas. Há um crescimento muito expressivo nas candidaturas femininas à vereança a partir de 1982, e a presença de duas mulheres no centro da disputa do poder Executivo municipal.

Com relação à naturalidade dos indivíduos, apesar de Passo Fundo figurar como a principal cidade de origem das lideranças políticas locais, os nascidos no município não compõem nem a metade dos políticos. A presença dos nascidos em Passo Fundo cresce e se estabiliza a partir das eleições de 1955, tendo algumas breves oscilações ao longo das legislaturas. As mudanças de conjuntura política não são necessariamente determinantes para alterações nessa característica.

Quanto às profissões exercidas pelos componentes da elite local, os profissionais liberais mantêm ampla vantagem em relação aos demais, com amplo destaque às profissões jurídicas. São seguidos mais de perto pelos funcionários públicos, especialmente durante a ditadura militar. Os empresários também aparecem de forma mais contundente, porém distantes dos profissionais liberais e funcio-

nários públicos. As demais ocupações aparecem sempre de forma residual, sobretudo àquelas ligadas ao trabalho assalariado. Apesar de Passo Fundo ser sede de uma grande força trabalhista, os trabalhadores não figuram com protagonismo nem na Câmara, nem na Prefeitura.

Outra característica que não se altera é que se refere à formação de nível superior. Os diplomados em Ciências Jurídicas e Sociais são os que mais detêm a preferência do eleitorado passo-fundense e predominam entre aqueles que possuem formação superior.

Linteau (2006, p. 190), adverte que, apesar de as profissões serem um primeiro retrato da posição social ocupada pelos políticos locais, não são suficientes para a análise completa. O autor revela que para isso “seria preciso também avaliar a fortuna ou a riqueza dos indivíduos, levar em conta sua presença em instituições sociais, culturais, religiosas ou outras, e os postos de prestígio ou influência que nelas ocupam, reconstituir suas redes familiares e sociais”. Portanto, ainda é necessário um minucioso trabalho de pesquisa para desvendar a posição social exata ocupada pelos políticos do município.

O advento da ditadura militar a partir de 1964 alijou a juventude passo-fundense das disputas eleitorais. Enquanto no período democrático as entidades estudantis e “mocidades” dos partidos discutiam os problemas da cidade ativamente e tinham certo protagonismo eleitoral, nos anos de governo autoritário praticamente somem das páginas dos jornais locais as notícias relacionadas às juventudes partidárias ou de entidades estudantis. A participação de indivíduos com até 29 anos se reduz drasticamente, ao passo que a média de idade de cada legislatura aumenta em relação às legislaturas do período 1945-1964. Se pode, então, relacionar o afastamento dos jovens de Passo Fundo das disputas eleitorais locais com o recrudescimento da repressão ditatorial.

Ao longo dos anos, nota-se que a participação dos suplentes de vereador nas legislaturas vem diminuindo. A quantidade de suplentes que assumem o cargo de vereador em caráter temporário ou definitivo oscila ao longo das legislaturas e há uma forte tendência de queda, especialmente a partir das eleições de 1972. Pode-se atribuir essa tendência a uma possível profissionalização dos políticos do município, que passam a dedicar-se de forma cada vez mais contínua às atividades políticas, muito embora ainda seja necessário analisar os motivos pelos quais os titulares das cadeiras abandonem seus cargos para que os suplentes assumam.

As taxas de renovação de uma legislatura a outra é outro ponto importante para se destacar. Durante o período democrático, as taxas iniciam elevadas. A renovação entre os eleitos em 1947 e 1951 é de 73,3%, mesma porcentagem do pleito de 1955. Em 1959, cai para 66,6% e em tem nova queda em 1963, passando para 53,3%. As taxas mais baixas e em queda a partir de 1955 revelam uma estabilização da elite que alcança os postos legislativos nas últimas eleições do período democrático. Na primeira eleição após o início do governo autoritário, em 1968, a taxa segue a mesma da legislatura anterior, mostrando que o imediato pós-golpe não traz grandes alterações no que diz respeito aos atores do cenário político local. Em 1972 tem uma nova alta e chega a 73,68%. Em 1976, se reduz novamente, chegando a 47,61%, percentual que se repete no ano de 1982. Na última legislatura analisada, eleita em 1988, os eleitos se renovam em 76,18%.

A respeito das características que predominam nos sujeitos que venceram as eleições para o Executivo municipal, podemos perceber algumas mudanças. A primeira é quanto às ocupações profissionais dos membros deste seletor grupo. Entre 1945 e 1964, tinha-se uma associação entre profissionais liberais e empresários, que se alterna-

vam entre prefeito e vice-prefeito a cada eleição. A partir do pleito de 1968, os profissionais liberais, apesar de predominarem, passam a dividir os espaços de poder também com funcionários públicos, além dos empresários. Também, é importante ressaltar que durante o período democrático apenas Daniel Dipp (vice-prefeito eleito em 1947 e prefeito eleito 1951) tinha formação superior dentre os dez políticos que ocuparam os cargos executivos, ao passo que, durante os anos de ditadura ocorre exatamente o contrário, sendo a exceção aqueles que não tinham formação superior.

O golpe militar trouxe também uma importante alteração na dinâmica da disputa pelo poder municipal. Ao passo que durante o período democrático o trabalhismo se constituía hegemônico na disputa pelo poder local, vencendo quatro entre cinco eleições anteriores ao golpe, entre os anos de 1964 e 1988, o que predomina é a alternância no poder. Nas cinco eleições ocorridas durante o governo autoritário e transição para democracia, duas foram vencidas pelo MDB, em 1968 e 1976, e outras duas pela ARENA, em 1972 e 1982, e em 1988, já com a nova Constituição Federal, o PDT de Brizola venceu no município.

Cabe ressaltar, porém, que esta dinâmica acompanha os resultados das eleições parlamentares no Rio Grande do Sul imediatamente anteriores às disputas locais. Em 1966 o resultado das eleições gerais no estado foi favorável ao MDB, em 1968 o MDB venceria em Passo Fundo. Em 1970 há o fortalecimento da ARENA, com importante vitória para Assembleia Legislativa e Câmara Federal, enquanto que em 1972 o partido da ditadura conquistaria a Prefeitura Municipal e a maioria na Câmara de Vereadores do município. Já em 1974 o MDB conquista importante vitória sobre a ARENA em nível estadual e abre caminho para a vitória emedebista em Passo Fundo nas eleições de 1976.

Mesmo com a alteração conjuntural expressa no retorno do pluripartidarismo e da escolha de forma direta do governador do estado, em 1982, Passo Fundo continua tendendo a acompanhar os resultados eleitorais a nível estadual. Jair Soares, do PDS, venceu as eleições para o governo estadual e seu partido elegeu a maioria dos deputados estaduais e federais (embora seguido de perto pelo PMDB). Nas eleições municipais do mesmo ano, o partido do governador conquistou a prefeitura e a maioria das cadeiras no legislativo municipal. Essa dinâmica se quebra quando ocorre a eleição de Pedro Simon, do PMDB em 1986, e em 1988 a vitória na Prefeitura Municipal foi do candidato pedetista, Airton Dipp.

Por fim, este estudo se coloca como uma contribuição para o estudo da história política de Passo Fundo, e não como uma proposta acabada. Espera-se, portanto que a partir deste trabalho novas questões sejam suscitadas e novas possibilidade de estudo das elites locais e regionais sejam despertadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. Prolegômeno historiográfico ao objeto político. *Historiae*, v. 2, p. 9-24, 2011.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O golpe de 1964 e o voto popular. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 98, p. 5-11, Mar. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002014000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 Jan. 2020.

ANNES, Alceu Oliveira. *Genealogia Lucas Annes: Compêndio Ilustrado*. 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10499701-Genealogia->

lucas-annes-compendio-ilustrado-atualizado-em-06-01-2012-alceu-oliveira-annes.html. Acesso em 11 fev. 2020.

BARROS, José D'Assunção. História Política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. *Educere ET Educare*, Cascavel, v. 4, n. 10, p. 147-162, jan-jun 2009.

BATISTELLA, Alessandro. *O movimento Operário e Sindical em Passo Fundo (1920-1964): história e política*. Dissertação de mestrado defendida em Passo Fundo: 2007.

BATISTELLA, Alessandro. *O bipartidarismo em Passo Fundo/RS (1965-1982)*. Passo Fundo: Acervus, 2020.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: O PTB e a ação política de César Santos na metrópole da Serra. 1945-1967*. Dissertação de mestrado defendida em Passo Fundo: 2006.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1998.

BROTTO, Emerson Lopes. *Revisitando o PCB: uma visão a partir do norte do Rio Grande do Sul*. 2005. 192 f.: Dissertação de mestrado defendida em Passo Fundo: 2005.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório (1995-1999)*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório (1995-1999)*.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanços e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 41-54.

DALLA ROSA, Luísa Grigoletti. *História, saúde & poder em Passo Fundo: Instituições hospitalares entre as décadas de 1910 e 1920*. Passo Fundo: Méritos, 2007. 226 p.

DAMIAN, Marco Antônio. *Eleições em Passo Fundo: dados históricos*. Passo Fundo: Berthier, 2010.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza Angeli. (Orgs). *Capítulos de História Política: Fontes, Objetos e Abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

ELMIR, Cláudio Pereira. Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*. Porto Alegre, n. 13, dez. 1995.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 2011, p. 61-90.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da História Política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

GATTI, Isaura de Moura. *Partido Social Democrático: formação e fragmentação em Passo Fundo (1945-1950)*. Dissertação de mestrado defendida em Passo Fundo: 2008.

HEINZ, Flávio. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: _____, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HEINZ, Flávio M. (Org.) *O parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e seus deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

HEINZ, Flávio M. Notas sobre o uso de anuários do tipo *Who's who* em pesquisa prosopográfica. In: _____, Flávio M. (Org.). *História Social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 154-164.

HEINZ, Flávio; CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato (orgs). *Como estudar elites*. Curitiba: UFPR, 2015. p. 249-275.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 180-196.

KARAWEJCZYCK, Mônica. O jornal como documento histórico – breves considerações. *Historia*, Rio Grande, v. 1, n. 3, p. 131-147, 2010.

LINTEAU, Paul-André. Representação Política em Montreal, 1880-1914: evolução de uma elite municipal. In: HEINZ, Flávio. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 177-202.

LOTTERMANN, Luiz Alfredo Fernandes. *Quem é quem? A elite política passo-fundense (1945-1988)*. Passo Fundo: Acervus, 2020.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi

(org). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2009.

MIRANDA, Fernando Borgmann Severo de. *Dados de Largo Armando Araújo Annes*. Disponível em < http://projetoPASSOFUNDO.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=25648&tipo=texto>. 2012. Acesso em: 11 de agosto de 2019.

NASCIMENTO, Welci. *Dados de Daniel Dipp*. Disponível em: < http://projetoPASSOFUNDO.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=12078&tipo=texto>. 2010. Acesso em: 11 de agosto de 2019.

NASCIMENTO, Welci. DAL PAZ, Santina Rodrigues. *Vultos da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1995.

NORONHA, Andrius Estevam. O uso da prosopografia para o estudo das elites locais: o caso dos empresários de Santa Cruz do Sul. In: HEINZ, Flávio M. (Org). *História Social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 154-164.

RECKZIEGEL, Ana Luíza Setti. História Regional: dimensões e teórico-conceituais. *História: debates e tendências*. Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22, junho 1999.

RÉMOND, René. Do Político. In: _____ René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003a. p. 441-454.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003b. p. 13-36.

RÉMOND, René. As Eleições. In: _____, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003c. p. 37-56.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, junho de 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200009&lng=en&nrm=iso>. acesso em 23 de julho de 2019.

VARGAS, Jonas Moreira. “Rastreado Indivíduos e Redes de Relações”: Algumas contribuições teóricas e metodológicas para o estudo das elites e grupos dirigentes no Brasil. In: SOARES, Fabrício Antônio Antunes; SILVA, Ricardo Oliveira da. (Orgs). *Diálogos: Estudos sobre teoria da história e historiografia*. Criciúma: UNESC, 2017. P. 133-166.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Projeto História*. São Paulo, n. 4, jun. 1985.

Sobre os autores e autoras

ALESSANDRO BATISTELLA

Doutor (2014) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado (2004) e Mestre (2007) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Atualmente é Professor Adjunto do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). É membro do Grupo de Trabalhos (GT) de História Política da ANPUH-RS e investigador associado à Rede de Pesquisa Direitas, História e Memória.

ALEX ANTÔNIO VANIN

Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Mestre (2020) e Licenciado (2018) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Membro efetivo do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) e Editor-chefe da Acervus Editora.

ÁXSEL BATISTELLA DE OLIVEIRA

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF), na linha de pesquisa: Espaço, Economia e Sociedade. Graduado no Curso de História Licenciatura da Universidade de Passo Fundo. Membro do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR).

DIEGO JOSÉ BACCIN

Possui Doutorado em História PPGH/UPF; mestrado na área de Ciências Humanas (UFFS 2016) e História (UPF 2015). Membro de alguns grupos de estudos e pesquisas, com destaque para o grupo de jovens pesquisadores em propriedades e direitos Dominium vinculado a INCT Propietas e o Núcleo de estudos histórico do Mundo Rural - NEHMuR e o Grupo de Estudos do GT Mundo Rural da Anpuh/RS.

DJIOVAN VINÍCIUS CARVALHO

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). Mestre (2020) e Licenciado (2017) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Atualmente é membro do Instituto Histórico de Passo Fundo, ocupando o cargo de Vice-presidente. Membro da Academia Passo-Fundense de Letras. Membro fundador da Rede de Pesquisa em Acervos e Patrimônio Cultural (REPAC).

FABRICIO J. NAZZARI VICROSKI

Arqueólogo do Núcleo de Pré-História e Arqueologia da Universidade de Passo Fundo. Pós-Doutorando do PPGH/UPF (bolsista PNPd Capes). Graduado em História pela Universidade Regional

Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Erechim. Mestre e Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF), com período de Doutorado Sanduíche no Instytut Archeologii da Uniwersytet Wrocławski (Polônia). Membro da Associação Nacional de História (ANPUH).

ISABEL ROSA GRITTI

Mestrado em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1992) e Doutorado em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2002). Professora Associada da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

JOÃO CARLOS TEDESCO

Doutor em Ciências Sociais. Professor vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisa questões ligadas ao meio rural e, em particular, sobre movimentos sociais, colonização, imigração, cultura camponesa, indígenas e caboclos.

KALINKA DE OLIVEIRA SCHMITZ

Doutoranda em História pela Unisinos, com bolsa CAPES. Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo. Mestre em História, Região e Fronteiras, pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Membro da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras (ANPHCTB).

LUIZ ALFREDO FERNANDES LOTTERMANN

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

NEIVO ANGELO FABRIS

Professor, Graduado em História (UPF 1987), Especialista em Ensino e História do RS (UPF – 2017), editor do jornal A Folha Regional, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas, e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do RS.

ROSANE MARCIA NEUMANN

Graduação em História Licenciatura Plena pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (2000), mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2003) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009). Realizou estágio de Pós-Doutorado no Lateinamerika-Institut (LAI), da Freie Universität Berlin, Alemanha (2017), e estágio de Pós-Doutorado em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul 2021-2022). Atualmente, é professora visitante no PPGH/FURG. É associada da Associação Nacional de História (ANPUH-RS)